

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

OS DOMÍNIOS DO ESTADO:

a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na
Paraíba (1930-1932)

Martinho Guedes dos Santos Neto

João Pessoa - PB
Março de 2007

- 24 de OUTUBRO. 1930 -



Martinho Guedes dos Santos Neto

OS DOMÍNIOS DO ESTADO:

a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba
(1930-1932)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para obtenção do título de **Mestre**.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Monique Cittadino.

João Pessoa - PB
Março de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

OS DOMÍNIOS DO ESTADO:

a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)

MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO

Dissertação defendida e aprovada em: 30 / Março / 2007

Banca Examinadora

**Prof^a. Dr^a. Monique Cittadino – UFPB
(Orientadora)**

**Prof^a. Dr^a. Regina Maria Rodrigues Behar - UFPB
(Examinadora)**

**Prof^a. Dr^a. Maria das Graças A. Ataíde de Almeida – UFRPE
(Examinadora)**

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho:

Aos meus pais, José Martins dos Santos e Suênia da Silva Castro Martins, pela presença constante e batalha diária no esforço de educação dos seus filhos. Diante de tantos atropelos, minha mãe foi a primeira professora, a primeira colega e aquela que primeiro me mostrou as bases de uma educação sólida e consistente, formadora de caráter e construtora de um projeto de vida. Se sou vitorioso hoje, sou por sua força;

Ao meu irmão Artur; às minhas tias, Cristina e Sueleide, pelo exemplo sério e competente de que o estudo pode mover todos os obstáculos, tantas vezes refletido na minha formação;

E à Das Dores, companheira e cúmplice, por todos os projetos traçados e obstáculos vencidos juntos. Em mais essa etapa, a vitória também é sua, pois chegamos juntos.

AGRADECIMENTOS

Eu poderia iniciar esse agradecimento de várias formas, com várias palavras e muitos elogios, mas, como não sei escrever eloquentemente, vou iniciar agradecendo a Deus pela sua presença constante nos momentos de desânimo e falta de entusiasmo. Pela oração, a ele dirigida, encontrei coragem e força para continuar.

Agradeço, também, aos meus amigos da cidade de Patos, aqueles que, desde longa data, compartilham comigo as alegrias e as tristezas. A certeza de tê-los como amigos me deu referências de uma sociabilidade saudável e a certeza de companheirismo. A Valéria, Josivaldo, Edílson, Fernando, Edson, Sueli, Edilma, Flávio, Ana, Janeide, Rebeca, Shslayder e Keylla, muito obrigado.

Agradeço ainda aqueles que participaram da minha vida acadêmica, dispostos a “dar um empurrãozinho” para que pudéssemos obter êxito: As professoras Zeluiza Formiga, Gloriete Pimentel, Laudeireda Eliana, Margarida Dias, Lúcia Guerra, Windyz Brasão e Vitória Barbosa, pelo imenso apoio nos momentos difíceis, pela amizade conquistada e pelo incentivo profissional. Também aos amigos de convivência na Residência Universitária.

É certo que em um trabalho como esse, só a boa vontade e a paixão pelo tema não nos habilita a concretizá-lo. Portanto, esse é um estudo elaborado, discursivamente, em conjunto, feito com a colaboração de sujeitos que, direta e indiretamente, em cada momento de sua elaboração, deram sua valorosa contribuição. Dentre eles, lembramos:

- A professora Monique Cittadino, a quem agradecemos pela orientação responsável e precisa. Sem as suas observações e o toque de mestre, na obra de um aprendiz, não teríamos conseguido. Ao seu profissionalismo, a sua paciência e a sua simplicidade para comigo, dispensando as formalidades acadêmicas, obrigado;
- A professora Regina Behar, companhia amiga, profissionalismo responsável e apoio incontestado a esse aprendiz. Sua presença foi fundamental na minha vida acadêmica e na concretização desse trabalho, obrigado pela amizade e pelo exemplo profissional.
- A professora Graça Ataíde, cujas pertinentes considerações e leitura atenciosa desse texto, enriqueceram o estudo que ora se apresenta.

- A professora Rosa Godoy, presença enriquecedora e amigável dentro e fora da academia, sua simplicidade e sua lição de vida propiciaram o entendimento do que significa ser responsável e competente naquilo que nos propomos a fazer. Muito mais que professora, considero-a amiga e exemplo profissional. Estendo também o meu agradecimento a sua filha Lígia Fontes pela ajuda na construção do abstract.
- O professor Sales Galdêncio, que teve a presteza em facilitar o acesso a alguns documentos sobre José Américo;
- Os professores Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, Cláudia Engler Cury, Regina Célia Gonçalves, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Acácio Catarino, responsáveis pelas discussões que fizemos ao cursar as disciplinas, as quais tiveram importância fundamental na elaboração desse trabalho;
- Os colegas de turma, Augusto, Marcos, Luciano, Robson, Naiara, Rossana, Ivonilde, Paulo, Sarah e Francisco, pelo companheirismo de sempre, bem como pela permuta de idéias construídas no decorrer desses dois anos, algo enriquecedor em nossa bagagem intelectual. Também pelos momentos extra-acadêmicos, fortalecedores da nossa amizade;
- As amigas Nora e Simone, em particular, pelo ombro amigo que sempre nos concedeu nos momentos de desespero e de descontração. Pelas discussões e pelo agradável papo ao longo desta convivência. Uma Baiana e dois paraibanos, com certeza uma mistura alegre e descontraída sempre;
- Não poderia deixar de agradecer a Silvia, pelas palavras de conforto e por sua oração, sempre presente nos momentos de angústia, tinha as palavras certas para os momentos certos;
- A secretária do programa, Virgínia, pela sua competência e responsabilidade na condução dos trabalhos burocráticos. Para além da burocracia institucional, foi também colega de turma e colega de farras;
- Os professores Élio Chaves Flores e Regina Célia Gonçalves, coordenadores do Programa;
- A Biblioteca Maurílio de Almeida, na pessoa do seu filho, Fábio da Rocha, meu laboratório de pesquisa, sem a mesma esse trabalho jamais teria sido concretizado. No seu arquivo encontrei quase que a totalidade dos documentos utilizados, obras raras e documentos tidos como desaparecidos;
- O professor Luís Hugo Guimarães do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), à Fundação Espaço Cultural (FUNESC), a Biblioteca Horácio de Almeida (UNIPE), a Biblioteca da Cúria Metropolitana de João Pessoa e a Fundação Casa de José Américo pelo acesso aos acervos documentais;

- A CAPES, pela bolsa de estudo, sem ela a permanência no programa teria sido complicada.
 - O professor Elpídio Navarro (irmão de Anthenor Navarro), o professor Domingos de Azevedo, a Senhora Rosa Martins (Patos) e a todas as pessoas que nos concederam entrevistas informais, agradecemos pela contribuição;
 - O Arquivo do Estado de São Paulo e a Companhia Construtora de Santos - SP pela presteza nas informações solicitadas via internet;
-

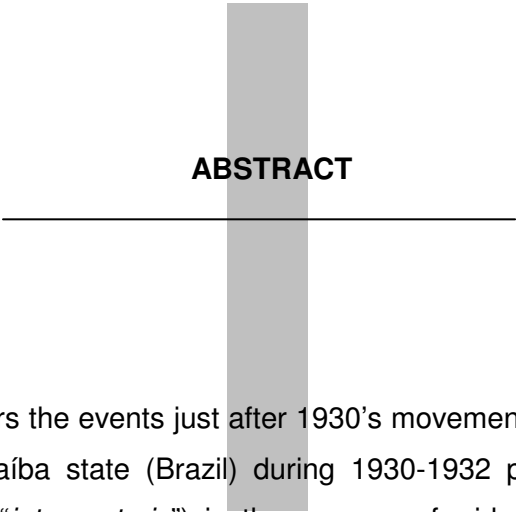
RESUMO

Esse estudo, que considera os acontecimentos pós-movimento de 1930, pretende reconstruir o contexto histórico da Paraíba no período de 1930 a 1932. Ele analisa a interventoria de Anthenor Navarro à luz das amplas transformações que afetaram o Estado brasileiro, em um momento de redefinição das estruturas de poder e da centralização política que estava sendo empreendida pelo grupo que ascendeu ao poder em 1930. Nossa pesquisa não discute o movimento de 1930 em suas interpretações teóricas, entretanto, as abordagens da historiografia sobre aquele momento histórico, ao longo do texto, permeiam as discussões que constroem a nossa proposta.

Esse estudo está ainda, estruturado de modo a perceber os meandros da centralização político-administrativa da interventoria de Anthenor Navarro. Sob orientação política do Estado Federal, o interventor submeteu o aparato administrativo estatal da Paraíba a essa nova ordem; assim, política, economia e burocracia estatal foram reorganizadas, pelo Estado em seu âmbito, convergindo para o processo de centralização.

Em um plano mais específico à Paraíba, tal ordem se estabeleceu, tendo como exemplo as ações administrativas do governo de João Pessoa, que influenciaram a interventoria de Navarro em suas próprias ações. Neste contexto pós-30, procurou-se discutir as iniciativas reestruturadoras do Estado paraibano na perspectiva do discurso da moralidade administrativa, cuja finalidade foi subordinar as oligarquias locais aos ditames do Estado. Este estudo procurou, ainda, investigar as políticas de combate à seca (1932) enquanto um momento de rearticulação oligárquica.

Palavras-chave: Estado brasileiro; História da Paraíba; Centralização; Política Intervencionista; Seca; Anthenor Navarro.



ABSTRACT

This work, which considers the events just after 1930's movement, intends to reconstruct the historical context of Paraíba state (Brazil) during 1930-1932 period. It analyzes Antenor Navarro's intervention (*"interventoria"*) in the scenery of wide changes that affected the Brazilian State, in a moment of redefinition of the power structures and of political centralization what were being undertaken by the group that climbed to the Power at 1930. Our research doesn't discuss 1930's movement in its theoretical interpretations; however, the historiographic approaches about that historical moment are presented throughout the arguments that organized our proposal.

This study is arranged in order to perceive the political-administrative centralization of Antenor Navarro's government (*"interventoria"*). Under the political orientations of the Federal State, that governor submitted the state administrative apparatus of Paraíba to this new order; therefore, politics, economy and state bureaucracy were reorganized, by the State and inside it, converging towards the centralization process.

In a more specific level, related to Paraíba, such order was established since the administrative actions of João Pessoa's government, what influenced Navarro's intervention (*"interventoria"*) in his own actions. In the context after 1930, it were discussed the restructuring initiatives of Paraíba state, from the point of view of the speech of the administrative morality, whose final purpose was putting the local oligarchies under State control. Yet, this work intended to investigate the policies against the 1932 drought, as a moment of such oligarchic rearrangement.

Key-words: Brazilian State; History of Paraíba; Centralization; Political Intervention; Drought; Antenor Navarro.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I	Coligações partidárias das principais parentelas da Paraíba (1892-1915).
QUADRO II	Interventores do Norte e Nordeste (1930-1932)
QUADRO III	Estabelecimentos de ensino na Paraíba (1928-1930)
QUADRO IV	Evolução do ensino na Paraíba (1928-1932)
QUADRO V	Organograma da Secretaria de Saúde da Paraíba (1925-1932)
QUADRO V	Hospitais da Paraíba: da fundação até a década de 30
QUADRO VII	Reserva financeira da Paraíba (1930-1931)
QUADRO VIII	Orçamento e despesa da IOCS/IFOCS (1909-1930)
QUADRO XI	Açudes construídos na Paraíba (1930-1936)

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	IV
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
LISTA DE QUADROS	X
SUMÁRIO	XI
INTRODUÇÃO	13

CAPÍTULO I

OS DOMÍNIOS DO ESTADO:

a centralização burocrática e a política da Paraíba pós-30

1. Novos princípios administrativos na velha ordem: os anos de 1928 a 1930.	21
1.1.1. O governo de João Pessoa	24
1.2.2. A Guerra tributária e a Revolta de Princesa	29
1.3.3. O movimento de 30 na Paraíba e a intervenção tenentista	33
1.2. Anthenor Navarro: um intelectual no comando da Paraíba	42
1.3. A Centralização administrativa e a Política na Paraíba pós-30	48

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO INTERVENCIONISTA:

a reestruturação burocrática da máquina estatal

2.1. Instrução Pública	62
2.2. Justiça e Segurança Pública	73
2.3. Saúde Pública	82
2.4. Economia, Legislação Fiscal, Fazendária e Crédito	93
2.5. Estado intervencionista na Paraíba: legitimação pela mitificação	107

CAPÍTULO III

A SECA DE 1932:

recursos e assistência como política de Estado

3.1. Antecedentes da ação estatal	115
3.2. O Ciclo revolucionário	127
3.3. A assistência estatal	137

Á GUIA DE CONCLUSÃO.

A interventoria de Anthenor Navarro e o poder	147
--	------------

Referências	151
-------------	-----

Imitando, como sempre procurei fazer, João Pessoa, eu nada prometto mas de ante-mão vos asseguro que, sejam quaes forem as dificuldades, surjas impecilhos grandes ou pequenos, procurarei dar aos meus actos todo esforço de moço, e todo critério de revolucionário.

Nada aspirei e estou no dever de muito fazer.

Quero e espero de todos os meus conterrâneos toda a collaboração no sentido de dentro do programa revolucionário, não quebrar essa linha firme e intransigente iniciada por João Pessoa e fielmente continuada por José Américo de Almeida.

Anthenor Navarro

(Discurso de posse, In: Jornal A União de, 11 de novembro de 1930, p. 1)

O texto ora apresentado tem por objetivo dissertar sobre a interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932) na Paraíba, no período em que se inserem os primeiros instantes do estado paraibano pós-30.

Ao final do curso de graduação em História, apresentamos como trabalho de conclusão a monografia “Anthenor Navarro e a administração estadual na Paraíba (1930 – 1932)”¹, que constituiu um estudo preliminar e exploratório dos primeiros anos da Paraíba pós - movimento de 1930.

No decorrer desta pesquisa, constatamos que as análises sobre as primeiras interventorias na Paraíba ainda estavam por serem aprofundadas. O contexto político paraibano, à luz do movimento “revolucionário” de 1930 e dos ideais tenentistas em consonância com o poder central, ainda não fora objeto de pesquisa sistemática objetivamente dirigida aos primeiros anos da Paraíba pós-30.

A historiografia local “pulou” o período 1930 – 1934 deixando a desejar, no que se refere aos impactos políticos, sociais e econômicos dos momentos seguintes a 1930, suas especificidades. As relações do poder estatal em confronto com o poder local e as linhas programáticas de ação dos interventores são passagens da história da Paraíba que carecem de investigação. Os poucos estudos que perpassam o período 1930-1934 não abordam, de forma sistematizada, as interventorias de Anthenor Navarro e Gratuliano de Brito. No geral, o que se conhece sobre este período, na Paraíba, só nos chegou pelas fontes primárias como os noticiários dos jornais da época, documentos, relatórios, decretos ou pequenos textos com temas específicos.

A Paraíba dos anos do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) se constituiu como mais uma unidade da Federação que se adequou aos rumos do novo modelo de Estado proposto pelos “revolucionários” de 1930. Ainda que a forte tradição agrária e o domínio dos coronéis, com a idéia de um território particular fatiado em zonas de dominação de um ou mais grupos políticos, fosse uma regra em todos os estados do Brasil durante a Primeira República, o alinhamento da Paraíba a proposta varguista foi particularmente diferente.

¹ SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Anthenor Navarro e a administração estadual na Paraíba (1930 – 1932)**. 2004. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

Com a desestabilização da tradição agrária iniciada na administração de João Pessoa (1928-1930), no pós-30, a Paraíba esteve mergulhada em uma disputa política pela herança saneadora de João Pessoa e o desenrolar dos acontecimentos impeliu ao estado uma única alternativa: responder aos anseios moralizadores daquele que foi colocado como “mártir da revolução”.

Sendo assim, a estatização promovida pelo Governo Central colocou em evidência toda uma estrutura político-administrativa (compadrio, política dos governadores e corrupção eleitoral) montada e aperfeiçoada ao longo da República Velha. Após a indicação do primeiro governo pós-30 na Paraíba, o único pensamento reinante foi o de moralização e reestruturação do estado em novas bases e o de sua centralização sob os ditames do executivo paraibano. Porém, antes disso, era preciso vencer a situação de conflagração em que se encontrava a Paraíba em decorrência do movimento “revolucionário” de outubro, manter a política unida em torno da Aliança Liberal e desarticular a influência coronelística que se estendia por todos os campos do aparato estatal e do município.

Um revolucionário de primeira hora era o que precisava a Paraíba no pós-30 para levar a frente o propósito de estatização. Assim foi Anthenor de França Navarro, engenheiro-geógrafo, redator do jornal A União nos anos de 1920, redator-chefe do jornal O Combate em 1923, fundador da revista A Novela e colaborador da revista Nova Era (como crítico de arte) em 1923, crítico musical e apreciador das idéias de Karl Marx, Engels, Trotsky e Capistrano de Abreu.

Em 1928, ingressou na política paraibana a convite do então presidente João Pessoa para assumir a Repartição de Água e Esgoto da Capital. Nos acontecimentos iminentes ao “movimento revolucionário de 1930”, Anthenor Navarro se destacou pela sua determinação e astúcia como articulador. Posteriormente, partilhando as mesmas convicções ideológicas dos tenentes, foi indicado por Juarez Távora para ocupar a interventoria da Paraíba, em novembro de 1930.

Desde então, desarticular os currais coronelísticos foi sua principal ação à frente da interventoria e tal enfrentamento foi direto e gradativamente estruturado nos moldes do discurso de moralidade política e administrativa. O que antes se encontrava sob a influência dos grupos oligárquicos passou, posteriormente, ao controle do Estado.

O que a historiografia paraibana nos transmite acerca do período compreendido entre 1930-1932, é que a tentativa de moralização da estrutura do Estado paraibano se fez sentir em diferentes linhas de ação, de modo a estabelecer uma nova relação entre o poder executivo e o poder local. E que, paulatinamente, o sistema educacional, as finanças, a estrutura burocrática, a tributação, a segurança pública e a saúde deixaram de ser apropriadas pelas estruturas do poder oligárquico. E ainda, que uma série de decretos

instituídos ao longo do período de 1930 – 1932 colocaram nas mãos do executivo estadual o controle da máquina administrativa, retirando-a da influência dos coronéis².

Em síntese, sobre o período compreendido entre 1930-1932, ainda não se conseguiu aprofundar a passagem de um Estado sob a influência dos chefes locais a um Estado sob os ditames do executivo estadual. Como se processou a centralização político – administrativa da Paraíba e como a sua estrutura se institucionalizou? Como se configuraram as relações de poder estabelecidas entre a interventoria de Anthenor Navarro (1930/1932) e as forças oligárquicas do estado, considerando o momento político nacional? E que tipo de relações foram estabelecidas, no tocante ao combate a seca de 1932, entre o poder central, as interventorias e as oligarquias na Paraíba? São questões que constituem o propósito deste trabalho.

Entretanto, faz-se necessário algumas considerações acerca do caminho percorrido para elaboração desse estudo. De início, estudar a interventoria de Anthenor Navarro se constituiu como um desafio penoso e com poucos progressos; a documentação, as fontes, os relatórios de governo ou algum registro do período intervencionista de Anthenor Navarro pareciam inexistentes, não havia registro daquele momento que pudesse nos dar uma base segura de pesquisa.

Muitas foram as idas e vindas, na tentativa de reunir a documentação necessária e as fontes imprescindíveis à concretização do nosso estudo. Felizmente, tivemos a oportunidade do acesso a Biblioteca Maurílio de Almeida, nesta capital. Pelo seu acervo foi possível traçar uma linha de pesquisa em que puderam ser colocada os primeiros questionamentos. A documentação, gradativamente, se avolumou e nos deu as bases que uma pesquisa histórica requer.

Com isso, jornais, relatórios, decretos, revistas e alguns textos sobre o período na Paraíba, apareceram depois de uma árdua pesquisa, se constituindo como o suporte documental para a concretização do nosso estudo.

Metodologicamente, procuramos respostas, a partir de questões pré-elaboradas, acerca de toda ação intervencionista de Anthenor Navarro, no contexto pós-movimento de 30. A partir dos jornais, identificamos o discurso oficial da interventoria e adotamos uma postura crítico-interpretativo frente à idéia de administração construída pelos órgãos da imprensa paraibana.

A leitura dos jornais possibilitou-nos um diálogo entre o dito e o não dito, o sujeito-objeto e o contexto, ocultado nos sentidos e nas ações que se pretendeu construir naquele instante. Nossa postura foi a de procurar identificar os sentidos construídos no interior do texto analisado, pois entendemos que:

² Ibidem, pp. 40-54.

Numa primeira aproximação, que o historiador não tem que lidar com o código, com a língua, ou antes, tem que lidar com eles, mas como base, como matéria-prima; seu objeto, no entanto, se ele se considera historiador das manifestações, dos efeitos ideológicos, não é o sistema, o modelo de competência, a língua, mas os fatos de fala precisos, ficando entendido que convém desembaraçar o termo de suas conotações filosóficas precedentemente evocadas – numa palavra, nos discursos.³

Sendo assim, o nosso objetivo foi o de trazer à tona a articulação entre o que estava escrito, como prática discursiva no interior das relações sociais e as práticas não discursivas, aquelas que formularam o conceito empírico, cotidiano e caracterizador do nosso sujeito-objeto. E nesse sentido, os Jornais foram de grande valia para que pudéssemos formular a construção ideológica pretendida pela interventoria de Anthenor Navarro.

Procuramos, através dos jornais, identificar idéia de poder construída em torno da ação intervencionista de Anthenor Navarro, e com essa postura, o nosso suporte teórico procurou estar próximo das considerações de Foucault, no limite das suas concepções sobre a articulação do conceito de poder com o conceito de discurso, cujo entendimento nos remete idéia de um discurso que se articula com a noção de poder, reproduzida na construção da idéia que se pretende que seja dominante.⁴ Assim, procuramos entender o nosso objeto em um sentido político, inserido no meio social paraibano, na medida em que a circulação positivo/negativa de suas medidas desconstruíram os espaços de poder.

É certo que as fontes jornalísticas utilizadas na pesquisa que ora se segue, são oficiais, e, portanto, estão comprometidas com as ações governamentais propostas pela interventoria. No período que compreende a nossa pesquisa não encontramos jornais que tenham, efetivamente, uma postura oposicionista; o que de fato encontramos foi uma imprensa de oposição a interventoria, maleável e pouco cética frente às ações do interventor, mas, rica em informações de modo a nos habilitar a auferir algumas conclusões.

Ainda assim, os jornais se constituíram como uma fonte importante a partir do entendimento de que, sendo o documento o ponto de partida para se conhecer o fato histórico, nos juntamos a Le Goff, quando pondera que:

Há que tomar a palavra documento no seu sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, [o jornal], ou de qualquer outra maneira. [...] [assim] a concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que essa revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento.⁵

³ Cf. RODIN. Régine. **História e lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 25

⁴ Cf. FOUCAULT. Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

⁵ Cf. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas: Ed. Da Unicamp. 1996, pp. 540 e 545.

Complementando essa assertiva, entendemos que a utilização de jornais como suporte da pesquisa histórica tem muito a contribuir com a construção do saber histórico; sem tomá-lo ingenuamente, nos propusemos a uma análise crítica do seu conteúdo e de suas afirmações, buscando analisar as idéias, os projetos políticos e a influência do Estado. Assim entendemos que, os textos jornalísticos aliados a conjuntura político-social e a outras fontes documentais (Decretos e relatórios) podem, seguramente, nos fornecer as bases necessárias para uma pesquisa histórica consistente e rica em conteúdo.

Considerando ainda os trabalhos de História Política, temos observado, em outros estudos, que os jornais têm se configurado como fundamental na apreensão das discussões acerca dos momentos políticos, das ideologias e das nuances que o poder pode construir no afã de se constituir como hegemônico, assim, tivemos considerando que,

Jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.⁶

Assim, nos propomos a dialogar com essas fontes, de modo a construir uma problemática do passado com os olhos do presente.⁷ Sem a ilusão de encontrar uma verdade pronta, procuramos problematizar as fontes de modo a produzir um conhecimento em constante aproximação com o real, mas suscetível de ser revisto, acrescido e até substituído por novos conhecimentos.⁸

Então, por essas considerações, esse estudo se utilizou largamente dos textos publicados nos periódicos da Paraíba, entre os anos de 1930 e 1934. Utilizamos o Jornal A União, órgão oficial do Governo; o Jornal Brasil Novo; o Jornal A Imprensa, editado pela Cúria Metropolitana da Paraíba, e ainda recortes de vários outros jornais de pequena circulação, catalogados na Biblioteca Horácio de Almeida, em João Pessoa, são eles: jornal Correio da Manhã, editado na Paraíba; jornal Liberdade, editado na Paraíba e o jornal de Recife, editado em Pernambuco.

Pela regularidade de sua publicação e por se constituir o periódico oficial da interventoria, o jornal A União foi consultado largamente, não só no período que compreendeu a administração de Anthenor Navarro (1930-1932), mas também, antes e depois da presença de Anthenor como interventor da Paraíba. Sendo assim, pela grande quantidade de reportagens e artigos, optou-se pelo trabalho de amostragem, para tanto,

⁶ Cf. LUCA, Tânia Regina de. "História do, nos e por meio dos periódicos." IN: PINSKY, Carla Bassanezi. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005, p.140.

⁷ Cf. CARR, Eduard H. **Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976, p. 18.

⁸ Cf. FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque. "Pesquisa, memória e documentação: desafios e novas tecnologias". IN: FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de. (org). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para história da educação**. Campinas: Autores Associados: Bragança: Universidade São Francisco. 2000, pp.101-103.

foram fixados algumas categorias norteadoras: instrução pública, justiça, segurança, saúde, economia, legislação fiscal e fazendária, seca, parte oficial e assuntos diversos da interventoria.

A partir dessas categorias, fotodigitalizamos as reportagens e notícias sobre os temas acima de modo a identificar a ação política da interventoria, a economia, as finanças, a ação da interventoria face ao flagelo da seca de 1932 e a conduta centralizadora do Estado frente ao aparato estatal paraibano, perfazendo um total de aproximadamente, 1000 fotos.

Quanto aos jornais Liberdade, A Imprensa, Brasil Novo, Correio da Manhã e o jornal de Recife, foram consultados pontualmente, considerando que o nosso acesso aos exemplares desses periódicos foi restrito, em alguns deles, como é o caso do Jornal Brasil Novo e Liberdade encontramos apenas um volume de cada um, referente ao ano de 1931. Já a pesquisa no Jornal A Imprensa ficou restrita a questões pontuais, sem que nos debruçássemos com a mesma intensidade adotada junto ao jornal A União. O restante dos periódicos citados acima foi consultado em um conjunto de recortes, de modo a selecionar reportagens específicas, em sua maioria, voltada para os questionamentos acerca da ação intervencionista do Estado, também nesses jornais, fotodigitalizamos seletivamente o que julgamos importante, perfazendo um total de 102 fotos.

Também foi utilizada nesse estudo, a documentação oficial, vinculadas a interventoria e constituída pelos relatórios, Decretos, Anuários Estatísticos e alguns documentos manuscritos produzidos pelo gabinete da interventoria. Toda essa documentação foi largamente utilizada em conjunto com os jornais, de modo a perfazer um cruzamento de dados e responder questões que, ao longo da pesquisa, necessitaram de confirmação, e ainda, foram utilizadas na perspectiva de trazer a tona assuntos não mencionados pelos jornais.

Ainda inventariando as fontes, utilizamos documentos eletrônicos, trabalhou-se com a *home page* “navarros”, que se constitui como fonte para a construção de um histórico da família Navarro e, principalmente, da família de Anthenor Navarro. Utilizamos também a *home page* da “Companhia Construtora de Santos” e do “Arquivo do Estado de São Paulo” com vistas a adquirir informações sobre o período em que Anthenor Navarro foi funcionário da referida construtora e da Prefeitura de São Paulo, quando trabalhou como engenheiro terceirizado, responsável pela urbanização do Bairro do Brás de Pina daquela cidade.

Selecionadas as fontes, traçamos um plano de trabalho que nos permitiu concretizar a nossa proposta de pesquisa. Após intensa pesquisa e muitas problematizações ao nosso objeto construímos o trabalho que ora se segue com a estrutura que passamos a descrever abaixo.

O primeiro capítulo procurou estar atento ao processo de centralização da máquina administrativa do estado paraibano a partir das ações da interventoria de Anthenor Navarro. Tendo como foco a administração e a reestruturação do aparato estatal da Paraíba, procuramos demonstrar a ação intervencionista no sentido de colocar a política e a administração sob a tutela do estado.

Considerando o momento político pós-30, procuramos adentrar nos caminhos da política paraibana dos primeiros anos “pós-revolução”, sem esquecer os antecedentes da centralização estatal. Assim, inicialmente abordamos a administração de João Pessoa procurando demonstrar os mecanismos criados pelo então presidente do estado, rumo ao controle efetivo da máquina estatal, passando pela reforma tributária e pelo levante de Princesa. Em seguida, abordamos o movimento de 1930 e a intervenção tenentista. Associado ao contexto nacional procuramos discutir os acontecimentos que, na Paraíba, caracterizaram o levante de 30 e suas implicações dentro do estado. Ao mesmo tempo, procuramos demonstrar como a nova configuração de Estado, proposta pelos “revolucionários,” foi desenhada no contexto político-social da sociedade brasileira e, especificamente, na Paraíba. A caracterização do movimento tenentista também se configurou como outro ponto abordado dada a emergência do sistema de interventorias.

Por fim, no primeiro capítulo, iniciamos a apresentação do nosso objeto de estudo – Anthenor Navarro. Em um primeiro momento, construímos sua trajetória intelectual apresentando dados que possibilitam ao leitor visualizar o perfil de um homem em constante atividade intelectual e conhecedor dos acontecimentos políticos e sociais do contexto que esteve inserido.

Após a sua indicação para interventoria da Paraíba, nos detemos sobre os contornos da sua ação intervencionista. Procuramos reconstruir os jogos do poder que emergiram no pós-30 e a escalada da centralização estatal rumo à ampliação dos domínios do estado.

Seguindo o processo de centralização administrativa do aparato estatal paraibano, discorreremos no segundo capítulo, sobre a burocracia do estado. A nossa pretensão foi dissertar sobre a burocracia e demonstrar como a interventoria de Anthenor Navarro reorganizou os setores funcionais. A educação, a saúde, a justiça, a segurança, legislação fiscal, o crédito mercantil e a economia constituem os setores funcionais estudados. Todos os itens acima estão dispostos de modo a rememorar o antes e o depois de 1930, seguindo essa estrutura construímos um texto que versa sobre a funcionalidade e a utilidade desses setores estruturais do estado Paraibano.

Por último, procuramos traçar os caminhos da legitimação da interventoria frente à crescente manifestação popular de mitificação da administração de João Pessoa, enquanto governador da Paraíba, no período compreendido entre 1928 a 1930. Nesse item procuramos casar a organização do Estado paraibano sob os ditames da interventoria de

Anthenor Navarro, com o princípio ordenador de moralidade, amplamente divulgado por Anthenor Navarro, e colocado como legitimador da ação centralizadora do estado paraibano.

O terceiro e último capítulo discorre sobre a ação da interventoria frente ao combate à seca de 1932. O referido capítulo está disposto em três partes: a primeira constrói os antecedentes da ação estatal no combate à seca do Nordeste. Aqui procuramos traçar uma linha de atuação do governo federal frente ao problema, com ênfase na atuação de Epitácio Pessoa enquanto Presidente do Brasil (1919-1922), neste momento, caracterizamos a atuação do estado paraibano e as relações estabelecidas entre o poder central e o poder local.

A segunda parte discorre sobre o período revolucionário, com enfoque na ação do Ministério da Viação e Obras Públicas, cujo titular foi José Américo, e nas medidas adotadas por Anthenor Navarro no combate a estiagem. Em seguida procuramos caracterizar a atuação do Distrito de obras contra as secas, o envio de verbas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, a ajudagem, as frentes de emergência e a relação estabelecida entre o Estado (poder central e poder estadual) e a política local, no contexto da seca.

Nesse momento, procuramos identificar quais as relações estabelecidas no sentido de favorecer a reacomodação dos redutos oligárquicos da Paraíba, pela utilização das verbas de combate a estiagem dispendidas pelo Ministério da Viação.

Em seguida, a terceira e última parte procura discorrer sobre a assistência aos flagelados da seca na Paraíba, de modo a caracterizar essa assistência e identificar o significado político da ação estatal junto às medidas de combate ao flagelo de 1932. Também nesse momento, identificamos as articulações empreendidas por José Américo, então Ministro da Viação, no sentido de favorecer, pelo uso político da seca, a construção da sua base oligárquica e, depois da morte de Anthenor Navarro, a conclusão do processo de emergência do seu grupo de poder – o americismo.

OS DOMÍNIOS DO ESTADO: a centralização burocrática e a política da Paraíba pós-30

1 - NOVOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS NA VELHA ORDEM: a Paraíba nos anos de 1928 a 1930.

É consenso entre os historiadores a assertiva de que a “Revolução de 1930” deu à política brasileira novo rumo e novas características. 1930 procurou, pelo menos em tese, desmontar uma estrutura política viciada na troca de favores e fragmentada pela ação dos coronéis.

Sem uma articulação social relevante, a sociedade brasileira esteve, desde o império, vinculada ao Estado por laços de favor; uma troca entre homens livres cuja base de dominação esteve intimamente ligada ao poder econômico. Nestas bases, a república nascente (1889) se constituiu como um arranjo bem elaborado de grandes e pequenos chefes oligarcas que usufruíram da máquina estatal em benefício próprio.⁹

A Primeira República (1889-1930), portanto, tratou de organizar um plano de formação geral para o país – o sistema oligárquico – onde chefes maiores e menores, diferenciados pelo poder econômico, se compuseram e disputaram entre si e para si o

⁹ Alguns trabalhos ilustram essas afirmações: FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001; LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1975; CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. IN: **História geral da civilização brasileira – III o Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985, pp. 15-50; CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

poder. A condução deste sistema foi assim, colocada nas mãos dos governadores que organizaram e ordenaram as municipalidades.

O governo estadual garante, para baixo, o poder dos coronéis sobre os seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste e do seu domínio no Estado.¹⁰

As relações estabelecidas criaram mecanismos de interdependência, de modo a atingir todas as esferas do poder, em um ordenamento cujo fim foi a consolidação de uma representação política alinhada aos interesses das oligarquias do centro-sul, em troca da garantia e manutenção do prestígio galgado pelo chefe político em seu reduto.

Esta ordem político-estrutural foi amplamente favorecida, em sua gênese organizacional, pela Carta constitucional de 1891 que concedia ampla liberdade ao executivo estadual para versar sobre o ordenamento municipal. Sob a máscara do fortalecimento do regime nascente, os Estados, personificados na figura do governador, jogaram amplamente no sentido de favorecer a consolidação da sua base política; a nomeação dos prefeitos, dos funcionários, da justiça estadual e das rendas consolidou a formação dos redutos de poder; Ceará, Paraíba, Bahia e algumas regiões do interior do Rio de Janeiro são exemplos onde os prefeitos foram sempre nomeados pelos governadores.¹¹

Interessava, com essa interdependência, vencer. Interessava firmar-se com influência e prestígio político, exercendo soberanamente o controle estatal. Contudo, no sistema republicano, isso só seria possível por meio das eleições (do voto). Neste sentido, “... a eleição será o argumento para legitimar o poder, não a expressão sincera da vontade nacional... a vergonha dos chefes não nasce da manipulação, mas da derrota. O essencial é vencer a qualquer custo”.¹²

Ao partir desse princípio, a Primeira República estabeleceu com os governadores o seu compromisso de ordem e de poder com apoio incondicional e o alinhamento de interesses junto ao grupo dominante em qualquer esfera da estrutura política brasileira.¹³

Daí que, se em um plano geral e panorâmico tivemos uma organização política comprometida e uma eleição presidencial acordada, não se pode estranhar que a imagem do Estado Nacional também seja negociada. Mesmo projetando uma conformação forte e

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. IN: **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br>, acesso em: 03 de julho de 2006.

¹¹ FAORO, 2001. Op. Cit., pp. 704-705.

¹² Ibidem, p. 708.

¹³ O governo de Campos Salles (1898-1902) é emblemático para a definição do acordo político com os governadores. Conhecida como política dos governadores, esse acordo político harmonizou os interesses dos Estados e fortaleceu as situações estaduais com resultados eleitorais favoráveis, ao passo que essas situações garantiram a eleição de um Congresso Nacional alinhado à ação do presidente da República. Ver: DEBES, Célio. **Campos Salles: perfil de um estadista**. Vol. II. São Paulo: IHGSP, 1977 e FAUSTO, 1985. Op. Cit., pp. 15-188.

autoritária, esse Estado Nacional esteve limitado aos arranjos dessa federação oligarca sem liberdade ou representatividade. Ou seja, o Estado Nacional que se configurou ao longo da Primeira República foi estruturado de modo a dar continuidade ao domínio das elites agrárias, e a condução da ação política se deu no sentido de favorecer os interesses de tais grupos, sobretudo, os de maior poder econômico.¹⁴

O peso desse Estado esteve largamente alicerçado nos moldes do patrimonialismo, uma vez que, o imbricamento construído a partir da política dos governadores, favoreceu a particularização do público, esse visto como propriedade política daqueles que detinham o poder. Tal postura não se configurou como algo recente ou até novo, pois, na trajetória constitutiva do Estado brasileiro, desde o império, as instituições tiveram a função de representar os interesses particulares por meio de um pacto de distribuição de poderes. Sendo assim, o Estado criou a via de concessão de benefícios adicionais àqueles que se comprometiam com o apoio incondicional às iniciativas do poder central.¹⁵

Com o advento da República, a influência centralizadora e patrimonial do império, face aos novos rumos da política brasileira, criou uma encenação política com a institucionalização das eleições, na tentativa de demonstrar certa isenção de interesses, mas, na verdade, o que se observou foi a recondução do Estado patrimonial para os moldes de um compromisso institucional. A República institucionalizou para dentro do aparelho de Estado as práticas de favorecimento com vistas a cooptação de apoio em toda extensão do território nacional.

Assim, a participação política deixa de ser um direito e torna-se um benefício outorgado, em princípio revogável. Como qualquer tipo ideal, esse arranjo ocorre todo o tempo em todos os sistemas políticos abertos, e não é uma peculiaridade brasileira. [...] Isso significa que a administração pública é vista como um bem em si mesmo, e a organização governamental tem as características de um patrimônio a ser explorado, e não de uma estrutura institucional a ser acionada para obtenção de fins heterônimos.¹⁶

São Paulo e Minas Gerais representaram, em síntese, a canalização desses acordos e o direcionamento da política de interesses. A política do café-com-leite¹⁷ foi, ao longo de

¹⁴ O Estado nacional que se configura na Primeira República é resultado de todo um processo de formação do Estado brasileiro, daí que algumas obras podem ser consultadas para que em seu conjunto se possa entender a conformação e formação deste Estado. Ver: URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Difel, 1978 e FAORO, 2001. Op. Cit. Na república, especificamente pensando o pós-1930 ver: FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981; SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994, e WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁵ Cf. PAIM, Antonio. **A querela do estatismo**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1978, pp. 3-7.

¹⁶ Cf. SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: Difel. 1975, p. 22. Ver também, SCHWARTZMAN, Simon. **As bases do autoritarismo brasileiro**. vol. 12. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília (Coleção: Temas brasileiros). 1982.

¹⁷ Denominação empregada para caracterizar a alternância dos nomes que ocuparam a presidência da República durante todo o período compreendido entre 1889-1930, cujo revezamento alternado se deu entre políticos de São Paulo e Minas Gerais.

toda a Primeira República, a expressão visível de uma República moldada em torno dos interesses, principalmente dos cafeicultores.

Estabelecido o ordenamento político, a relação com os Estados convergiu para a manutenção dessa ordem; os estados menores da federação, seja por dependência econômica ou por pouca representação política, estiveram alinhados com o propósito de confirmarem o apoio aos nomes indicados para ocupação da presidência, apenas legitimando o consenso.

Na Paraíba isso não foi diferente. Todo período que compreendeu a Primeira República foi marcado por uma conveniência frente aos interesses do centro-sul (São Paulo e Minas Gerais). As oligarquias do estado não tiveram força suficiente para se configurarem como peso político frente aos interesses econômicos do sul do país. O poder local que aqui se formou se configurou como uma delegação do poder central, comprometido e utilizando os cargos políticos como propriedade particular, com vista ao fortalecimento de sua influência interestadual.¹⁸

A estrutura oligárquica paraibana se foi fraca economicamente e de pouca expressão política em sua dimensão nacional, internamente, polarizou a política estadual sob o domínio de duas oligarquias: a Alvarista (1889-1915), cujo chefe foi Álvaro Machado, e a Epitacista (1915-1930) sob o comando de Epitácio Pessoa,¹⁹ ambas alinhadas com o compromisso de manutenção do *status quo* das elites agro-exportadoras no poder, e religiosamente assentada sob as ordens dos seus respectivos chefes supremos. Organizacionalmente, a Paraíba da Primeira República colocou a máquina política e toda a sua estrutura administrativa submetida aos arranjos que interessavam à oligarquia dominante; neste sentido, tivemos um Estado fatiado e condicionado estruturalmente aos anseios do situacionismo político.

1.1 – O GOVERNO DE JOÃO PESSOA

Como já foi dito, a Paraíba não fugiu à regra instituída por Campos Salles (1898-1902). Na política dos estados, coube aos governadores paraibanos garantir o poder dos coronéis nos municípios e apoiar o presidente da República em troca do reconhecimento do seu domínio em âmbito estadual. Entretanto, a partir de 1928, com a eleição de João Pessoa para o cargo de governador, as medidas de moralização administrativa,

¹⁸ Cf. SCHWARTZMAN, 1982. Op. Cit., p. 26.

¹⁹ Um excelente estudo sobre essas oligarquias foi feito por: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder** (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1989; MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982; e LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

centralização burocrática e desprestígio aos chefes locais, abalaram as relações do executivo estadual com o então presidente Washington Luiz, nos termos da política dos governadores. Longe de significar uma mudança no sistema político vigente, a administração de João Pessoa significou, na Paraíba, o reordenamento nos princípios da administração política, indo de encontro com os arranjos políticos da Primeira República.

Oriundo da oligarquia Epitacista, João Pessoa foi indicado para o cargo de governador da Paraíba como resultado de uma manobra política de Epitácio para impedir a indicação de Júlio Lira, feita pelo então governador João Suassuna;²⁰ a indicação do seu sobrinho ao cargo possibilitou a Epitácio, pelo menos em tese, “reter um controle mais seguro sobre o escalão de liderança da oligarquia, controle que, ao mesmo tempo, seria administrado diretamente em favor de seu grupo de base familiar.”²¹

Efetivada a sua indicação para o governo do Estado e assumindo em 22 de outubro de 1928, João Pessoa deu à sua administração um direcionamento diferente daquele praticado nos meios políticos da Paraíba, procurando fazer um governo à revelia dos antigos costumes de compromisso e patronagem,²² intensamente utilizados por Epitácio Pessoa desde 1915. A aceitação de João Pessoa para cargo foi, como ele mesmo definiu, apenas a expressão de sua gratidão ao tio, portanto, ele não se via obrigado a compactuar com a mesma cartilha de compromisso dos antigos políticos paraibanos e tampouco, estar submisso à conduta do partido que o elegeu.

Aqui cabem algumas considerações sobre a importância do partido Epitacista. Considerando que a organização política da Paraíba esteve polarizada entre duas oligarquias, a acomodação partidária destas esteve pautada nas cisões inter-oligárquicas e nos arranjos políticos de apoio ou oposição ao situacionismo. Neste sentido, os partidos políticos traduziram os redutos das parentelas e afiliações familiares frequentemente em disputa pelo controle da máquina estatal paraibana.

Ao longo de toda a Primeira República, os partidos paraibanos sofreram mutações e renomeações, estiveram na situação e na oposição consentida, como mostra o quadro abaixo.

²⁰ Júlio Lira foi chefe de polícia no governo de João Suasuna, amigo pessoal deste e também Epitacista. Contudo, Epitácio Pessoa preteriu a indicação de Suassuna e indicou João Pessoa para o cargo sob a alegação de que “a escolha de um candidato de dentro do Estado importaria a preterição de correligionários com serviços mais longos, nos altos postos da política” e, sendo assim, o sobrinho que estava a muito tempo longe das querelas políticas do Estado poderia conduzir melhor as questões estaduais sem desprestigiar nenhum correligionário. Ademais, João Pessoa, segundo Epitácio, era muito bem conceituado nos meios políticos da capital federal. EPITÁCIO, Pessoa. **Na política da Paraíba: (2ª fase 19/2/1915)**. Rio de Janeiro: INL, 1962, pp. 360-361.

²¹ LEWIN, 1993. Op. Cit., p. 327

²² A patronagem foi o apoio moral ou material, a proteção e o patrocínio dispensado aos correligionários políticos; na presidência de Epitácio Pessoa (1919-1924) foi utilizada com frequência como forma de garantir o apoio de seus apaniguados e com o propósito de manter sua oligarquia unida.

QUADRO I - COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS DAS PRINCIPAIS PARENTELAS NA PARAÍBA (1892-1915)

A COLIGAÇÃO DOMINANTE	A OPOSIÇÃO
I. 1892-1908	
<i>Partido Republicano da Paraíba (Alvaristas)</i>	<i>Partido Autonomista (Venancistas)</i>
II. 1908-1912	
<i>Partido Republicano conservador da Paraíba (Alvaristas e Venancistas)</i>	<i>Partido Democrático (dissidentes e velhos liberais inconformados)</i>
III. 1912-1915	
Transição do domínio Alvarista para o Epitacista	
IV. 1915	
<i>Partido Republicano Conservador Paraibano (Epitacistas)</i>	<i>Partido Republicano da Paraíba (Valfredistas)</i>

FONTE: GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias:** Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994, pp.61-62.

Com a vitória do Epitacismo em 1915, o PRCP sofreu uma intensa reestruturação. Ao seu turno, como chefe da oligarquia dominante, Epitácio Pessoa procurou fazer do seu partido um reduto hierarquicamente subordinado às suas ordens; aos epitacistas afiliados no PRCP não foi permitida qualquer candidatura se não aquela indicada pelo chefe supremo e a não observância desse preceito implicaria na expulsão dos quadros do partido e, conseqüentemente, desprestígio político por parte da oligarquia dominante.

Paralela a essa reorganização do PRCP, Epitácio Pessoa buscou cooptar parte da oposição valfredista²³ ao mesmo tempo em que conduziu as relações com os correligionários no seu melhor espírito personalista, cujo resultado foi a ampliação da base oligárquica do epitacismo. Sendo assim, a reestruturação do PRCP construiu uma base sólida, fiel e incontestável “às ordens de Epitácio”. Portanto, é nesse absoluto compromisso de fidelidade partidária para com o chefe supremo do PRCP, que a oligarquia epitacista construiu sua hegemonia política ao longo dos anos seguintes a 1915.²⁴

Para João Pessoa, a política da Paraíba era viciada e corrupta, ao mesmo tempo em que a administração era ineficiente; para o novo governador, pouco importavam a tradição e o mútuo compromisso (poder central/poder local) construídos por seu tio e assentados na fidelidade partidária. A moralização política, econômica e administrativa marcada pelo desprestígio aos coronéis foi definida como meta a ser alcançada, na tentativa de fortalecer o executivo estadual e soerguer a economia sem depender do jogo político característico da Primeira República.²⁵

Era necessário tornar a máquina administrativa imune à influência dos coronéis; assim, João Pessoa não poupou esforços no sentido de moralizar a política e a administração paraibana; organizou o aparelho fiscal, cuja cobrança de impostos e a

²³ Denominação usada para caracterizar os opositores de Epitácio Pessoa na campanha de 1915. Os Valfredistas estavam reunidos em torno do Padre Valfredo Leal, fiel companheiro e substituto de Álvaro Machado na condução do Partido Republicano da Paraíba.

²⁴ LEWIN, 1993. Op. Cit., pp. 272-279.

²⁵ RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa:** uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: Sec. de educação e Cultura/União Editora, 1978, p. 29.

arrecadação foi feita sem qualquer influência política; estruturou e organizou a contabilidade geral do Estado; foi rígido no trato do dinheiro público e regulamentou o pagamento do funcionalismo estadual, contrariando largamente os interesses dos chefes locais.

Ainda em detrimento de tais chefes, João Pessoa fez funcionar uma máquina administrativa que se encontrava estacionada e condicionada à influência do poder local; estabeleceu uma nova orientação aos rumos da justiça paraibana, com a nomeação de novos delegados isentos da política local; removeu, pôs em disponibilidade e exonerou juízes; suprimiu comarcas e reconduziu julgamentos do interior do estado para a comarca da capital, na tentativa de minar o prestígio do chefe local cuja influência favorecia os seus correligionários ao contratar advogados, preparar testemunhas e corromper jurados.

Para João Pessoa, as falhas e as omissões do Estado estavam refletidas nas municipalidades enfeudadas e sob o domínio das chefias políticas. Portanto, suas medidas, intensificadas no combate à influência dos coronéis, atingiram todos os setores estruturais da Paraíba a partir da base da organização estatal, o município²⁶. Daí, as hostilidades oriundas dos políticos locais e chefes municipais não tardaram a aparecer, sobretudo, porque João Pessoa desconcertou vícios profundamente enraizados no aparelho administrativo do estado e colocou os costumes partidários em um lugar de pouca ênfase. Essa postura do governador também foi largamente sentida por seus correligionários que não foram poupados das novas medidas implementadas.

O presidente procedia como se houvesse recebido uma missão de natureza providencial... de entrada destituiu vários chefes municipais, entregando a política a adversários históricos... demitiu e removeu, sumariamente, numerosos administradores de mesas de rendas... como o coronel Miguel Sátiro, chefe de Patos; o administrador de Princesa que era irmão de José Pereira; o de São José do Rio do Peixe que era irmão do Padre Cirilo de Sá... todos os delegados foram nomeados com carta branca para agirem a revelia da política municipal.²⁷

Sua administração significou um golpe na articulação política da Paraíba que até então, havia direcionado a estrutura estatal e as relações de poder em favor da manutenção da base oligárquica do epitacismo, da qual ele também fora oriundo.

Esta mesma estrutura política sustentou o domínio do coronel e junto dele a subordinação da máquina estatal; administrações pouco transparentes e a consolidação de manobras em favor de aliados objetivaram a manutenção do *status* político alinhado com o poder central. Em meio a essa estrutura política, o conjunto de medidas adotadas por João Pessoa deu à política paraibana um novo peso e uma nova medida; esteve alinhada nos princípios de moralização, dinamização e transparência, contrariando os arranjos

²⁶ Ibidem, pp. 29-31.

²⁷ MELLO, 1982. Op. Cit., p. 89.

oligárquicos da política paraibana. Para José Octávio, em sua análise, o desprestígio aos coronéis traduziu uma perspectiva inovadora de administração pública e significou um ensaio, na Paraíba, de uma burocratização centralista.

o governante paraibano, precedendo as reformulações empreendidas pela revolução de 30, destoava as práticas habituais da República Velha, isto é, nepotismo, oligarquismo, desrespeito aos Direitos Humanos, fragmentação coronelesca do poder, improvisação administrativa e descaso pela coisa pública. Seu evangelho seria outro – a religião do Estado.²⁸

É certo que não podemos extrair João Pessoa do seu berço oligárquico, tampouco, das suas raízes e vínculos com o Partido epítacista. Contudo, também não podemos dizer que, enquanto ele esteve à frente do governo da Paraíba, tenha sido conivente com as mesmas práticas que reforçavam a reprodução das relações oligárquicas no estado. O que tornou a administração de João Pessoa intrigante e inovadora não pode ser entendido acompanhando somente as transformações do espaço político interestadual.

Sua administração projetou-o nacionalmente, como um exemplo de administrador sério e competente. Pois, o final da década de 20 gerou condições, que, mesmo a contragosto, empurraram os governos estaduais para uma definição de fronteiras, ou seja, diante das crescentes reivindicações de participação política dos estados que estavam fora do eixo café-com-leite, e da crescente crise econômica de 1929, a sobrevivência político-financeira e administrativa dos estados dependia de uma nova redefinição estrutural face ao contexto nacional. Nessas condições, a administração de João Pessoa não foi um ato heróico, mas uma necessidade de adequação econômica da Paraíba frente às transformações do mercado interno – havendo de considerar que a sua administração deu apenas os primeiros passos nesse sentido.²⁹

Contudo, a quebra das antigas tradições políticas do Estado custou-lhe um mar de lamentações de correligionários epítacistas; como Pedro Ulisses, prefeito de Santa Rita; Cunha Lima Filho, de Areia; e José Gaudêncio, chefe de São João do Rio do Peixe – que reagiram com o abandono do PRCP.

A situação foi ainda mais grave no interior do estado, onde as consequências negativas do saneamento político-administrativo de João Pessoa chegaram primeiro e onde não foram realizadas obras de infra-estrutura (construção de pontes, açudes e melhoramentos de ruas) que pudessem favorecer o prestígio do governador. Pelo contrário,

²⁸ Cf. MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada**: um estudo da formação do centralismo em 30. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984, p. 172.

²⁹ Cf. AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **O comércio paraibano no processo de formação do mercado nacional (1930-1939)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1987. (mimeo), pp. 12-16 e 136-142.

os impostos cobrados em todas as portei³⁰ do Estado e os arrochos fiscais contribuíram para aumentar as hostilidades contra o governador paraibano.

As investidas do governo estadual contra o coronelato municipal trouxeram conseqüências significativas. Embora João Pessoa tivesse sido advertido por Eptácio acerca de suas atitudes frente aos chefes locais, as medidas do executivo estadual, prontamente desestabilizaram a base política do epitacismo. Os chefes locais, acostumados a uma ação à revelia do poder central do estado, comandando a seu sabor todas as instâncias locais, logicamente não receberiam pacificamente as medidas impostas por João Pessoa.

No contexto político pré-1930, a reação dos correligionários epitacistas às medidas adotadas por João Pessoa traduziram o peso do sistema político vigente. O compromisso, como base de sustentação política, se viu desqualificado frente ao que era comum: coronéis prestigiados e chefes locais de posse das vantagens que a máquina estatal poderia oferecer. Na contramão das medidas centralizadoras de João Pessoa, a ordem vigente e seu imbricado jogo político, se não foram forte o suficiente para impedir a tendência centralizadora do aparato estatal, pelo menos demonstraram sua força de reação quando empreenderam a campanha de Princesa.

1.2 – A GUERRA TRIBUTÁRIA E A REVOLTA DE PRINCESA

Se administrativamente João Pessoa empreendeu uma intensa campanha de moralização política nas bases estruturais do aparelho estatal, no que diz respeito às finanças da Paraíba não foi diferente. Como também não foi diferente a reação daqueles que lucravam com a ineficiente arrecadação do estado.

Com o propósito de soerguer as finanças do estado, João Pessoa empreendeu duas linhas de ação em sua proposta de reforma do sistema tributário da Paraíba. A primeira procurou impor e disciplinar a coleta das rendas estaduais nos municípios, removendo a máquina fiscal da tutela dos coronéis locais e fiscalizando-a rigorosamente através da Secretaria da Fazenda.³¹

³⁰ O referido imposto tinha por nome "Contribuição de trânsito" e teve como objetivo arrecadar recursos para restaurar e conservar estradas. Em todas as estradas estaduais e federais João Pessoa mandou colocar portei³⁰ e passou a cobrar taxas a todos os tipos de veículos: carro de boi, bicicleta, carro, caminhão, cavalos de carga e cavalos de montaria. Mediante o alto custo com a vigilância das centenas de portei³⁰, a constante insatisfação e em razão de *habeas-corpus* concedido pelo Superior Tribunal, a Contribuição de Trânsito foi abolida.

³¹ Cf. GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994, p.73.

A segunda foi a reforma tributária,³² cujo objetivo foi o fim da dependência frente ao comércio pernambucano, considerando que:

A economia e as finanças paraibanas há muito vinham sofrendo grandes prejuízos em face do intercâmbio comercial de suas cidades interioranas com os estados vizinhos, principalmente Pernambuco. A precariedade dos meios de comunicação; ausência de estradas razoáveis interligando as várias regiões do estado; o maciço central da Borborema, cortando o território paraibano de nordeste a sudoeste, responsável durante muito tempo pelo isolamento de diversos municípios do interior em relação a capital, eram fatores que induziam a esse intercâmbio.³³

A referida reforma pretendeu ainda, por meio das leis tributárias instituídas por João Pessoa, controlar a arrecadação de impostos devidos aos cofres públicos da Paraíba, e obrigar as firmas instaladas em território paraibano a cumprir suas obrigações tributárias. Mas, a crise econômica que assolou o cenário mundial em 1929 não poupou a economia paraibana e agravou ainda mais a situação dos cofres estaduais. Os lucros da grande safra de algodão de 1928/1929 pouco renderam aos cofres do estado e o escoamento da produção continuou sendo feito pelos estados vizinhos, principalmente por Pernambuco. Como consequência, um grande número de fábricas fechou suas portas diante da impossibilidade de competir com o comércio de Recife.³⁴

Mediante a exposição dos problemas feita pela Associação Comercial da Paraíba, João Pessoa promulgou a Lei Tributária 673, de 7 de dezembro de 1928. Por meio desta Lei, o governo procurou dar vantagens às transações comerciais feitas pelo Porto de Cabedelo. Diminuiu os impostos das mercadorias que saíam do estado via capital e favoreceu aqueles que optaram por essa via de exportação de seus produtos.

As barreiras tributárias instituídas em favor da via de comércio pelo Porto de Cabedelo impediram a evasão da produção paraibana pelas zonas limítrofes do estado, ao passo que o imposto de incorporação considerou todas as mercadorias produzidas ou manufaturadas em território paraibano como fonte de receita pública.³⁵ Tal imposto impôs aos produtores (exportadores e importadores), a aquisição de uma certificação para os produtos comercializados, consideravelmente baixos se a transação tivesse sido feita pelo porto, e garantiu ao governo uma arrecadação controlada e direcionada.

Estrategicamente, a “Muralha da China”, que se constituía como uma barreira tributária, criada por João Pessoa buscou canalizar, por uma via de mão única, a arrecadação, e controlar as transações comerciais em favor da Paraíba. Entretanto, essas medidas feriram os interesses e as relações do governador do estado com os líderes locais

³² Sobre a reforma tributária do governo de João Pessoa ver: LEWIN, 1993. Op. Cit., pp. 338-343.

³³ Cf. RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**: poder privado x poder instituído. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 11.

³⁴ Cf. RODRIGUES, 1978. Op. Cit., p.45.

³⁵ Cf. MELLO, 1984. Op. Cit., p. 228.

e com seus primos, os Pessoa de Queiroz, de Recife, donos do Jornal do *Commércio* e detentores de relações comerciais com produtores e varejistas do interior paraibano, cujos vantajosos lucros faziam-se em detrimento da Paraíba.

Neste conjunto, o que se verificou, no contexto da administração de João Pessoa, foi a modificação dos fins da política econômica da Paraíba, na totalidade das medidas de fomento à produção (incentivos de crédito, incremento da agricultura e do comércio da capital, criação das Caixas rurais de amparo ao pequeno agricultor, entre outras),³⁶ sem que suas bases estivessem alinhadas ao ordenamento vigente. O fato de a Paraíba requerer para si o controle e a efetivação da arrecadação tributária implicou na quebra do *status* econômico de muitos produtores, principalmente nas cidades paraibanas consideradas extensão do comércio de outros estados: Campina Grande, Teixeira, Misericórdia, Piancó, Itabaiana, Alagoa Grande, Alagoa de Monteiro, Umbuzeiro e Princesa, com o comércio de Pernambuco; São José de Piranhas, São José do Rio do Peixe e Cajazeiras, com o comércio do Ceará; e Catolé do Rocha, Brejo do Cruz e Souza, com o comércio do Rio Grande do Norte.³⁷

Todavia, mesmo sendo declarado inconstitucional e, posteriormente revogado, o imposto de incorporação possibilitou ao executivo estadual, em sua refrega, o controle da arrecadação estadual. Com o fisco isento da política, a Paraíba pôde empreender a expansão da rede bancária e a criação das Caixas Rurais com incentivo financeiro aos pequenos produtores.³⁸

Neste ponto, a administração de João Pessoa, com sua política centralizadora, tornou o estado provedor de financiamentos e patrocinador de créditos. A reestruturação das divisas estaduais permitiu ao governo organizar e tutelar o soerguimento do instituto de crédito paraibano; o poder público se configurou como o agente provedor da dinamização das forças produtivas e da acumulação de capital que se processaram via Estado.³⁹

Ainda assim, o resultado do confronto entre o processo de centralização administrativo-econômico e os domínios do poder privado desenhou, na Paraíba, uma disputa pelo controle do aparelho estatal nas dimensões do conflito de Princesa.

As medidas empreendidas por João Pessoa em nenhum momento agradaram os políticos paraibanos e, tampouco, aqueles que compunham sua base epítacista. O crescente desprestígio sofrido pelos chefes locais provocou, em fevereiro de 1930, a revolta desses chefes nos sertões da Paraíba. Por ocasião das eleições federais daquele ano, desrespeitando o tradicional procedimento de consulta à cúpula do PRP, João Pessoa, sob

³⁶ Cf. RODRIGUES, 1981. Op. Cit., pp. 39-43.

³⁷ Ibidem, p. 45.

³⁸ Ibidem, pp. 57-59.

³⁹ Cf. MELLO, 1984. Op. Cit., p. 247.

a alegação de “uma nova política de não reeleição”, elaborou a lista de candidatos ao pleito.⁴⁰

A chapa com os nomes dos candidatos ao Congresso Nacional foi apresentada apenas doze dias antes das eleições, e primou pelo princípio de rotatividade para todos os correligionários epitacistas exceto para Carlos Pessoa, seu primo⁴¹. Diante de mais esse desprestígio, José Pereira, influente coronel da cidade de Princesa Isabel, no interior da Paraíba, e fiel epitacista de longa data, rompeu com João Pessoa e deu início ao conflito armado de Princesa.

A questão da chapa de João Pessoa para o congresso e a conseqüente luta de Princesa apenas ilustram mais uma das diversas razões para o rompimento. As hostilidades políticas estiveram, em última instância, refletidas na desmontagem da influência dos coronéis sob o aparato estatal. Neste sentido, o conflito armado de Princesa trouxe à tona a disputa entre o poder institucionalizado e o poder privado pelo controle da máquina burocrática.⁴² Por outro lado, a visibilidade da ação política de João Pessoa frente aos arranjos oligárquicos da Primeira República colocou em xeque o ordenamento da política dos governadores e o crescente inconformismo dos grupos políticos à margem do café-com-leite.

Sendo assim, para o governo federal, a desestabilização da política moralizadora de João Pessoa significaria a reafirmação da política de compromisso. Mas, em meio ao conflito e cercado de pressões, João Pessoa resistiu à intervenção federal no estado, a qual só poderia ser efetuada por solicitação do executivo estadual, considerando que a constituição de 1889 dava completa autonomia aos estados na resolução de suas questões internas. Desse modo, ele impediu que os princípios administrativos implementados em seu governo fossem sufocados pela política do compromisso.

Querem a intervenção a todo custo: chegam a insinuar o absurdo de eu mesmo a pedir para o meu estado. Mas podem ficar certos de que esse passo não darei absolutamente. E a autonomia do meu estado hei de defender, queira ou não o Dr. Washington Luiz, enquanto me restar um vintém nos cofres públicos e um cartucho a queimar.⁴³

Quanto a intervenção, não pedi nem pedirei, não por orgulho ou por vaidade, mas porque não me quero sujeitar com o meu estado a mais uma mistificação.⁴⁴

O fim da política estatizante do executivo paraibano possibilitaria, nestes termos, o retorno às práticas usuais da Primeira República sob o comando dos coronéis. Também,

⁴⁰ Cf. Lewin, 1993. Op. Cit., 349.

⁴¹ O segundo dos dez filhos do Coronel Antônio Pessoa de Umbuzeiro, foi nomeado presidente da Assembléia estadual em 1920 e exerceu mandato na Câmara Federal, desde 1924, na vaga deixada por João Suassuna depois de frustrada a tentativa, junto a Eptácio Pessoa, de ser indicado para sucessão de Sólton de Lucena.

⁴² Para o aprofundamento do conflito armado de Princesa Ver: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. 1978. Op. Cit., e também as pertinentes considerações de LEWIN, Linda. Op. Cit.

⁴³ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 07 de junho de 1930, p. 1.

⁴⁴ Cf. RODRIGUES, 1978. Op. Cit., p. 146. Apud: Telegrama de João Pessoa ao deputado Maurício Lacerda.

nestes termos, podemos auferir o sentido do governo de João Pessoa: a construção de uma burocracia centralizada e livre das manobras coronelística possibilitaria ao estado a estatização do ordenamento político e econômico, ao mesmo tempo que, a desestruturação e esvaziamento das prerrogativas dos coronéis abririam espaço para a supremacia e consolidação de um Estado forte e provedor.

A burocratização, a fiscalização e a arrecadação, partindo do executivo estadual, renunciaram, assim, as tentativas de fortalecimento do Estado em detrimento do poder privado. Considerando os limites de tais medidas, diante da conjuntura política e econômica da Primeira República, o governo de João Pessoa possibilitou um ensaio do modelo estatal forjado no seio das transformações políticas e sociais emergentes no Brasil, no final da década de 1920 e adotado no pós-30.

1.3 – O MOVIMENTO DE 30⁴⁵ NA PARAÍBA E A INTERVENÇÃO TENENTISTA

Nos meses que antecederam o assassinato do presidente paraibano, a 26 de julho de 1930, em Recife, a Paraíba viveu momentos de intensa articulação política em favor da campanha eleitoral polarizada entre os candidatos da Aliança Liberal (Getúlio Vargas e João Pessoa) e os candidatos do Partido Republicano Paulista – PRP (Júlio Prestes e Vital Soares).

O “NEGO” de João Pessoa, contrário ao apoio à candidatura de Julio Prestes para sucessão do Catete, provocou um abalo considerável nas relações entre o presidente paraibano e o presidente da República, Washington Luiz. As conseqüências desse rompimento se fizeram sentir, sobretudo, em relação à revolta de Princesa com suposto apoio do presidente Washington Luiz à gente de José Pereira e o isolamento da Paraíba por tropas militares sob a iminência de uma intervenção federal.

Mas, se por um lado, a política administrativa de João Pessoa não foi favorável no plano federal, por outro favoreceu os arranjos entre o governo do estado e as forças de oposição a Washington Luiz. Junto com o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, a Paraíba aderiu ao movimento político que questionou as bases de sustentação da República Velha: compadrio, política dos governadores, política econômica de favorecimento do café, entre outras.

⁴⁵ A utilização do termo “movimento de 30” no nosso trabalho, implica dizer que entendemos o movimento de outubro como a substituição de uma elite política por outra, dentro do mesmo grupo de poder, portanto, uma cisão inter-oligárquica, sem se configurar como uma revolução, no sentido estritamente marxista – para quem o termo significa mudanças profundas (políticas, econômicas, sociais) produzidas em uma sociedade em que uma classe substitui outra no poder.

A chapa composta por Getúlio Vargas e João Pessoa, ao lançar sua plataforma de governo, sistematizou as tendências liberais dos aliancistas e incorporou como propostas os mais latentes anseios e reivindicações dos brasileiros, como a valorização do capital humano, o reaparelhamento do Exército e da armada, a redução dos quadros excessivos do funcionalismo público, a melhoria da remuneração dos servidores, a reorganização do IFOCS, o plano de colonização da Amazônia e a busca de soluções para o problema do café.⁴⁶

A plataforma de governo dos aliancistas procurou, ainda, dar aos espectadores uma clara e plausível solução para os problemas sociais do momento, assumindo o compromisso de extirpar os vícios que até então haviam corrompido a política nacional. O resultado foi à adesão à Aliança Liberal de grande parcela da sociedade brasileira. Entretanto, é preciso considerar que o apoio aos aliancistas refletiu muito mais a insatisfação dos setores economicamente desprestigiados da política café-com-leite do que propriamente da sociedade brasileira como um todo.

Sua proposta de moralização política e quebra dos velhos costumes oligárquicos impulsionou os setores progressistas, que não tinham a terra ou as relações de compromisso como base de sua ascensão social e política, por exemplo, a classe trabalhadora e o ainda frágil capital industrial.

Com a campanha da Aliança Liberal, o cenário político que se desenhou nos meses que antecederam o movimento de 3 de outubro favoreceu, sobretudo, as articulações entre os civis paraibanos e os tenentes. Isso porque, as hostilidades políticas geradas entre o presidente da Paraíba e o Catete possibilitaram o envio de tropas federais para o Nordeste que, na expectativa, apenas acompanharam o desenrolar dos acontecimentos do interior paraibano e somente sob o pedido expresso do Presidente da Paraíba efetivariam a intervenção. O que veio a ocorrer somente depois do assassinato de João Pessoa:

O governo central fez seguir para a capital paraibana, uma companhia do 25º Batalhão de Caçadores, de São Luiz... Mandou estacionar em Cabedelo, uma companhia de fuzileiros do 24º BC... Mudou a sede do 29º BC de Natal para uma cidade paraibana na divisa com Rio Grande do Norte – a localidade de Santa Luzia do Sabugy... O 23º BC de Fortaleza recebeu ordens de ir acantonar na cidade de Sousa no interior da Paraíba... Organizou um destacamento com tropas do 19º e do 21º BC, respectivamente de Salvador e Recife e mais um pequeno contingente do 28º de Aracajú, e fez o destacamento marchar sobre Princesa, ... Este destacamento era comandado pelo então capitão ou major João Facó.
... E para completar a ocupação do estado, a sede do 7º Regimento de Engenharia transferiu-se de Recife para o quartel do 22º BC. Todo esse enorme grupamento ficou sob o comando direto do general Lavanère Wanderley.⁴⁷

⁴⁶ Cf. FAUSTO, Boris. (org) **História geral da civilização brasileira – O Brasil republicano: sociedade e instituições** (1889-1930). 2º vol. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985, pp. 405-420.

⁴⁷ Cf. BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário** (memórias). Rio de Janeiro: Melso S.A., (sd), p. 95.

O cerco federal em volta da Paraíba, antes da intervenção mencionada, possibilitou aos militares, em sua maioria tenentes, articulações e acordos extras oficiais em favor do levante de outubro de 1930.

Com a intervenção federal efetivada após a morte de João Pessoa, a “paz política” conseguida pelo Catete não eliminou o clima de instabilidade⁴⁸. A Paraíba acabava de perder seu mais ilustre filho, e em torno da figura de João Pessoa, a Aliança Liberal desenvolveu uma intensa campanha nacional de comoção popular, colocando o presidente paraibano como mártir de sua causa. Dessa forma, os tenentes deslocados para o Nordeste e os civis paraibanos puseram em prática, sob a orientação de Juarez Távora e José Américo, um conjunto de ações estratégicas que objetivaram a deposição, na Paraíba, das forças legalistas.⁴⁹

Sob o comando de José Américo, o levante paraibano contou com quase todo secretariado do governo de João Pessoa, agindo a revelia, sobretudo, do seu sucessor Álvaro de Carvalho⁵⁰. Entre eles estavam Anthenor Navarro (Diretor da Repartição de Água e Esgoto da Capital Paraibana), Júlio Santiago (secretário particular de João Pessoa), Ademar Vidal (secretário de segurança pública responsável pelas tarefas corriqueiras relativas a segurança) e Artur Sobreira (Comandante da polícia militar da Paraíba); também participaram José de Borja Peregrino (futuro prefeito da capital paraibana), Ernesto Silveira, Artur Oliveira, Ruy Carneiro, Odon Bezerra, Cypriano Galvão, Antônio Primo Vianna, Francisco Cícero de Mello (engenheiro), José Minervino, Antônio Ramos, José de Barros, Anísio Toscano e Baliseu Gomes (comandante). José Américo contava ainda com os tenentes em destacamento no 22º Batalhão de Caçadores, Juracy Magalhães, Agildo Barata, Jurandy Mamede e Paulo Cordeiro.⁵¹

Esses elementos civis e militares não necessariamente estiveram sob o comando de José Américo, mas de Juarez Távora, que determinou todas as medidas a serem tomadas e acordou em conjunto, as ações necessárias para a tomada do 22º Batalhão de Caçadores da capital paraibana. O golpe, planejado para a madrugada do dia três de outubro de 1930 e previamente estabelecido com o Rio Grande do Sul e Minas, consolidou os planos de

⁴⁸ Detalhes dos setenta dias entre a morte de João Pessoa e o levante de outubro de 1930 podem ser consultados no livro de memórias do vice de João Pessoa no governo do Estado: CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da revolução**: 72 dias na presidência do estado da Paraíba - memórias. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978.

⁴⁹ Conferir as considerações de GOMES, Ângela Maria de Castro (org). **Regionalismo e centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; ALMEIDA, José Américo de. **O ano do Nego**. 3 ed. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo/Companhia paraibana de gás-PbGás, 2005; e BARATA, S/d. Op. Cit.

⁵⁰ Segundo o então governador, todo o secretariado do seu governo estava conspirando em favor da deflagração da Revolução de 1930 sem que dela ele tivesse conhecimento. Ver: CARVALHO, 1978. Op. Cit., pp.78-84.

⁵¹ Cf. VIDAL, Ademar. **1930: história da revolução na Paraíba**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1933, p.447; e BARATA, S/d. Op. Cit., p. 96. Sobre a ocupação do 22ª Batalhão de Caçadores Cf. ALMEIDA, 2005. Op. Cit., p. 204.

derrubada da República oligárquica e possibilitou os momentos de reorganização da política brasileira.

Após o Movimento de 30, o Brasil começou a viver momentos de reestruturação do poder político. Getúlio Vargas assumiu a presidência na condição de governo provisório cuja missão foi a moralização e renovação dos costumes políticos. Ao lado de Getúlio, os tenentes constituíram um apoio necessário, uma vez que estes haviam, por todo Brasil, consolidado o movimento em suas bases militares ou civis.

Neste sentido, a organização do Estado pós-30 seguiu em sua conduta mestra os princípios defendidos pelos tenentes. No Manifesto Programa, pós - outubro de 1930 foram traçadas as linhas gerais da atuação do novo Estado: voto secreto e ensino primário obrigatório, criação do conselho nacional do trabalho, unificação da magistratura e do magistério, reforma geral do sistema tributário, comercial e político, instituição de bancos oficializados de custeio rural e o serviço militar obrigatório, na tentativa de fazer frente às condições do país que, corrompido pelo partidarismo oligarca, estava mergulhado em completa desordem⁵². Enquanto que o povo,

Com sua intuitiva clarividência, havia muito, percebera que estava sendo iludido... o estado de anarquia política e administrativa em que se debatia o país, decaído pela falsidade partidária dos oligarcas, pela mentira financeira, pelo artificialismo econômico, e pela deshonestidade no emprego dos dinheiros públicos, impunha, para salva-los, resoluções extremas.⁵³

Para Vargas, o problema do Brasil era um problema de administração, os erros, as falhas e a anarquia administrativa condenaram o país ao caos.⁵⁴ Desse modo, o “Governo Revolucionário” seria o caminho encontrado na busca de uma nova base estrutural para o Brasil pautada na moralidade política⁵⁵ e na organização do Estado em sua estrutura burocrática. As medidas de Vargas, então, procuraram estar direcionadas ao propósito de estabelecer uma nova relação entre o Estado e o sistema político-econômico, relações esta pautada na escalada centralizadora do Estado.

Nesta perspectiva, o Governo Provisório, instituído com o pós-30, procurou ter como principal meta reorganizar a estrutura burocrática brasileira de modo a favorecer a dinâmica econômica e incrementar o mercado, reconduzindo o país ao caminho do desenvolvimento. Para isso,

O governo federal criou comissões, conselhos departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Tratava-se de estudar, coordenar,

⁵² Cf. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**: da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de governo. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d, pp. 19-54.

⁵³ Ibidem, p. 82.

⁵⁴ Ibidem, p. 124.

⁵⁵ A moralidade política a que se referiu Vargas consistia na quebra de antigas práticas de favorecimento, amplamente utilizadas pelos políticos da Primeira República.

proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas do mercado brasileiro.⁵⁶

Entretanto, a historiografia sobre 1930, mesmo reconhecendo um propósito inicial de criação de um Estado burocraticamente organizado e alinhado ao capitalismo internacional, aponta para um Estado que não esteve empenhado em uma reforma político-estrutural profunda, mas, sim, permaneceu preocupado com uma conciliação/compromisso a ser estabelecido com os grupos que fizeram a “revolução” e com as chefias locais nos estados.⁵⁷

Na base deste compromisso está, portanto, estabelecida a ação do Estado brasileiro caracterizado como mediador entre os interesses da burguesia agro-exportadora e da burguesia defensora do capital industrial-urbano. Sendo assim, o pós-30 emergiu como um compromisso estabelecido entre as forças políticas nacionais e locais, instaurado de cima para baixo por uma burguesia nacional que conseguiu garantir a acomodação de suas idéias e interesses sobre as pretensões poder local, seguido pelo propósito de moralização e centralização estatal.

Mas, os primeiros instantes do pós-30 não estiveram moldados nesta premissa. Se considerarmos a ação dos interventores nos estados, veremos que a conduta desempenhada por eles foi de efetiva desarticulação do poder local, com vistas a uma conformação político-institucional centralizada. Pois, ao lado dos tenentes, a experiência “revolucionária” havia assumido o propósito de reorganização do Estado brasileiro pelo viés do radicalismo reformista, cujo fim foi a confluência do poder para Vargas.⁵⁸

O que interessava à coalizão vitoriosa de 1930 era assumir o desafio da transformação “revolucionária” de uma sociedade oligárquica, regionalista e localista. Tal pretensão definiu, no primeiro momento do pós-30, e a ideologia que norteou os propósitos políticos do grupo que emergiu ao poder nesse momento. Ou seja, para Vargas, o pós-30, em seus primeiros passos, significou uma transformação política, com o estabelecimento de um conjunto de medidas voltada para reformular e reconduzir o aparato estatal a uma crescente centralização. Com isso, a proposta de transformação política difere da proposta

⁵⁶ Cf. IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996, p. 34.

⁵⁷ FAUSTO, 1981. Op. Cit., ver também WEFFORT, 1978. Op. Cit. Numa outra vertente: TRONCA, Ítalo. **1930: a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982., e DE DECCA, Edgard. **O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004., questionam a construção do “fato” revolução de trinta. Para ambos, 30 foi a emergência das lutas de classes e a possibilidade de uma nova ordem para a classe trabalhadora, sobretudo, com a organização do BOC (Bloco Operário Camponês), o objetivo, ainda, desses autores é a busca das memórias e o estabelecimento de uma ótica de enfrentamento social e não somente o entendimento da ação do Estado.

⁵⁸ TAVARES, José Antonio Giusti. **A estrutura do autoritarismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1982, p. 112.

de Estado – a primeira foi estabelecida como o princípio norteador do governo provisório entre 1930 e 1934; e a segunda, coexistiu com a primeira ainda que, sem muita clareza.

Isso porque, entre os anos de 1930 a 1934, o modelo de Estado em emergência estava por ser definido; desse modo, o primeiro momento do governo Vargas, tido como governo Provisório, teve que optar ou pela reestruturação política do Estado via centralização burocrático-institucional, com a construção de um Estado central, ou pela definição de um Estado com classes e instituições políticas fundadas na autonomia, no pluralismo, na representatividade e na competitividade entre diferentes forças sociais.⁵⁹

O que se verificou, portanto, foi a opção pela reestruturação política do Estado brasileiro. Seria o primeiro passo a ser dado, para, por meio da centralização político-estatal, se estabelecer um Estado de compromisso capaz de equilibrar os conflitos regionais, sob a égide de um Estado que,

Desfrutando de evidente ascendência e poder sobre a escolha e o comportamento das representações classistas, conquistara como balança de poder naquele equilíbrio conflitivo de forças regionais, um extraordinário grau de centralização, concentração e autonomia cumulativa de poder. [...] [sendo assim] a estrutura de poder, no coração da qual o Estado, tripulado pelos vencedores políticos, continuaria a atuar em benefício dos derrotados, ainda que, para humilhação desses últimos, não como seu representante, mas quase como tutor. E é esta, em última instância, a essência, que importa reter, nesse jogo complicado e desconcertante, no qual – a longo prazo – os atores que ganharam, perderam; e os que perderam ganharam.⁶⁰

Com esse propósito de reorganizar politicamente o Estado, a direção dos estados federados passou a ser exercida por pessoas de confiança, indicada por Getúlio, que em geral, eram tenentes militares ou civis revolucionários que tiveram participação no levante de 30 e ainda, eram pessoas alheias às práticas políticas locais ou sem qualquer vinculação com tais práticas. Assim sendo,

A estratégia de absorção das oligarquias estaduais e de sua estreita subordinação ao Executivo nacional, consistia, na nomeação, pela presidência da república, de interventores que – tenentes, membros da intelectualidade ilustrada da oligarquia revolucionária, ou figuras politicamente identificadas com a revolução – eram, em qualquer caso extraídos e em certa medida “representativos” da estrutura regional de dominação mas, em regra, não havia ocupado qualquer posição relevante na estrutura regional de poder. Deste modo, os interventores podiam funcionar como instrumentos capazes de conciliar a auto-expressão da estrutura regional de dominação com as exigências de afirmação hegemônica do poder nacional.⁶¹

Esses interventores agiam como fiscalizadores e ordenadores da revolução nos primeiros instantes e ademais, formaram um corpo burocrático civil-militar que refletiu a ascensão dos tenentes aos cargos políticos. A sua conduta que – a um primeiro momento

⁵⁹ Ibidem, p. 112.

⁶⁰ Ibidem, p. 116.

⁶¹ Ibidem, p. 121.

parecia estanha ao meio e estava regulamentada pelo “Código dos Interventores”⁶², de 1931 – paulatinamente acabou comungando, em muitos estados, com os mesmos costumes políticos que teoricamente deveria combater. No Estado do Amazonas, por exemplo, a indicação dos interventores foi efetivada em acordo com os chefes locais. Daí que, para Vargas, era interessante que os interventores nomeados permanecessem pouco tempo no cargo, o que possibilitava um controle direto do Governo Provisório por meio do Vice-Reinado do norte.⁶³

QUADRO II – INTERVENTORES DO NORTE E NORDESTE (1930-1932)

ESTADOS DO NORTE E NORDESTE	INTERVENTORES			
	1931	ORIGEM	1932	ORIGEM
Maranhão*	Lourival Seroa da Mota.	Tenente Revolucionário	Lourival Seroa da Mota.	Tenente Revolucionário
Piauí*	Landry Salles Gonçalves.	Tenente/Militar	Landry Salles Gonçalves.	Tenente/Militar
Ceará*	Fernandes Távora	Tenente/Civil	Roberto Carneiro Mendonça	Tenente Revolucionário
Rio Grande do Norte**	Irinêo Joffily/ Aluísio Moura	Tenente/Civil	Herculino Cascado/ Bertino Dutra	Militar da Marinha Militar da Marinha
Paraíba*	José Américo de Almeida/ Anthenor Navarro	Tenentes/Civis	Gratuliano de Brito	Civil
Pernambuco*	Carlos Lima Cavalcante	Tenente/Civil	Carlos Lima Cavalcante	Tenente/Civil
Alagoas*	Tasso Tinoco	Militar	Tasso Tinoco	Militar
Sergipe*	Augusto Maynard Gomes	Tenente Revolucionário	Augusto Maynard Gomes	Tenente Revolucionário
Bahia ⁶⁴	Leopoldo do Amaral/ Artur Neiva/	Civis Tenente/Militar	Juacy Magalhães****	Tenente/Militar
Amazonas ⁶⁵	Álvaro Botelho Maia**** Ten. Emanuel Moraes Antônio Rogério Coimbra	Civil revolucionário Militar Militar	Waldemar Pedrosa Antônio Rogério Coimbra	Civil revolucionário Militar
Pará	Joaquim Magalhães Barata	Militar	Joaquim Magalhães Barata	Militar
Acre	Sem informações		Sem informações	

FONTE:

*Cf. SANTANA, Martha M^a Falcão de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, pp. 76 e 87.

Cf. Jornal **A União de 16/12/1930, p.1 (Visita a Paraíba dos interventores do Ro G. do Norte e Pernambuco).

*** Cf. SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação**: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930 – 1937. Salvador: Assembléia Legislativa – Assessoria de Comunicação Social, 1992, p. 63.

****Cf. PONTES FILHO, **Estudos de História do Amazonas**. Manaus: Valer, 2000, pp. 168-169.

Historicamente, os tenentes se colocaram como os elementos mais ativos e interessados em mudanças políticas. Desde a Primeira República eles estiveram à frente das reivindicações de moralidade política e saneamento das práticas do poder. Foram os tenentes que, entre 1922 e 1930, melhor representaram os anseios das camadas médias

⁶² Sobre o Código dos Interventores ver: CARONE, Edgard. **O tenentismo**: acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: Difel, 1975, pp. 370-381.

⁶³ Cf. PONTES FILHO, 2000. Op. Cit., p. 168.

⁶⁴ O interventor Leopoldo Afrânio do Amaral governou de 1º de nov. de 1930 a 18 de fev. de 1931. Artur Neiva governou de 18 de fev. a 15 de jul. de 1931, enquanto que Juacy Magalhães governou por seis anos até o golpe do estado novo. Cf. SAMPAIO, 1992. Op. Cit., p. 63.

⁶⁵ O Amazonas, logo após o movimento de 1930, foi governado por uma junta provisória composta por Pedro H. Cordeiro Júnior, Francisco Pereira da Silva e José Alves Brasil e, somente a 20 de novembro de 1930, foi indicado Álvaro Botelho Maia. Ver: PONTES FILHO, 2000. Op. Cit., pp. 168-169.

urbanas (funcionários de empresas públicas e privadas no comércio, religiosos e a pequena burguesia urbana).

A trajetória dos tenentes se confunde com a crise econômica e político-ideológica do Brasil da década de 20. Aos poucos, o arcabouço político da Primeira República foi colocado em xeque e este não conseguiu responder ao aguçamento das contradições sociais e políticas emergentes no seio da sociedade urbana dos anos vinte nem tampouco, às suas reivindicações por participação política. Como consequência, a emergência das camadas médias urbanas processou uma cisão sócio-política que colocou o grosso numérico das camadas médias descontentes com o arranjo do café-com-leite e as oligarquias dissidentes como defensores de uma ampla participação política, possibilitando um conjunto de ações reivindicatórias e movimentos questionadores à ordem vigente.⁶⁶

Para João Quartim, a luta dos tenentes pode ser distinguida em quatro fases distintas:

A primeira culminou – e terminou – no Levante do forte de Copacabana e na épica caminhada dos ‘dezoito do Forte’. A segunda, em 1924, constituindo uma guerra de posições, pretendeu derrubar o poder da oligarquia em combate frontal. Derrotados, mas não vencidos, passaram à terceira fase de sua luta, a guerra de movimento travada durante mais de dois anos pela legendária coluna guerrilheira chefiada por Luiz Carlos Prestes. A quarta fase corresponde ao exílio, após o internamento da coluna na Bolívia.⁶⁷

Sempre como questionadores da ordem vigente e colocando-se como defensores da moralidade política, a ação tenentista dos anos vinte procurou conquistar para os militares o seu lugar na participação política da República. Ainda que, abertamente, esse não tenha sido o propósito impulsionador das lutas tenentistas, podemos observar que pelo discurso da restauração dos costumes e da moral política, os tenentes se fizeram presente como segmento indispensável a uma nova ordem e a um novo modelo de poder.

Portanto, sua ação foi ao mesmo tempo política e social. Política porque, considerando que os fins de sua luta consistiram na busca pela restauração da moralidade e dos princípios éticos da República, os tenentes dirigiram sua luta contra os domínios das oligarquias paulista e mineira e suas propostas visaram alcançar mudanças na superestrutura política,⁶⁸ social porque eles, de forma difusa e desordenada, congregaram

⁶⁶ Sobre o movimento Tenentista na Primeira República. Ver: FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; SODRÉ, Nelson Verneck. **Tenentismo**. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1985; e CARONE, Edgard, 1975. Op. Cit.

⁶⁷ Cf. MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, pp. 198-199.

⁶⁸ Cf. PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 102.

amplos setores de oposição à dominação do café-com-leite, principalmente as camadas médias urbanas, colocando-se como porta-vozes de suas reivindicações.⁶⁹

A via de acesso dos tenentes, ou pelo menos a possibilidade de colocar em prática seus objetivos, se deu com os preparativos do movimento de outubro. Aliados de primeira hora dos aliancistas, os tenentes reuniram estruturalmente as condições armadas para o levante e possibilitaram a arregimentação social necessária à legitimação das reivindicações das forças revolucionárias, principalmente graças ao prestígio conseguido junto às populações urbanas e rurais pela Coluna Prestes⁷⁰.

Vitorioso, o movimento de 1930 adotou o programa tenentista⁷¹ como base de sua conduta para a moralização do Estado e, entre os anos de 1931 e 1932, fez emergir uma conformação política próxima aos anseios dos tenentes. A partir de então, organizados no Clube 3 de Outubro,⁷² os tenentes ampliaram suas ramificações por todo Brasil, sobretudo no Norte e Nordeste.⁷³

Relegados a condição de legitimadores do consenso da política do café-com-leite, o Norte e Nordeste pouco foram beneficiados com a distribuição do poder. Sendo assim, a constituição do Vice-Reinado do norte, aliada às propostas de renovação e saneamento dos costumes políticos trouxeram novo alento às ambições de participação política dos estados nortistas e a possibilidade de reafirmação do poder regional, configurada no enfrentamento político-econômico com o centro-sul.⁷⁴

A Paraíba, também inserida neste contexto, consolidou o discurso de moralização política e as linhas de ação dos tenentes. A nomeação dos seus primeiros interventores

⁶⁹ Ibidem, p. 103.

⁷⁰ Movimento militar armado que procurou despertar a população civil brasileira contra o regime vigente de favorecimento de grupos agro-exportadores e os mecanismos de manutenção deste regime, a política dos governadores (1889-1930). Sua marcha percorreu todo interior do Brasil do Rio Grande do Sul ao norte do país entre 1924 e 1927. Ver: PRESTES, 1990. Op. Cit.

⁷¹ Anita Leocádia Prestes, ao estudar a coluna Prestes, nos dá não um programa estruturalmente organizado pelos tenentes, mas, as suas reivindicações principais. Depois de 1930, as demandas tenentistas passaram a se constituir como a justificativa legitimadora dos revolucionários, contudo, essas mesmas reivindicações, no desenrolar dos acontecimentos do pós-30, são gradativamente sufocadas e/ou parcialmente implementadas, dada à incapacidade de os tenentes se organizarem coerentemente (partido político/grupo) ainda que fizessem parte do Clube Três de Outubro. Por outro lado, a aliança tenentista se deu com elementos essencialmente conservadores (Getúlio Vargas, Artur Bernardes, e outros grupos dissidentes do sistema café-com-leite) que, paulatinamente, minaram o papel dos tenentes nos acontecimentos do pós-30. Ver também FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org). **Os militares e a revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979, pp.61-117.

⁷² O Clube 3 de Outubro foi uma espécie de "partido" tenentista formado depois de 1930 com o objetivo de preservar os preceitos ideológicos do movimento de outubro. Foi formado em vários estados e funcionaram como fiscalizadores da revolução. As informações aqui escritas são superficiais diante da inexistência de trabalhos acadêmicos sobre o Clube, uma vez que rastreamos alguns dos maiores bancos de teses do país: USP, UNB, UNICAMP e CAPES.

⁷³ A ascensão dos tenentes no pós-30 não foi algo natural ou conseqüente se consideramos a desarticulação das forças aliadas que fizeram o movimento de 1930. A ofensiva regionalista composta por elementos da política tradicional nos estados investiu fortemente, em meados de 1931, contra o governo provisório de Vargas, reivindicando o retorno à constitucionalidade e atenção do novo regime a seus interesses. Diante da possibilidade de ser deposto pelos grupos políticos do "antigo regime", Vargas concedeu maior poder aos tenentes para garantir o seu regime e eliminar a oposição estadual. Ver as considerações de FIGUEIREDO, 1979. Op. Cit., p. 137-138.

⁷⁴ Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. "A Trajetória do norte: uma tentativa de Ascenso político." IN: GOMES, 1980. Op. Cit., p. 345.

esteve filiada à perspectiva revolucionária e, sobretudo, ao ideário dos tenentes. O primeiro nome indicado foi o de José Américo⁷⁵, principal articulador do movimento de 1930 no estado e, o segundo, Anthenor Navarro. Este último, revolucionário de primeira hora, mesmo não pertencendo aos quadros da oficialidade militar, manifestou claramente no seu discurso de posse a aproximação com os tenentes:

Meus companheiros: - assim posso chamar-vos porque será talvez o meu único orgulho ter sido um dos vossos nos primeiros momentos da revolução... Aos bravos companheiros do 22º Batalhão de Caçadores, onde servi em todos os postos, soldado, cabo, sargento e por fim oficial e aos demais camaradas da guarnição federal, o meu mais profundo reconhecimento.⁷⁶

Foi neste sentido, como um autêntico tenente civil e defensor dos princípios revolucionários de 1930, que Anthenor Navarro pautou sua administração. Favorecida por um novo ordenamento estatal forte e em processo de centralização burocrático-administrativo, a interventoria de Anthenor Navarro consolida, na Paraíba, a orientação tenentista.

2 - ANTENOR NAVARRO: um intelectual no comando da Paraíba

Na Paraíba pós – 30, a reorganização do Estado seguiu fielmente a proposta do governo provisório de Vargas. José Américo de Almeida assumiu a interventoria estadual com o objetivo de fazer valer os princípios do novo Estado que, nos primeiros anos, diminuiu a influência dos grupos oligárquicos.

Entretanto, a proposta de uma estatização da estrutura administrativa e política da Paraíba iniciada com José Américo foi interrompida com a sua indicação para o Ministério da Viação da Obras Públicas do governo de Vargas sem que tivesse havido, de sua parte, uma efetiva ação administrativa à frente da Paraíba. Ele foi substituído por Anthenor Navarro, a 09 de novembro de 1930, por indicação do general Juarez Távora.

Anthenor de França Navarro nasceu na cidade da Parahyba do Norte, em 31 de agosto de 1899. Era filho de Francisco Xavier Navarro e Maria das Dores Espínola de França Navarro, conhecidos respectivamente como Chico Navarro e Yayá;⁷⁷ desta união nasceram os filhos Alceu, Anthenor, Mirócem, Francisco, Severina, Maria das Mercês e Maria Margarida. Seu pai foi comerciante em Mamanguape e, posteriormente, se instalou na

⁷⁵ José Américo permaneceu apenas um mês e cinco dias a frente da interventoria, de outubro a novembro de 1930, quando foi nomeado para o Ministério de Viação e Obras Públicas do governo provisório de Vargas.

⁷⁶ "Assume o governo do Estado o dr. Anthenor Navarro: a posse do interventor federal na Parayba". IN: *Jornal A União*, João Pessoa, 11 de novembro de 1930, pp. 1 e 3.

⁷⁷ Cf. BURITY, Glauce Mª Navarro. **Anthenor Navarro**. João Pessoa: A União, 2000, pp. 07-09.

cidade da Parahyba do Norte em busca de novas condições de vida, inaugurando na capital a Madeiraria F. NAVARRO E FILHOS.⁷⁸

O segundo dos sete filhos de Chico Navarro, Anthenor tinha estatura mediana, olhos pequenos e míopes, voz mansa, cabelo curto e escuro e temperamento tranquilo. Educado e tido como extremamente honesto, por familiares e amigos próximos. Iniciou seus estudos no Colégio Nossa Senhora das Neves e concluiu-os no Colégio Diocesano Pio X, dos irmãos Maristas. Mais tarde, seguiu para o Rio de Janeiro onde cursou o Colégio Pio Americano, o Colégio Pedro II e a Escola Politécnica, onde também estudou Juarez Távora, diplomando-se como Engenheiro – Geógrafo, em 1921.⁷⁹

Ao terminar o curso superior, Anthenor não voltou a Paraíba, procurando se estabelecer em São Paulo onde trabalhou como engenheiro da prefeitura da capital paulista e na firma Companhia Construtora de Santos. Neste estado, ao ser contratado pela referida firma, coube-lhe, junto com outros engenheiros, projetar obras de drenagem e planejamento de algumas ruas da cidade de Santos. Contudo, retornou ao Rio de Janeiro e fundou a firma “Engenharia Vidal, Navarro e Alcoforado” cujo grande trabalho foi a urbanização e planejamento estrutural do bairro do Brás de Pina.⁸⁰

Sua vida profissional no Rio de Janeiro e em São Paulo não foi intensa, mesmo tendo desenvolvido trabalhos significativos por onde atuou. Em 1928, no governo de João Pessoa, retornou a Paraíba como chefe da Repartição de Água e Esgoto e, mesmo não se afastando do ofício de engenheiro, atuou mais intensamente na política e nos estudos de arte e jornalismo.

Na Paraíba e também fora dela, Anthenor Navarro revelou-se como um homem culto. Escreveu artigos nos jornais mais importantes do país; militou na imprensa do Rio de Janeiro, escrevendo no Jornal Imparcial artigos que apoiavam a candidatura de João Pessoa ao governo da Paraíba, o que lhe rendeu a amizade de Epitácio Pessoa; também escreveu para revistas e dirigiu jornais.⁸¹

Anthenor revelou com sua timidez a agudeza e a sensibilidade de um crítico, soube perceber os significados da arte com a força de quem a produz. Na Revista Nova Era (1921), manteve uma coluna “Echos de arte”, na qual discutiu e promoveu as mais significativas reflexões sobre o mundo da arte, trazendo para a Paraíba a profundidade de seus conceitos e a pluralidade da produção artística. Em um de seus artigos discutindo música clássica, afirmou:

⁷⁸ Informações coletadas no site: www.navarros.hpg.ig.com.br, acessado em 05/08/2006.

⁷⁹ Cf. RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Anthenor Navarro e a Revolução de 30**. João Pessoa: Sec. de Educação e Cultura, 1981, p. 01.

⁸⁰ Atualmente, nesta cidade, existe uma avenida com o nome Anthenor Navarro situada no bairro de Bras de Pina. O Decreto de abertura da rua tem o nº 3990, de 18 de agosto de 1932. Antigamente fazia parte da Estrada do Porto de Irajá. Informação adquirida no site Arquivo do Estado do Rio de Janeiro – aperq@aperq.rj.gov.br em 04/06/2006.

⁸¹ Cf. BURITY, 2000. Op. Cit., pp. 10-11.

Em meios artísticos como o nosso, a distincção que se faz entre música clássica e musica... não clássica, dançante (!), é confusa, sem fundamento e arbitrária, mesmo entre os espíritos bem formados na matéria... Essa afirmação banal e repetida de que é clássico o que não agrada ao nosso ouvido pôde ser justificada; entretanto se considerarmos que grande parte da boa música, exigindo uma educação adeantada, não é bem recebida por temperamentos primitivos, cuja sensibilidade não se desenvolveu ainda... Já é tempo de nossos pianistas e violinistas abandonarem essas phantasias de óperas que só à força do gramophone e do realejo, conseguiram infiltrar-se no meio, açambarcando o mercado artístico... Deveriam proibir que suas alumnas executasse musicas que não fossem originaes, dando-lhe o melhor da cultural geral, porque sem ella ninguém será virtuose nem mesmo na arte de fazer barulho.⁸²

No trecho acima podemos perceber a agudeza reflexiva de Anthenor Navarro. Preocupado com a disseminação de uma cultura qualitativamente acessível, instigou e promoveu a apreciação à boa música conseguida, segundo ele, pela educação da sensibilidade auditiva. Sua crítica musical buscou, na Paraíba, formular um conceito de cultura musical para além das repetidas modas musicais dos anos 20.

Teve em suas reflexões musicais o amigo professor de música Gazzi de Sá; juntos apreciavam Frédéric Chopin, Wagnes, Listz e Villa Lobos. Ambos também proferiram palestras sobre música e promoveram eventos musicais a exemplo do concerto sinfônico no Teatro Santa Roza, em 1921, com o apoio do Centro Paraybano do Rio de Janeiro e sob a regência do maestro Camilo Ribeiro.⁸³

Sua sensibilidade artística primou um conceito de cultura amplo e de qualidade escrevendo em sua coluna posições de um esteta atento, criticamente, aos caminhos da arte e sua repercussão no cenário nacional. Sobre teatro e cinema demonstrou conhecimento amplo do mundo artístico nacional; seus textos procuraram identificar originalidade, criatividade e semelhanças quando referidos a filmes e peças teatrais. Esteve atento aos acontecimentos artísticos dentro e fora da Paraíba; conhecia as produções cinematográficas e apelou em favor da cinematografia brasileira. Criticando o cinema da capital paraibana escreveu:

Toda campanha deve ser em favor da cinematographia brasileira. Precisamos ter a industria cinematographica... Cinema na Parayba é cousa assim como o telephone e a Empresa de luz. Ninguém liga ao serviço: se é bom ou máo. O Rio Branco é um templo de velharias... a linha de films do Morse é optima. Producções da Universal, Paramount e da Fox. Em compensação, o salão é detestável. A projecção é tremula e a pellicula parte-se de cincoenta em cincoenta metros.⁸⁴

⁸² Cf. NAVARRO, Anthenor de França. Música Clássica. **Revista Nova Era**. nº 3, anno I. Parayba, maio de 1921.

⁸³ RIBEIRO, 1981. Op. Cit., pp.11 e 41-45. Ver também BURITY, 2000. Op. Cit, pp. 11-12.

⁸⁴ Cf. NAVARRO, Anthenor de França. Cinema. **Revista Nova Era**, nº 6, anno I. Parayba, junho de 1921.

Em 1923, fundou a revista *A novela* junto com Adhemar Vidal. Nesta revista procurou divulgar a produção literária da Paraíba, tendo publicado as primeiras edições, sob a forma de folhetim, de algumas obras de José Américo, Carlos Dias Fernandes e Ademar Vidal. Nela manteve uma coluna de crítica de arte e colaborou com impressões literárias.

No Rio de Janeiro, a proposta de edição do jornal *Renovação* o aproximou definitivamente da imprensa escrita; o diário esquerdista, idealizado por Anthenor Navarro, Mario Pedrosa e Adhemar Vidal⁸⁵, não foi publicado “Para gáudio da burguesia assustadiça [pois] empecilhos de tempo e de espaço impossibilitaram a saída do periódico.”⁸⁶ José Joffily nos dá a medida e o peso da proposta deste jornal ao transcrever um trecho do “Manifesto do jornal *Renovação*”:

As mãos dadas, nós formaremos espiritual e inquebrantável, uma corrente de solidariedade internacional contra os imperialismos de toda sorte, os ridículos preconceitos nacionalistas, as bárbaras e anacrônicas instituições militares e todas as forças reacionárias da tradição, a religião, as práticas absorventes, as famílias egoístas, direito, o capitalismo, os exércitos e as esquadras.⁸⁷

Pelo conteúdo do manifesto, as idéias apontavam para uma postura à esquerda do sistema vigente. Influenciados pelos acontecimentos da Rússia revolucionária e vivendo em meio às fomentações da Semana de Arte Moderna de 1922, o *Jornal Renovação* procuraria expor em suas páginas posturas contrárias à tradição, aos vícios políticos e a favor de uma cultura isenta dos modismos.

No jornal paraibano *O Combate* (1926) escreveu artigos com uma postura caracterizada pela isenção de paixões. Expôs suas idéias e sua simpatia à moralização política com crítica incisiva ao meio político-social da década de 1920; revolucionário, cético e comunista foram alguns epítetos dados a Anthenor. Nas palavras de Domingos de Azevedo Ribeiro: “O artigo publicado no *Combate* – A Rússia Revolucionária – Não significou a adoção por parte de Anthenor Navarro de um ideal comunista, mas, revelou a sua aguçada inteligência e sua percepção diante da experiência revolucionária da Rússia.”⁸⁸ O referido artigo versou sobre a experiência educacional da Rússia pós-1917, de modo perspicaz e amplamente fundamentado em pensadores comunistas como Karl Marx, Friedrich Engels e Leon Trostsky; se em suas linhas não defendeu a experiência comunista, expôs sua postura social com idéias radicais.

⁸⁵ Mário Pedrosa, Adhemar Vidal e Anthenor Navarro foram amigos de infância, estudaram juntos no Pão de Açúcar e seguiram juntos para o Rio de Janeiro. Partilharam leituras marxistas e participaram, como colaboradores dos jornais da Paraíba. Ver: BURITTY, Glaucete Navarro. Op. Cit.; RIBEIRO, Domingos de Azevedo. Op. Cit.; e JOFFILY, José. **Revolta e revolução**: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

⁸⁶ Ibidem, p. 158.

⁸⁷ Ibidem, p. 158. A íntegra deste artigo foi editado no **Jornal O Combate**, nº 26. Paraíba, 13/11/1923.

⁸⁸ Trecho da entrevista concedida ao autor em 04/07/2006.

No jornal A União, ao tempo de Carlos Dias Fernandes (1926) como redator-chefe, e inserido no grupo de renomados intelectuais da Paraíba de vinte,⁸⁹ Anthenor foi revisor, repórter e redator. Sua produção neste periódico confunde-se com a produção dos demais pois “nenhum vestígio existia da frenética auto-promoção responsável por tanta simulação de valor. Os editoriais, reportagens e notas literárias não vinham assinados. Crescia assim o prestígio da folha como um todo devido à tortura mental dos seus cooperadores discretamente encolhidos nesse anonimato.”⁹⁰ Mas, mesmo assim, conseguimos identificar a contribuição de Anthenor na coluna “Notas de Arte” do mesmo jornal, que, a exemplo daquela escrita na revista Nova Era, noticiava a realização dos eventos culturais da capital paraibana seguido de comentários, elogios e críticas.

Politicamente engajado, sua postura refletiu os ecos do meio político paraibano. Em 1926, ainda morando no Rio de Janeiro, por ocasião da festa de Nossa Senhora das Neves, realizada na cidade da Parahyba, circulou o jornalzinho A Bomba que tinha como propósito agredir João Dantas e João da Matta.

EPITAPHIOS		
Falleceu o dr. João Dantas Jornalista e advogado que no meio dos piratas tinha seu nome tomado.	Quando Abel da Silva morreu E baixou ao frio chão, Aterra toda tremeu Ouvindo-se uma explosão.	Diz Julio Rique, iracundo, Já deitado no caixão: Há cerveja no outro mundo? E farra no pavilhão?
Deixou viúva sem filhos Que grande desolação!... Quase em extrema penúria Na “Bahia da Traição.”	Morreu João coelho banqueiro Financista deste nova, Sem cheque sem dinheiro Houve corrida na cova	Morreu Mane Ribeiro, o choro fez taes torrentes, Quando flodó se sumia, Nos horizontes do além Acabou-se a velharia (.....)
Foi um pirata de forma, teve uma vida de insônias, fez cousas do arco da “velha” com diversas Estephánias	Morreu Antos de Sá vem o médico relata “causa mortu aqui está: olhar mau de João da Matta (.....)	Passando do outro hemispherio João França na mesma linha, Foi visto no cemitério, Um verme de bacorinha.
Terminando esse registro Mandamos nossos pesares Ao redator da “Taioba” Seu afilhado Alves Ayres.	Morreu o deista Ramalho Bicho Fino e iratão Na terra foi conhecido Por pneumato balão.	Quando zarrou desta vida, O Dr. João Milanez, A chuntecler, mui sentida, Tomou luto por um mês.
Baixou hoje a sepultura Zé Gaudêncio Feio, inermel E cavou na cova escura o lugar de sub-verme	Já não existo coutinho Enterrado a berro e muque Faz falta lá a assistência o bom companheiro do poocker.	Desta vida p’ra cima Num chôro de fazer dó. Lá se fou Renato Lima, Atraz de Julio Flodó.
Finado... quem sucumbiu? Falleceu o “pobre” Meira; Cavem-me a cova. Pediu, Nomeio da bagaceira.	Dr. Santú já morreu... Que triste fim, coitado... De prazeres fleceu, - só por não ser delegado	Seixas Matta falecido... Baixou a campa de vez P’ra embalsamar foi pedido Só trinta contos de réis!
Morreu Paivinha Pindoba, Sem bam-bam-bam, sem ruído, Sem gravata, sem Taioba Por isso não foi comido.	Cumprindo sinistro fado Moreira Morel Affonso, Mas já depois de enterrado, Voltou, (.....) de enganço.	Silvino Olavo morreu: Seu corpo comendo já, Bradou o verme que o roeu É cysne ou xexeo? Sei lá!...
Morreu Feiopho, eu vi Escolher a campa fria - Deixe-me onde nasci Na porta da sachristia	Morreu Alcínio, coitado... Um verme lhe disse assim: Sou de circudelegado, você é leite ‘ra mim!...	Newton morto. Um verme crítico Disse depois que o roeu: Que cabeça de político A Parayba perdeu...
Morreu Américo vovô Difamador do collegas, Não como um verme allegrou Poeta deveras piegas.	quando Nô Ida morreu, - Bulhois grita num choro. Acudam que alleceu, Meu padrinho no thesouro.	

*Os pontos entre parênteses significam partes do poema não legíveis

⁸⁹ O grupo de intelectuais que compunham o jornal A União na direção de Carlos Dias Fernandes (1926) era integrado por: Paulo de Magalhães, Ademar Vidal, Osias Gomes, Boto Meneses e Nelson Lustosa Cabral.

⁹⁰ Cf. GOMES, Osias. **Baruque**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1980, p. 85.

Atribuída a Anthenor Navarro, a poesia acima, publicada no referido jornal, circulou na noite do dia 26 de agosto e, notadamente ridicularizava a família Dantas. Tendo como editores Ademar Vidal, Synésio Guimarães e Bulhões Pontes, o jornal de festa A Bomba refletiu a polarização política na Paraíba; mesmo circulando apenas um dia, o jornalzinho nos dá uma dimensão dos ataques feitos aos opositores do epitacismo.

Além da sua militância jornalística, Anthenor foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, nele ingressando em 14 de julho de 1926 ao lado de Ademar Vidal e do Tenente Nelson Portilho. Foi saudado por Flávio Maroja⁹¹ com as seguintes palavras:

Sejam bemvindos! Todas as agremiações precisam de sangue novo para robustecer as suas energias cívicas, alentar a sua fé e garantir a sua prosperidade...Os novos vêm ajudar-nos nessa grande obra de civismo, que é o culto ao passado,rememorando datas e factos que formam a eterna sementeira do amor pátrio e da solidariedade humana, no culto e amor de nossa história.⁹²

Sua atuação no IHGP foi marcada por um particular interesse às atividades desenvolvidas nesta instituição, estando assiduamente presente nas discussões e realizações promovidas. Posteriormente, no cargo de interventor, solicitou ao IHGP um estudo minucioso sobre a história de alguns municípios paraibanos cujos nomes eram repetidos, servindo de base para que a interventoria pudesse renomear, com base na história e nas tradições locais, esses municípios.⁹³

Anthenor Navarro se destacou nos quadros da política paraibana como um dos mais atuantes auxiliares do governo de João Pessoa. Em 1928, assumiu o cargo de Diretor da Repartição de Água e Esgoto da capital, onde desenvolveu com seriedade e dinamismo as atribuições da sua pasta. As obras empreendidas por ele reestruturaram o sistema de abastecimento e regularizaram o fornecimento de água da capital.

Suas idéias políticas não foram escondidas, pois sempre revelou suas posições revolucionárias e sua perspectiva moralizadora da política brasileira. Atuou como um dos principais articuladores do levante de 1930 na Paraíba e esteve próximo dos propósitos tenentistas. Simpático aos questionamentos produzidos pelos Tenentes, Anthenor foi defensor de um novo ordenamento político.

Foi, portanto, nesta base moralizadora e saneadora que se consolidou a administração de Anthenor Navarro. Suas propostas versaram não somente pela

⁹¹ Político e empresário de Santa Rita. Na ocasião, presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP).

⁹² Cf. FERNANDES, Carlos Dias. 14 de Julho: instituto Histórico. IN: Jornal **A União**. Cidade da Parayba, 16 de jul. 1926, p. 1.

⁹³ Na nossa pesquisa não foi possível encontrar a lista desses municípios. No IHGP o que encontramos foi apenas uma ata datada de 21 de março de 1931 noticiando o recebimento de um ofício de nº 445 do engenheiro chefe do Distrito das Obras contra as Secas contendo a lista dos municípios cujos nomes eram repetidos. Para a referida solicitação o IHGP nomeou Coriolano de Medeiros, Matheus de Oliveira e Pedro Baptista para elaboração de uma sugestão a ser apresentada ao interventor.

continuidade da obra de João Pessoa, mas também pelo soerguimento econômico, estrutural e administrativo da Paraíba. Na interventoria, Anthenor deu à Paraíba um impulso fielmente alinhado com o movimento de 30, suas idéias refletiram as inquietações do momento político-social brasileiro e os questionamentos às práticas políticas da República Velha, incrementados com os ideais da Rússia revolucionária. Estruturou uma visão qualitativa de mundo com conceitos amplos e profundamente crítico sem inflexões ou idealismos. Sua produção foi enriquecida pelo novo, pelo belo e pela valorização de uma moralização de costumes.

3 – A centralização administrativa e a política na Paraíba pós-30

Em linhas gerais, o contexto político-social da Paraíba depois de 1930 foi emblemático na escalada rumo à estruturação do centralismo do aparelho do Estado. Contudo, essa reorganização não foi construída ao acaso e tampouco por uma mera vontade civilista de moralização.

Espelhado no martírio patriótico de João Pessoa, o pós-30, implicitamente, compeliu a Paraíba a um modelo de Estado nos moldes de uma moralidade saneadora e à altura das pretensões revolucionárias daqueles primeiros instantes. Tratou-se de atender às prerrogativas da revolução e construir um modelo fiel de moralidade muito bem colocado pelo editorial do jornal A União quando da investidura no cargo de interventor paraibano o Sr. Anthenor Navarro: “a sua escolha para o cargo de interventor neste estado dá-nos a certeza de que a Revolução entra no seu aspecto objectivo, na sua feição constructora de saneamento moral dos costumes políticos pela seleção de capacidades.”⁹⁴.

A União, ao reverenciar a escolha de Anthenor Navarro como uma seleção de capacidades, pressupõe a busca de um conceito administrativo longe das práticas políticas oligárquicas e a construção de um saneamento moral de costumes e ações políticas refletidas nas bases da administração do “mártir da revolução”, cujo fim seria a instauração de uma nova ordem sócio-política.

Antes de 1930, João Pessoa já havia percebido que a máquina administrativa do Estado se configurara como uma extensão da ação dos coronéis, pois estes não se limitavam aos seus deveres partidários e intervinham discricionariamente na administração estatal. Segundo João Pessoa: “Arrecadava e dispunha como bem entendia das receitas públicas. Tributava e não era tributado. Fazia justiça mas não se deixava justificar... era ponderado e salutar junto as autoridades locais, prestigiando-as no exercício regular das suas funções.”⁹⁵ Neste aspecto, a centralização pretendida pelo bloco vencedor de 1930

⁹⁴ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 16 de Julho de 1930, pp. 1 e 3.

⁹⁵ Cf. Jornal A UNIÃO, Cidade da Parayba, 11 de outubro de 1929, p. 1.

emerge como pedra de toque e primeiro caminho seguido na consolidação de uma continuidade do poder.⁹⁶

Daí que a organização do estado, nos moldes do que propunham os revolucionários de outubro e, aliado a uma nova conjuntura política, emergiu sob a jurisdição do Governo Central Provisório do Norte que:

Tenderá a centralizar a ação político-administrativa do nordeste, subordinando os diversos interventores a comando único que reduzia a autonomia dos estados-membros em nome do qual se deflagrara a revolução. Sua inspiração não será sequer regional mas supra-regional, à proporção em que a respectiva legitimação advier do plano federal no qual ascenderão tanto Almeida quanto Távora.⁹⁷

Ou seja, a montagem do aparato centralizado do Estado procurou ser uma regra a ser cumprida no Nordeste e em todo território brasileiro depois de 1930. A conjuntura pós-30 impôs um ordenamento estrutural bem diferente daquele dos anos vinte e, portanto, sem a significativa participação dos antigos grupos do poder; o que emergiu, portanto, foi um novo pacto de poder estatizado e de conduta moralizadora que, no caso do Norte e Nordeste, teve à frente Juarez Távora e José Américo de Almeida. Na Paraíba, a indicação de Anthenor Navarro para a interventoria consolidou a perspectiva desse pacto, e garantiu as transformações centralizadoras do Estado, cujos fins foram o desmonte dos mecanismos da dominação dos grupos oligárquicos e a substituição da autonomia municipal por uma autonomia fiscalizada. Sendo assim:

Fica assegurada a autonomia municipal, cabendo aos Estados organizar os municípios, definindo-lhes a autonomia e especificando-lhes os interesses e atribuições. A autonomia municipal não é absoluta, como absoluta não é a autonomia dos Estados; e assim como a União, ao constituir-se, circunscreveu a autonomia dos Estados, estes, em suas constituições, limitarão a autonomia dos municípios.⁹⁸

Ao tempo da interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932), os limites da autonomia municipal estiveram na ordem do dia e foram reconduzidos à tutela do Estado. Neste momento, a Paraíba conheceu um intenso processo de centralização estatal em todas as esferas da sua jurisdição. A todo custo, Anthenor procurou alinhar sua administração intervencionista aos moldes do programa revolucionário e ao modelo de ação do governo de João Pessoa.

⁹⁶ A continuidade a que nos referimos está implicada no entendimento de que 1930 não foi uma mudança substancial no bloco do poder, mas, a emergência de uma facção desse bloco pouco privilegiada no conjunto político da República Velha (1889-1930). Ainda assim, entendemos que não há uma homogeneidade nesta continuidade tendo em vista a diversidade de interesses daqueles que fizeram a “revolução de 1930”.

⁹⁷ Cf. MELLO, 1984. Op. Cit., p. 355.

⁹⁸ Cf. NÓBREGA, J. Flósculo da. Autonomia Municipal. IN: Jornal **A União**, João Pessoa, 30 de Novembro de 1930, p. 5.

Isso não quer dizer que João Pessoa fosse adepto dos ideais tenentistas, ou que sua administração fosse permeada por tais ideais; o que ocorreu foi a incorporação, à conduta administrativa de Anthenor Navarro, dos princípios da centralização estatal defendidos por daquele presidente, ou seja, a consolidação da ação intervencionista de Anthenor Navarro passou, necessariamente, por essa incorporação haja vista a comoção social e a crescente mitificação das ações administrativas de João Pessoa.

No contexto pós-movimento de 30, essa iniciativa da interventoria não podia ser diferente. Por força da conjuntura política e social, foi dada a Paraíba somente a alternativa de responder ao sacrifício de João Pessoa e honrar sua experiência moralizadora. Contribuiu para isso, a indicação de um interventor identificado com as ideologias revolucionárias e a perspectiva de um ordenamento político-estatal longe da influência oligárquica.

O estado paraibano, a partir de então, se constituiu como centralizador e requereu para si o controle de toda a máquina administrativa, arquitetado-a nos moldes de uma política que, em tese, pretendeu ser imparcial. Fiel a esse centralismo, a administração intervencionista de Anthenor Navarro pode ser pontuada em duas linhas de ação, condutora do processo de centralização do estado paraibano: 1º – o soerguimento das finanças a partir do Estado e 2º – o controle fiscalizador das municipalidades.

De entrada, para os objetivos do novo governo, a interventoria empreendeu uma crescente campanha de soerguimento das finanças da Paraíba. Segundo a interventoria, as finanças do estado foram completamente destruídas por causa da Campanha de Princesa e do movimento revolucionário de 1930. As divisas haviam sido esgotadas e ainda se podia perceber a intervenção dos chefes locais na administração. O Estado se encontrava estacionado e sem mobilidade; ainda que houvesse experimentado as medidas centralistas do governo de João Pessoa, o desenrolar dos acontecimentos de 1930 impossibilitaram à Paraíba de usufruir dos resultados de tais medidas.

Com a revolução, Anthenor apresentou para a Paraíba a continuidade do processo de centralização burocrático-administrativo firme e intransigente do seu antecessor. Com vistas ao soerguimento econômico, exonerou, removeu e transferiu servidores a partir de uma revisão criteriosa de todos os vencimentos pagos cujo objetivo foi:

moralizar a função pública e garantir no exercício da mesma todo aquele que, pela capacidade e zelo, se tornar digno de exercê-la. As oligarquias extintas haviam desvirtuado esse importante ramo do mecanismo administrativo, pelos abusos do filhotismo e das injustiças. Para sanear esses males, o governo revolucionário não poupará esforços. Assim, se entre os funcionários jubilados ou aposentados, existirem alguns que tenham atingido essa situação, sem ser nas circunstâncias indispensáveis, tais atos não poderão subsistir.⁹⁹

⁹⁹ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 20 de novembro de 1930, p. 1.

Ao longo de todo o seu governo, Anthenor Navarro publicou nas páginas do jornal A União, na coluna “Parte Oficial”, inúmeros decretos de exoneração e suspensão de vencimentos de servidores. De 1931 a 1932, o funcionalismo paraibano foi completamente reduzido e subordinado às ordens da interventoria. O Estado ditou as determinações e as funções a serem exercidas sem a interferência do poder local. As remoções e exonerações atingiram principalmente os “filhotes” do poder local que, na maioria dos casos, não exerciam regularmente suas funções e, na medida em que a interventoria reorganizou o quadro funcional da Paraíba, também redistribuiu as funções, criou outras e equiparou os vencimentos de acordo com os encargos e aptidões, como se verá a seguir.

A mesma conduta também foi estendida aos municípios. Tertuliano Ferreira de Mello prefeito de Araruna, por exemplo, traduziu a perspectiva dos prefeitos nomeados pela interventoria quando afirmou: “Reduzirei [o funcionalismo] ao mínimo possível, afim de que possa dispor de saldos que me habilitem a cuidar das necessidades do município.”¹⁰⁰

O saneamento do funcionalismo apontou, então, para dois propósitos: o de economizar e tentar criar divisas para os cofres públicos com a redução da folha de pagamento; e o de destruir os tentáculos do poder local na burocracia estatal, uma vez que grande parte das exonerações e remoções foi direcionada aos apadrinhados políticos ou pessoas coniventes com o chefe local.¹⁰¹

Em coexistência com essa medida, a reestruturação da Repartição de Estatística impôs a todos os setores produtivos e administrativos do Estado, pelo decreto nº 30, o envio dos dados mensais de receitas e despesas. As repartições estaduais, as Prefeituras Municipais, os estabelecimentos de ensino, os bancos e caixas rurais, escritórios do comércio e de registro e as Recebedorias de Renda foram obrigados a informar, mensalmente, à interventoria, suas respectivas movimentações em minuciosos mapas estatísticos.¹⁰²

Por força do decreto nº 30, Anthenor colocou, ainda, sob a sua tutela todas as receitas e o controle das despesas municipais. Uma vez estando o funcionalismo não mais ligado ao poder local, e sim, diretamente subordinado à interventoria, Anthenor Navarro foi incisivo no cumprimento do referido decreto, e não abriu espaço para que houvesse descumprimento desta determinação.

¹⁰⁰ Tertuliano Ferreira de Mello era tenente revolucionário completamente estranho ao meio político de Araruna. Na administração do referido município seguiu a risca os propósitos revolucionários e realizou uma administração distante da política local. Ver: Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 01 de janeiro de 1931, p. 3.

¹⁰¹ Em grande escala as exonerações e remoções atingiram desde professores, faxineiros e policiais até juizes e prefeitos em todos os municípios paraibanos entre 1931 e 1932. Ver: Parte Oficial do Jornal A União de novembro de 1931 a abril de 1932.

¹⁰² O decreto que se refere ao envio dos dados estatísticos a Repartição de Estatística é o Decreto nº 30 de 05 de dezembro de 1930. De todos os setores citados acima somente as Recebedorias de Rendas não deveriam enviar mapas estatísticos, mas, vias de despachos. Ver: ESTADO DA PARAYBA. **Actos do Interventor Federal:** decretos de 1930. Nº 160. João Pessoa: Imprensa oficial, 1931, pp. 88-89.

No tocante à tributação, Anthenor Navarro procurou reorganizar as tabelas tributárias com redução de taxas e isenções. Os produtos de exportação, quando não submetidos a nenhum outro encargo, foram taxados no imposto de estatística (algodão em pluma, cimento, fumo, bebidas, etc)¹⁰³; a tributação sobre a exportação de tecido foi reduzida e, por 90 dias, os gêneros alimentícios de primeira necessidade (xarque, mandioca, feijão café, milho e farinha) foram isentados de ônus tributário; foi suspensa a isenção de impostos concedida às casas importadoras do comércio, e a Sociedade Anonyma Indústrias Reunidas F. Matarazo foi isentada das tributações incididas sobre a matéria prima por ela utilizada e sobre os subprodutos importados por essa indústria.¹⁰⁴

As Mesas de Rendas (Coletorias Estaduais), outro ponto fundamental na reorganização das finanças estaduais, estavam espalhadas por toda Paraíba e sofriam diretamente a influência do poder local. Os fiscais eram coniventes com os chefes locais e raramente repassavam a arrecadação devida ao estado. Ainda no governo de João Pessoa, muitas das Mesas de Rendas nos municípios paraibanos foram extintas e seus funcionários nomeados a revelia da política local. Depois de 1930, Anthenor promoveu a reestruturação das repartições fiscais no sentido de intensificar a isenção dos arrecadadores de renda da influência local otimizando a arrecadação. Deste modo, a interventoria criou Estações fiscais em vários municípios e desmembrou postos.¹⁰⁵

Pelo Decreto nº 38, Anthenor Navarro reestruturou os vencimentos dos fiscais de renda e garantiu-lhes as condições necessárias ao desempenho de suas funções, subsidiando-lhes locomoção, estadia e alimentação quando esses fossem destacados para prestar serviço em outro município. Toda a estrutura foi concedida aos fiscais no sentido de que esses pudessem, dentro da conduta ética de suas funções, executar a arrecadação.

Do contrário, os expurgos não pouparam os administradores, os estacionários fiscais e nem os escrivães. Eles foram removidos para outros municípios, após a constatação de irregularidades, e em alguns casos foram exonerados e substituídos. Com essa medida, a interventoria desarticulou a subserviência dos administradores de renda aos chefes políticos.

¹⁰³ Cf. GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DA PARAYBA. **Relatórios do primeiro anno de administração**. João Pessoa: Imprensa Oficial, Nº 275, 1932, p. 120.

¹⁰⁴ As informações acima têm base nos Decretos nº 51, de 27 de Janeiro de 1931; nº 76, de 19 de março de 1931; nº 82, de abril de 1931 e nº114, de 19 de maio de 1931. Ver: ESTADO DA PARAYBA. **Actos do Interventor Federal**: decretos de 1931. João Pessoa: Imprensa oficial, 1931, pp. 7, 59 e 105. As indústrias Matarazo instaladas na Paraíba fabricavam de óleos algodão e seus derivados.

¹⁰⁵ Pelo Decreto nº 38 de 19 de dezembro de 1930 a interventoria de Anthenor Navarro extinguiu a mesa de renda de São João do Cariry e desdobrou a sua circunscrição nas Estações Fiscais de Taperoá, Serra Branca, Sant'anna do Congo, São Sebastião do Umbuzeiro e Timbaúba. Criou a Estação Fiscal de Esperança e Pitimbú. Desmembrou os Postos Fiscais de Misericórdia, Gurinhém e Soledade. E também elevou a Estação Fiscal de Santa Rita a categoria de Mesa de Renda. Ver ESTADO DA PARAYBA. **Actos do Interventor Federal**: decretos de 1930. Op. Cit., pp. 96-98.

O interventor Federal neste Estado assignou nesta data os seguintes decretos: Removendo o administrador da Mesa de Rendas de Campina Grande, Antonio Cassiano de Oliveira, para igual cargo na de Cajazeiras; Sabino Mathias de Assis, administrador da Mesa de Rendas de Cajazeiras para a de Souza; Juiz Raymundo Bezerra, administrador da Mesa de Rendas de Catolé do Rocha, para a de Mamanguape; Manuel Cyrilo de Sá Filho, administrador da Mesa de Rendas de Areia para igual cargo na de Patos; Joaquim Carneiro Mesquita, estacionário fiscal de Umbuzeiro, para igual cargo em Ingá; Francisco Alves de Souza, escrivão da Mesa de Rendas de S. João do Cariry para igual cargo na de Catolé do Rocha... Exonerando, a bem do serviço público, o sr. Genésio Gambarra, administrador da Mesa de Rendas de Guarabira.¹⁰⁶

Como resultado, a reorganização das tabelas tributárias provocou uma paulatina dinamicidade no comércio e deu maior operacionalidade às transações entre os comerciantes e a Secretaria da Fazenda da Paraíba. As novas medidas, ao passo que possibilitaram a movimentação das transações comerciais, trouxeram também a possibilidade de o Estado arrecadar regularmente os impostos. Por sua vez, a redistribuição das Mesas de Rendas e a nomeação de fiscais estranhos à política local também contribuíram para a crescente arrecadação. Neste sentido, a burocratização encampada pela interventoria de Anthenor dotou o Estado de um ordenado mecanismo de arrecadação caracterizado pela reestruturação dos órgãos fiscais e pela insistente política de contenção de gastos.

Entretanto, não podemos esquecer que toda essa estruturação centralizadora do Estado teve seu respaldo em um momento político de definição de novos caminhos para a política brasileira. O governo provisório de Vargas, se não esteve empenhado em um processo de profunda reforma política e estrutural do Brasil, pelo menos, possibilitou as bases dessa nova conformação centralizadora de Estado, garantindo aos interventores estaduais os meios necessários a essa ação.

Portanto, a escalada rumo a pretendida moralização da Paraíba se deu pela reorganização da administração, e foi feita por dentro do aparelho estatal com a criação dos mecanismos de fiscalização das municipalidades. A interventoria de Anthenor, desde logo entendeu que as prefeituras deveriam proceder de modo autônomo e independente da influência dos chefes locais e que deveriam prestar contas exclusivamente ao Estado, pois, do contrário:

se continuarem os chefes políticos a intervir directamente no governo dos senhores prefeitos é deixar tudo como estava e enrolar a bandeira da revolução, substituindo-a pela verde das esperanças de permanecerem os mesmos escândalos... Os prefeitos sem autonomia, não serão prefeitos, mas portadores de recados dos chefes políticos.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 21 de dezembro de 1930, p. 2.

¹⁰⁷ Cf. J. MARCIEL. A autonomia das prefeituras. IN: Jornal **A União**, João Pessoa, 04 de Janeiro de 1931, p. 2.

Veja-se que a moralidade pretendida estava substaciada na implementação de uma ordem estatal pela reestruturação do Estado, pois, em quase a totalidade dos municípios paraibanos a ação da interventoria foi sentida. Anthenor procurou, então, colocar a administração municipal sob uma jurisdição centralista e o Estado tornou-se o condutor das finanças, da magistratura e dos cargos públicos. Em nome da “Revolução” a interventoria reconduziu a vida municipal submeteu-a as suas determinações.

Para tanto, Anthenor Navarro recorreu a determinações do governo de João Pessoa, como a Lei nº 689 de outubro de 1929, que dispunha sobre a contabilidade e os orçamentos das prefeituras. Apoiado na referida lei, ele tornou efetiva a regulamentação das cobranças de licenças e concessões comerciais dentro dos municípios, primou pelo controle dos gastos com pessoal, que não deveriam exceder 30% da receita, e pôs em prática a proibição da “nomeação, por parte dos prefeitos, de parentes consanguíneos ou afins até o sexto grau para cargos públicos do município. Se em alguma prefeitura o cargo de tesoureiro estiver sendo ocupado por parente do chefe do poder executivo municipal, deve, desde já, ser substituído por pessoa idônea.”¹⁰⁸

Em muitos municípios, os prefeitos foram exonerados e suas administrações reformada. Na maioria dos casos, a exoneração foi justificada por incompatibilidade de funções ou atentado à ordem moral e pública, cuja constatação de improbidade administrativa era feita pelas Comissões de Averiguação. Com esse mecanismo fiscalizador, a interventoria pôde promover o controle da funcionabilidade dos municípios paraibanos, pois, tais comissões apuravam os desvios de conduta dos prefeitos e uma vez confirmadas as denúncias, em geral, o prefeito era exonerado e substituído.¹⁰⁹

Em 1932, o jornal A Imprensa publicou a seguinte notícia a respeito do prefeito de Alagoa de Monteiro:

O Sr. Castro tem se utilizado de todas as ‘blagues’ possíveis para se manter no poder, desde a ostentação de força e prestígio até as manifestações por si mesmo idealizadas sob o pretexto de distribuir a pobreza [sic] café que nunca existiu. [E completa] “... Dentre as violências cometidas pelo Dr. Ageu de Castro avultam as que se referem ao direito de propriedade. Esses excessos de autoridade, esse desrespeito à coisa particular é produto ainda de certo ambiente que criou logo aos primeiros dias da vitória da revolução, quando por mais nada, sem prévia indenização e sem qualquer entendimento com o dono, se apoderavam representantes do poder público da propriedade privada.”¹¹⁰

Diante da denúncia e apuração das irregularidades, Anthenor Navarro, em 25 de fevereiro, exonerou Ageu de Castro do cargo de Prefeito e do posto de 2º Tenente do Regimento da Polícia Militar.¹¹¹

¹⁰⁸ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 19 de novembro de 1930, p. 6.

¹⁰⁹ Cf. Jornal A IMPRENSA, João Pessoa, 11, 12 e 27 de fevereiro de 1932, p. 1.

¹¹⁰ Cf. Jornal A IMPRENSA, João Pessoa, 12 e 27 de fevereiro de 1932, p. 1.

¹¹¹ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 26 de fevereiro de 1932, p. 2.

O caso de Alagoa de Monteiro ilustra a conduta da interventoria na tentativa de instaurar nas municipalidades um procedimento administrativo isento de abusos e excessos. Governando por decretos, Anthenor procurou impor aos municípios, de forma autoritária, uma “cartilha de conduta” que primava pela moralidade política, econômica e administrativa. Com a fiscalização das prefeituras e conseqüente remoção dos prefeitos envolvidos em irregularidades; a interventoria iniciou um crescente processo de burocratização não só do estado, mas também das municipalidades, por uma via de mão única. Ou seja, a interventoria iniciou uma relação de cima para baixo, no sentido Estado ➡ município sem a interferência da política local.

O Estado, por meio da burocracia, procurou construir novos mecanismos de poder que possibilitaram o deslocamento das finanças, da administração e da política para a sua órbita. E por esta via, a interventoria de Anthenor Navarro tentou edificar uma burocracia deslocada das empreitadas do poder local para um regime de fiscalização direta, como pretendia a revolução e como foi amplamente divulgado pela imprensa paraibana. “O governo do Sr. Anthenor Navarro é o que positivamente se pode classificar de governo de trabalho, democracia e justiça, dentro dos postulados republicanos da ideologia revolucionária.”¹¹²

Nesta crescente escalada do Estado pós-30 rumo à centralização e ampliação de seus domínios, não houve espaço para que os antigos grupos de poder da Paraíba, que até então estavam por dentro da malha estatal – incluindo o epitacismo, exercessem uma dominação independente e auto-suficiente. Epitácio Pessoa, que nos primeiros instantes apoiou o novo governo, percebendo os rumos do processo revolucionário e presenciando o desprestígio da já agonizante oligarquia epitacista, qualificou o movimento de 30 como “um prolongamento da de 1922 e 1924 [e completou:] Isso terá por efeito o meu afastamento.”¹¹³

A frase de Epitácio, mesmo se referindo ao contexto nacional, traduz a condição a que foram relegados os grupos oligárquicos paraibanos nos primeiros anos depois do movimento de 1930, sobretudo, nas administrações de José Américo e Anthenor Navarro.

As interventorias e departamentos administrativos constituíram-se em instrumentos eficientes para a centralização, na medida que articulavam as oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da República. Desta forma a ‘política dos governadores’, veículo de consolidação do sistema de compromissos mútuos entre as situações dominantes nas diversas esferas do poder, foi substituído por um sistema, cujas deliberações convergem para o governo federal através da intermediação dos interventores e departamentos administrativos.¹¹⁴

¹¹² Cf. Jornal CORREIO DA MANHÃ, João Pessoa, 10 de novembro de 1931, p.1, em comemoração ao primeiro ano da administração de Anthenor Navarro.

¹¹³ Cf. PESSOA, Epitácio. **Revolução de Outubro de 1930 e República Nova**. Rio de Janeiro: INL, 1985, p. 14.

¹¹⁴ Cf. GURJÃO, 1994. Op. Cit., p. 106.

Assim, o poder foi colocado por dentro do Estado e independente dos arranjos oligárquicos; as decisões não foram processadas por meio da troca de favores ou negociações, mas, por imposição e repressão. Na Paraíba da interventoria de Anthenor Navarro, o processo de centralização estatal foi anti-oligárquico e afrontou as bases do poder local a partir do alijamento de tais setores das esferas do aparato estatal, valendo-se, para isto, do discurso da moralidade política – aqui entendida como ordem política a ser instaurada.

Com sua ação intervencionista, Anthenor Navarro iniciou a reestruturação da política e o soerguimento da organização jurídica, social, econômica e administrativa da Paraíba pelos caminhos do autoritarismo. Ele não só trilhou as linhas mestras de organização do aparato estatal empreendidas por João Pessoa como também alinhou a estrutura estatal às bases da proposta revolucionária.

Contudo, as pretensões da interventoria em alijar do aparelho estatal os grupos locais não se deram de forma consensual. Mesmo se considerarmos que nos primeiros instantes do pós-30, a Paraíba esteve mergulhada em uma grande comoção pública e que a palavra de ordem, daquele momento, fosse o saneamento moral dos costumes políticos, a empreitada centralizadora da interventoria não passou despercebida.

A ampliação dos domínios do Estado, conseqüentemente, teve que passar pela velha estrutura de arranjos e acordos políticos. Mesmo que o jornal A União, órgão oficial da interventoria, veiculasse diuturnamente notícias de êxito e progresso nos atos do Interventor Federal Anthenor Navarro, a escalada do Estado atropelou, sem direito a uma efetiva reação, o poder local. O autoritarismo exercido pela interventoria de Anthenor Navarro procurou ser incisivo no combate a influência local e a oposição não teve espaço, e nem apoio institucional para que pudesse dirigir uma efetiva campanha de oposição ao interventor.

De leste a oeste da Paraíba a interventoria intensificou os expurgos; em Santa Rita, Flávio Ribeiro Coutinho, chefe político e perrepista, perdeu sua influência na burocracia municipal quando, por decreto, a interventoria colocou a cidade de Santa Rita na condição de Sub-prefeitura de João Pessoa e nomeou José Flóscolo da Nóbrega para subprefeito¹¹⁵, em Patos, as famílias Firmino e Sátiro, aliadas no controle da Mesa de Renda do município e na detenção dos cargos públicos da cidade, deram vez a crescente onda de substituições e exonerações: a interventoria nomeou para prefeito Adalgício Olynto de Melo e Silva em

¹¹⁵ O decreto que coloca Santa Rita na condição de sub-prefeitura atrelada a capital é o de nº 83, de 04 de abril de 1931. José Flóscolo da Nóbrega foi advogado e consultor jurídico da cidade de João Pessoa. Era uma figura sem vínculos com a política de Santa Rita. Ver: ESTADO DA PARAYBA. **Actos do Interventor Federal:** decretos de 1931. Op. Cit., p. 60. Ver também SANTANA, 2000. Op. Cit., pp. 77-78.

substituição Pedro Firmino¹¹⁶; em São João do Cariri, os Gaudêncio sentiram o desprestígio dispensado pela interventoria e a crescente aniquilação da sua influência política no município.

Na capital, a interventoria suspendeu a exclusividade do transporte de mercadoria e de passageiros entre Cabedello e a cidade da Parayba concedida, ainda no governo de João Pessoa, ao Dr. Antônio Pessoa Filho, irmão de Joaquim Pessoa, então prefeito da capital, e também a exclusividade dos Pessoa no suprimento de material e serviços prestados ao Estado, como enumera A União na sessão “Expediente do Governo”

Ordens de pagamento – A Secretaria da Fazenda – Mandar pagar ao Dr. Antônio Pessoa Filho, no Rio de Janeiro – 100:000\$000. A. O. Pessoa & Barros, pelo fornecimento de material para caminhões do Estado, em que trabalham nas obras públicas – “Pague-se a quantia de 4: 129\$000” – Aos mesmo, pelo fornecimento de material para a secretaria de S. Pública – “Pague-se 477\$000” [sic] “Aos mesmos, pelo fornecimento de material à Força Pública – “Pague-se 2: 031\$5000. Aos mesmos, pelo fornecimento de material para a garagem do Palácio do Governo – “Pague-se 4: 039\$000” – Aos mesmos, pelo fornecimento de material para a Secretaria de Assistência Pública – “Pague-se 2:202\$000 – aos mesmos pelo fornecimento de material à Repartição de Água e Esgoto – “Pague-se 391\$000.”¹¹⁷

Em resposta, Joaquim Pessoa pediu exoneração do cargo.

Estou no exercício do cargo de prefeito municipal de João Pessoa, como v. exc. sabe, desde oito de outubro do anno próximo findo. Até aqui, penso, o dito cargo ter sido exercido com critério e excessiva dedicação, embora que sem sabedoria. Dá-se, porém, agora, exmo. exc. sr. que eu, por motivo que não vem ao caso explicar, não desejo de modo irrevogável continuar no cargo a que a confiança de amigos me elevou.¹¹⁸

As substituições promovidas pela interventoria de Anthenor Navarro, além de afastarem da política local os grupos oligárquicos, fez emergir um corpo de prefeitos tenentistas e administradores fora dos arranjos das localidades. Em Caiçara, por exemplo, a interventoria nomeou para prefeito João Napoleão Serpa, revolucionário de 30; em Alagoa Grande foi nomeado o engenheiro João Holmes, estranho na política daquela cidade; o bel. Adhemar Leite, antigo Juiz de Misericórdia foi nomeado prefeito de Piancó e Epaminondas Montezuma de Menezes, revolucionário de 30, foi nomeado prefeito de Sapé.¹¹⁹

Todas essas medidas adotadas pela interventoria obrigaram a administração municipal a um desempenho renovado do serviço público. As prefeituras e os órgãos administrativos estiveram subordinados diretamente ao Secretário de Agricultura, Comércio,

¹¹⁶ A substituição política de Patos foi um tanto curiosa. Com a nomeação de Adalgício Olintho para prefeito a interventoria colocou os Sátiro e Firmino fora da máquina administrativa do município. Contudo, Clóvis Sátiro que comandou a cisão inter-oligárquica criou todos os empecilhos a administração do novo prefeito e, em 1935, emergiu como liderança política do município. Essas afirmações têm base em entrevistas concedidas ao autor em, 23/06/2004, pela Senhora Rosa Martins, cujo pai foi importante comerciante daquela cidade nesse período.

¹¹⁷ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 04 de Janeiro de 1930, p.2.

¹¹⁸ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 14 de fevereiro de 1931, p. 1.

¹¹⁹ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 19, 20 e 25 de novembro e 14 de dezembro de 1930.

Indústria, Viação e Obras Públicas quando da realização de qualquer modalidade de obras no âmbito municipal; em cada município foi eleito um Conselho Consultivo, cuja função foi a elaboração de relatório trimestral enviado ao interventor, assim como a devida fiscalização das contas, e por fim, nenhum prefeito pôde contrair empréstimos, fazer desapropriações, conceder privilégios ou assumir compromissos que tivessem duração de mais de um ano.¹²⁰

O desmonte da antiga estrutura político-administrativa das prefeituras afetou diretamente os interesses do poder local, e diante do crescente controle do Estado sobre os municípios foi progressiva a insatisfação e cada vez maior o número de desprestigiados reunidos em torno da histórica oposição de Heráclito Cavalcante.¹²¹

A família Pessoa, desprestigiada, pretendeu tomar para si a herança heróica de João Pessoa; contudo, diante do crescente prestígio de José Américo e dos correligionários revolucionários, os Pessoa iniciaram uma campanha de desqualificação das ações da interventoria de Anthenor Navarro. A exoneração de Joaquim Pessoa da prefeitura da capital, de Fernando Pessoa das funções de prefeito de Itabaiana e, posteriormente, a exoneração de Carlos Pessoa da prefeitura de Umbuzeiro, motivaram a crescente reação dos Pessoa aos rumos da interventoria.

Em abril de 1931, A União publicou uma carta de Eptácio Pessoa Cavalcanti, filho de João Pessoa, em que este expôs os motivos pelos quais discordava da administração de Anthenor Navarro e da indicação deste para o cargo de Interventor da Paraíba. Segundo Eptácio Cavalcanti, além do completo desprestígio dispensado à família Pessoa, o interventor agiu com audácia e vilania quando acusou Joaquim Pessoa de conspirar contra o governo e planejar a deposição do interventor através de um levante comunista.¹²²

Em carta publicada no jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, José Pessoa,¹²³ irmão de João Pessoa, se refere ao interventor Anthenor Navarro como um tagarela, esbravejador e caluniador escandaloso por ter acusado Joaquim Pessoa de tramar um movimento de rebeldia contra a interventoria e ainda expõe sua oposição à indicação do mesmo ao cargo, aludindo que “Anthenor não satisfaz os interesses administrativos da

¹²⁰ Essas informações têm base no Decreto nº 109, de 12 de maio de 1931. Ver: ESTADO DA PARAYBA. **Actos do Interventor Federal**: decretos de 1931. Op. Cit., pp. 95-100. Na nossa pesquisa tivemos acesso apenas a fragmentos esparsos desses relatórios no IHGP.

¹²¹ Heráclito Cavalcante foi desembargador no Superior Tribunal de Justiça na Paraíba e chefe da oposição ao epitacismo. Na campanha da Aliança Liberal, em 1930, no comando do Partido Republicano Conservador (PRC), congregou todos aqueles que haviam rompido com o então presidente do Estado e lançou para disputar as eleições na Paraíba, apoiando a candidatura Júlio Prestes-Vital Soares à presidência da República, José Gaudêncio ao Senado e Artur dos Anjos, João Suassuna, Oscar Soares, Flávio Ribeiro e Accacio Figueiredo como candidatos a Deputados. Depois de 1930, foi posto em disponibilidade e, posteriormente, pelo decreto nº 23, de 25 de novembro de 1930, exonerado. Ver: Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 18 e 25 de fevereiro de 1930, pp. 1 e 12, ver também Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 26 de novembro de 1930, p. 2, com a publicação da exoneração de Heráclito Cavalcante.

¹²² Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, de 07 de abril de 1931, p. 1. Em nossa pesquisa não encontramos nenhuma referência que pudesse trazer dados mais consistentes sobre o possível movimento que pretendia derrubar Anthenor Navarro do cargo de interventor.

¹²³ José Pessoa foi comandante do 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro em Botafogo e posteriormente, comandante da Escola Militar daquele estado.

Paraíba.” Sobre o mesmo assunto, em carta dirigida a Juarez Távora, José Pessoa externa sua discordância quanto à indicação de Anthenor alegando que:

Existem ahi individualidades como Irineu Joffily, Joaquim Pessoa e outros... que obedecem a severos princípios de justiça, escolha outro qualquer nome em detrimento dos já designados e que são naturalmente indicados pela collectividade. A meu ver a escolha de Anthenor obedeceu outro qualquer móvel alheio sentimento revolucionário e, assim sendo, estou certo, meus conterrâneos não sancionarão tal alvitre.¹²⁴

Ainda sobre os Pessoa, José Pessoa, em artigo publicado no jornal de Recife, expôs sua defesa às acusações de que havia conspirado contra o seu irmão João Pessoa, ao tempo da Guerra Tributária, por ocasião do seu encontro com o General Paim Filho¹²⁵ quando da Guerra de Princesa.¹²⁶

Muitas foram as cartas publicadas no jornal Brasil Novo, Diário Carioca, Diário da Noite e Correio da Manhã do Rio de Janeiro acerca das querelas entre os Pessoa e Anthenor Navarro e, para além do conteúdo das acusações, o que esteve em jogo foi a tentativa de emergência de um grupo político autenticamente identificado com a “obra de João Pessoa”. De um lado, a família Pessoa colocou a interventoria de Anthenor Navarro como maculadora da obra revolucionária do mártir paraibano e tentou se colocar como continuadora desta. Julgando-se herdeiros políticos de João Pessoa, os Pessoa estavam requerendo o posto da interventoria, como deixou transparecer a sugestão de José Pessoa na já citada carta enviada a Juarez Távora. Do outro, Anthenor requereu para si a continuação da obra saneadora de João Pessoa e, com o seu discurso de moralização política e administrativa, qualificou a sua ação intervencionista como aquela que melhor podia falar em nome de João Pessoa.

Para os opositores de Anthenor, a interventoria não havia conseguido, em sua ação tida como moralizadora, realizar a obra revolucionária na Paraíba e outro objetivo não tinha a interventoria senão “o renascimento de uma velha oligarquia funesta, [assim era] a obra de consolidação revolucionária e os seus moralizados desiguais.”¹²⁷ Segundo a oposição, a interventoria havia favorecido a consolidação do grupo político encabeçado por José

¹²⁴ A Situação da Parahyba: uma nova carta do coronel José Pessoa. Jornal **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 07 de Julho de 1931. Pesquisado no livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida localizada no Instituto Paraibano de Educação (UNIFE), em João Pessoa, PB. Por se tratar de recortes de jornais não conseguimos encontrar as páginas em que foi publicada a matéria.

¹²⁵ Paim Filho foi General, fazia parte do governo de Washington Luiz e, posteriormente, da Aliança Liberal. Segundo José Pessoa, o seu encontro com o general Paim teve como finalidade exclusiva a tentativa de um acordo e não uma conspiração, uma vez que, no momento da guerra de Princesa, o referido general gozava de prestígio junto ao presidente Washington Luiz. Ver: Jornal DE RECIFE, Recife, 05 de julho de 1931. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, sem número de página.

¹²⁶ Cf. Jornal DE RECIFE, Recife, 05 de julho de 1931. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, sem número de páginas.

¹²⁷ Cf. Jornal BRASIL NOVO, João Pessoa, 08 de setembro de 1933. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, sem número de páginas.

Américo e camuflado este propósito com um discurso moralizador e realizações elementares.

As acusações estiveram assentadas, ainda, na desqualificação das medidas de Anthenor Navarro referentes à centralização das administrações municipais. Segundo os opositores, a interventoria havia tratado toda estrutura administrativa do estado como podre, sem considerar as qualidades e honrarias de políticos de reconhecida honestidade: “em Guarabira elementos tradicionais pela honestidade, como os Aquinos, os Costas, os Guedes incorreram nas iras da nova situação. Em Areia, Patos e Piancó, igual fenômeno se observou.”¹²⁸

Em geral, as discordâncias dos Pessoa e daqueles que se sentiram desprestigiados pela ação intervencionista de Anthenor Navarro não excederam o campo das acusações. O grupo que se constituía como oposição não chegou a um rompimento efetivo, pois, seguindo a orientação de Epitácio Pessoa:

Preliminarmente isso me parecia uma resolução precipitada e insensata. Como combater um governo que pode livremente suspender jornais, impedir comícios e opor-se a todas as manifestações de atividade e propaganda política. Só com a força de decreto não era essa e nem devia ser a intenção daqueles correligionários. – O razoável, portanto, é esperarem a restauração do regime constitucional, regime de direitos e garantias.¹²⁹

Sendo assim, os elementos da oposição a Anthenor atacaram a interventoria com discursos em favor da constituinte. Por meio da imprensa tida como oposicionista (Jornal Brasil Novo e Liberdade¹³⁰) os ataques acusavam o interventor paraibano de defender o arbítrio:

É compreensível que [os interventores do Rio Grande do Norte e do Ceará] não interpretem os anseios das colectividades cujos destinos foram transitoriamente confiados. Mas o sr. Navarro é parahibano, filho do chão torrado do sol e do sangue viril da raça indômita viveu as horas sagradas da campanha chefiada por João Pessoa; deveria ser um discípulo das lições de independência, coragem e abnegação que lhe deixou o mestre sacrificado. A nação assiste repassada de assombro a ousadia do interventor parahyano, desligando-se brutalmente da Parahyba, para formar com os adversários, dos ideaes, que João Pessoa tornou sagrados... ao sr. Navarro cumpre-lhe passar o governo a quem represente melhor o grande morto que seria hoje, sem dúvida, se lhe tivessem deixado a vida, o chefe do povo brasileiro, na campanha reivindicadora do regime legal!¹³¹

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ A suspensão de jornais a que se refere Epitácio diz respeito ao empastelamento do Jornal Liberdade em 1931. Ver: PESSOA, Epitácio. **Na política da Paraíba**: (2ª fase 1912/1915), 1962. Op. Cit., pp. 412-414.

¹³⁰ O jornal Brasil Novo foi fundado em 1931 por Tancredo de Carvalho, teve como orientação os ideais da revolução de 1930, contudo, aderiu à campanha da constitucionalista e passou a ser perseguido sendo empastelado em 1933. O jornal Liberdade foi fundado em 1930 por Aderbal Piragibe e também defendeu em seus editoriais a volta do país a constitucionalidade, foi empastelado no início de 1931 pela interventoria, mas, continuou a circular clandestinamente.

¹³¹ Cf. Jornal LIBERDADE, João Pessoa, 16 de janeiro de 1932. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, sem número de páginas.

Com esse estado de coisas e, influenciado pelos noticiários acerca da Paraíba na Capital Federal, o Governo Provisório de Vargas começou a demonstrar as primeiras insatisfações com a interventoria da Paraíba. Em carta escrita a Anthenor Navarro, José Américo o adverte sobre a condução da administração da Paraíba aludindo às palavras de Getúlio Vargas quando afirmou que: “Esse rapaz a quem nomeei contrariando a vontade expressa dos irmãos de João Pessoa, para attender as indicações do José Américo e do Távora, parece não está me entendendo.”¹³²

Não foi propósito de Vargas dar início a uma luta localizada nos estados contra as chefias locais, mas, conciliá-las sempre que possível. Entretanto, no caso da Paraíba, Anthenor Navarro esteve próximo de um radicalismo revolucionário e tenentista que o distanciava da proposta conciliatória de Vargas. Ilustrativamente, a recepção oferecida a Irineo Joffily, ex-interventor do Rio Grande do Norte¹³³, nos dá o tom das divergências da interventoria de Anthenor com o governo de Vargas:

O Dr. Anthenor Navarro mandou receber o sr. Irineo Joffily debaixo de estrondosas manifestações e ainda censura o Governo Central.

O Dr. Anthenor articulou uma série de censuras graves e ao terminar de taça em punho, apelou para todos dizendo confiassem na acção resoluta do bravo intinerante general Juarez, que saberia decidir e tomar conta dos reaccionario da ala direita da revolução.¹³⁴

Para José Américo, a postura de Anthenor frente ao Governo Central não poderia exceder os limites da conciliação. Os rumos do Governo Provisório não eram, de todo, autenticamente revolucionários nem de base exclusivamente militar, mas, conciliador e próximo dos elementos civis. Sendo assim, pelo contorno das relações estabelecidas entre a Paraíba e o Governo Provisório de Vargas, uma vez que a pasta do Ministério de Viação e Obras Públicas estava sob o comando de um paraibano, não deveria a interventoria da Paraíba radicalizar sua ação. Em síntese, não seria ao lado do radicalismo revolucionário e

¹³² Cf. Carta de José Américo a Anthenor Navarro, sem data. IN: **Correspondência de José Américo**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo. Transcrevendo supostas colocações de Vargas.

¹³³ Ao iniciar seu governo, Irineo Joffily despertou o sentimento regionalista e forte oposição quando nomeou paraibanos para a prefeitura de cidades potiguares. Contudo, o motivo que afastou Joffily da interventoria norteriograndense esteve ligado à luta judicial envolvendo a interventoria e a firma M.F.Monte. A firma M.F. Monte dedicava-se à compra e venda de algodão, e mantinha um estreito relacionamento com os coronéis sertanejos. Ao assumir a interventoria, Joffily tomou conhecimento de um processo existente contra a firma, do tempo do governo Lamartine, na qual ela era condenada pela Recebedoria de Renda Estadual ao pagamento de 2.400 contos, por sonegação e multa. Na época, a empresa recorreu ao Governador Lamartine, que determinou a prescrição da dívida. Joffily anulou o Decreto de Lamartine e iniciou a execução fiscal, baixando um Decreto que vedava ao judiciário apreciar os atos do Poder Executivo Revolucionário. A empresa recorreu ao governo federal e obteve êxito, com a anulação da cobrança. Joffily pediu exoneração do cargo e foi substituído pelo Tenente Aluizio Moura, colaborador do ex-Interventor e Comandante da Polícia Militar do estado. Ver: MEDEIROS, E. M. de; QUEIRÓZ, E. N. de; MONTEIRO, D. D.; MEDEIROS, K. A. e SANTOS, S. L. dos. **As interventorias de Irineu Joffily e Aluizio Moura**. História do RN n@ WEB [On-line]. <URL: www.seol.com.br/rnnaweb/> acessado em 12/03/2006.

¹³⁴ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 14 de fevereiro de 1931, p. 9. Quando se refere à nota, de primeira página, publicada no Diário de Notícias de Recife em 13 de fevereiro de 1931. Irineo Joffily foi tenente civil conspirador do movimento de 1930 na Paraíba.

militar que deveria permanecer o governo paraibano, mas ao lado de uma proposta conciliatória defendida pelos civis revolucionários, dentre eles Vargas.

Neste conjunto, o estado paraibano sob o comando de Anthenor Navarro ampliou seu eixo intervencionista com uma ação centralizadora e o discurso moralizador. Sob as ordens da interventoria, a Paraíba se configurou com uma conformação estatal nova e ampla, subjugando os municípios e o funcionalismo a sua tutela.

A estrutura burocrático-estatal desenhada por Anthenor Navarro trouxe uma nova dinâmica administrativa intimamente relacionada com o executivo. No seu bojo, a ampliação dos domínios do Estado sobre os setores funcionais da administração se impôs a toda tentativa dos grupos locais em reaver para si a influência sobre a burocracia estatal. O momento de exceção instaurado no pós-30 possibilitou, assim, uma ampla liberdade de ação, sobretudo, à Paraíba onde a conjuntura pós-revolucionária teve um forte apelo ao exemplo patriótico de João Pessoa.

Para os projetos de ampliação dos domínios do Estado o desmonte dos redutos do poder local, pela interventoria de Anthenor Navarro, não foi um propósito, mas, uma consequência inevitável da centralização estatal. Neste sentido, interventoria de Anthenor Navarro canalizou o poder, em detrimento do poder local, para as esferas do Estado, possibilitando a emergência do “poder do Estado”.

Portanto, de 1930 a 1932 o que se verificou na Paraíba foi à expansão do controle do Estado sobre a educação, sobre as finanças, sobre o crédito, justiça e toda a funcionalidade estatal.

ADMINISTRAÇÃO INTERVENCIONISTA: a reestruturação burocrática da máquina estatal

2.1 – INSTRUÇÃO PÚBLICA

Ao assumir a interventoria, uma das principais preocupações do novo interventor foi a instrução pública. Na Paraíba, a instrução pública, herdeira de uma tradição clientelista, era orçada de acordo com os interesses das elites políticas e organizada de modo a prestigiar o poder local.

Sendo dividida em instrução elementar e instrução complementar¹³⁵, compreendia uma limitada rede de ensino que, apesar de gratuito, era taxado em suas seções burocráticas. Historicamente, a instrução foi colocada no plano mais elementar das realizações do executivo estadual, visto que poucos foram os incentivos e as dotações a ela destinada, e poucos foram também os efetivos esforços, no sentido de sua completa reestruturação. Somente a partir de 1916, a instrução pública da Paraíba experimentou as

¹³⁵ De acordo com o Decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917, o ensino primário na Paraíba deveria ser leigo e gratuito, dividindo-se em: a) ensino elementar, composto por escolas isoladas rudimentares, fundadas em localidades rurais, e escolas isoladas elementares, criadas nos centros urbanos e povoados; b) escolas reunidas, fundadas nas cidades onde houvesse duas escolas isoladas; c) grupos escolares, criados em cidades onde houvesse três escolas isoladas; mistas ou divididas por sexo; e ensino complementar, criado para complementar a instrução dos alunos já aprovados no exame primário cuja finalidade era a de qualificá-los para as necessidades da vida prática. Nas escolas complementares eram ensinadas noções de agricultura, apicultura e sericultura, língua materna, aritmética comercial, datilografia, zootecnia, artes manuais e industriais usuais e economia doméstica. Cf: PARAHYBA (Estado). **Actos dos poderes legislativo e executivo**: collecção de leis e decretos de 1917. Cidade da Parahyba: Imprensa Oficial, 1917. pp. 179-201. Ver também: PARAHYBA (Estado). **Actos dos poderes executivo e legislativo**: leis e decretos de 1927. Cidade da Parahyba: Imprensa Oficial, 1928. pp. 138-150.

modificações do sistema educacional brasileiro, que saiu do modelo escolar de “cadeiras isoladas” para o modelo de “grupos escolares”.¹³⁶

Ou seja, até então, o modelo escolar de ensino era fragmentado e livresco, reprodutor do pensamento elitista e ensinado em condições mínimas, garantindo a fundamentação da ignorância em favor do oligarquismo dos primeiros anos da República brasileira. A pouca disseminação da instrução secundária e superior formou uma massa de “desanalfabetizados” instruídos apenas para ler, escrever e contar.

Em meados da década de dez e início da década de vinte, o debate em torno da escola primária conduziu as reformas para uma integração ativa da escola com a sociedade, e o ensino primário foi pensado como etapa da formação sócio-cultural do indivíduo e não mais como instrução. A escola assumiu a postura de motor da história e condutora de novos padrões de ensino e cultura. Nos diferentes níveis de ensino, pela intervenção da União, foram criadas condições para que a escola fosse integrada ao meio social, político e cultural de modo a convergir para uma pedagogia de formação continuada.¹³⁷

Essas modificações institucionais, no entanto, não significaram uma mudança na qualidade do ensino e, tampouco, uma reestruturação no *modus operandi* da educação pública do estado, uma vez que, desde o império,

A expansão da oferta de cadeiras isoladas foi fortemente influenciada pela organização, marcadamente oligárquica, da sociedade política paraibana, que se materializou mediante uma complexa teia de relações estabelecidas entre os poderes local, provincial/estadual e nacional e caracterizada pelo clientelismo que influenciou, sobremaneira, a instrução pública paraibana.¹³⁸

Em outras palavras, na República, ao longo da década de vinte, a passagem do modelo de organização escolar das cadeiras isoladas para o modelo dos grupos escolares, com a construção dos grandes prédios destinados ao funcionamento das escolas públicas, foi utilizada pela elite política paraibana com a finalidade de referenciar suas realizações e demonstrar seu prestígio e poder no contexto de urbanização e modernização das cidades.

Entende-se, portanto, que as escolas públicas passaram a ser utilizadas como veículo de propaganda política, também servindo para marcar o poder das oligarquias, cujos nomes seriam sempre lembrados, uma vez que os suntuosos prédios escolares, principalmente os dos grupos escolares, marcaram a nova feição urbana em pleno processo de mudança.¹³⁹

¹³⁶ Para um estudo mais aprofundado sobre essa transição na Paraíba ver: PINHEIRO, Antonio Carlos. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

¹³⁷ Cf. NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2001, pp. 131-183.

¹³⁸ Cf. PINHEIRO, 2002. Op. Cit., p. 28.

¹³⁹ Ibidem, pp. 147-148.

Seguindo essa lógica comprometida, a instrução, no nosso Estado, foi tendenciosa. Os discursos de modernidade e progresso, associados ao desenvolvimento do sistema educacional da Paraíba, tenderam a perpetuar a ação política dos grupos do poder. Nesse sentido, a construção e a expansão do aparato educacional paraibano, antes de 1930, foram estruturadas na base de um “civismo oligárquico”. A construção de prédios escolares, a ampliação da rede de ensino, a contratação de professores e os incentivos educacionais, por mais que estivessem regulamentados na legislação brasileira, foram tendenciosamente implementados de acordo com os interesses das classes dirigentes do nosso Estado. Forjou-se uma instrução elitista e concentrada, quase que totalmente, nas grandes cidades (quadro III), e a expansão do sistema educacional da Paraíba ficou, pois, atrelado ao jogo político da Primeira República, ficando o funcionamento das escolas ligado à benevolência do chefe local, que contratava professores, e colocava-as em funcionamento.

QUADRO III – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA PARAÍBA (1928-1930)

Municípios	Grupos escolares	Escolas elementares	Escolas rudimentares	Escolas noturnas	Escolas Subversinadas
João Pessoa	6	8	18	23	9
Areia	1	1	8	1	
Bananeiras		5	7	5	
Campina Grande	1	5	3	1	2
Umbuzeiro	1	2	6	1	
Guarabira		9	6	1	1
Itabaiana	1	4	2	1	
Patos		2	4	1	
Princesa	1		4		
Sousa	1		3		
Cajazeiras		3			
ENSINO FEDERAL					
João Pessoa	Escola de Aprendizizes Artífices				1
Bananeiras	Pratonato Agrícola Vidal de Negreiros				1

FONTE: Cf. **Anuário Estatístico** do Estado da Parayba. Anno II – 1931. João Pessoa, 1934, pp. 88-95.

Isso significa dizer que a expansão da rede de ensino da Paraíba, que deveria estar de acordo com o Decreto Federal nº 10.782 A, de 13 de janeiro de 1925¹⁴⁰, não se concretizou. A Paraíba continuou a promover a instrução de acordo com a disponibilidade

¹⁴⁰ O referido Decreto estabeleceu um acordo entre a União e os estados para a manutenção e o estabelecimento de escolas primárias e rurais: “... Em virtude desse acordo, obriga-se a União a pagar directamente os vencimentos dos professores dessas escolas, até no máximo de 2:400\$000 annuaes, cabendo aos estados fornecer casa para a escola, residência dos professores e todo material necessário. Entre as obrigações attribuidas aos Estados, inclui-se ainda: - não reduzir o número de escolas existentes no seu território por ocasião do accôrdo; dispender no mínimo 10% de sua receita com a instrução primária e normal; permitir que a União fiscalize o funcionamento das escolas assim subvencionadas e adoptar o programa federal.” Cf: PARAHYBA, Governo Revolucionário da. **Problemas e necessidades da Parayba**: sugestões apresentadas pela comissão que o governo revolucionário designou para estudal-os. Nº 279. João Pessoa: Imprensa Oficial. 1931, p. 116.

financeira dos cofres públicos e dividiu a responsabilidade da promoção do ensino com os municípios.

Aqui e acolá, implementando diretrizes nacionais pela metade, foram feitos ajustes na instrução pública da Paraíba de modo a institucionalizar dois níveis promotores de ensino: um promovido pelo Estado, e outro, pelos municípios. O custeio da Escola Normal pelo Estado, a criação de novas cadeiras de ensino e o reordenamento do ensino profissional na Escola de Aprendizes e Artífices foram algumas das medidas adotadas pelo Executivo estadual, no sentido de oferecer, minimamente, uma instrução aos paraibanos. Alfabetizar – essa foi a meta, como relatou João Pessoa, em sua mensagem à Assembléia Legislativa, em 1929:

Não podendo aparelhar a Parahyba de uma organização de ensino primário nos moldes adoptados nos Estados de maiores recursos, [o objetivo do] programa do meu governo é difundir, o mais possível a instrução pública. Se não nos é dado, de momento, proporcionar, em todo estado, outro grão de cultura, devemos pelo menos, desanalfabetizar o maior número, desbravando, assim, as intelligencias para os conhecimentos mais necessários à vida e para um posterior desenvolvimento, conforme as aptidões individuais.¹⁴¹

Com a vitória do movimento de 1930, a educação, como área de política setorial do Estado Nacional, fez emergir um corpo de intelectuais e sujeitos políticos voltados especificamente para o ensino. Houve uma crescente mobilização em favor da implementação de um sistema de ensino amplo, público e universal, cujo propósito foi atender às novas demandas sociais inseridas em um contexto de avanços tecnológicos e crescimentos urbanos. A ênfase educacional propunha a urgência na superação do analfabetismo e, conseqüentemente, a extinção do pacto oligárquico estendido ao setor educacional de modo a reestruturar o sistema de ensino e colocá-lo sob a tutela do Estado.

Liderado pelos professores Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) reuniu pensadores da educação em torno de um projeto de racionalização, profissionalização e secularização do campo educacional. Gradativamente, a perspectiva de uma escola renovada foi colocada como pauta de debates; educadores, professores, gestores e governo materializaram nas salas de aula a idéia nacionalista e moralizadora de ensino e de Estado; o primeiro, como formulador de ideologias e comportamentos condizentes com a moral e o bom ordenamento da nação; e o segundo, como provedor e ordenador de uma sociedade em constante processo de mudança.¹⁴²

¹⁴¹ Cf. ALBUQUERQUE, João Pessoa Cavalcanti de. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa, na abertura da 2ª reunião da 10ª legislatura.** Parahyba. 1929, pp. 57-58.

¹⁴² XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais.** Bragança Paulista: IFAN/CDPH/EDUSF, 1999, pp. 45-48.

O debate instaurado com vistas à caracterização do sistema educacional brasileiro, entre os anos 1930-1934, também teve como ator político-social a Igreja Católica. A intelectualidade católica¹⁴³, por meio dos seus centros de estudos – Centro Dom Vital (1922) e a revista *A Ordem* (1921) – procurou combater a crescente laicização da sociedade e de suas instituições que, na perspectiva daqueles estudiosos, estava associada à falta de instrução religiosa. No contexto da disputa com outros projetos, a chamada “Reação Católica” foi contrária a qualquer idéia de modernização e universalização do ensino, caracterizado como leigo e estatal, o que, conseqüentemente, representava o afastamento da Igreja Católica das questões ligadas ao ensino.¹⁴⁴

Contudo, mesmo havendo uma tradição católica no campo educacional brasileiro, a reação contrária aos propósitos dos pioneiros de Educação Nova não impediu a consolidação da intervenção na organização da sociedade, do ponto de vista educacional, pelo Estado. Entre 1930 e 1934, colocar sob a tutela do Estado o sistema de ensino significou muito mais que destinar gastos: significou formular uma tradição revolucionária de crescimento, apoio e desenvolvimento ensinada nas salas de aula. O Estado passou de comprometido a senhor, porquanto colocou todos os segmentos institucionais sob o seu comando.

Na Paraíba, isso não foi diferente. A reestruturação do ensino identificou os problemas da instrução pública e reformulou seus fins. Ainda em 1930, na interventoria de José Américo, “os vencedores de 30”¹⁴⁵ reuniram, em uma publicação oficial, teses setoriais sobre os problemas e as necessidades da Paraíba. Os estudos versaram sobre os mais variados temas, entre eles, a instrução pública (Tese 23).¹⁴⁶ Essa Tese confirmou o caráter tendencioso e moroso do ensino paraibano. A falta de mobilidade, o memorialismo livresco, a má remuneração dos professores, a falta de prédios escolares e de inspeção técnica e a influência política foram apontados como as causas do atraso da instrução primária na Paraíba. Portanto, com vistas ao reaparelhamento da instrução pública, a interventoria de Anthenor Navarro implementou um conjunto de medidas cujo fim foi a sua completa

¹⁴³ Jackson de Figueiredo e Alceu do Amoroso Lima foram alguns dos intelectuais católicos defensores de uma educação comprometida com a família, a moral, Deus e a pátria.

¹⁴⁴ Cf. XAVIER, 1999. Op. Cit., pp. 39-44.

¹⁴⁵ A utilização do termo “vencedores de 30” no nosso trabalho, não significa que o nosso entendimento sobre o movimento de 1930 esteja de acordo com a premissa de que houve uma revolução em 1930 no Brasil. Pelo contrário, entendemos que o movimento de outubro foi a substituição de uma elite política por outra, portanto, uma cisão inter-oligárquica. O termo aspeado acima, para nós, traduz a idéia do vencedor diante da necessidade de elaboração de uma legitimidade para os agentes políticos emergentes no pós-30; seria um exercício de poder capaz de homogeneizar o todo social em torno de um lugar comum, de uma perspectiva comum que, no caso, seria a institucionalização de uma nova conduta do poder, com o propósito de reconduzir a política e o Estado. Ver: DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp.71-76.

¹⁴⁶ A Tese 23, que se refere à instrução pública, foi escrita pelo professor Eduardo Monteiro de Medeiros, diretor geral do ensino. Cf. **Problemas e necessidades da Parayba**, 1931. Op. Cit., pp. 115-121.

reformulação institucional e administrativa, destacando-se, dentre elas, a unificação do ensino.

O interventor Federal no Estado da Parahyba, atendendo à necessidade da unificação do ensino público primário, como medida imprescindível à sua methodização e melhor diffusão; atendendo a que as escolas primarias mantidas pelos municípios não apresentam a efficiencia desejada, além de outros motivos pela falta de uma orientação única, que controle technicamente o ensino nellas ministrado, DECRETA:

Art. 1º - o ensino publico primário, em todo estado, a partir de 1 de janeiro de 1931, constituirá serviço exclusivamente estadual, subordinado às leis, regulamentos e direcção que actualmente regem a instrução primária no estado.¹⁴⁷

Nesses termos, a unificação do ensino, sob a tutela do Estado, impossibilitou a continuidade da "nefasta política que absorvia todas as actividades da administração pública",¹⁴⁸ inclusive o setor educacional. Isso porque, de acordo com a Tese 23, a educação da Paraíba obedecia aos interesses da política local, visando, "de ordinário, beneficiar amigos e parentes, embora sem nenhuma habilitação, com um lugar de professor".¹⁴⁹ A unificação, portanto, reestruturou toda a rede de ensino da Paraíba e deu ao Estado as armas necessárias para o seu gerenciamento.

O decreto unificador do ensino primário colocou sob os ditames da interventoria toda e qualquer iniciativa de promoção da instrução regular, inclusive a ineficiente instrução oferecida pelas escolas municipais, controladas pela política local. Mediante o diagnóstico, aos municípios não foi facultada a criação nem a manutenção de uma rede educacional local, mas, a obrigatoriedade de repassar aos cofres de Estado uma arrecadação mensal de 20% de sua receita, destinados à instrução e à assistência infantil.

O prefeito de Brejo do Cruz communicou ao sr. Secretario de interior haver recolhido à Estação Fiscal daquela villa a importância de duzentos e vinte quatro mil e sessenta réis, correspondente a quota de 20% das rendas daquele município, destinadas a instrução pública estadual.¹⁵⁰

Essa mesma arrecadação deu à interventoria a possibilidade de construir um fundo de financiamento da instrução pública nas já existentes Caixas Escolares¹⁵¹, mantidas por um acordo implícito entre a sociedade e o governo. Tais caixas, que arrecadavam donativos de todos os segmentos da sociedade paraibana para os fins educativos, tiveram um caráter

¹⁴⁷ Cf. PARAYBA (Estado). **Actos do Interventor Federal: DECRETOS**, de 1930. Nº 160. João Pessoa. Imprensa official. 1931, p. 93. (Decreto nº 33, de 11 de dezembro de 1930).

¹⁴⁸ Cf. **Problemas e necessidades da Parayba**, 1931. Op. Cit., p. 117

¹⁴⁹ Ibidem, p. 118.

¹⁵⁰ Cf. *Jornal A UNIÃO*, João Pessoa, 12 de maio de 1931, p. 1. Notas como essa foram editadas mensalmente na União. Todas as prefeituras prestaram contas ao secretário de Interior e Instrução pública da sua respectiva contribuição ao ensino primário.

¹⁵¹ As Caixas Escolares não foram institucionalizadas na interventoria de Anthenor Navarro, mas, pelo decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917, que regulamentou o ensino, no governo de Camilo de Holanda. Mesmo sendo regulamentada pelo decreto acima, as Caixas Escolares, até 1930, não haviam sido efetivamente concretizadas e poucas foram as ocasiões em que A União noticiou algo a respeito das caixas escolares neste período.

assistencialista e sua eficiência foi medida pela variedade de objetos arrecadados e distribuídos aos alunos.¹⁵²

Afora a contribuição de 20% dos municípios, de uso exclusivo do Estado, as Caixas Escolares se consolidaram como um fundo de amparo aos alunos pobres, como classificou o diretor do ensino primário, o professor José Batista de Mello:

A pobreza da maioria dos nossos alunos, era um grande óbice à boa vontade dos dirigentes do ensino, no prosseguimento de tão eficaz realização. Era preciso auxiliá-los, e assim intensificou-se a instalação de novas Caixas Escolares que, amparadas mutuamente por professores, governo e povo, hoje florescem em quase todos os municípios prestando serviços inestimáveis.¹⁵³

O professor F. Rangel, ao escrever sobre as Caixas Escolares na Revista do Ensino, em 1936, asseverou:

Estamos, pois, no limiar de uma nova conquista, no entanto, já são sazonados os frutos colhidos, já outro aspecto transformou o ambiente antigo, e digamos mesmo: não podemos mesmo prescindir dessa salutar inventida. Acostumamo-nos a ouvir, acompanhando o desenvolvimento administrativo e econômico, que as “caixas escolares” vêm trazendo para a escola com igualdade de condição o filho do rude operário que precisa sentir, experimentar e compartilhar dessa fraternidade bemfazeja que muito diz de um povo, [a educação].¹⁵⁴

Outro aspecto conseqüente da unificação da instrução primária da Paraíba foi a implementação de uma fiscalização técnica regional, por meio da qual o Estado pôde acompanhar regularmente o desenvolvimento dos estabelecimentos de ensino, selecionar professores e implantar um programa de ensino unificado. Nas cidades de João Pessoa, Areia, Itabaiana, Campina Grande, Patos e Sousa, foram instalados os Núcleos Setoriais de Ensino com uma rede de inspetores, cujo objetivo foi o de orientar, ordenar, auxiliar o desenvolvimento das escolas e capacitar professores em todas as localidades da Paraíba.¹⁵⁵

Sob a tutela do Estado e sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Primário,¹⁵⁶ a organização burocrática do ensino foi institucionalizada e, gradativamente, foram criadas as condições para o desenvolvimento do sistema de ensino na Paraíba. A Tese 23 afirma:

¹⁵² As Caixas Escolares arrecadavam meias, uniformes, calçados, medicamentos, livros, cadernos, tinteiros, lápis, lanches, canetas, escovas, lápis de cor (caixas), papel e mata-borrão para serem distribuídos aos alunos pobres.

¹⁵³ MELLO, José Baptista de. A instrução pública na Paraíba. IN: **Revista do ensino**. João Pessoa: Imprensa Oficial, Ano II, Nº 6/7. 1933, p. 57.

¹⁵⁴ Cf. RANGEL, F. Caixas Escolares. IN: **Revista do Ensino**. João Pessoa: Imprensa Oficial. Ano IV. Nº 12. 1936, pp. 37-38.

¹⁵⁵ Cf. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1930, 1931. Op. Cit., pp. 93-94. Ver também; MELLO, 1933. Op. Cit., p. 57.

¹⁵⁶ A Diretoria do Ensino Primário foi criada pelo Decreto Nº 183, de 12 de setembro de 1931. Cf. PARAYBA (Estado). **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1931. João Pessoa: Imprensa Oficial. 1931, pp. 79-82.

O problema não é apenas instruir; mas educar para construir. Precisamos de escolas com finalidades mais amplas e mais utilitárias, que, por um ensino *dynamic*, desenvolvam as actividades espontâneas das crianças, aducando-as no regimen do trabalho e da liberdade, tornando-as decididas e capazes da vida actual [...] Façamos pois “a verdadeira revolução que está no renascimento da mentalidade”, pelos princípios da Escola Activa.¹⁵⁷

Com essa assertiva, a referida Tese colocou a escola como norteadora da construção autônoma do indivíduo de modo a torná-lo capaz de gerir e produzir trabalho. Assim, unificar e dar dinamicidade ao ensino sem o partidarismo local significou, para a interventoria, promover o desenvolvimento das populações urbanas e rurais em favor de uma dinâmica econômica e social da sociedade paraibana pós-revolucionária. O desenvolvimento da instrução pública, na Paraíba, procurou construir e espalhar escolas por todos os recantos dos municípios, as quais seriam orientadoras do trabalho e formadoras de cidadãos aptos a criar e desenvolver sua economia.¹⁵⁸

A busca de uma “qualidade ampliada”, no que concerne à expansão do aparato educacional do Estado, logo após o movimento de 1930, norteou a intervenção estatal no setor educacional em toda a sua amplitude. Professores e funcionários da educação que, até então, eram pouco informados e, geralmente, estavam a serviço do poder local, foram substituídos e exonerados. Como resultado, por meio do Serviço de Fiscalização Técnica do ensino, a interventoria de Anthenor Navarro publicou, no Jornal A União, um crescente número de exonerações e substituições de professores, muitos deles acusados de improbidade funcional, abuso de funções e de serem semi-alfabetizados.¹⁵⁹

A constante instabilidade dos professores paraibanos deveu-se, sobretudo, ao crescente controle e à fiscalização das escolas, dando vistas ao descaso por parte do poder público, até então existente. Com a reestruturação da Diretoria do Ensino Primário, a interventoria pôde constatar o abismo lacunar existente entre os dados estatísticos e a realidade educacional da Paraíba, haja vista que muitos dados referentes ao ensino foram forjados e criados pelos professores. Ao mesmo tempo, a interventoria buscou controlar a atuação dos mestres no exercício do ofício, segundo o professor José Baptista de Mello, responsável pela Diretoria do Ensino Primário:

Com o colorário dessas medidas [fiscalização, inspeção e unificação do ensino] tudo se reajustou, desaparecendo os conchavos do compadresco político que acobertava dissidia de professores que, fora do exercício, recebiam integralmente vencimentos a que não faziam jus. Já não existem as escolas fictícias dos orçamentos municipais, creadas apenas para justificar a indignidade das mais vergonhosas sinecuras.¹⁶⁰

¹⁵⁷ Cf. **Problemas e necessidades da Parayba**, 1931. Op. Cit., pp. 120-121.

¹⁵⁸ MELLO, José Baptista de. Problemas do ensino. IN: **Revista do ensino**. João Pessoa: Imprensa Oficial. Ano III, Nº 11. 1934, p. 05.

¹⁵⁹ Cf. no Jornal A UNIÃO, referente aos anos de 1931-1932, a “Parte oficial”, onde podemos encontrar uma constante movimentação do professorado paraibano (demissões, remoções, exonerações e substituições).

¹⁶⁰ Cf. MELLO, 1933. Op. Cit., p. 57.

Mediante esses aspectos, a obra educacional da interventoria de Anthenor Navarro teve como legado a criação do sistema de ensino da Paraíba de forma organizada e ordenada sob a fiscalização do estado; os decretos versaram sobre todos os pontos viáveis à constituição de uma rede de ensino que pudesse funcionar regularmente.

Nesse sentido, pelo Decreto nº 104, de 7 de maio de 1931, a interventoria instituiu o Serviço de Inspeção Sanitária das Escolas. Inicialmente, o funcionamento deste serviço esteve restrito à capital; posteriormente, pelo decreto nº 115, de 20 de maio de 1931, foi estendido a todas as cidades da Paraíba. O serviço se prestou a um tipo de acessoria sanitária nas escolas, além de oferecer tratamento odontológico.¹⁶¹ A inspeção sanitária funcionou como avaliadora das condições higiênicas e de saúde das escolas, dos professores e dos alunos.

De acordo o decreto acima citado, o Serviço de Inspeção Sanitária estabelecia a execução de um diagnóstico constante de todos os que compunham a comunidade escolar. Assim, era de responsabilidade do “médico escolar”:

- (a) Fazer exame médico em todo pessoal com que os alumnos tiverem de estar em contacto;
- (b) Fazer exame médico em todos os alumnos, consignando os resultados em livro apropriado e fichas sanitárias;
- (c) Receitar e curar alumnos pobres, sendo as receitas aviadas por conta das Caixas Escolares;
- (d) Vaccinar e revaccinar os alumnos, professores e empregados das escolas;
- (e) Organizar a folha sanitária dos prédios escolares.¹⁶²

O Serviço de Inspeção Sanitária Escolar contou, ainda, com o apoio dos diretores das escolas e das visitadoras, responsáveis pela fiscalização das possíveis anormalidades ocorridas no ambiente escolar.

Para a interventoria, a funcionalidade regular do ensino deveria vir acompanhada de um conjunto de medidas que pudessem proporcionar um resultado imediato e contínuo. Não bastava, para isso, tornar a estrutura educacional da Paraíba centralizada, mas era preciso fornecer as ferramentas certas e, nesse sentido, a operacionalidade das Caixas Escolares, a regulamentação do Serviço de Inspeção Sanitária e a fiscalização das atividades letivas, acompanhadas de relatórios, criaram as condições para fazer funcionar o sistema de ensino em nosso Estado.

A nova escola também inspirou cuidados comportamentais, razão pela qual, nas salas de aula, foi observada a disciplina rígida e cronometrada, editando-se um conjunto de regras comportamentais, a saber:

¹⁶¹ Diga-se, como esclarecimento, que esse serviço foi pago ao preço de \$200 reis mensais, cujo pagamento era efetuado pelos pais dos alunos. O estado não financiava o referido serviço.

¹⁶² Cf. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS de 1931. Op. Cit., pp. 105-108.

Levantar e sentar em silêncio
 Emprego das expressões: “tenha a bondade”. “desculpe-me” “Perdão”. “muito obrigado”. “Faça favor”. “Dá licença.”
 Signal para falar na classe: Levantar o braço direito com a mão aberta.
 Limpar os sapatos antes de entrar na classe.
 Modo de portar-se na rua quando vem para escola e quando vai para casa.
 Evitar o carinho que amolece, por em acção o carinho que encoraja. [...] ¹⁶³

Além disso, foram estabelecidas as seguintes diretrizes para o mês escolar:

Semana da pontualidade – escrever com giz azul uma história referente a pontualidade. O sol marca a pontualidade do dia e vem do azul do céu.
 Semana da atenção – Escripta a giz branco com o fim de aclarar o entendimento.
 Semana da hygiene – a giz vermelho, como o sangue que dá vida e saúde.
 Semana da polidez – Que é a flor da vida de soaciedade, escripta no quadro negro, entre flores delicadas e mimosas. ¹⁶⁴

Todas essas regras visaram colocar ordem e disciplina nas salas de aula e no planejamento dos professores. A conduta dos alunos foi observada de modo a inspirar um comportamento condizente com o meio social disciplinador. Também a nova pedagogia colocou para os professores técnicas que, segundo ela, causariam estímulos e atentariam para o entendimento de um bom relacionamento, conservando o espírito alegre e infantil das crianças. Ou seja, buscou-se construir uma geração que não fosse apenas alfabetizada, mas também, educada e disciplinada. ¹⁶⁵

Burocratizadas e estatizadas, as transformações implementadas pela interventoria de Anthenor Navarro, no setor educacional, ainda tiveram que resolver outra questão: o caráter ideológico da instrução. Segundo a conceituação de Gramsci, a escola se constituiu como um segmento particular construtor de hegemonia e, portanto, construtora de uma cultura hegemônica que instrui e ensina a reproduzir os dizeres da classe dominante. ¹⁶⁶

Sendo assim, se, para Gramsci, fazia-se necessário o rompimento do comprometimento intelectual e sua reprodução (ensino) nas classes subalternas, para a interventoria de Anthenor Navarro, a escola foi o elemento congraçador da legitimidade do Estado, uma vez que, imersa em uma crescente mitologização da figura de João Pessoa, a Paraíba respirou os ecos do heroísmo revolucionário do seu mártir e transportou-o para o cotidiano, reproduzindo-o nas ações da interventoria. Para isso, a interventoria construiu a via da necessidade da intervenção estatal na instrução, ou seja, o Estado se colocou como o provedor, o ordenador e aquele que é indispensável ao bom andamento do progresso e do desenvolvimento de um povo.

¹⁶³ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 27 de maio de 1931, p. 4.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 4.

¹⁶⁵ Cf. NAGLE, 2001. Op. Cit., pp. 308-336. Ver também: **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Vários autores. <www.escolanova.net/pages/manifesto.htm> acessado em 12 de agosto de 2006.

¹⁶⁶ GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 9 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995, p. 15.

Nesse aspecto, o poder estatal se tornou indispensável ao êxito educacional da Paraíba, construindo sua ação centralizadora pela representação simbólica do homem de Estado e herói que foi João Pessoa. O novo homem de Estado, o interventor federal, formulou um imbricamento tal com a instrução que a presença da interventoria não foi dissociada do progresso educacional, mas, constantemente lembrada nos momentos áureos, por exemplo, no aniversário de Eptácio Pessoa:

Em observância a portaria do senhor Inspector geral do Ensino, a Inspectoria auxiliar recomenda aos srs. Directores e professores dos estabelecimentos de ensino primário da capital que compareçam com seus alumnos, as 9 horas de sábado corrente à praça João Pessoa onde serão tributadas homenagens ao exmo. Sr. Dr. Eptácio Pessoa, pelo transcurso do seu aniversário natalício. Pelos grupos escolares serão entoados os hynos à Parahyba e a João Pessoa.¹⁶⁷

E na comemoração do 26 de julho, conforme expressa o trecho seguinte:

8h- Partirá do Palácio passeata cívica com o retrato de João Pessoa conduzido pelo Interventor Federal, a fim de fazer a apposição no Altar da Pátria, em frente à Escola Normal.

9h- Comunidade de professores e estudantes receberá o retrato e fará a apposição. Nesta ocasião será dada uma salva pela bateria de montanha. Uma companhia do 22º BC prestará guarda de honra com a escola de música cantando o hymno de João Pessoa e o Nacional.

10 às 14 h- Inaugurações oficiais e placa comemorativa.

15h- Reunião na Praça do Carmo sob a direção do professorado. Todos os alumnos de todos os estabelecimentos de ensino.

15:30 h - Partirá da praça a grande passeata cívica de estudantes e professores para desfilar em frente ao Altar da Pátria. Todos formarão para homenagear João Pessoa, onde falará um representante dos estudantes e outro da comissão organizadora. Findo o discurso será cantado o hymno a João Pessoa e a banda de música da polícia tocará o Nacional [...]. Durante todo dia, velará o Altar estudantes e professores designados pela classe.¹⁶⁸

Observe-se que o Estado, na figura do interventor federal, conduz a passeata cívica à frente dos professores e alunos. O caráter organizador e condutor emerge simbolicamente associado à figura do grande herói da Paraíba, João Pessoa. Podemos observar, portanto, a construção de um modelo de instrução pública estatizada e comprometida com o ritmo das ações do Estado, enquanto provedor e regulador do sistema de ensino e disseminador de um patriotismo cívico legitimador da hegemonia dos “vencedores de 30”.

O progresso alcançado pelas medidas reguladoras da instrução primária da Paraíba, ao tempo da interventoria de Anthenor Navarro, trouxe para a Paraíba a ampliação da rede escolar e um crescente número de alunos às salas de aula (quadro IV). Contudo, o crescimento observado ainda estava longe de uma efetiva disseminação da rede de ensino da Paraíba; as modificações implantadas pela interventoria, no que tange à qualidade do

¹⁶⁷ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 24 de maio de 1931, p. 8.

¹⁶⁸ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 19 de julho de 1931, p. 3.

ensino paraibano, não lograram um êxito significativo, mas atingiram seus objetivos, em termos de funcionalidade.

QUADRO IV – EVOLUÇÃO DO ENSINO NA PARAÍBA (1928-1932)

	MATRÍCULAS	FREQUÊNCIA	CONCLUSÃO DE CURSO	PROFESSORES	ESCOLAS
1928	18.740	10.045	-----	-----	-----
1929	19.367	10.310	-----	-----	-----
1930	20.524	11.040	-----	-----	-----
1931	27.767	13.840	273	554	425
1932	38.276	21.923	705	753	545

FONTE: Cf. **Anuario Estatístico** do Estado da Parayba. Anno II – 1931. João Pessoa, 1934, pp. X-XI. E **Anuario Estatístico** do Estado da Parayba. Anno III – 1932. João Pessoa. 1935, p.VII.

Ou seja, a ampliação da rede de ensino da Paraíba, na interventoria de Anthenor Navarro, não significou o salto qualitativo da instrução. As escolas, de fato, atingiram todos os municípios, mas, não tiveram êxito na aplicação de uma metodologia de ensino que resultasse numa educação construtora e modeladora de uma intelectualidade independente. Os limites qualitativos do setor educacional da Paraíba, entre 1930-1932, puderam ser sentido em seus primeiros passos, a preocupação era quase que exclusivamente, dar funcionalidade ao setor.

A interventoria procurou, indiscutivelmente, criar uma rede de ensino que não figurasse apenas como estrutura institucional, mas, sobretudo, como estrutura movimentada e palpável, estendida a todos os municípios paraibanos. Nesse sentido, dar funcionalidade a essa rede foi o principal objetivo da interventoria. Na medida em que eram baixados decretos regulamentadores do ensino, a interventoria ajustava a funcionalidade do setor.

2.2 – JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Em um quadro geral, a justiça e a segurança da Paraíba, na Primeira República, não diferiam muito do restante do Nordeste. O poderio do coronel formou e determinou as atribuições da polícia, configurando-as como milícias particulares. Com a magistratura não foi diferente: os juizes, em suas comarcas, agiam como verdadeiros donos da lei. Em muitos casos, inclusive, andavam juntos com o poder local e até se configuravam como tal.

Na Primeira República, a Paraíba foi um dos Estados em que era mais visível a fusão da magistratura com a política. Transitava-se facilmente de uma para outra, sendo praticado e tolerado, sem objeções, o exercício simultâneo de mandatos políticos e da atividade partidária com as funções da magistratura. Venâncio Neiva, Eptácio Pessoa, Heráclito Cavalcante, Antônio Massa, João Suassuna, José Gaudêncio, João Pessoa, foram exemplos mais notórios, dada a importância das funções que ocuparam nos dois setores. A prática se proliferou sobretudo no âmbito municipal [...] Castro Pinto teve como companheiro de chapa, candidato a segundo vice-Presidente, Pedro Bandeira

Cavalcanti, que era juiz de Guarabira [...] no governo de João Suassuna, o juiz municipal de Brejo do Cruz, João de Almeida, acumulava o cargo judiciário com o cargo de deputado estadual.¹⁶⁹

A política, na Paraíba, havia então se configurado como uma política de juízes. Contudo, logo após o movimento de 1930, as questões debatidas em torno da segurança pública e da justiça foram colocadas na perspectiva de uma renovação da conduta e do exercício das funções judiciais. O movimento de outubro deu visibilidade aos acordos entre a justiça e os grupos oligárquicos nos estados, descrevendo-os como armas manejadas ao sabor de caprichos e interesses particulares.

Os juízes, na República [...] haviam se constituído uma arma que os despotas decaídos manejavam a vontade ao sabor de caprichos partidários e interesses particulares.

A desenvoltura com que magistrados, da mais alta à mais baixa categoria judiciária, aviltavam a toga, torciam a verdade, sophismavam as provas, violavam a jurisprudência [e] achicavam as regras de direito positivo e doutrinário.¹⁷⁰

Para o novo contexto político emergente de 30, as questões judiciais representaram mais que um simples reordenamento de práticas e ações que se pretendiam isentas da influência oligárquica; reestruturar a justiça e a segurança pública teve, para os “vencedores de 30”, um significado político, pois era preciso desmontar as bases da legitimação dos redutos oligárquicos, ou seja, tratava-se de desestruturar a legalidade dos atos do poder local que, na forma da lei, davam legitimidade à ação dos grupos políticos.

Uma nova ordem e um novo aparato judicial isentos e não mais submissos à vontade da política local era o que pretendiam “os vencedores de 30”; pretendia-se desarticular a simbiose existente entre o poder executivo e o poder judiciário, ambos a serviço de acordos e articulações de favorecimentos mútuos. Dessa forma, o saneamento da magistratura, com o objetivo de entregar a justiça a si própria, sem interferências, se configurou como um dos pontos capitais do movimento de 30.¹⁷¹

O saneamento da justiça, proposto pelo grupo que ascendeu ao poder na Paraíba, também seguiu as orientações do contexto nacional e foi caracterizado pela busca de um ideal de justiça que propiciasse um melhor funcionamento e normalizasse o desempenho dos cargos judiciários.¹⁷² Contudo, essa renovação do setor judicial teve uma outra particularidade: as condições político-sociais dos primeiros momentos do pós-1930, no nosso Estado, elevaram os desejos da reforma judiciária de uma simples reestruturação das funções jurídicas a uma reestruturação reparadora, em desagravo à figura de João Pessoa.

¹⁶⁹ Cf. MELLO, 1982. Op. Cit., pp. 42-43 e 91.

¹⁷⁰ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 03 de dezembro de 1930, p. 1.

¹⁷¹ Cf. VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**: da aliança Liberal às realizações do 1º ano de governo. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio. S/d, pp. 168 e 170.

¹⁷² Ibidem, pp. 168-170.

Portanto, podemos observar dois aspectos nas ações da interventoria de Anthenor Navarro, relativas à justiça e à segurança: um reparador, e outro, institucional.

Primeiro, o processo de centralização dos serviços jurídicos da Paraíba, iniciado pela interventoria, primou por remover das comarcas e dos redutos locais juízes e serventuários da justiça que, declaradamente, estiveram contra João Pessoa. A interventoria, ao se intitular como continuadora da obra política e institucional de João Pessoa promoveu uma crescente perseguição aos juízes que, de alguma forma, colocaram-se a favor dos seus opositores.

O caso do desembargador Heráclito Cavalcante foi o mais emblemático. O decreto que o pôs em disponibilidade e, posteriormente, o que o exonerou dos quadros da magistratura paraibana ultrapassaram os objetivos de moralização para se configurar como uma resposta às calúnias e difamações sofridas por João Pessoa. Segundo o Jornal A União,

O juiz abusou de suas funções, servindo a interesses de correligionários; cidadão que se divorciou de seus deveres cívicos, de suas obrigações como parahybano, collocando-se, despudoradamente, ao lado dos empreiteiros contra a honra e a vida de João Pessoa, cooperando no assalto à autonomia da Parahyba.

O sr. Anthenor Navarro, em consequência da medida tomada, [exoneração] [...] assigna um acto que desagrava a sociedade parahybana e gera a consciência integra e serena do dever cumprido.¹⁷³

Observe-se que, pelo discurso do jornal, a exoneração de Heráclito Cavalcante se configurou como um ato de desagravo e reparação aos danos sofridos pela Paraíba e pelo seu mais ilustre filho. Sua exoneração, nesse sentido, não fez parte de uma política de saneamento do setor jurídico, mas teve uma significação moral e, sobretudo, política, posto que a interventoria minou os grupos perrepistas.¹⁷⁴

Clímaco Xavier foi outro exemplo da ação reparadora da interventoria no setor judiciário do Estado.

O juiz Clímaco Xavier foi um pequenino inimigo do grande redemptor do nordeste. Desobedecendo as instruções do presidente João Pessoa, quando deflagrou-se a mashorca de Princeza, Clímaco resolveu ficar com os cangaceiros em oposição a sua terra.

No começo da semana passada, o juiz dos bandoleiros resolveu vir a essa capital. Sendo apupado pelo povo, que num gesto justíssimo de revolta, deu-lhe um banho de ovos podres.

¹⁷³ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 26 de novembro de 1930, p. 1.

¹⁷⁴ O perrepismo se configurou como grupo de oposição a João Pessoa e a Aliança Liberal. Walfredo Leal, com quem o primeiro disputou o comando do Estado em 1915, e o desembargador Heráclito Cavalcante foram os maiores expoentes de oposição ao epitacismo, ambos aglutinados no Partido Republicano da Paraíba (PRP). Após a indicação da candidatura de João Pessoa à vice-presidente na chapa da Aliança Liberal e o episódio da formação da chapa para a Assembléia, momentos antes das eleições de março de 1930, três coronéis do sertão, José Pereira, João Dantas e João Suassuna, romperam com o bloco epitacista e passaram a compor com os opositores históricos do epitacismo, formando a chamada oposição perrepista. Esse grupo deu sustentação política ao governo de Washington Luís, no plano federal.

Hontem pela manhã, juiz Clímaco bateu a linda plumagem com destino a Recife, onde poderá reomar mais calmamente, sua azinhavrada consciência, o crime cometido contra a sua terra.¹⁷⁵

O tom sarcástico do jornal imprimiu o descontentamento com aqueles que, designados para servir ao Estado, colocaram-se contra o “redentor do nordeste”. Veja-se que a interventoria de Anthenor Navarro deu legitimidade ao ato popular de revolta para com os inimigos de João Pessoa quando, “o interventor federal nomeou para o cargo de juiz de direito da comarca de Princeza, vaga com a demissão do sr. Clímaco Xavier, que se tornou incompatível para as funções de magistrado... um moço integro e possuidor de idoneidade para a função de juiz.”¹⁷⁶

Embora a interventoria tenha colocado a substituição do juiz de Princesa como reflexo da política de seleção e saneamento da obra revolucionária, a exoneração do referido juiz se configurou como reparadora. A moralidade aparente, noticiada pelo jornal A União, serviu como legitimadora das ações da interventoria e imprimiu uma constatação de ordem e quebra dos velhos costumes.

Com a constatação acima, podemos dizer que a interventoria de Anthenor Navarro atuou com resoluta obstinação no que se refere à exoneração de juizes e serventuários não alinhados com João Pessoa. Mesmo nos casos em que a exoneração não foi possível, a remoção foi a solução encontrada para desarticular a oposição perrepista, de tal forma que, nem todos foram premiados com o “bilhete azul”¹⁷⁷. Como exemplo, podemos citar a nomeação de Antônio Massa para o cargo de juiz de Direito da comarca de Patos.

Aos olhos de muitos, o acto do sr. Anthenor Navarro parecerá uma incoherencia política, pelo facto do nomeado ter pertencido ao partido que Heráclito e Washington chefiavam.

O bacharel Massa é juiz em dissponibilidade, e por conseqüência um dos inquilinos do Thesouro do Estado sem que o governo possa requerer uma ordem de despejo. [...]

Diante disso a nomeação do fazendeiro de Puchy está mais que justificada. O chefe do governo parahybanô continua dentro do programma revolucionário. [...]

Depois de chefe de polícia, deputado e senador federal voltar ao velho cargo de juiz de uma comuna sertaneja.

De qualquer forma s. s. contente-se...¹⁷⁸

Entre os anos de 1912-1915, Antônio Massa compôs a base do Partido Republicano Conservador, sob o comando de Álvaro Machado; após a consolidação do Epitacismo, exerceu o cargo de Chefe de polícia, no governo de Castro Pinto (1912-1915), de Vice-

¹⁷⁵ Cf. Jornal CORREIO DA MANHÃ, João Pessoa, 25 de setembro de 1930, s/p.

¹⁷⁶ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 19 de novembro de 1930, p. 6. Para o cargo de juiz de Princesa, foi nomeado José de Farias, ocupante do segundo cargo de promotor público da capital.

¹⁷⁷ “Bilhete azul” foi a denominação utilizada pela imprensa, sobretudo, o jornal Liberdade, para designar aqueles que eram exonerados dos cargos públicos pela interventoria. Comumente fazia referência a personalidades políticas ligadas ao desembargador Heráclito Cavalcante.

¹⁷⁸ Cf. Jornal LIBERDADE, João Pessoa, 20 de fevereiro de 1931, p. 1.

Presidente da Paraíba, no governo de Camilo de Holanda (1915-1920), e foi senador na vaga de Eptácio Pessoa, quando este assumiu a Presidência da República, em 1922.

Entretanto, na campanha para o sendo, em 1930, Antonio Massa aderiu ao grupo de oposição ao epitacismo, junto a Heráclito Cavalcante, por não ter sido o seu nome indicado para recondução a vaga de senador, como era seu desejo e o de Eptácio Pessoa. Na ocasião, João Pessoa havia organizado a chapa que concorreria ao senado sem a aprovação da Comissão Executiva do partido epitacista. Então, para efeitos da nova conjuntura pós-30, Massa se configurava como um perrepista que deveria ser punido. Sem ser exonerado, foi removido para o interior, distante da sua base política.

A leitura da citação acima nos remete ao clima de hostilidade vivido pelos bacharéis que, mesmo não sendo exonerados, enfrentavam o desprezo e a hostilidade dos paraibanos. Da parte da população e da imprensa, o tratamento dispensado aos opositores de João Pessoa foi o mais desprezível possível: “salafrários, comunas e medíocres” foram os jargões usados para defini-los; da parte da interventoria, quando não foram exonerados, foram removidos para longe dos seus redutos.

Portanto, entre 1930-1932, por trás de muitas exonerações e remoções de juízes e serventuários da justiça paraibana esteve presente a questão reparadora em desagravo ao “ilustre” João Pessoa. Para o contexto pós-movimento de 1930, tais exonerações, mediante as acusações de conspiração e incompatibilidade de funções, colocaram em evidência muito mais que um simples reordenamento do aparato estatal, mas a necessidade de uma resposta, a partir do Estado, aos anseios de vingança por parte da população. Tais atos se investiram ainda, da busca da credibilidade, haja vista que, logo após a o movimento de 30, a implantação do sistema de interventoria não garantiu, automaticamente, sua “legitimidade” junto aos paraibanos.

No outro aspecto, institucional, as transformações sofridas pela justiça e segurança reconduziram os serviços à submissão única da Secretaria de Interior, Justiça e Instrução Pública. Todas as medidas convergiram para essa secretaria e delas partiram todas as reformulações e decretos.

Através do Decreto nº 42, de 30 de dezembro de 1930,¹⁷⁹ a interventoria iniciou sua ação junto à justiça paraibana e reorganizou as comarcas estaduais de modo a estabelecer uma equiparação classificatória entre as mesmas, uma vez que, antes de 1930, a divisão judiciária do Estado era classificada por instâncias que decresciam à medida que sua localização se distanciava da capital. A classificação anterior foi sentida, principalmente, nos vencimentos dos magistrados e serventuários que quanto mais distantes da capital, menor a renumeração.

¹⁷⁹ Cf. **Actos do Interventor Federal: DECRETOS**, de 1930. Op. Cit., p. 196.

Por meio do Decreto acima, a interventoria equiparou os vencimentos em todas as comarcas estaduais, diferenciando-os apenas da comarca da capital. Assim, enquanto os juizes do interior recebiam sete contos e oitocentos mil reis (7:800\$000) anuais, os da cidade de João Pessoa recebiam nove mil contos de reis (9:000\$000) anuais. Essa medida teve por propósito rearticular a justiça paraibana à conduta intervencionista e colocá-la sob o regime de independência em relação ao jogo político local. A carta aberta publicada pelo juiz Brás Baracuchy, da cidade de Sousa, dá-nos a medida e a significação da necessidade de uma equiparação salarial.

Nos limites largos ou estreitos, que traça o poder do juiz, assegura a independência do magistrado.

É necessário que este tenha a certeza absoluta de que o poder público não o exonera do cargo; faz-se preciso que o magistrado viva livre do arbítrio do governo.

Disso decorrem as duas características principais do poder judiciário: a imobilidade e a vitaliciedade do magistrado.

Ao lado dessas garantias imprescindível a independência do juiz temos ainda a necessidade da sua independência material. [...]

O juiz que tenha bons vencimentos, que sinta o conforto que o governo lhe proporciona com renumeração compensadora das suas funções, certo, saberá reagir as injucções do poder, sendo mesmo difícil chegar até a sua pessoa as ofertas corruptoras.¹⁸⁰

Essa carta não apenas tratou exclusivamente dos vencimentos dos magistrados paraibanos, mas também colocou a questão entre outras reivindicações. Para a magistratura estadual, o discurso foi o da independência das funções, certamente, para fazer frente às constantes remoções e exonerações feitas pela interventoria. Em seu conjunto, a carta procurou distanciar as práticas judiciais da influência local e eximir-se dos acordos políticos em nome da independência das funções judiciais. Assim, imobilidade e vitaliciedade figuraram como garantias para uma atuação livre e independente, ao passo que, bons vencimentos garantiriam a autonomia diante de ofertas corruptoras.

A interventoria não observou os princípios de imobilidade e vitaliciedade; removeu e exonerou quando não obteve, por parte dos magistrados, uma ação íntegra. E, ainda, considerou que os poucos vencimentos moviam o pouco desprendimento frente à pressão do poder local. Portanto, a equiparação e o aumento dos vencimentos foram utilizados como garantia do alinhamento da magistratura aos propósitos de subordinação às diretrizes estabelecidas pelo Estado interventor.

Após as medidas de realinhamento da magistratura à conduta centralizadora do Estado, a interventoria, através do Decreto nº 57, de 3 de fevereiro de 1931, regulamentou os serviços de registro de casamentos, nascimentos e óbitos, colocando-os em repartições separadas das de ofício da justiça, uma vez que esta última acumulava tais serviços. O

¹⁸⁰ Cf. BARACUHY, Brás. Carta Aberta. À magistratura paraibana. IN: Jornal **A UNIÃO**, João Pessoa, 09 de maio de 1931, p. 1.

Decreto estabeleceu a criação de cartórios de registros em todas as comarcas da Paraíba e estabeleceu a obrigatoriedade da extração mensal da “folha de registros”. Nessas folhas eram registrados todo o movimento cartorial: casamentos, nascimentos, óbitos, nomes e datas dos atos de importância, depois de avaliadas e assinadas pelo juiz da comarca da qual se referia, era apresentada ao tesouro para fins de custeio, pelo Estado, dos serviços prestados.¹⁸¹

O Decreto nº 193, de 30 de setembro de 1931,¹⁸² tratou de dar uma nova configuração ao sistema judiciário. Suprimiu os juzados substitutos da capital paraibana, criados sob a Lei nº 681, de 18 de setembro de 1929, e, em substituição a ele, criou mais um juzado de direito. Através dessa medida, a interventoria reconduziu as funções judiciárias, alocando na 1ª vara as funções eleitorais, de órfãos, as interdições ausentes e, na 2ª, os serviços da fazenda estadual e municipal, dos registros de casamento e da provedoria. Em ambas as varas, os serviços foram distribuídos de modo a atender a regulamentação em nível estadual e municipal, sendo desdobrado igual ordenamento às comarcas do interior e observado o tamanho de cada jurisdição.

Esse mesmo Decreto alterou a distribuição dos termos judiciários por todo o Estado, suprimido e criando comarcas. Por exemplo, anexou o termo judiciário de Sapé à comarca de Mamanguape; o de Pedras de Fogo, à comarca de Itabayana; restaurou o termo de Teixeira, anteriormente anexado à comarca de Patos, e excluiu a comarca de Santa Rita, passando a mesma a se configurar como termo judiciário da cidade de João Pessoa.

Pela alteração dos termos judiciários e extinção de comarcas por toda a Paraíba, a interventoria construiu uma organização judiciária pouco independente administrativamente e subjugada à configuração ditada pela Secretaria de Interior, Justiça e Instrução Pública. Em última análise, a alteração dos termos judiciários e a exclusão de comarcas também atingiram a política partidária do Estado; os redutos perrepistas foram amplamente atingidos e subjugados à conduta estatal.

A exclusão da Comarca de Santa Rita foi emblemática nesse sentido. Economicamente bem sucedida, a cidade detinha uma complexa estrutura açucareira com três usinas de açúcar, uma fábrica de extração de óleo de baleia e a maior fábrica de tecidos do Estado. A Companhia Têxtil da Paraíba (CTP) havia se configurado como a terceira receita da Paraíba no ano de 1930.¹⁸³ Entretanto, era reduto político dos Ribeiro Coutinho, perrepistas e opositores de João Pessoa. Assim, com a exclusão da comarca, “todos os

¹⁸¹ Cf. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1931. Op. Cit., p. 11.

¹⁸² Ibidem, p. 89.

¹⁸³ Cf. SANTANA, Martha Mª Falcão de C. e Morais. **Poder e intervenção estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB. 1999, pp. 77-78. Ver Também: SANTANA, Martha Mª Falcão de C. e Morais. **Nordeste, açúcar e poder**: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba, 1920-1962. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990, pp. 224-227.

feitos do termo de Santa Rita, respeitados os privativos, serão por distribuição entre juízes da capital, quando em grão de recurso ou excedente à alçada.”¹⁸⁴

Ainda no mesmo decreto, a interventoria criou o cargo de avaliadores judiciais da fazenda, cuja função exclusiva foi a de lavrar um levantamento semestral dos atos das comarcas estaduais, bem como relatar a aplicabilidade das receitas municipais; criou também o cargo de depositários públicos para controlar os depósitos feitos no tesouro estadual e nas Estações Fiscais, todos com demissão resolvida em juízo exclusivo da autoridade administrativa, no caso, o interventor.

Outro ponto de ação da interventoria foi a Segurança Pública. Como primeira medida nesse setor criou o Corpo de Segurança da Capital.

Art. 1º - o Corpo de Segurança é um departamento da polícia civil, directamente subordinado a Secretaria de Segurança e Assistência Pública e dirigido pelo delegado auxiliar. Destina-se ao serviço de diligencias necessárias aos interesses policiaes, judiciários e administrativos; observação e vigilância de todos os elementos suspeitos ou prejudiciaes à ordem pública e social.

Art. 2º - o Corpo de Segurança tem por fim:

1º - manter constante vigilância de viajantes e pessoas desconhecidas, casas de diversões públicas, botequins [...] e adopção das medidas mais convenientes a manutenção da ordem pública.

2º vigiar indivíduos ligados a movimentos que visem anarchia e perturbação da ordem social.¹⁸⁵

O maior propósito do Corpo de Segurança foi, sem dúvida, a manutenção da ordem. Com a criação desse serviço, a interventoria procurou controlar os arroubos existentes nos primeiros momentos da Paraíba pós-30 e vigiar qualquer suposta tentativa de perturbação da ordem estabelecida. Composto por um corpo de investigadores¹⁸⁶ nomeados pelo seu diretor, esse serviço atuou nos limites da capital paraibana e em seus arredores.

A institucionalização de um serviço de investigação e segurança trouxe para o Estado, nos moldes do que ele se propunha, a adoção de uma política fiscalizadora da sociedade. As possíveis perturbações deveriam ser sufocadas de modo a imprimir uma idéia de ordem e organização social condizentes com os discursos de moralização institucional e social proferidos pela interventoria. Tratou-se de um serviço incisivo e objetivo, em se tratando de ordenar os excessos conseqüentes da instabilidade gerada no pós-30, mas também se configurou como uma polícia estatal a serviço das diligências judiciais e administrativas.

¹⁸⁴ Cf. **Actos do Interventor Federal: DECRETOS**, de 1931. Op. Cit., p. 89.

¹⁸⁵ Ibidem, pp. 76-82. Decreto nº 99, de 29 de abril de 1931.

¹⁸⁶ Aqui vale apenas citar os pré-requisitos necessários para a investidura no cargo de investigador, de acordo com o Artigo 6º do decreto citado: a – ter mais de 21 anos e menos de 35; b – ser vacinado contra a varíola; c – não soffrer moléstia infecto-contagiosa; d – não ter sido condemnado nem está sendo processado; e – ser de reconhecida idoneidade moral; f – ter necessária robustez phisycas; g – ter conhecimentos de língua pátria, arithmetica elemental, geographia, chorographia do Brasil, noções de direito penal, educação cívica, investigação criminal. Cf. Ibidem, p. 78.

A expansão desses serviços tomou corpo com a organização da Guarda Cívica. Embora com propósito diferenciado do Corpo de Segurança, esse segmento da segurança pública estadual procurou reorganizar a polícia paraibana. Por meio do Decreto nº 170, de 27 de agosto de 1931, a interventoria extinguiu a guarda civil, a Inspetoria de veículos e o corpo de bombeiros,¹⁸⁷ colocando tais serviços subordinado à Secretaria de Segurança e Assistência Pública com aquela denominação e sob a direção de Manuel Ribeiro de Moraes.¹⁸⁸

A Guarda Cívica reestruturou a polícia estadual em seus meios e seus fins, procurou ordenar os serviços prestados à população, de forma objetiva e clara, sem favorecimento de terceiros. Os que assim procederam foram exonerados dos seus cargos ou removidos para localidades distantes daquelas em que atuavam.

Nesse sentido, é o Jornal A União quem nos dá a dimensão contínua da movimentação e reorganização dos serviços de segurança da Paraíba. Quase que diariamente, a União noticiou exonerações e remoções de delegados, escriturários e policiais por toda a Paraíba. O trecho seguinte confirma essa assertiva:

O interventor Federal resolve exonerar o sargento Raymundo Nonato de Araújo do cargo de sub-delegado da circumscrição de Cannafistula, districto de Pilar.
O Interventor Federal resolve exonerar o cidadão Manuel Ananias de Sousa do cargo de Sub-delegado da circumscrição de Paulista, districto de Pombal.
O interventor Federal no estado resolve exonerar João Francisco da Costa do posto de 1º Tenente da Força Pública, em virtude de faltas apuradas em inquérito regularmente procedido.
O Interventor Federal neste Estado resolve exonerar, a bem do serviço público, Anísio Alves da Silva, do cargo de sub-delegado da circumscrição de Aroeiras, districto de Umbuzeiro.¹⁸⁹

A maior incidência de exonerações recaiu sobre a administração das delegacias. A exoneração de subdelegados e tenentes responsáveis pelos regimentos da Força Pública, em todo o Estado, procurou desligar o delegado ou tenente de qualquer possível conchavo com a política local e dar a esses serventuários do serviço público maior liberdade de ação para a manutenção da ordem. Com essa postura, a interventoria teve que driblar as constantes insatisfações, já que uma colocação no quadro da polícia paraibana havia se constituído como prática comum, conforme mostra o trecho abaixo:

¹⁸⁷ Cf. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1931. Op. Cit., pp. 34-47. A guarda civil foi criada em 26 de outubro de 1912, através da Lei nº 380, no governo de Castro Pinto (1912-1915); a seção de Bombeiros ocorreria em 9 de junho de 1917, por meio do Decreto nº 884, no governo de Camilo de Holanda (1916-1920), e a Inspetoria de Veículos, criada em 17 de fevereiro de 1930, pelo Decreto nº 1.638, no governo de João Pessoa (1928-1930).

¹⁸⁸ Na nossa pesquisa, não encontramos informações sobre Manuel Ribeiro de Moraes, senão a de que foi diretor da Secretaria de Segurança e Assistência Pública.

¹⁸⁹ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 9 de novembro de 1930, p. 2; 21 de novembro de 1930, p. 2; 27 de dezembro de 1930, p. 2 e 8 de março de 1931, p. 2.

O Secretário de Segurança Pública atarefadíssimo com a multiplicidade dos serviços no departamento, pertinente á ordem publica no Estado, tem parte do seu tempo occupado por pessoas que o procuram para arranjar collocações ou cartões de recomendações para outros chefes de serviço. [...]

Outra prática que deve ser abolida é a dos taes abaixo assignados.

Por qualquer mudança de sub-delegado, surge uma commissão com um papel cheio de assignaturas ou um extenso telegramma pedindo a reconsideração do acto.

Não é possível levar em brincadeira as cousas públicas porque os actos de auctoridade superior são praticados de consciência, sem espírito de partidarismo nem paixões.¹⁹⁰

O discurso também remete, claramente, a tentativa de desarticulação do poder local. Seguindo essa cartilha, a interventoria procurou reconduzir o funcionamento da segurança pública ao seu efetivo funcionamento; delegados e policiais estiveram subordinados apenas ao secretário de segurança, organizados segundo suas competências, e não mais ocupando cargos como prêmio pela fidelidade partidária.

O legado da interventoria de anthenor Navarro, no que se refere à justiça e à segurança, consistiu, pois, na recondução dos fins e propósitos desses serviços. A centralização exercida pela interventoria deu às ações judiciais e às diligências policial liberdade para o cumprimento do propósito de ordem e saneamento institucional de tais serviços.

A caracterização ideológica de algumas medidas adotadas pela interventoria não poderia se configurar de outra forma, devido o imbricamento existente entre a política e a justiça na Paraíba da Primeira República. O calor ideológico pró-João Pessoa, iminente ao contexto pós-movimento de 1930, requereu da interventoria uma ação enérgica junto aos serventuários não alinhados com os princípios de isenção administrativa. Portanto, se o sistema judiciário e a segurança pública estavam corrompidos e tendenciosos aos mandos da política local, uma postura que ultrapassou o propósito de saneamento e recondução dos seus fins foi perfeitamente justificada.

2.3 – SAÚDE PÚBLICA

No archivo d'esta Repartição nada existe registrado que me dê uma idéia aproximada do serviço praticado pelos inspetores de Hygiene que me precederam. [...] Por esta occasião recebi do meu antecessor um livro antigo contendo 190 folhas e mais dois livros menores [...] no primeiro achou-se registradas as cartas de saúde do Porto, diplomas de médicos e pharmaceuticos, assim como licenças concedidas para abrir pharmacias e drogarias. No segundo são feitos alguns assentamentos reactivos à vaccina. No terceiro estão registrados apenas dous termos de vistorias e um de multa. [...] Abri e rubriquei um livro novo para esse fim. Em vista do exposto vê-se que o archivo d'esta Repartição é quase nullo.¹⁹¹

¹⁹⁰ Cf. Jornal a UNIÃO, João Pessoa, 25 de novembro de 1930, p. 8.

¹⁹¹ Cf. PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado da Parahyba, Álvaro Lopes Machado, pelo Inspetor de Higyene Dr. Antônio da Cruz Cordeiro**, em junho de 1893. Parahyba, 1983. FUNESC - Arquivo histórico, Presidente Álvaro Lopes Machado (1892-1896). Cx. 002 (manuscrito). s.p.

O trecho acima ilustra as condições do órgão responsável pela saúde pública da Paraíba (a chamada Repartição de Hygiene), no final do século XIX, quando poucas foram as ações encaminhadas que proporcionaram uma ação presente e atuante da Repartição de Saúde em nosso Estado.

O advento da República não trouxe para a Paraíba a idéia de uma promoção dos serviços de saúde, na perspectiva de uma modernização civilizadora das cidades. O órgão responsável por essas ações limitou-se a funcionar com apenas um empregado, o inspetor de higiene. Isso porque a história da saúde pública no Brasil é uma história de combate a surtos epidêmicos, localizada e emergencialista, em contraste com uma perspectiva culturalista importada da Europa e divulgada pela elite brasileira, que tentou reproduzir costumes e hábitos de uma Europa civilizada.¹⁹²

Até 1895, a *Repartição de Hygiene* funcionou apenas como um segmento ilustrado da administração estadual, sem recursos e, tampouco, funcionários. Somente depois daquele ano, o governo procurou regulamentar, como órgão da administração estadual, o referido serviço de higiene.¹⁹³ Contudo, a regulamentação não significou a mobilização setorial do Serviço de Higiene Pública. A Lei deu vistas ao serviço de saúde e indicou suas atribuições, mas não dotou a repartição de uma estrutura material e humana para que houvesse uma profícua expansão de tais serviços.¹⁹⁴

O decreto regulamentador dos serviços de saúde da Paraíba não especificou de onde viriam os recursos nem as atribuições do Estado e dos municípios na organização de um sistema de saúde estendido a toda a Paraíba. Portanto, a atuação da *Repartição de Hygiene*, até 1907, foi quase inexistente; seus trabalhos estiveram limitados à capital paraibana, e suas ações em prol da higiene pública resumiram-se a multar e fiscalizar, quando possível, os hospitais, as enfermarias, o exercício da medicina e da farmácia.¹⁹⁵

O limite da atuação da *Repartição de Hygiene* e a sua fragilidade operacional ficaram comprovados, sobretudo, depois da epidemia variológica ocorrida em 1907, instigando, para efeitos de prevenção de um novo surto da doença, o então vice-presidente da Paraíba em exercício, Monsenhor Walfredo Leal, a regulamentar a Lei nº 270, de 26 de setembro de 1907, que deu novo desdobramento à *Repartição de Hygiene*. Pela nova lei, foram criados: “(a) um desinfectório que será o centro de todo trabalho de desinfecção; (b) o serviço de

¹⁹² SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios, o serviço de higiene pública – 1895-1918. Tese (Doutorado em Saúde pública). Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem/USP, 1999, pp. 205-216.

¹⁹³ Decreto nº 53, de 30 de março de 1895. Cf. PARAHYBA (Estado). **Collecção dos actos dos poderes legislativo e executivo**. Parahyba: Imprensa Official, MCMXII. (1895), pp. 35-52.

¹⁹⁴ Para um estudo mais aprofundado desse período, ver: SÁ, 1999. Op. Cit., especialmente os capítulos I, II e III.

¹⁹⁵ Cf. as considerações de SÁ, 1999. Op. Cit., pp. 195-199.

Estatística demographo-sanitária; (c) um hospital de isolamento.”¹⁹⁶ Com essa nova conformação, a *Repartição de Hygiene* atuou emergencialmente no combate ao surto variológico do estado até sofrer um novo desdobramento em 1911.

Nesse primeiro momento (1895-1911), o sistema de higiene da Paraíba foi parco e emergencial, combateu epidemias e não foi institucionalizado como um segmento de ação para o desenvolvimento do Estado, principalmente, das cidades. Sua atuação não teve como propósito a criação de uma rede de assistência contínua e preventiva; nas cidades, controlado o surto epidêmico, a assistência tornava-se praticamente inexistente, sem continuidade. O mesmo serviço também não se estendia ao interior da Paraíba, enquanto serviço estatizado e regular, mas, como controlador de surtos epidêmicos, como ocorria em quase todo o Brasil.

A má distribuição dos serviços de saúde e a insuficiência do sistema sanitário brasileiro impulsionaram, a partir de 1912, uma crescente campanha em favor da ampliação do sistema sanitário brasileiro, com a publicação dos Cadernos de Viagem dos médicos Artur Neiva e Belisário Pena.¹⁹⁷ Esse trabalho denunciou as más condições de vida das cidades do norte e nordeste do país, em detrimento do aburguesamento fictício da elite urbana das grandes cidades. Para os defensores do sanitarismo, “o Brasil era um imenso hospital”, carregado de surtos epidêmicos, e com uma estrutura de higiene e saúde ínfima. Tratava-se, pois, de

Lançar uma “cruzada da medicina pela pátria”; ao médico cabia substituir a autoridade governamental, ausente na maior parte do território nacional. Nesta cruzada, fazia-se sentir a crítica à oligarquização da República, especialmente, ao princípio da autonomia estadual, que impedia uma ação coordenada, em nível federal, capaz de promover o combate às epidemias e endemias e melhorar as condições de saúde da população.¹⁹⁸

A cruzada não esteve limitada à ação da medicina, mas, a toda a estrutura do sistema de saúde do Brasil, principalmente, nas regiões do norte e do nordeste, desprovidas de organização social legal (registro civil, saneamento urbano e assistência).

Os sanitaristas acenavam com uma proposta que atraía não só as elites do sul como as do norte. Nosso atraso, diziam, se devia à doença, não ao determinismo biológico. A construção da nacionalidade exigia que as elites desviassem os olhos sempre postos na Europa para o interior do Brasil, para as grandes endemias dos sertões. A (re) integração dos sertões à civilização do litoral representava o grande

¹⁹⁶ Cf. PARAHYBA (Estado). **Collecção dos actos dos poderes legislativo e executivo**. Parahyba: Imprensa Official. 1916, p. 10.

¹⁹⁷ Cf. NEIVA, Artur e PENA, Belisário. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. IN: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Nº 8. 1916, pp. 74-224.

¹⁹⁸ Cf. FINKELMAN, Jacobo (org). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2002, p.41.

desafio para o fortalecimento da nacionalidade, pois população doente = raça fraca = nação sem futuro.¹⁹⁹

A campanha sanitaria construiu uma motivação ideológica centrada no desenvolvimento do país; a fachada europeizada de cultura e de costumes, construídos pela elite e estacionados nas entrelinhas do jogo político da Primeira República, como reprodutora de uma imagem progressista e limpa, foi colocada em xeque a partir do momento em que os discursos de desenvolvimento passaram a não corresponder à realidade doente e suja dos interiores do nosso país. Apontava, ainda, para a superação do pacto federativo (Constituição de 1891), que garantiu a autonomia estadual e, conseqüentemente, a autonomia em relação às políticas de saúde.²⁰⁰

Nessa perspectiva, tratou-se de buscar uma intervenção direta da União acima da autonomia federativa, mas nos limites da melhoria dos serviços de saúde. A campanha sanitaria da década de 20 conduziu as políticas de saúde pelo viés do desenvolvimento e buscou integrar o homem do interior a um modelo de nação que se pretendia construir, eliminando o que a desqualificava: as doenças.

A salvação viria principalmente através da melhoria das condições de vida e saúde das populações do interior; foi esta a tônica do discurso sanitaria que dominou as décadas de 1910 e 1920.

Os intelectuais que então 'descobriram' o país e se dispuseram a 'pensá-lo' entendiam o povo brasileiro como o berço da nacionalidade e da autenticidade cultural brasileira. A construção da nação passaria pela recuperação do povo e sua inserção à nação. Médicos, engenheiros, escritores e outros grupos da elite brasileira se uniram no objetivo maior de 'salvar' a pátria, que naquela época revestia-se de diversos sentidos. [entre eles] o de 'salvação nacional' que passava pela melhoria das condições sanitárias da população sertaneja, e, neste caso, as campanhas de saneamento defendidas pela Liga Pró-Saneamento (1918) podem ser percebidas como uma estratégia para integrar e salvar o homem do interior.²⁰¹

A Liga Pró-Saneamento, fundada em 1918, teve como objetivo a criação de um órgão nacional de saúde pública; reunindo várias personalidades médicas e políticas, dentre as quais, Carlos Chagas, o presidente Wenceslau Braz, Paulo de Frontin, Eitácio Pessoa, Afrânio de Melo Franco, o general Rondon, Ismael da Rocha e Lauro Muller, a Liga buscou a integração do homem do interior a uma proposta de desenvolvimento da nação, a partir da criação da Diretoria Nacional de Saúde Pública (DNSP), o que significava a melhoria das condições saneamento. Contudo, a criação do referido órgão feria a autonomia estadual e a

¹⁹⁹ Cf. SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2. 1985, p. 11.

²⁰⁰ Cf. SÁ, 1999. Op. Cit., pp. 199-202. Sobre o princípio da autonomia (federalismo) ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo (1889-1902)**: um estudo da implantação da república no Brasil. Brasília: Senado Federal/Ed. Universitária - UFPB. 1978.

²⁰¹ SANGIARD, Gisele Porto. **Entre os salões e o laboratório**: Filantropia, mecenato e práticas científicas. Rio de Janeiro, 1920-1940. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005, p. 120.

municipal. Mas, criada em 1919, na presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), e tendo sua última regulamentação datada de 1923, a DNSP se colocou como órgão de convênios entre a União e os estados. Desse modo, poderiam os estados optar ou não pela agenda das políticas de saúde da Diretoria.

Assim, a criação da DNSP possibilitou um relativo salto nas condições de higiene das grandes cidades brasileiras e de algumas regiões interioranas. Entretanto, o desenvolvimento de um sistema de saúde regular ficou, ainda, condicionado à adesão dos estados e aos interesses políticos da Primeira República.

Na Paraíba, sobretudo, a partir da presidência de Epitácio Pessoa, com a regulamentação da DNSP e a implementação dos Serviços de Profilaxia Rural, foi possível observar uma relativa melhoria no sistema de saúde. As repartições de Profilaxia agiram como reguladoras da higiene urbana e fomentadoras de campanhas educativas de combate à tuberculose, à boubá, à febre tifóide e à cólera. Contudo, “Em matéria de hygiene e saúde pública a Parahyba, como grande número de outros estados, deixa muito a desejar. Basta dizer que tendo o nosso estado trinta e nove (39) municípios, apenas nove (9) têm postos de prophylaxia rural!”²⁰²

O que se percebe, é que a saúde e a assistência da Paraíba, no final da década de vinte, haviam se consolidado como emergenciais e sem a preocupação de dar regularidade ao funcionamento dos setores responsáveis pela higiene das cidades paraibanas. Sendo assim, na iminência das transformações urbanas ocorridas na década de 20, o sistema de saúde precisou ser completamente criado, regulamentado e posto em funcionamento.

Portanto, em 1930, mesmo que houvesse uma regulamentação no sentido de ampliar os postos de Profilaxia Rural, a institucionalização e os serviços desenvolvidos por esses estabelecimentos foram executados sem a ambiência necessária, ou seja, os estabelecimentos não eram edequados ao funcionamento dos postos. Segundo a Tese 29, referente à saúde pública e à higiene, o descaso foi latente, e poucos serviços foram oferecidos.²⁰³ O diagnóstico apresentado pela Tese 29 apontou as falhas de uma maneira clara e classificou as péssimas condições do sistema de saúde da Paraíba como uma questão de ordenamento funcional, no sentido de colocar em prática algumas medidas que, segundo seu autor, apenas reconduziam serviços sem gastos adicionais.

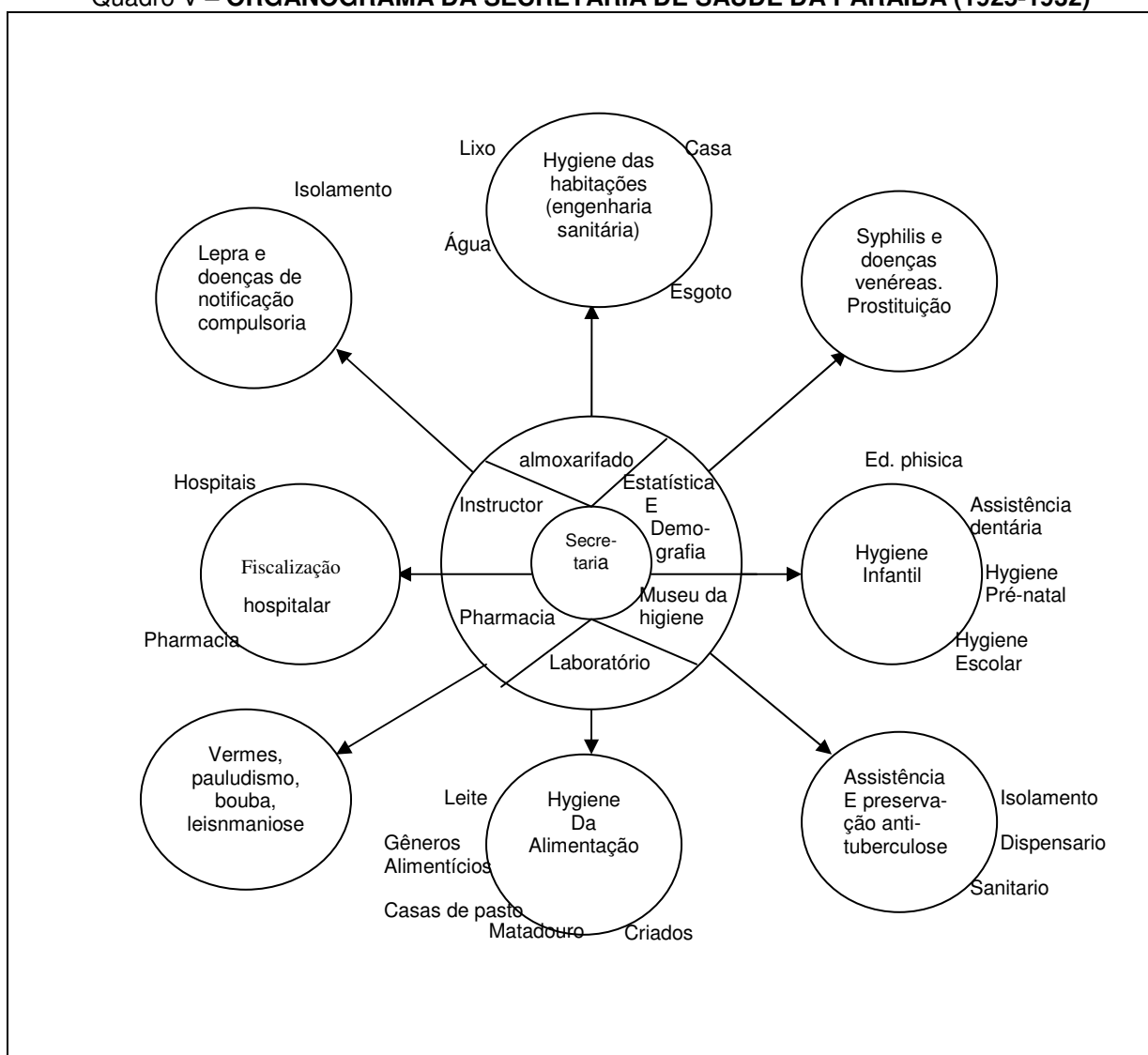
Quando nos referimos à criação do sistema de saúde da Paraíba, não estamos afirmando que ele não existia (quadro V), mas que suas atribuições foram fragmentadas e

²⁰² Cf. **Problemas e Necessidades da Parahyba**, 1931. Op. Cit., p.157. Os Postos de Profilaxia Rural estavam localizados nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Umbuzeiro, Alagoa Nova, Patos, Sousa e Cajazeiras.

²⁰³ Ibidem, p. 158. A tese que se referiu à saúde da Paraíba foi a de nº 29, escrita pelo Dr. Antônio Lins, então diretor de saúde pública da Paraíba.

executadas parcialmente, posto que o caráter emergencial estacionou a saúde pública do Estado e não deu a mobilidade requerida em um contexto de transformações urbanas. Ao consultar os relatórios da Diretoria Geral de Higiene, durante toda a Primeira República, observamos que os dados se repetem ano após ano, como se fizessem parte de uma continuidade, com as mesmas medidas e os mesmos problemas. O que parece ser uma regularidade funcional do setor, na verdade, configura-se como uma limitação das ações da diretoria; sem falar que, nos momentos de surto endêmico, a atuação da Diretoria Geral de Saúde se concentrou quase que exclusivamente na sua erradicação.²⁰⁴ Não houve ações que, por sua regularidade, pudessem conter a reincidência de doenças já tratadas.

Quadro V – **ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PARAÍBA (1925-1932)**



FONTE: PARAHYBA, Governo Revolucionário da. **Problemas e necessidades da Parayba:** sugestões apresentadas pela comissão que o governo revolucionário designou para estudal-os. Nº 279. João Pessoa. 1931, pp. 163-164.

²⁰⁴ Cf. PARAHYBA (Estado). **Anuário demográfico:** secção de estatística demographo-sanitária. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial. Ver os anuários referentes aos anos de 1915, 1921, 1922 e 1923. Também as mensagens apresentadas à Assembléia Legislativa pelos presidentes Sólon de Lucena (1924), João Suassuna (1927) e João Pessoa (1928).

A Diretoria Geral de Saúde estava organizada de modo a tratar de doenças e sua estrutura foi pseudo-funcional e desenhada a partir dos surtos endêmicos. Então, alguns setores pouco funcionaram ou desenvolveram alguma atividade, como foi o caso dos departamentos de “fiscalização hospitalar”, “higiene da alimentação” e “Higiene Infantil”. Para os críticos da saúde da Paraíba, cuidar apenas das doenças não resolvia o problema, pois, segundo o médico Elpídio de Almeida,

É verdade que o governo do Estado de par com a União, vem despendendo, inutilmente, centenas de contos por anno com a manutenção do serviço de saneamento rural, sem que de leve se modifiquem as nossas precárias condições sanitárias.

As endemias reinantes continuam a propagar-se com a intensidade de sempre, annullando grande parte da população, à falta de medidas aggressivas que lhes entrem a marcha avassaladora.²⁰⁵

Depois de 1930, a política de saneamento continuou a mesma. No que concerne à sua regulamentação e às suas metas, o diferencial esteve na centralização das reivindicações sanitárias. Se, durante a Primeira República, houve uma crescente mobilização em favor de uma sensibilização da União em relação às questões sanitárias, depois de 1930, o governo estadual assume essa responsabilidade como agente promotor da saúde pública.

A crescente centralização e burocratização dos serviços estruturais e a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública (1930), possibilitou ao Estado o encampamento da bandeira ideológica dos movimentos de reforma sanitária, de modo a transformá-la em projeto governamental; a força ideológica de construção da nacionalidade genuinamente brasileira foi enfraquecida, e o aspecto desenvolvimentista do país, nos termos da modernização urbana, foi transformado em discurso do Estado.²⁰⁶

Também, na Paraíba, a centralização dos serviços de saúde foi efetuada de forma ampla. Logo após a nomeação de Anthenor Navarro, o Estado iniciou o processo de centralização de tais serviços. Não foi uma centralização compulsória, mas por medidas. O Estado interventor se colocou como agente de promoção das políticas de saúde e, a partir de então, deu vistas a novos serviços e mecanismos modificadores do setor de saúde.

Partindo da constatação de que o sistema de saúde pública, sob a responsabilidade do estado e das prefeituras, estava sem fiscalização e que tais prefeituras dispunham de locais impróprios para o funcionamento dos serviços profiláticos, a interventoria, através do Decreto nº 41, de 30 de dezembro de 1930, deu o primeiro passo para intervenção no setor

²⁰⁵ Cf. ALMEIDA, Elpídio de. “Como melhorar o nosso serviço de saúde pública.” IN: Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 14 de novembro de 1930, p. 3. Nesse momento, a União e o Estado estavam financiando os serviços de saneamento rural juntos, como estabelecia o decreto que instituiu o Departamento Nacional de Saúde Pública, na presidência de Epitácio Pessoa.

²⁰⁶ Cf. SANTOS, 1985. Op. Cit., p. 17.

de saúde. O Decreto citado abriu uma dotação orçamentária para o Serviço de Higiene Infantil, formado por enfermeiras, cuja função foi controlar o índice de mortalidade e contaminação dos recém-nascidos.²⁰⁷

À primeira vista, o Serviço de Higiene Infantil não significou a intervenção efetiva no setor de saúde da Paraíba. Sua institucionalização e funcionamento possibilitaram ao estado, em princípio, a supervisão de toda estrutura de saúde; a partir de então, com um diagnóstico prático e cotidiano, o Estado instituiu mecanismos de prevenção de tratamento de doenças por toda Paraíba, dada a sua importância colocada nos seguintes termos: “por elle já se pode medir o progresso de um povo”²⁰⁸, principalmente na capital:

Instituídas no seu ministério as novas enfermeiras percorrem a cidade, dividida em 12 zonas, ora corrigindo, ora ensinando os principais cuidados de hygiene que devem ter as mães para com os filhos, quer na phase pré-natal, quer depois do parto.

A ninguém pode escapar o alcance dessa medida, vamos ensaiar pela primeira vez uma campanha systemática em prol da saúde infantil. A população deve, portanto, olhar com respeito e receber com carinho as enfermeiras desse serviço...”²⁰⁹

Após essa supervisão mapeadora das deficiências do sistema de saúde do estado, a interventoria iniciou sua ação intervencionista, reordenando os serviços de saúde, ampliando hospitais e dando funcionalidade aos postos de profilaxia. Pelos cuidados com os recém-nascidos, as “enfermeiras visitadoras” se colocaram como orientadoras de toda uma cadeia de instruções de higiene e saúde. Nesse aspecto, a higiene infantil funcionou também como conscientizadora e construtora de novos hábitos de saúde por toda a Paraíba.²¹⁰

Por dentro dos postos de profilaxia, as visitadoras implementaram uma regularidade aos serviços prestados à população, que seguiam acompanhados das transformações estruturais e ordenadoras implementadas pelo Estado. Para a interventoria, os serviços de higiene infantil propiciaram o acompanhamento dos problemas do setor de saúde com a identificação pontual das falhas e deficiências.

Não queremos dizer com isso que o serviço de higiene infantil foi a força motora responsável pela intervenção do Estado na saúde, até porque os limites da assistência prestada pelas visitadoras foram claramente colocados, como pudemos ver na citação acima, mas, que foi a partir dos seus trabalhos que as deficiências foram emersas, tanto

²⁰⁷ O Serviço de Higiene Infantil foi fundado em 01 de novembro de 1912, subordinado ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, sob a direção de Walfredo Guedes Pereira (1912-1942), médico e político da capital paraibana. Cf. MENDONÇA, Delosmar. **História dos hospitais da capital paraibana**. João Pessoa: Sal da Terra. 2004, pp. 43 e 98.

²⁰⁸ Cf. ALMEIDA, 1930. Op. Cit., p. 3.

²⁰⁹ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 29 de janeiro de 1931, p. 01.

²¹⁰ No relatório de governo de Anthenor Navarro, encontramos a descrição de como foi estendido o serviço de higiene infantil: “Prepara a primeira turma de enfermeiras, foi a mesma designada para os serviços da capital... a segunda turma de 18 moças, das quaes 5 foram designadas para o serviço em Campina Grande, 2 para o de Guarabira, 2 para o de Itabayana, 2 para o de Bananeiras, 2 para o de Cajazeiras, 2 para o de Santa Rita e 2 para o de Areia.” Ver: **Relatórios do Primeiro Anno de Administração**, 1932. Op. Cit. p. 42.

para interventoria quanto para a Diretoria Geral de Saúde, sobretudo, a partir da publicação das teses setoriais sobre “Os problemas e as necessidades da Paraíba”.

Outrossim, as condições de saúde presentes no estado, a partir de 1930, não constituíram um fato novo, mas, uma situação cumulativa que perdurava desde a Primeira República e que, agora, a partir dos trabalhos das visitadoras, tornavam-se incômodas no contexto da nova urbanização das cidades. Novas ruas, novos estabelecimentos, novos serviços urbanos, o crescimento da população urbana e, também, os acontecimentos do pós-30 deram uma caracterização moderna ao ordenamento urbano e social.

Devido a isso, a ação intervencionista de Anthenor Navarro se estendeu aos outros serviços de saúde da Paraíba. Como projeto governamental, o setor de saúde do Estado ficou sob responsabilidade exclusiva da burocracia estatal, e a estrutura organizacional da Diretoria Geral de Saúde Pública começou a sair do papel para ser colocada em prática de forma regular e cotidiana.

Através do serviço de Higiene Infantil, a interventoria, sem perder seu foco de atuação no combate às doenças, expandiu as campanhas de surtos epidêmicos (disenteria amebiana, coqueluche, sífilis, malária, boubá) e promoveu intensas propagandas de preservação e cuidados com a saúde das crianças paraibanas, como por exemplo:

60.000 cartazes “relógio do bebê” os quais foram distribuídos nesta capital e em todo estado.

Também foram distribuídos, pessoalmente, inúmeros exemplares de um boletim mandado imprimir especialmente por essa Directoria, denominado “Os 12 mandamentos da parteira curiosa”.

Para prevenir as ophtalmias purulentas [...] esta directoria fabrica e distribui gratuitamente com as parteiras bisnagas de nitrato de prata.²¹¹

Para complementar esse serviço, a interventoria incorporou a Maternidade do Estado ao setor e depois de reformá-la, inaugurou-a em 26 de julho de 1931. Do mesmo modo, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância foi reestruturado de modo a compreender todo o complexo de assistência à infância, composto pelo Serviço de Higiene Infantil, pela Maternidade conhecida como “Refúgio Maternal” e pelo Orfanato Dom Eurico²¹².

No que se refere ao sistema hospitalar da Paraíba, o governo atuou no sentido de discipliná-lo e fazê-lo funcionar. Instalou e reestruturou casas de saúde e hospitais na capital e reestruturou os postos de profilaxia do interior. Em 1930, a Paraíba contava apenas com o Hospital Colônia Juliano Moreira, sob a responsabilidade do Estado. A Santa Casa de Misericórdia e o Hospital Osvaldo Cruz eram mantidos por entidades filantrópicas, este último fechado por falta de verbas (quadro VI).

²¹¹ Ibidem, pp. 47-48. Infelizmente, na nossa pesquisa, não conseguimos encontrar cópia dessa cartilha.

²¹² O Orfanato Dom Eurico foi fundado em 1913.

Quadro VI – HOSPITAIS DA PARAÍBA: DA FUNDAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 30

HOSPITAIS	FUNDAÇÃO	DENOMINAÇÃO EM 1920	DENOMINAÇÃO NA DÉCADA DE 1930
Hospital da Caridade	± 1700. Em 1891 foi transferido da Rua Visconde de Pelotas para o bairro Cruz do Peixe.	Hospital da Santa Casa Ou Hospital da Cruz do Peixe	Hospital da Santa Casa Ou Hospital da Cruz do Peixe. Posteriormente, na década de 40 foi denominado Hospital Santa Isabel.
Hospital São Francisco	1867	Esse hospital foi construído exclusivamente para atender os flagelados da seca de 1867, se constituindo como um hospital de emergência, logo após a referida seca ele foi fechado.	
Hospital dos Ingleses	Em 1877 foi denominado Hospital Nossa Senhora das Neves	F E C H A D O	
Hospital Oswaldo Cruz	1918	FECHADO	Se constituiu como Hospital da força policial do Estado.
Hospital Juliano Moreira	1928, parcialmente construído.	Hospital Juliano Moreira	Hospital Juliano Moreira, na interventoria de Anthenor Navarro foi ampliado e concluído sua construção.
Maternidade do Instituto de Assistência e Proteção a Infância	1920	Maternidade do Instituto de Assistência e Proteção a Infância, também chamado de Refúgio Maternal.	Ficou sob a responsabilidade do estado com o nome de Maternidade são Vicente de Paulo ou Maternidade do Estado.
Hospital de Pronto Socorro Municipal ou Hospital da Assistência	1929	Hospital de Pronto Socorro Municipal	Foi aparelhado e ampliado

FONTE: Quadro montado a partir das informações contidas em: MENDONÇA, Delosmar. **História dos hospitais da capital paraibana**. João Pessoa: Sal da Terra, 2004, e CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba: flagrantes de sua evolução**. João Pessoa: União. 1945.

De início, a interventoria reestruturou o Hospital Colônia Juliano Moreira, equipando-o com laboratório, farmácia e gabinete dentário. Tendo sido inaugurado em 1928, no governo de João Suassuna, o Hospital ainda estava por ser concluído, contudo funcionava e atendia a pacientes com distúrbios mentais, em regime de internação permanente, pois havia recebido todos os doentes mentais do extinto Asylo Sant'Ana,²¹³ que funcionou em bloco anexo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Posteriormente, a interventoria reestruturou esse Hospital, reconduzindo serviços e reordenando seus atendimentos dentro de uma fiscalização criteriosa e incisiva. Reativou os serviços da Assistência Municipal, fundada em 1924 e dirigida por Walfredo Guedes Pereira, e cujo hospital (Hospital da Assistência) foi construído no governo de João Pessoa. O objetivo foi a ampliação das ações de saúde na capital paraibana.

²¹³ O Asylo Sant'ana fora fundado como anexo da Santa Casa de Misericórdia e, ao longo dos anos, serviu como depósito de doentes portadores de cólera, febre tifóide, malária, doentes mentais e doentes retirantes das secas: em síntese, lá foram colocados todos os doentes marginalizados socialmente. Em 1928, o Asilo foi demolido. Cf. MENDONÇA, 2004. Op. Cit., pp. 247-251.

No interior do Estado, a interventoria concentrou sua atuação na ampliação dos postos de Profilaxia Rural e Higiene. Nas cidades de Esperança, Mamanguape, Patos, Sousa, Sabugi, Umbuzeiro e Cajazeiras, os postos foram reformados e ampliados; nas cidades de Pombal, Piancó, São João do Cariri e Cabaceiras, foram instalados²¹⁴. Essas localidades funcionaram como pólos de saúde, atendendo a uma extensão bem maior que a da sede do município. Nesse primeiro momento, as cidades-pólo não chegaram a ser regulamentadas pela interventoria, o que ocorreria somente em 1939, na interventoria de Ruy Carneiro, mas funcionaram como tal.

Reestruturar e reordenar o setor de saúde do estado foi, sem dúvida, um grande trabalho da interventoria. Contudo o custeio dos programas e das instituições se configurou como um problema a ser suplantado. Até 1929, a Paraíba contou com a anuência estabelecida entre a União e o governo do Estado, que dividia o custeio, em partes iguais, das despesas com saúde e profilaxia rural, mas, em decorrência da crise econômica do período e dos desentendimentos do executivo estadual (governo de João Pessoa) com o executivo federal, o acordo foi rompido.

A partir de então, mesmo depois de reiteradas tentativas de renovação do contrato de cooperação, os serviços de saúde da Paraíba ficaram exclusivamente a cargo das dotações estaduais. Sem recursos de reserva, a interventoria iniciou um grandioso empenho para manter o funcionamento de tais serviços.

A reestruturação, nesse sentido, passou também pela canalização dos recursos. Com a implantação do serviço de demografia sanitária²¹⁵, a interventoria pôde direcionar os recursos de acordo com a urgência de cada serviço prestado pela Diretoria Geral de Saúde. O referido serviço, junto com a organização do sistema de verificação de óbitos, traçou para os órgãos de saúde um perfil das condições de cada estabelecimento e instituiu suas necessidades mais urgentes. Assim, a interventoria pôde investir acertadamente de acordo com as deficiências mais urgentes, sem precisar suspender nenhum serviço. Atrelada a essa seção, a interventoria instituiu um almoxarifado e uma comissão de compras, diretamente ligada à Diretoria Geral de Saúde, com vistas ao controle dos materiais e medicamentos requeridos pelos postos espalhados pelo estado.

Outra medida foi a institucionalização da cooperação com os municípios. O custeio do setor de saúde foi dividido com as localidades a uma cifra de 10% da receita municipal, e as sedes dos postos de profilaxia e higiene foram cedidas pelas localidades.

²¹⁴ Cf. CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba**: flagrantes de sua evolução. João Pessoa: União. 1945, pp. 410-418.

²¹⁵ O Serviço de Demografia Sanitária era, na verdade, uma espécie de censo, realizado pela Secretaria de Saúde do estado, com vista a identificar os problemas dos hospitais e dos postos de profilaxia da Paraíba. A Demografia sanitária diagnosticava as necessidades dos hospitais e postos de profilaxia a partir dos relatórios enviados a Secretaria de Saúde por cada instituição.

A reestruturação, a regularidade funcional e a centralização dos recursos destinados à saúde do Estado foram os grandes legados da ação intervencionista de Anthenor Navarro. Por meio da política de reestruturação do setor de saúde, a interventoria realocou serviços e ampliou a atuação da Diretoria Geral de Saúde, com uma bem sucedida campanha de combate às endemias. A ação profilática e higienista, executada pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância, extrapolou seu campo de ação, de modo a imprimir uma cultura de prevenção e cuidados com a saúde no Estado.

A centralização dos recursos, em conjunto com a reestruturação dos núcleos hospitalares e dos postos de higiene, reorganizou os serviços de saúde na tentativa de acompanhar as transformações urbanas e a complexidade social dos primeiros anos pós-1930. A presença do Estado foi sentida de todas as formas, e uma nova regularidade funcional foi estabelecida e fiscalizada.

De resto, as transformações encampadas pela interventoria de Anthenor Navarro, no setor de saúde da Paraíba, não significaram uma efetiva ação do setor nos termos de uma completa rede de assistência, mas uma salutar modificação da cultura de assistência à saúde, se comparadas aos anos anteriores a 1930. A centralização dos serviços deu ao setor a mobilidade requerida para uma atuação ampla, não, claro, em termos absolutos.

Se considerarmos a tradição política da Paraíba, oligarquizada e intimamente ligada aos gostos e desgostos dos momentos políticos, entenderemos que as ações reestruturadoras da interventoria de Anthenor Navarro foram apenas o início de outras tantas transformações sofridas pelo setor de saúde da Paraíba, agora, depois de 1930, a partir do Estado.

2.4 – ECONOMIA, LEGISLAÇÃO FISCAL, FAZENDÁRIA E CRÉDITO

A situação econômica, fiscal e fazendária foi um dos maiores problemas da Paraíba pós-30 na montagem do novo Estado, burocraticamente centralizado e disposto a emplacar o desenvolvimento requerido pelos setores produtivos.

Nos anos anteriores a 1930, vários foram os percalços sofridos pelo setor financeiro e fiscal da Paraíba. Um histórico de secas e problemas estruturais conduziram as finanças da Paraíba a uma trajetória alinhada à demanda dos Estados do centro-sul, sem que houvesse uma efetiva modernização dos seus setores produtivos.

Com a redefinição do mercado interno, o capitalismo reconduziu seu ciclo de acumulação prévia em torno da expansão cafeeira concentrada no sudeste, de modo a colocar o nordeste como periferia do desenvolvimento nacional, servindo apenas como

complemento ao processo de industrialização iniciado em volta da produção cafeeira daquela região.²¹⁶

Assim, a economia paraibana se configurou, ao longo da Primeira República, como periferia econômica do Brasil. Manteve sua tradição exportadora de matérias-primas, com o desenvolvimento do complexo algodoeiro, e não conseguiu sua autonomia econômica em relação a Pernambuco.²¹⁷

O desenvolvimento qualitativo do setor produtivo, na Paraíba, esbarrou sempre no jogo político e na dependência econômica da Paraíba para com Pernambuco; também a forte tradição agrária não possibilitou um efetivo desenvolvimento desse setor, mesmo que, em meados da década de vinte, o Brasil tivesse experimentado uma crescente substituição da economia agro-exportadora para a economia urbano-industrial.²¹⁸

É importante salientar que, nesse contexto, temos uma crescente crise de superprodução, com ápice em 1929, que abalou a estrutura econômica dos países de economia agro-exportadora dependentes dos mercados externos. No Brasil, a repercussão foi fortemente sentida face à desvalorização do café, principal produto da balança comercial. Nesse contexto, a Paraíba viveu uma simbiose entre o desenvolvimento econômico do Estado e a conjuntura política local que, segundo Linda Lewin, correspondia à periodização econômica das oligarquias organizadas em subperíodos de liderança e projetadas na expansão ou contração do crescimento da economia local.²¹⁹

Podemos, pois, com essa constatação, e considerando a década de vinte, falar de um desenvolvimento fragmentado com evoluções e involuções, sob as exigências do mercado externo. Houve a tentativa de uma melhoria na qualidade dos nossos produtos, contudo, a modernização experimentada não ultrapassou a estrutura fundiária de exploração rural nem a perspectiva de acumulação a partir do Estado.²²⁰

Isso significa dizer que, “ante a fragilidade dos grupos econômicos locais e o desinteresse dos consórcios nacionais e internacionais, só restaria o caminho da acumulação capitalista através do poder público.”²²¹ O Estado se configurou como organizador da política de desenvolvimento econômico da Paraíba, com medidas que visaram à organização estrutural da fazenda, do fisco, dos bancos e das políticas de

²¹⁶ Cf. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977, pp. 110-116.

²¹⁷ Cf. FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação**: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

²¹⁸ É certo que não houve uma predominância do setor urbano-industrial durante a Primeira República (1889-1930), o que só se efetiva a partir de 1956, mas, nesse contexto de crise e de redefinições econômicas, podemos identificar as primeiras bases para uma transição, sobretudo, na década de trinta. Sendo assim, estamos considerando que a suplantação do setor urbano-industrial sobre a economia agro-exportadora foi um processo cumulativo de transformações, na economia global e no mercado de capital, ao longo das décadas de vinte e trinta.

²¹⁹ LEWIN, 1993. Op. Cit., pp.71-72.

²²⁰ Cf. GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia. 1993.

²²¹ Cf. MELLO, 1984. Op. Cit., p.250.

fomento. Contudo, é notória a pouca isenção de interesses. Durante a Primeira República, o que se pôde observar foi uma adaptação dos setores econômico e fiscal do Estado aos grupos com sólidas bases econômico-sociais e prestígio político.

Com o aumento da demanda dos mercados externo e interno e com os estímulos dos poderes públicos dispensados à atividade algodoeira, a grande lavoura se expandiu a par com a pequena, mas esta predominou sobre a primeira [numericamente]. O grande proprietário, sob direção própria e, algumas vezes, com a ajuda do Estado, plantou algodões de forma extensiva, introduziu técnicas, instrumentos agrários adequados e modernas máquinas de beneficiamento nas suas fazendas. À medida que os latifúndios assumiam o comando da modernização algodoeira, reforçavam suas bases econômico-sociais e asseguravam posição de prestígio político.²²²

O Estado foi o promotor do desenvolvimento da base econômica da Paraíba, mas, para as grandes lavouras; os incentivos e a isenção de impostos beneficiaram, em sua maioria, grandes latifundiários e produtores. A falta de crédito agrícola e as dificuldades para a realização de empréstimos deixaram a maioria dos produtores de algodão sem acesso aos modernos mecanismos de beneficiamento e aperfeiçoamento de sua produção.

Nesse processo, o Estado apresenta-se como organizador do espaço algodoeiro, atuando em dois níveis: favorecendo atividades de indução ao progresso técnico e desenvolvendo planos de infra-estrutura de comercialização.

A ação do governo estadual, no que se refere à indução do progresso técnico, não apresenta continuidade, e as propostas não conseguem viabilização por não atentarem, no mais das vezes, para a globalidade do processo produtivo, notando-se uma preocupação maior com a fase de beneficiamento.

A concessão de isenção de impostos e prêmios constituem-se nas primeiras ações governamentais. Ora concede-se prêmios aos exportadores de algodão, objetivando estimular os de maior envergadura, através da competição; ora garante-se prêmios aos agricultores que, no plantio do algodão, empregarem processos modernos de cultura, colheita e beneficiamento do produto; ora concede-se isenção de impostos aos interessados em fundar fábricas de fiação e tecidos e a firmas em instalação ou já instaladas, ligadas ao beneficiamento do algodão, produção de óleos, etc. ainda busca-se a criação de escolas agrícolas.²²³

O que pode parecer uma incisiva presença do Estado na regulamentação do setor econômico da Paraíba, ao longo da Primeira República, na verdade, configurou-se como uma ação fragmentada, com ações que não propiciaram o desenvolvimento efetivo do setor produtivo; aliado a isso, somou-se a estrutura política que, tendenciosamente, atuou em favor dos grandes latifundiários, limitando ainda mais a ampliação da economia paraibana a outros setores produtivos, uma vez que

A oligarquia paraibana era uma coalisão facilmente identificável de umas três dúzias de famílias extensivas ou parentelas, que exerciam um monopólio sobre a terra, os mercados, o trabalho, e outros recursos numa economia de extrema escassez. Seu sistema político, de redes baseadas em parentesco, informalmente definido,

²²² Cf. GALLIZA, 1993. Op. Cit., p. 66.

²²³ Cf. FERNANDES, 1999, p. 75.

dependia economicamente, em grande parte, do seu domínio da produção e do mercado de algodão.²²⁴

Assim, uma cadeia de poucos incentivos e realizações ínfimas impediu o salto qualitativo na produção agrícola da Paraíba. A capitalização da agricultura foi limitada sem grandes transformações; a construção de uma malha rodoviária eficiente não foi operacionalizada de modo a atingir os produtores do interior do Estado; não houve expansão do sistema bancário nem o crescimento de investimentos ligados à infra-estrutura, com incentivos à formação e à expansão do mercado interno, e os excessivos impostos colocaram desenvolvimento e atraso econômico em uma fronteira indistinta.²²⁵

Sem investimentos e sem a participação ativa do Estado, a economia paraibana consolidou seus alicerces numa imbricada rede de arrecadação, taxaões e sonegações. Os produtos agrícolas (açúcar e algodão), base da receita estadual, foram consideravelmente tributados desde a sua produção até a sua comercialização. Não houve fluência no escoamento da produção paraibana, no sentido de possibilitar uma arrecadação regular de divisas aos cofres públicos. Os produtores, principalmente os do interior do Estado, procurando mais lucros e menos despesas, escoaram sua produção pelas fronteiras “clandestinas” à fiscalização estatal, e os postos fiscais, comprometidos com a política local, deixaram de repassar a arrecadação ao Estado.

A partir de 1928, o governo de João Pessoa, na tentativa de organizar da máquina tributária e fazendária, procurou romper com essa morosidade e dar dinamicidade à economia do Estado, com diversificação dos setores produtivos. O novo governo procurou direcionar o setor econômico pela centralização dos órgãos arrecadadores e por uma nova conformação da malha tributária do estado (ver capítulo I).²²⁶

Assim, se, por um lado, as medidas tributárias da fazenda estadual tiveram como objetivo regulamentar o comércio e arrecadar divisas, por outro, não favoreceu o crescimento da economia paraibana. Todas as medidas estiveram voltadas para redirecionar o escoamento da produção agrícola do estado para a capital, e a grande preocupação dos governantes foi a organização de uma confusa malha tributária que, em última análise, favoreceu a evasão de divisas.

²²⁴ Cf. LEWIN, Linda. Algumas implicações históricas da organização de parentesco para a política baseada na família no nordeste brasileiro. IN: **Estudos comparativos em sociologia e história**. Cambridge Press, v. 21, nº 2, 1979. (texto mimeografado, tradução de Célia Maria Martins Pereira), p. 7. APUD: FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva, 1999. Ibidem, p. 169.

²²⁵ Ao contrário do que ocorreu na Paraíba, a região cafeeira de São Paulo implementou essas medidas. Cf. CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo: 1930-1970**. São Paulo: Difel. 1977, p. 313. Segundo o autor, esses foram os complementos básicos para que houvesse o fortalecimento do complexo econômico daquela região. No nosso caso, segundo Irene Rodrigues S. Fernandes, Op. Cit., p. 73, o excedente da produção algodoeira não foi suficiente para que se emplasasse uma mudança substancial no sistema produtivo, mas possibilitou apenas a manutenção das atividades produtivas e a manutenção dos grupos a ela ligados.

²²⁶ Ver também sobre a política tributária do governo João Pessoa. RODRIGUES, 1978. Op. Cit., pp. 45-61; LEWIN, 1993. Op. Cit., pp. 338-343.

As tentativas de modernização, concentradas no *boom* da cultura algodoeira, saltaram aos olhos ao longo da década de vinte: fábricas de tecidos, indústria de óleos e o desenvolvimento do comércio fecharam a década, alavancados pela crescente produção do ouro branco e com uma arrecadação (em 1930), que possibilitou ao governo saldar dívidas e iniciar obras na capital.²²⁷ Contudo, essa euforia econômica não significou, como já foi dito, um crescimento efetivo da economia paraibana, considerando que o referido crescimento foi de curto prazo, sem efeitos duráveis.

Desse modo, a política econômica de João Pessoa empreendeu uma crescente centralização da arrecadação, na tentativa de conter os abusos com medidas que convergiram exclusivamente para o executivo, o que fez emergir um confronto político entre o poder público e o poder privado pelo controle político do Estado e da malha fiscal e fazendária. No cerne desse confronto, a política centralizadora do Estado dividiu as forças políticas e acirrou as discussões em torno da política tributária implementada pelo executivo estadual.

Irene Rodrigues apresenta uma constatação que, em princípio, parece contraditória: se o confronto entre o poder privado e o poder público emergiu, no governo de João Pessoa, entre outros aspectos, devido ao controle da arrecadação em detrimento dos prestígios comerciais dos chefes, sobretudo, do interior, como explicar a aprovação unânime da Legislação Tributária pela Assembléia Legislativa em 1930, marcada pela centralização de toda a arrecadação e fiscalização das transações comerciais?

O fato é que, no bojo desse confronto, a Reforma Tributária significou a “possibilidade da emancipação econômica da Paraíba, e essa entendida como desvinculação dos laços de dependência à praça de Recife.”²²⁸ Nesse primeiro momento, antes do movimento de 1930, foi imperativo para o governo a desvinculação da economia paraibana da praça de Recife. Assim, mesmo que o setor tributário não tenha sido efetivamente organizado, e as medidas que regulamentaram a captação de recursos econômicos tenham gerado divergências entre as forças políticas do Estado, é nesse limite que se pode compreender a imbricada organização da legislação fiscal e fazendária.

Depois do movimento de 1930, a dimensão organizativa desse setor ultrapassou os limites da emancipação econômica em relação a Recife para se configurar, na figura do Estado, como tutor do desenvolvimento econômico, a partir da organização dos mecanismos de arrecadação. O Estado aparece como articulador dos interesses gerais, promovendo ajustes e apinhando, para sua esfera, a responsabilidade pelo desenvolvimento do setor produtivo e das finanças estaduais. Assim, uma nova cultura de crédito e arrecadação foi

²²⁷ Cf. MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: União, 1978, pp.55-67.

²²⁸ Cf. FERNANDES, 1999. Op. Cit., pp. 170-177.

implementada pela interventoria, visando à circulação de capital e à geração de investimentos na Paraíba.

O relatório apresentado ao governo revolucionário diagnosticou claramente que a legislação fiscal era falha, defeituosa, arcaica e não considerava os verdadeiros propósitos da Fazenda Pública.²²⁹ Segundo a Tese 26, que tratou da legislação fiscal da Paraíba, os regimentos fiscais remontavam ao regulamento nº 43, de 21 de maio de 1892, que estabelecia as primeiras leis tributárias.²³⁰ A Tese 26 colocou que a conformação da malha tributária, carregada de impostos, fugia ao controle do executivo; muitos impostos se repetiam, e poucos chegavam aos cofres do Estado.

Há uma multiplicidade de leis, decretos e regulamentos fiscaes sobre impostos da mesma natureza de modo a mostrar-se uma legislação fragmentada, confusa e difícil de ser consultada.

É assim em relação ao imposto de exportação hoje regulado pela lei nº 673, de 17 de novembro de 1928, porém ainda subordinado ao regulamento nº 43, de 1892, e aos decretos ns. 23, de 10 de outubro de 1903 e 244, de 22 de novembro de 1904, 400, de 1 de fevereiro de 1909, 1.406, de 26 de outubro de 1925, etc.

Do mesmo modo, poderíamos citar os impostos de incorporação, de crias de gado e outros, estabelecendo-se a confusão e a dúvida, tanto maiores pela grande quantidade de impostos que compõe o nosso regimen tributário.²³¹

Não só a arrecadação, mas também toda a estrutura financeira da Paraíba foi enxugada de modo a criar uma nova política de investimentos e circulação de capital. Houve um novo redimensionamento da política tributária e, conseqüentemente, do setor financeiro da Paraíba. A interventoria de Anthenor Navarro trabalhou no sentido de uma recondução econômica para além dos propósitos de emancipação em relação à praça de Recife.

Com o algodão como principal produto da balança comercial do estado, e o crescimento das cidades, a partir de 1931, ocorreu a expansão do mercado de consumo que precisou ser incentivado e dinamizado. As inovações urbanas, com o aumento conseqüente da população citadina, propiciaram uma nova via de captação de riquezas, o comércio, que não precisou ser regulamentado, mas necessitou de uma política de incentivo ao crédito.

Para a interventoria de Anthenor Navarro, a política tributária deveria ser descomplicada e facilitar a circulação dos produtos geradores de riquezas. Assim, as medidas ditas “recondutoras” trouxeram para o controle do executivo estadual todas as deliberações relativas a impostos e tarifas.

Primeiro, a interventoria redistribuiu os impostos que incidiam sobre as mercadorias produzidas e comercializadas no Estado. Para cada situação, relativa à produção, foi estabelecido um imposto único, sem desdobramento. O Imposto de incorporação, cobrado

²²⁹ Cf. **Problemas e necessidades da Parayba**, 1931. Op. Cit., p. 131.

²³⁰ Cf. ESTADO DA PARAHYBA. **Coleção dos actos dos poderes Legislativo e Executivo: Leis e decretos de 1892**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1913. p. 35.

²³¹ Cf. **Problemas e necessidades da Parayba**, 1931. Op. Cit., p. 132.

aos produtos do comércio atacadista, antes de 1930, estava desdobrado em uma multiplicidade de outras taxas, embalagens, armazenamento em depósitos de despacho, segurança e lixo, todos sobre o mesmo produto.

O novo Imposto de Incorporação, instituído pela interventoria, apenas cobrou a incorporação dos produtos comercializados aos bens de consumo do Estado, de acordo com o valor oficial da mercadoria, e colocou as taxas relativas ao armazenamento condicionadas a uma tabela de regulamentação²³². A referida tabela estabeleceu regras para a cobrança de taxas, estipulando peso e tara; os cálculos para tais cobranças foram feitos sempre de acordo com valor oficial das mercadorias. Ou seja, fora o Imposto de Incorporação, as demais taxas ficaram condicionadas ao despacho feito pelos comerciantes, com prazos pré-estabelecidos, e nenhuma mercadoria poderia ficar indefinidamente armazenada nas alfândegas ou em postos de distribuição do estado.

Outra providência estabeleceu que o Imposto de Incorporação só poderia incidir sobre as mercadorias isentas de qualquer outro imposto. No caso, as mercadorias que já haviam pagado o Imposto de Circulação,²³³ dentro do estado, não poderiam ser tributadas novamente. Assim, a comercialização dos produtos de consumo e uso, exportados ou reexportados, pagava apenas o Imposto de Incorporação. Com essa medida, a interventoria conduziu a política tributária a uma unificação paulatina das taxas cobradas aos produtos comercializados na Paraíba, e os impostos

Addicionaes acabaram por completo. Todo o mecanismo da tributação se resolve por um meio único. Commummente, as mercadorias pagam taxas correspondentes à principal, à adicional, à estatística, ao expediente, à caridade, etc.
Na Parahyba impera, na actualidade, simplesmente o imposto único.²³⁴

O imposto único, noticiado por A União não significou, como descrito acima, a exclusão de todas as taxas incorporadas às mercadorias comercializadas, mas a possibilidade de tais produtos serem taxados apenas na sua incorporação ao capital da Paraíba. O fim último era a fluência na comercialização de mercadorias, com a possibilidade de uma rotatividade de capital, sem a imbricada rede tributária da primeira e da segunda década do século XX. A pretensão da interventoria foi a de impedir que os produtos comercializados no estado fossem bi-tributados, o que permitiria um maior desembaraço na circulação de mercadorias.

Logicamente, com a redução da tributação, a receita da Paraíba sofreu uma redução na sua arrecadação e a fazenda estadual esteve com seu saldo comprometido, face aos gastos com a Guerra de Princesa; contudo, os efeitos de tais medidas foram compensados

²³² Cf. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1930. Op. Cit., pp. 181-184.

²³³ Esse imposto incidia sobre a produção municipal, ou seja, era referente à produção de um determinado município, com comercialização em outro, dentro do mesmo Estado.

²³⁴ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 12 de junho de 1931, pp. 1 e 8.

pelos avanços no comércio urbano; Sendo assim, a política moralizadora de gastos, conduzida pela interventoria, se não conseguiu aumentar as reservas, pelo menos não deixou um saldo negativo, segundo confirma o quadro V.

Quadro VII - **RESERVA FINANCEIRA DA PARAÍBA (1930-1931)**

Saldo em moeda no dia 8 de novembro de 1930	
Thesouro do Estado	199:558\$833
Banco do Estado da Parahyba (BEP)	167:363\$210
BEP, para constituição de capital do Banco Hipotecário	720:587\$152
Banco Central	100:000\$00
Noutros Pequenos Bancos	55:000\$00
TOTAL	1.243:009\$201
Saldo em moeda no dia 31 de outubro de 1931	
Thesouro do Estado	133:942\$562
Banco do Brasil	100:000\$00
Banco do Estado da Parahyba (BEP)	137:516\$000
BEP, para constituição de capital do Banco Hipotecário	565:284\$253
Banco Central	130:373\$042
Noutros Pequenos Bancos	240:000\$000
TOTAL	1.307:116\$547

Cf. Dados no Jornal A União, João Pessoa, 10 de janeiro de 1932, p. 3.

No contexto de redefinição da economia paraibana, novas relações de comércio foram estabelecidas com outras áreas do país, face à redefinição do mercado interno, e o capital comercial, em formação, avançou na busca de novos mercados de matérias-primas e de consumidores. Portanto, as relações comerciais da Paraíba com o restante do país cresceram, visto que o estado procurou alinhar os interesses do capital comercial paraibano à demanda do capital interno brasileiro; tendo por base o “ouro branco,” a Paraíba, nesse momento, se colocou como fornecedora da base da indústria têxtil – o algodão.²³⁵

Isso não quer dizer que a dependência econômica em relação a Recife tenha sido extinta. A articulação do capital paraibano com o restante do país, na reprodução do capital interno, não significou a independência financeira da Paraíba em relação a essa praça. Contudo, a organização do setor financeiro do estado, depois de 1930, ficou mais independente, e as políticas de fomento e crédito puderam ser concretizadas sem que estivessem obrigatoriamente ligadas à praça de Recife.

Nesse momento, a interventoria de Anthenor Navarro procurou direcionar todas as medidas econômicas do estado para o comércio e a organização das políticas de fomentos do seu principal produto da balança comercial, o algodão. O quadro de fomento e de incentivos, promovido pela interventoria, revela que a ação intervencionista do Estado, no setor financeiro, agiu elegendo prioridades. Diante da redefinição do mercado interno e da recondução do capital financeiro para a região sudeste, a política financeira da Paraíba jogou

²³⁵ Cf. AMORIM, 1987. Op. Cit., p. 157.

todas as suas fichas na indústria algodoeira e no comércio de bens e serviços, procurando sua inserção neste novo ordenamento financeiro.

A indústria açucareira, que durante muito tempo havia se configurado como principal produto da balança comercial paraibana, foi relegada à condição de secundária e até desprezada, como referiu em seu relatório, o Interventor Gratuliano de Brito (1932-1934):

A cana de açúcar é, de todas as lavouras, a que menos interessa ao Estado. Pelo menos, é aconselhável o seu desenvolvimento com o emprego de novos recursos, enquanto ella se debater contra os gravames da super produção [...] todavia, a nossa produção açucareira é representada por um volume considerável [...] é enfim, uma riqueza que por seu turno, não se deve desmorerar, uma vez que já se constituiu.²³⁶

Não é nosso propósito dissertar sobre as condições da indústria açucareira da Paraíba, mas, apenas, demonstrar que a política de desenvolvimento econômico do Estado, nos primeiros anos depois de 1930, foi direcionada exclusivamente para a produção algodoeira e o comércio urbano. Embora as reivindicações dos usineiros tenham sido expostas nas Teses 10,12, e 13²³⁷, as medidas adotadas pela interventoria deram ao setor uma alteração substancial, considerando-se o conjunto de suas solicitações. Portanto,

O discurso demonstra certo desengano como relação a esta atividade, o que torna-se perfeitamente compreensível quando analisado a partir do ângulo de reprodução do capital: este exige a garantia mínima de um processo de produção-comercialização que lhe ofereça boa condição de lucratividade, de forma a permitir a reprodução do novo ciclo. Em outras palavras, o açúcar paraibano, face aos problemas que enfrentava tanto no setor produtivo quanto no de comercialização, atravessava uma longa conjuntura de crise externa-interna, que desestimulava maiores inversões na sua produção-comercialização.²³⁸

Ao contrário do que ocorreu com a indústria açucareira, o algodão teve, por parte da interventoria, incentivo para a sua produção e sua comercialização. Claro que não podemos esquecer que, em 1931, a Paraíba enfrentava os contratempos de uma seca que atingiria seu ápice em 1932. Contudo, as ações do executivo estadual procuraram, sempre que possível, estimular a produção e facilitar o seu escoamento para o Sudeste ou para o exterior.

Bem antes de 1930, o algodão já havia se consolidado como base do capital paraibano e se estendido a 34 dos 38 municípios do estado, e a interventoria, por sua vez, havia, com base nas Teses 1, 2, 3, 4 e 5²³⁹, emitido decretos que visaram facilitar a comercialização e importação desse produto.

²³⁶ Cf. GOVERNO PROVISÓRIO. Administração do Interventor Gratuliano de Brito. **Exposição dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo, decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934.** João Pessoa: Imprensa Oficial, 1935, p.39.

²³⁷ Cf. **Problemas e necessidades da Parayba**, 1931. Op. Cit., pp. 43 e 51-64.

²³⁸ Cf. AMORIM, 1987. Op. Cit., p. 65.

²³⁹ Cf. **Problemas e necessidades da Parayba**, 1931. Op. Cit., pp. 3-27.

Por meio do Decreto nº 22, de 22 de novembro de 1930²⁴⁰, a interventoria tomou várias medidas de fomento à cultura do ouro branco, como a criação dos campos de demonstração da cultura algodoeira. A partir de então, auxiliadas pela Delegacia do Serviço do algodão²⁴¹, as localidades trataram de aparelhar e fornecer as condições para o desenvolvimento dessa lavoura. Além disso, foram feitos estudos do solo, análise das condições de cultivo e sugestões de melhoria, como a indicada nas terras de Itabayana:

UMA ANALYSE CHIMICA FEITA EM TERRAS DO MUNICIPIO DE ITABAYANNA ACONSELHA QUAL A ADUBAÇÃO A SEGUIR NA LAVOURA DO ALGODÃO PARA O AUGMENTO DO RENDIMENTO CULTURAL

[...] Solo muito pobre em cálcio e com regulares percentagens de nitrogenio, phosphoro e potássio [...] no solo em apreço, não sendo provável a infiltração supposta, [considerando que o solo em análise tem uma permeabilidade duvidosa], nas terras de Itabayanna o uso de cal viria tornar possível a nitrificação, produzindo ainda, benéfica modificação nas condições physicas.²⁴²

Por todo o estado, foram feitas análises como essa, possibilitando o levantamento e o mapeamento das áreas de cultivo. Assim, o serviço de Estatística da Paraíba controlou os dados de cada área de plantio, tendo por fim:

- a) conhecer a extensão da área plantada anualmente;
- b) divulgar, mensalmente, as estimativas da colheita;
- c) divulgar cálculo definitivo do volume de cada safra;
- d) registrar o volume e o valor da exportação do algodão e sub-productos, englobada e detalhamento, por destinos e procedentes;
- e) registrar o movimento dos estabelecimentos beneficiadores situados no estado;
- f) estabelecer as percentagens medias de produção e rendimento do algodão, por município e zona do estado.²⁴³

Com essa iniciativa, a interventoria colocou sob a sua tutela toda a organização da cadeia produtiva do algodão na Paraíba e se colocou como agenciadora dos interesses algodoeiros. O Serviço de Estatística deu à interventoria os instrumentos necessários para o mapeamento e a identificação das zonas produtoras do estado. Ao mesmo tempo em que a interventoria instituiu os procedimentos de controle, também criou os mecanismos de fiscalização da produção.

Com essas medidas, a interventoria de Anthenor Navarro esteve preocupada em dar à produção paraibana um salto qualitativo que, conseqüentemente, traria lucro para o estado. Assim, complementando o Decreto nº 22, foi editado o Decreto nº 31, de 8 de

²⁴⁰ Cf. **Actos do Interventor Federal: DECRETOS**, de 1930. Op. Cit., pp. 81.

²⁴¹ A Delegacia do Serviço do algodão era um órgão regional de auxílio e estudo da lavoura algodoeira. Fundada pelo Governo Federal, atuou em todos os estados nordestinos, sua sede regional estava localizada no Ceará e posteriormente, em 1931, em Recife. Não Conseguimos localizar a data da sua fundação, mas identificamos referências da Delegacia já na década de 20.

²⁴² Cf. *Jornal A UNIÃO*, João Pessoa, 21 de novembro de 1930, p. 3.

²⁴³ Cf. **Actos do Interventor Federal: DECRETOS**, de 1930. Op. Cit., pp. 81-82

dezembro de 1930,²⁴⁴ através do qual a interventoria determinou a obrigatoriedade da identificação das sacas do algodão paraibano, como determinava o Ministério da Agricultura, estabeleceu multas e classificou o produto de acordo com a qualidade.²⁴⁵

Para os produtores, essas medidas, em princípio, não foram bem recebidas, haja vista que a não classificação e identificação implicaria em multa. Havia também outro problema: o Decreto 31 estabelecia procedimentos padrões para o enfardamento do algodão, prédios amplos para o beneficiamento do produto com limpador, alimentador, descaroador e condensador, depósito apropriado para sementes e câmaras de expurgos. Apesar de que a implantação de toda essa estrutura implicasse em gastos, os produtores acabaram por adotar tais medidas, por considerar que elas provocariam o aumento da comercialização da produção paraibana. Os resultados de tais medidas são constantemente noticiados pelo jornal A União, conforme descrito abaixo:

Tenho o prazer de participar a v. exc. que, em data de hontem, foi feita no estado, e talvez no Brasil, a primeira classificação de saccas antes de sua reprensagem para exportação.

A inspeccção foi requerida pela firma Soares de Oliveira & C.^a²⁴⁶

.....
Tenho o prazer em participar a v. exc. que, em dadta de hoje foi iniciada por essa delegacia a inspecção dos machinismos de beneficiar algodão [...]

O estabelecimento industrial visitado foi o da firma J. Gomes & C.^a, localizado em Várzea Nova do município de Santa Rita, cuja marca registrada é "Osias".²⁴⁷

Ao que parece, a interventoria estava apenas reordenando a produção do estado, garantindo que o produto de maior peso da sua balança comercial estivesse de acordo com as normas adotadas em nível nacional. Entretanto, no conjunto dessas medidas, a interventoria teve como propósito colocar a produção paraibana no mercado nacional, e a classificação e a criação de campos experimentais não tiveram outra finalidade senão a de desenvolver na Paraíba uma cultura algodoeira com qualidade de exportação. E isso, conseqüentemente, significaria injeção de capital e arrecadação de divisas para os cofres públicos.

Para isso, era necessário que toda a cadeia produtiva do Estado estivesse organizada, não apenas na geração das divisas, mas também, nos incentivos e no crédito ao produtor. Daí, podemos observar que, ao longo de todo o governo de Anthenor Navarro, muitos decretos abriram dotações orçamentárias extras à Secretaria de Agricultura, seja para a compra de sementes ou para empréstimos.

²⁴⁴ Ibidem, pp. 89-92.

²⁴⁵ A identificação a que o Decreto nº 31 se referia dizia respeito à marca das sacas de algodão, cada saca deveria conter uma marca de prensa com as seguintes informações: procedência, tipo e nome comercial do produto.

²⁴⁶ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 08 de janeiro de 1931, p. 8.

²⁴⁷ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 10 de janeiro de 1931, p. 2.

As medidas de incentivo ao crescimento da economia e do comércio, até então, pouco atendiam às necessidades da agricultura e do comércio em geral. As teses 21 e 22²⁴⁸ trataram do problema, apontando as falhas e a dificuldade de se obterem empréstimos na Paraíba. De acordo com as referidas teses havia: a) insuficiência de caixas rurais de crédito para as necessidades dos grandes proprietários²⁴⁹; b) empréstimos a juros altos, pelas cooperativas existentes no estado;²⁵⁰ c) transferência de boa parte dos capitais para as matrizes em bancos de outros estados, reduzindo a margem de capital disponível para empréstimos²⁵¹; d) incoerência no cadastro bancário por parte dos comerciantes paraibanos, como a omissão das reais condições econômicas; e) emigração de capitais para bancos estrangeiros fora da Paraíba e a prática da agiotagem; f) pouca utilização de cheques e desconto de promissórias em bancos.

Todos esses problemas demandavam uma reestruturação na política de crédito, de modo a atender a todos os produtores, sem distinção. Contudo, a interventoria pouco pôde intervir, pois não havia na Paraíba uma cultura de relações bancárias sólidas, a ponto de demandar uma ação enérgica do executivo, e o capital comercial-financeiro dava, naquele momento, os primeiros passos, não havendo condições para o desenvolvimento de uma infraestrutura creditícia-financeira, ao contrário do que ocorria em Recife.²⁵²

Portanto, no contexto dos anos 30, não podemos dizer que a Paraíba evoluiu significativamente quanto a sua capacidade de gerir e, até certo ponto, sobressair-se enquanto região segura para investimentos e circulação de capital. Contra as finanças do Estado, o desenvolvimento do setor comercial de Recife atraía os comerciantes paraibanos, com prazos longos de financiamento e facilidades no escoamento da produção.

Em um momento de pouco crescimento econômico, face à crise financeira resultante de 29, e as perdas em decorrência da seca, era imperativo o escoamento da produção do Estado e a captação da melhor cotação de preço para o algodão. Portanto, as relações comerciais tiveram maior êxito fora da Paraíba, e as iniciativas da interventoria não foram significativas ao ponto de alterar o quadro de investimentos e a confiabilidade dos comerciantes. Mas não podemos pressupor que, se não tivemos uma significativa alteração na estrutura de crédito e investimentos no estado, não tenha havido avanços. Ao contrário, a interventoria iniciou ações que atendiam às necessidades do pequeno agricultor, como por exemplo, o reordenamento das Caixas Rurais que funcionavam como caixa extra de crédito

²⁴⁸ Cf. **Problemas e necessidades da Parayba**, 1931. Op. Cit., pp. 105-113.

²⁴⁹ As Caixas Rurais foram instituídas no governo de João Pessoa como suporte para a criação do Banco agrícola e Hipotecário da Paraíba, criado pela Lei nº 680, de 21 de novembro de 1928. Tinha por finalidade proteger a lavoura e a produção industrial da Paraíba, contudo não chegou a ser instalado na interventoria de Anthonor Navarro.

²⁵⁰ As cooperativas de crédito a que se referem as Teses 21 e 22 são as Caixas Raiffeisen e os Bancos Luzzatti.

²⁵¹ A Tese 22 expõe o caso do Banco do Brasil na Paraíba, que opera com uma capacidade de crédito limitada, uma vez que boa parte dos depósitos é transferida para as matrizes em Recife, o que limita a dotação de crédito destinado à Paraíba. Cf. **Problemas e necessidades da Parayba**, 1931. Op. Cit., p. 112.

²⁵² Cf. AMORIM, 1987. Op. Cit., pp. 228-229.

nas quais a interventoria, mensalmente, depositava uma determinada quantia em dinheiro com a finalidade de criar uma receita para o setor agrícola e de comércio.

Outra iniciativa foi a tentativa de diversificação da produção. Por meio do Decreto nº 88, de 14 de abril de 1931, a interventoria criou a estação de sericultura da capital. O instituto estava subordinado à administração da interventoria, com crédito orçamentário de 30:000\$00, e tinha por finalidade desenvolver, na Paraíba, a indústria da seda. Apesar de instalada e em pleno funcionamento, a indústria sêrica da Paraíba não contribuiu para uma significativa geração de divisas e renda ao estado.

Outro ponto foi a crescente movimentação das casas de comércio nas grandes cidades do estado. Com uma legislação tributária organizada e a ampliação, ainda tímida, da rede bancária, os comerciantes diversificaram sua oferta, abrindo pequenos estabelecimentos de comércio que possibilitaram a ampliação paulatina do mercado de consumo na Paraíba.

Nos documentos pesquisados, com vistas a um completo ordenamento das finanças do Estado, percebemos que a interventoria instituiu vários decretos direcionados à redução de despesas e de gastos. Através do Decreto nº 78, de 24 de março de 1931, reduz o quadro de funcionários do Tesouro do Estado; por meio do Decreto nº 123, de 28 de maio de 1931, criou várias comissões de compras e regulamentou a aquisição de materiais para o serviço público; e pelo Decreto nº 183, de 12 de setembro de 1931, reorganizou o quadro geral dos funcionários e a elevação dos vencimentos de acordo com as atribuições.²⁵³ Com essas medidas, a interventoria pôde sanear os gastos e economizar.

Uma das medidas curiosas da interventoria de Anthenor Navarro foi aquela referente à nomeação de servidores. Até então, as nomeações eram efetivadas pelo que “os vencedores de 30” chamavam de filhotismo. Com o reordenamento do funcionalismo e o reforço da política de contenção de gastos, a interventoria institui os concursos para provimento de cargos. Acreditamos que essa tenha sido a primeira vez em que se falou em concurso na Paraíba.

Através do Decreto nº 248, de 11 de janeiro de 1932, a interventoria aprova as instruções necessárias para o provimento de cargos nas secretarias do Estado:

Considerando que o reajustamento dos quadros dos funcionarios públicos, decretado ultimamente pelo governo, teve por fim generalisar as aptidões de modo a tornar mais accessível e indistinctamente o exercício de qualquer cargo nos vários departamentos em que se divide a administração pública, e tendo em vista ser ainda os concursos a fórmula melhor indicada para seleccionar as competências assim estimuladas. DECRETA:

²⁵³ Cf. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1931- janeiro a junho. Op. Cit., pp. 55-56, 114-115 e 79-83 – julho a dezembro.

Art. 1º - todos os cargos de escripturarios da administração de Estado, serão preenchidos, d'ora em diante, mediante concursos, de accordo com as instrucções que ficam aprovadas pelo presente decreto.²⁵⁴

Com o Decreto acima, a interventoria estabeleceu o primeiro edital de concurso de que se tem notícia. Foram estabelecidos prazos de inscrições, pré-requisitos para investidura no cargo, conteúdos, provas e nomeação. No contexto em que se estabeleceu o concurso público para provimento de cargos na administração, podemos auferir uma política de moralização dos gastos públicos, pela institucionalização de regras, que limitavam a contratação e, conseqüentemente, as despesas com pessoal.

Assim, a ação do Estado, frente ao capitalismo, foi a de agenciador de uma relação de forças entre as classes e frações de classes. Sua autonomia frente a essas classes funcionou como elemento unificador do conflito entre o poder institucionalizado e o equilíbrio instável dos seus componentes. Não por uma simples imposição do poder, mas por um conjunto de ações que fizeram da política do Estado a representação dos interesses econômicos no contexto da institucionalização da centralização estatal.²⁵⁵

Esse “novo Estado” foi, então, chamado a intervir diretamente na vida econômica para propiciar um novo padrão de acumulação, pela unificação do sistema tributário, pela organização da arrecadação e pelos incentivos e políticas de fomentos à produção. Coube, então, à interventoria alinhar os interesses da Paraíba aos interesses do Estado brasileiro na nova conformação econômica do pós-30, sob a perspectiva da aceleração do desenvolvimento industrial.

A inserção de novos interesses, senão aqueles de base agrária, reconduziu os segmentos sócio-econômicos tradicionais da Paraíba a uma readaptação à conduta promovida pela interventoria, na base de uma política de incentivos sem hegemonia de interesses, sejam eles agrários, comerciais ou industriais.²⁵⁶

²⁵⁴ Cf. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1932, Nº 1.132. João Pessoa: Imprensa Oficial. 1932, pp. 4-9.

²⁵⁵ Essas considerações têm por base: POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. pp. 141-166 e 207-231.

²⁵⁶ Ver as considerações de: DINIZ, Eli. Estado Novo: Estrutura de poder, relações de classes. IN: FAUSTO, 1985. Op. Cit., pp. 83-117. E também: GURJÃO, 1994. Op. Cit., pp. 119-142.

2.5 – ESTADO INTERVENCIONISTA NA PARAÍBA: legitimação pela mitificação

As medidas de recondução da máquina estatal, implementadas pela interventoria de Anthenor Navarro, em menor ou maior grau, atingiram as estruturas político-sociais e econômicas do estado. Tratou-se de dar, de fato, uma nova condução ao aparato administrativo, alinhado às transformações ocorridas em esfera nacional.

A conformação estatal que emerge em 1930 desordenou, por assim dizer, uma imbricada cadeia organizativa do Estado, em suas relações com os agentes de maior influência dentro de cada unidade federativa – o poder local.

No caso da Paraíba, as assertivas acima são, em sua totalidade, colocadas amplamente. Logo após a ascensão dos “vencedores de 30” ao poder, a nova conformação político-institucional ultrapassou os limites da influência local, e o Estado se constituiu como o agente supremo da organização institucional e econômica, a partir do qual foram traçadas as metas de ação, com uma intervenção direta em cada setor estrutural e conjuntural do aparato estatal.

Para a Paraíba, o pós-30 trouxe outro incremento, que veio colaborar com a ação centralizadora do Estado: a morte de João Pessoa. Centralizadora e condutora de todo o aparato estatal, a interventoria, diante das manifestações que envolveram a morte do “Grande Presidente”, não poderia ficar indiferente às expressões de mitificação e heroização de João Pessoa. Assim, ela se colocou como continuadora de sua inquestionável administração, e o exemplo de João Pessoa – bravo, resistente e moralizador – imprimiu a justificativa necessária às ações intervencionistas do Estado, com o objetivo de legitimá-las na conjuntura emergente de 1930.

A intervenção estatal, portanto, buscou legitimar sua ação centralizadora pela invenção de tradições; em volta da ação político-administrativa de João Pessoa, ela criou rituais simbólicos que incutiram valores e normas de comportamento e deu à ação intervencionista o sentido de continuidade em relação ao passado, um passado de glória e de heroísmo, em nome dos interesses da Paraíba.²⁵⁷

Seria, seguindo o raciocínio de Hobsbawm, a tentativa de criar novos padrões simbólicos diante das transformações sociais. Haja vista que os antigos padrões de sociedade, para os quais foram geradas “velhas” tradições, não correspondiam aos novos agentes promotores e divulgadores institucionais de acomodação e/ou adaptação. Então,

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais. Ao

²⁵⁷ Essas considerações têm por base: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9.

mesmo tempo, uma sociedade em transformação tornava as formas tradicionais de governo através de estados e hierarquias sociais e políticas mais difíceis ou até impraticáveis. Eram necessários novos métodos de governo ou de estabelecimento de alianças.²⁵⁸

No caso paraibano, pode-se dizer que não houve exigências por parte dos grupos sociais, ao contrário, foi o grupo que ascendeu ao poder quem buscou criar uma coesão social capaz de estruturar as relações sociais, de acordo com a nova conformação estrutural do Estado. E, ao mesmo tempo em que a criação de novas tradições concorreu para a legitimação da interventoria, a ela foi requerida, também, a criação de novos métodos de governo que fossem capazes de estabelecer alianças.

No caso específico da interventoria de Anthenor Navarro, esses métodos foram estabelecidos pela criação do viés da necessidade. Ou seja, após a conformação político-estrutural do pós-30, as transformações implementadas pela interventoria se fizeram indispensáveis ao desenvolvimento e à moralização estrutural de todo o aparato estatal. Tais transformações só poderiam ser efetuadas pela vontade incisiva do Estado, e somente o Estado poderia se colocar como necessário para a concretização dessas mudanças.

As “tradições inventadas” pela interventoria, em torno da figura de João Pessoa e de todo o processo histórico do movimento de 1930 se inscrevem em categorias que, ao mesmo tempo, apelam para a coesão social, legitimam o Estado e socializam idéias, valores e signos.²⁵⁹ Assim, a interventoria construiu um complexo sistema legitimador de sua ação pelo imbricamento de “novas” tradições, alicerçadas, sobretudo, na obra moralizadora de João Pessoa.

Isso significa que, ao buscar sua legitimação sobre os feitos de João Pessoa, a interventoria de Anthenor Navarro atraiu para si o apoio de quase a toda a sociedade paraibana e, no nosso entender, tornou indistinta a atuação do Estado interventor da “luta titânica pelo engrandecimento da Paraíba e melhoria de vida para seu povo,”²⁶⁰ promovida por João Pessoa. Assim, como ponto importante nesse processo, tem-se a consolidação da personificação da figura do interventor como continuador da obra do “grande presidente”, como reflete o seu discurso de posse:

Imitando, como sempre procurei fazer, João Pessoa, eu nada prometto, mas de ante-mão vos asseguro que, sejam quaes forem as dificuldades, surjas impecilhos grandes ou pequenos, procurarei dar aos meus actos todo esforço de moço, e todo critério de revolucionário.²⁶¹

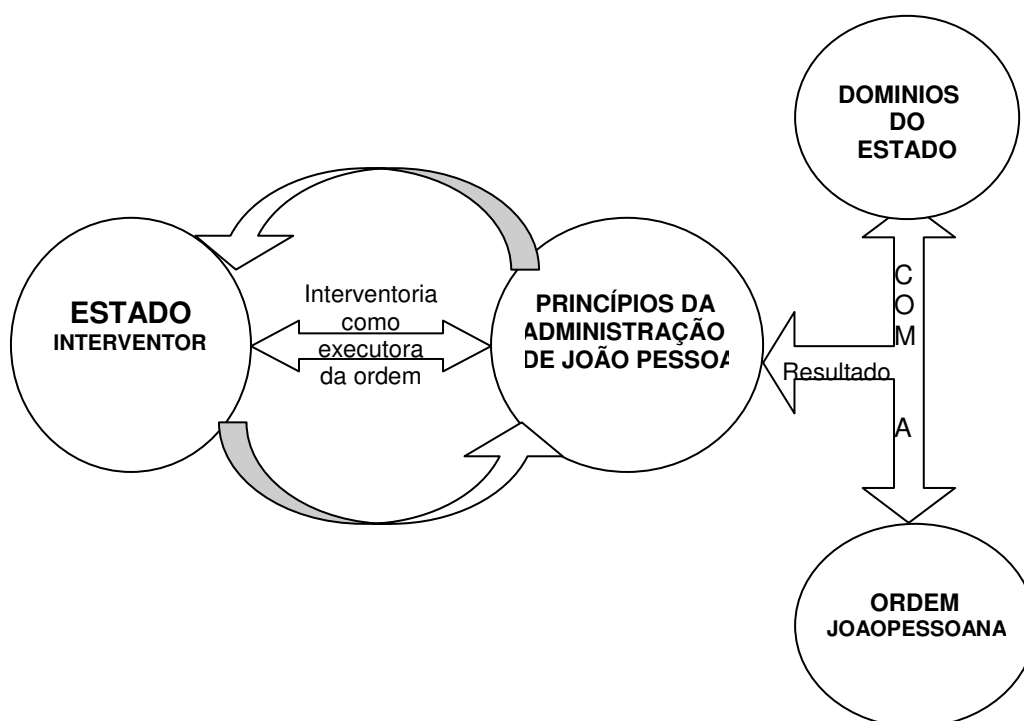
²⁵⁸ Ibidem, p. 271.

²⁵⁹ Ibidem, p. 17. Hobsbawm classifica as “tradições inventadas” em três categorias: 1) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social e as condições de admissão de um grupo ou de uma comunidade real ou artificial; 2) aquelas que estabelecem e legitimam instituições e relações de autoridade; e 3) aquelas que socializam e impõem idéias, sistemas de valores e padrões comportamentais.

²⁶⁰ Cf. AGUIAR, Wellington. 70 anos da Revolução de 30. IN: Jornal **A UNIÃO** – Caderno Especial, de 9 de maio de 2004, p. 5.

²⁶¹ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 11 de novembro de 1930, p. 1.

Por essa personificação, Anthenor Navarro não se configurou como elemento central do Estado nos primeiros instantes do pós-30 na Paraíba; ele não projetou a sua imagem acima de todos os interesses para criar, em volta do seu nome, um mito ou peso político; ao contrário, sua administração colocou o Estado acima de todos os interesses. Foi o Estado quem foi personificado como aquele que poderia conduzir os destinos do povo paraibano e, dentro dessa personificação, estava a figura do interventor. Como continuador da obra de João Pessoa, Anthenor introjeta à sua pessoa o Estado e, a partir dele, reflete as ações do “Herói paraibano”. Durante sua administração, o que podemos identificar é a criação da ordem estatal pelo exemplo joão pessoano.



O cerne da administração de Anthenor Navarro estava na tentativa de elevar o Estado ao mais alto patamar de ação junto aos interesses da Paraíba e, para isso, a interventoria contou com o calor do momento, com as manifestações cultuadoras em volta da morte de João Pessoa. O Estado interventor, que se instituiu com o movimento de 1930, subtraiu para si esse culto e criou um modelo de ação estatal que, aparentemente, foi incontestável.

Esse modelo de ação intervencionista foi construído não apenas pelo discurso, mas também, pelas obras, pelas idéias e pelos lugares de memória. A todo instante, a interventoria justificou sua ação pelo princípio moralizador de João Pessoa e o estado se fez presente em todos os lugares, como continuador e ordenador de uma sociedade injustiçada

e ferida pelo desaparecimento do seu ilustre conterrâneo. A esse respeito vejamos alguns exemplos:

Considerando que a vida pública e particular do Presidente João Pessoa foi um exemplo constante de amor à virtude e à justiça; [a interventoria]

DECRETA:

Art. 1º - como parte integrante do material didático para a educação cívico-moral nos estabelecimentos oficiais, equiparados e subvencionados de ensino no estado, figurará, obrigatoriamente, o retrato do eminente paraibano Presidente João Pessoa, que deverá ser colocado em lugar de destaque na classe.²⁶²

[a interventoria] abre crédito especial da quantia de setenta contos de réis (70:000\$00) destinada à construção de um monumento no Rio de Janeiro, sobre o túmulo do Presidente João Pessoa.²⁶³

Realizou-se, ante-hontem, as 20 horas no salão de honra do “Clube dos Diários”, a inauguração do retrato do grande presidente João Pessoa.

A solenidade teve a presença do Interventor Federal Anthenor Navarro, e de numerosos associados [...]²⁶⁴

Essas são apenas pequenas amostras do que a interventoria se utilizou para estar presente e corresponder ao sentimento popular de perda e preservação da memória de João Pessoa. No jornal *A União*, foram freqüentes as notas enviadas pelas prefeituras, comunicando alguma iniciativa em favor da memória do “herói paraibano” – aposição de um retrato, nome de uma rua, nome de um estabelecimento de ensino, celebração de uma missa, etc. O interessante nessas notas é que todas são endereçadas ao interventor, em todas elas a comunicação é feita ao Estado, e, através dessa veiculação na imprensa, o Estado interventor se confunde com a figura do herói e assume essa personificação.

De modo mais expressivo, temos a organização da semana cívica. No ano do primeiro aniversário da morte de João Pessoa, 26 de julho de 1931, a interventoria em conjunto com diversas instituições da sociedade civil – grupos escolares, igreja, associações de trabalhadores, sindicatos, Academia de Comércio Eptácio Pessoa, Associação Paraibana de imprensa, jornal *A União* e Rádio Tabajara – esteve mobilizada para a institucionalização de uma memória coletiva promotora de uma coesão social. De 19 a 26 de julho de 1931, a Paraíba esteve unida nas comemorações a memória de João Pessoa.

O que se percebe, em torno de todas as manifestações de exaltação a João Pessoa, sobretudo, nesse primeiro momento, é a primazia do Estado interventor como articulador de todos os segmentos da sociedade, cujo grande objetivo foi a introjeção desse imaginário como legitimador de sua ação. Nesse sentido, para nós é bastante ilustrativa a presença do interventor na semana cívica, como noticia as notas abaixo do *Jornal A União*:

²⁶² Cf. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1930. Op. Cit., p. 03. Esse decreto foi aditado ainda na interventoria de José Américo. (Decreto nº 1, de 7 de outubro.)

²⁶³ Cf. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1931. Op. Cit., p. 7. (Decreto nº 50, de 24 de janeiro)

²⁶⁴ Cf. *Jornal A UNIÃO*, João Pessoa, 14 de maio de 1931, p. 3.

19/07/1931

8h- Partirá do Palácio passeata cívica com o retrato de João Pessoa conduzido pelo Interventor Federal, a fim de fazer a apposição no Altar da Pátria, em frente à Escola Normal. [...]

23/07/1931

6 às 13 h- Inaugurações oficiais.

14h Sessão magna na Associação Comercial e inauguração de uma placa de bronze em uma das colunas da fachada principal do prédio. [presença do interventor Anthenor Navarro]

16h- Partida do préstito cívico da Associação Comercial com destino ao desfile de frente ao Altar da Pátria. Discursos e Hinos.

26/07/1931

10h- Inauguração do pavilhão do Chá.

14 h- Reunião de todo povo na Praça da Independência em frente a casa que morou João Pessoa. Na ocasião falou o padre Matias Freire. Desfile das bandas de música e corporações militares até a Praça João Pessoa onde às 17:23 h, tocará por trinta segundos sirene de A União, anunciando a hora em que morreu o presidente, afim de se guardar um minuto de silêncio. Hinos. Fala o interventor Antenor Navarro. Hino Nacional.²⁶⁵

Tais notas nos dão a medida do imbricamento do Estado interventor com as manifestações populares. Observe-se que o interventor conduz o retrato de João Pessoa ao altar da pátria e participa de todos os atos de exaltação. A partir dessa conduta, podemos reafirmar a busca da legitimação da interventoria pela sua relação com a história-pátria do herói paraibano. O cortejo, do qual participa o interventor, rumo ao altar da pátria, recebe o nome de “passeata cívica”, ou seja, introjeta a idéia de civismo, de ordem e de presença indispensável do estado à construção de uma memória congraçadora de todos os segmentos sociais.²⁶⁶ Assim, podemos dizer que a legitimação da interventoria passou pelo congraçamento do simbólico, representado por João Pessoa.

Esse simbólico não é construído pela simples dimensão dos feitos administrativos de João Pessoa, mas, pela própria dimensão simbólica a que pertence o movimento de 30. Ou seja, é um exercício de dominação com a idéia de unidade e homogeneidade produzida a partir da visão dos “vencedores de 30.”²⁶⁷ Criou-se, então, uma continuidade histórica de culto ao mito e homenagem àquele que podia continuar realizando a obra do “grande presidente”, que nesse caso, não seria o interventor, mas, o Estado representado por ele. Assim:

A elaboração de um imaginário [como] parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo geral, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem seus objetivos, definem seus inimigos,

²⁶⁵ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 19 de julho de 1931. p. 3.

²⁶⁶ Como foi noticiado pelo jornal A União, a semana comemorativa a João Pessoa estava organizada de modo que todos os segmentos sociais puderam participar das homenagens ao grande presidente: dia 19/07/1931 – Estudantes e professores; dia 20/07/1931 – operários e trabalhadores; dia 21/07/1931 – classes armadas; dia 22/07/1931 – mulher paraibana; dia 23/07/1931 – comércio; dia 24/07/1931 – funcionalismo público; dia 25/07/1931 – clero e associações de caridade; dia 26/07/1931 – inaugurações e reunião popular em frente a casa onde morou João Pessoa.

²⁶⁷ DE DECCA, 2004. Op. Cit., p. 73-75.

organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é construído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também [...] símbolos, alegorias rituais, mitos.²⁶⁸

O que ocorre, então, é a construção de uma memória histórica do movimento de 1930, na Paraíba, pelo imaginário social de coesão e desenvolvimento a partir do Estado, tendo como congraçadora a figura histórica de João Pessoa. Não resta dúvida de que a propagação do mito: “João Pessoa, Herói paraibano”, ultrapassou as fronteiras da legitimação estatal e se constituiu sozinho, no imaginário social dos paraibanos. O que pretendemos enfatizar, neste momento de institucionalização de um Estado centralizado, é o fato de que foi também o Estado interventor que ajudou a construir esse mito com a finalidade de legitimar sua ação centralizadora.²⁶⁹

Foi através do mito, “aqui entendido como legitimador da conduta e dos interesses de uma determinada época de uma dada realidade social,”²⁷⁰ que a interventoria criou os espaços de memória e legitimou o Estado interventor Paraibano. As manifestações populares e a criação dos lugares de memória, construídos pelo estado, transformaram a herança da administração de João Pessoa e as ações do Estado interventor numa manifestação de pompa e poder, legitimada e aprovada pelos cidadãos paraibanos.

Na prática diária das ações da interventoria de Anthenor Navarro, foram as obras públicas (conclusão do Palácio do governo, construção de estradas, construção de escolas, entre outras) que deram o congraçamento definitivo entre a legitimação do poder estatal e os princípios de ordem da administração de João Pessoa. Foi por meio das obras públicas que o Estado se mostrou presente, como provedor e tutor de um suposto desenvolvimento ordenado da Paraíba. No cotidiano das realizações públicas da interventoria, essa foi a idéia e a proposta do discurso.

As obras públicas tiveram, na sua realização, o propósito de construir um imaginário legitimador de um Estado presente e disposto a alavancar o desenvolvimento. Também foi por meio das obras públicas que a interventoria externou sua aliança com a atividade meticulosa e eficiente de João Pessoa. Isso porque, no conjunto geral das obras concretizadas pela interventoria, todas foram iniciadas no governo daquele presidente.

Assim foi que v. exc., em assumindo a direcção do Estado, sem perda de tempo retomou a marcha dos trabalhos, atacando-os com a intensidade maior ou menor

²⁶⁸ Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.10-11.

²⁶⁹ Não temos a pretensão de dissertar sobre a construção do mito de João Pessoa, uma vez que essa perspectiva ultrapassa os objetivos da nossa pesquisa; esse estudo foi recentemente elaborado, por: AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2006.

²⁷⁰ Cf. as considerações de: CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso. **A construção do mito do “meu filho doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. João Pessoa: UFPB/Universitária. 2005, pp. 27-28. Ver também as considerações de: ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva. 1998, pp. 10-13.

conforme os recursos de que dispunha, mas agindo sempre como tomado daquela mesma actividade meticulosa e efficiente com que em poucos meses transformou o dr. João Pessoa a nossa pequenina Parayba nessa Parayba grandiosa e cheia de louros que todos actualmente lhe reconhecem e proclamam.²⁷¹

Na semana cívica de 1931, a interventoria entregou, no último dia, o Pavilhão do Chá, em estilo japonês e situado no centro da praça Venâncio Neiva; inaugurou, depois de remodelar e aumentar, o Palácio do Governo, no dia 29 de julho de 1931, e o palácio das secretarias. Essas realizações da interventoria fizeram parte das comemorações do primeiro aniversário de morte do “grande presidente” e foram cercadas de simbolismo e exaltação.

Em volta da solenidade de inauguração do Palácio do Governo, podemos perceber a nítida personificação do Estado, quando, por Decreto, muda-lhe a denominação, cercando o prédio de uma memória reafirmadora da moralidade e da seriedade administrativa.

Anthenor Navarro, interventor Federal no Estado da Parayba.

Considerando que foi no Palácio do Governo que se iniciou o período administrativo do Presidente João Pessoa que impoz, de modo radical novas directrizes políticas e administrativas no Estado;

Considerando que a actuação dessas reformas se reflectira no cenário da política nacional e foi o factor decisivo da vitória da Revolução e redempção do Brasil; [...]

Considerando que o nome PALÁCIO DA REDEMPÇÃO foi sugerido pelo povo em memorável manifestação de caracter coletivo ao governo. DECRETA:

Art. 1 – fica denominado PALÁCIO DA REDEMPÇÃO o antigo Palácio do Governo do Estado.²⁷²

No texto do decreto acima, podemos perceber o peso simbólico que cercou o Palácio do Governo. Muito mais que sede da administração estadual, o novo Palácio da Redenção foi travestido de um significado de ordem centralizadora, que cercava a interventoria, sobretudo, no que diz respeito à postura joão pessoana empreendida pelo período intervencionista de Anthenor Navarro.

Em seu conjunto, as realizações da interventoria de Anthenor Navarro foram estruturais, buscaram a centralização de toda a máquina administrativa e reconduziram o centro das decisões para os domínios do Estado. Como já foi analisada, a reorganização de todos os campos que compunham a máquina administrativa foram pautados no discurso e no apelo à moralidade. Mas, que moralidade foi essa, que tanto caracterizou a interventoria de Anthenor Navarro?

O discurso intervencionista, como vimos, buscou a todo instante legitimar sua ação pelo dimensionamento mitificador da administração de João Pessoa; a interventoria se apossou da herança política do “herói paraibano” não apenas como enaltecadora dos seus feitos, mas como forma de comandar o real pelo imaginário. Pela intensa centralização

²⁷¹ Cf. **Relatórios do Primeiro Anno de Administração**, 1932. Op. Cit. p. 109.

²⁷² Cf. **Actos do Interventor Federal: DECRETOS**, de 1931. Op. Cit., pp. 15-16. (Decreto nº 143, de 29 de julho)

empreendida por Anthenor Navarro, em um contexto de indefinições políticas, a ação intervencionista necessitou de produzir um dispositivo de poder que pudesse embriagar as inquietações exaltadas do contexto pós-30.

Com essa necessidade, o dispositivo destinado a produzir um efeito legitimador e moralizador do Estado intervencionista deveria refletir uma imagem de ordem e moral, largamente associada ao poder, e ao mesmo tempo aceita pelo contexto social. Assim, o que temos é a construção de uma moralidade voltada, não para o interventor, mas para o Estado alicerçado no imaginário popular de moral política e administrativa pelo engrandecimento dos feitos de João Pessoa.²⁷³

Este movimento seria a tentativa de construir um “herói estatizado” como parte da nova conformação organizativa desse Estado. Nesse momento, o que temos é a construção de um herói ligado ao conjunto histórico, de modo a estabelecer um “novo” poder, uma “nova” ordem e uma “nova” moral. Partindo dessa premissa, entendemos que, enquanto se centralizava o aparato administrativo da Paraíba, nos primeiros instantes depois do movimento de 30, buscava-se eliminar o “velho,” configurado naqueles que representavam as práticas corrompidas da política e do poder, cujo cenário foi a Primeira República.

A centralização estatal promovida por Anthenor Navarro, portanto, colocou o Estado como guardião dessa moral e dessa imparcialidade administrativa, de modo a estruturar uma ordem ao caos. O princípio de moralidade, diferenciou, classificou, hierarquizou e traçou limites, subordinando consciências pela exposição das práticas oligárquicas e classificando essas como imorais.²⁷⁴

Assim, a moralidade administrativa e centralizadora de Anthenor Navarro foi moldada se utilizando da exposição do que precisava ser mudado, com o fim de construir uma consciência moralizadora pelo constante saudosismo a João Pessoa.

²⁷³ Cf. BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília. 1982, pp. 6-7.

²⁷⁴ Ibidem, p. 23.

A SECA DE 1932: recursos e assistência como política de Estado

3.1 – ANTECEDENTES DA AÇÃO ESTATAL

A questão das secas no Nordeste não é algo novo nos estudos da Sociologia e da História. Não são novas também as interpretações sobre a problemática que envolve a ação do poder público frente às condições sociais que atingem as populações nordestinas nos períodos de estiagem.

Toda estrutura organizacional do Nordeste, desde os primórdios, esteve condicionada à iminência de um período de estiagem. Sua economia, sua estrutura social, suas relações de poder e suas reservas estiveram sempre à espera de alguma seca e, ao mesmo tempo, alimentando a esperança de que ela nunca viria.²⁷⁵

Ordinariamente, as secas produzem fenômenos físico-sociais com variáveis extremas. Entre o social e o econômico, oscilam as consequências de um período de longa estiagem que, amplamente, são refletidas nas camadas sociais menos favorecidas, cujas medidas implementadas pelo Estado, apenas suavizam os efeitos climáticos. O combate a seca do Nordeste brasileiro nunca foi caracterizado a partir de medidas efetivas, mas sempre se configurou como “vício”, em detrimento da maioria das populações sertanejas. Em outras palavras, os períodos de estiagem foram caracterizados pela introjeção de uma cultura viciosa de exploração, por parte da classe política dominante desses espaços, sem que houvesse a busca de soluções duradouras para o problema das secas.²⁷⁶

²⁷⁵ ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, 1994, pp. 157-159.

²⁷⁶ POMPEU SOBRINHO, Tomaz. **História das secas (século XX)**. 2ª ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982, pp. 20-21.

O que ocorreu frente ao combate a estiagem do Nordeste foi um crescente assistencialismo, pautado numa política de socorros imediatos que, posteriormente, foi chamado “indústria da seca”. A Indústria da Seca teve seu início com a seca de 1877, e nesse primeiro momento, pode ser caracterizada pelo desvio de verbas e gêneros alimentícios destinados aos socorros públicos, denominação que recebia a ajuda do Governo Federal aos flagelados. Numa perspectiva mais ampla e atual, a Indústria da Seca se caracteriza como reduto da corrupção política, uma vez que, os recursos destinados a seca corrompem e subordinam a massa flagelada aos interesses dos latifundiários do Nordeste, desse modo, os fins de tais recursos são destinados a ampliar a dominação do latifúndio sem que haja socorro as populações atingidas pela estiagem.

Sob a máscara da “ajuda ao irmão”, as frentes e trabalho ou qualquer outra iniciativa, cujo objetivo seja a assistência, com a liberação de recursos, a região Nordeste, nos períodos de estiagem, humilha e denigre a imagem do sertanejo em favor do enriquecimento escrupuloso dos aproveitadores da miséria alheia.²⁷⁷

Desde os primórdios, a seca do Nordeste brasileiro foi um problema a ser enfrentado pelas populações dessa região, entretanto, poucas são as informações sobre as estiagens no período anterior a 1877, tendo em vista que a documentação oficial, até o final do século XVII, faz pouca referência a esse problema pelo interior dos estados nordestinos; as notícias sobre os períodos de estiagem estão concentradas na faixa litorânea, ainda assim, com poucos registros,²⁷⁸ como o que encontramos sobre os sertões de Pernambuco, registrados em documentos do século XVI de autoria de Fernão Cardin:

O anno de [17] 83 houve tão grande secça e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de continuas chuvas) que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaveaes e mandioca muitas se seccaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos quatro mil índios.²⁷⁹

Assim, somente a partir de 1877 se tem relativas informações sobre a estiagem nessa região. Com essa seca o governo imperial regulamentou as primeiras medidas de assistência a estiagem. Contudo, tais medidas não se configuraram como uma política constante de ação do governo imperial frente ao problema, mas uma iniciativa que

²⁷⁷ Cf. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria das secas**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Universitária/UEPB, 1993, pp. 50 e 61, e COELHO, Jorge. **As secas no Nordeste a Indústria das Secas**. Petrópolis: Vozes, 1985, pp. 27-40.

²⁷⁸ Cf. AVELAR JUNIOR, Odilardo Viana de. **A política de combate a seca no Nordeste**: uma ideologia para o planejamento regional. Tese (Doutorado em história Econômica). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. 1994, pp. 10-11. (mimeo).

²⁷⁹ Cf. CARDIN, Fernão. **Tratado de terra e gente do Brasil**. 3 ed. São Paulo: companhia editora Nacional/MEC, 1978. (Coleção Brasileira, nº 168), p. 199.

beneficiou, principalmente, aqueles estados com maior representação política, como foi o caso de Pernambuco, Bahia e Ceará.²⁸⁰

Nesse momento, a política de combate a estiagem foi fragmentada e com poucas ações concretas. Mesmo existindo um ato governamental, com vistas a organizar um plano de estudos para a construção de açudes a partir do represamento de águas em tempos normais de chuva, a “política das águas,” como ficou conhecido o referido ato, não logrou êxitos. A constante mudança de gabinete inviabilizou continuidades, e os projetos quase sempre ficaram no papel.²⁸¹

O que se efetivou foi a política assistencialista de socorros públicos. Em todos os municípios atingidos pela seca foram constituídas comissões de socorros públicos, cuja função era a distribuição de medicamentos e alimentos que chegavam a essas regiões pelos tropeiros. Na maioria das vezes, os elementos respeitáveis da sociedade nordestina, o vigário, o juiz de paz, o coletor de rendas e o delegado, compunham essas comissões e, frequentemente, eles se apoderavam daquilo que deveria ser a ajuda do governo imperial aos flagelados da seca, dando início a um crescente ciclo vicioso de desvio de verbas e favorecimentos. Com isso:

Os desvios e falcaturas logo foram divulgados na corte, levando a imagem de que as verbas para as secas eram solicitadas pelos representantes nordestinos apenas para o enriquecimento de alguns e não para os flagelados, que talvez nem existissem na grande proporção alegada.²⁸²

Com a proclamação da República, a situação não foi diferente, mudou-se o regime, mas não as práticas particularistas de enriquecimento sobre as conseqüências da seca do Nordeste. Na seca de 1888/1889 e 1903/1904 permaneceram os mesmo problemas, a mudança do regime apenas colocou as antigas práticas de apropriação dos socorros públicos em novas denominações estruturais, passando-se de províncias a estados e de atos do governo imperial a ações do Presidente da República; as antigas forças de dominação se rearticularam e continuaram a reproduzir as práticas clientelistas de favorecimento com as verbas das secas.

Em 1909, o Estado republicano, pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro, na tentativa de aperfeiçoar e evitar os desmandos e abusos na distribuição das verbas destinadas ao socorro dos flagelados criou a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS). Contudo, o clientelismo exacerbado e o pleno funcionamento da política dos governadores fadaram as metas da IOCS a um misto de objetivos. Se, por um lado, as comissões de estudos e execuções de obras determinaram as metas e as ações da Inspeção em seu caráter

²⁸⁰ Cf. AVELAR JUNIOR, 1994. Op. Cit., p. 15.

²⁸¹ Cf. AVELAR JUNIOR, 1994. Op. Cit., pp. 19-26.

²⁸² Cf. FERREIRA, 1993. Op. Cit., p. 66.

público, por outro, o poder local privatizou as poucas ações do Estado no combate ao flagelo da seca; o desvio de verbas e construção de açudes e estradas que beneficiaram propriedades de amigos e familiares de deputados e políticos nordestinos consolidou largamente a influência dos coronéis.

Nessa perspectiva, a ação do Estado foi fisiográfica, sem uma solução social para o problema. Assim, existem quatro tipos de solução que podem ser elencadas como intervenção estatal de combate às secas: primeiro, a solução hidráulica, utilizada pelos primeiros habitantes das terras nordestinas e, posteriormente, pelos governantes da região Nordeste. Caracterizada pela irrigação e pela açudagem, essa solução esteve limitada, exclusivamente, ao acúmulo da água pelo represamento dos rios. Ao longo da evolução da região Nordeste a solução hidráulica foi aperfeiçoada e moldada, de modo a se constituir a primeira solução que logo se apresenta aos governantes como instrumento de combate ao flagelo da seca.

Do império a República, a solução hidráulica teve seus avanços e seus recuos enquanto solução mais viável ao combate a seca; egressa de um começo rudimentar de represamento fluvial, a solução hidráulica sempre foi apresentada como a medida mais eficaz de combate a estiagem. O acúmulo de água pela açudagem e pela irrigação é, sem dúvida, a mais antiga proposta de combate aos efeitos da seca e a mais utilizada pelos governantes. Contudo, isso não comprova sua eficiência, apenas atesta o caráter prático dispensado pelos governantes frente à estiagem nordestina; ou seja, a construção de açudes e barragens é apresentada como solução definitiva, mas sem a devida inserção de tais construções ao meio sócio-econômico da região, sendo assim, as grandes barragens e os grandes açudes se configuram, na maioria das vezes, como produtos privados, e sua função é política, fruto da benevolência do poder local.²⁸³

A segunda solução fisiográfica apresentada pelo Estado, no combate a seca do Nordeste é a solução Florestal: utilizada ainda no império, buscou o reflorestamento intensivo e racional do território nordestino, por considerar que a estiagem era fruto do crescimento desordenado da população do Nordeste que, consequentemente, destruía a vegetação natural da região, contribuindo para o desequilíbrio no ciclo das chuvas. Com a fundação da IOCS, em 1909, ainda houve algumas tentativas de reflorestamento do território nordestino, entretanto, a proposta se colocou como inviável do ponto de vista econômico e não obteve êxito.²⁸⁴

A terceira solução foi a de aproveitamento pluvial ou cultura científica do solo, consistindo na implantação da chamada lavoura seca (dry-farming). Pelo aproveitamento das precipitações fluviais, essa solução procurou criar uma cultura de subsistência agrícola

²⁸³ Cf. POMPEU SOBRINHO, 1982, pp. 76-91

²⁸⁴ Ibidem, pp. 94-95.

com o maior aproveitamento possível da água da chuva para manutenção de lavouras.²⁸⁵ A grande falha dessa solução consistiu em apresentar uma medida insuficiente de combate a seca, já que as precipitações ocasionais e escassas não se constituíam como benefício salutar às necessidades que se apresentavam no contexto de intensa estiagem. Sendo assim, as experiências com a lavoura seca não obtiveram resultados consistentes e foram abandonadas em 1911.

A quarta e última tentativa de solução para o problema da seca foi a solução compósita. Tal solução se caracterizava pela integração dos elementos físico-sociais, como resultado de um ajustamento entre as medidas de transformação do meio físico (construção de açudes, irrigação e mecanização das lavouras) e as medidas de qualificação humana para um melhor aproveitamento da lavoura e das áreas irrigadas. Em 1924, o regulamento da IFOCS previa esse ajustamento como base de um combate dinâmico a estiagem. Contudo, por parte do Estado, tal ajustamento não foi concretizado e a questão da seca continuou com medidas assistencialistas favorecedoras do clientelismo.²⁸⁶

A questão da seca sempre foi tratada como um fenômeno da natureza, casual e inevitável, de modo a fortalecer suas raízes na sociedade brasileira e reforçar uma cadeia de relações políticas e sociais opostas aos parâmetros de modernidade emergentes no contexto cultural da década de vinte – devidamente alicerçadas em relações clientelistas ao longo do império e da Primeira República.

Assim, o Estado, enquanto promotor da assistência às regiões atingidas pelas estiagens, condicionou sua ação pelos caminhos tortuosos desse compromisso caracterizando-se muito mais como promotor das riquezas dos grupos locais do que como protetor dos flagelados dessas regiões.

A década de vinte foi, particularmente, um período de ebulição em todos os setores estruturais do Estado brasileiro e, para a região Nordeste, teve um significado a mais, posto que, nesse período, o então presidente, Epitácio Pessoa, pôs em prática um conjunto de medidas, cuja finalidade foi o socorro às regiões secas do Nordeste.

Epitácio Pessoa assumiu a presidência da República em 1919, nas condições de um nome de compromisso em um jogo de circunstâncias imprevistas, considerando a falta de consenso entre paulistas e mineiros. Sua eleição se concretizou em um período de relativa estabilidade econômica, contudo o aumento da produção nacional e o período pós-primeira guerra mundial logo trouxeram a necessidade de uma nova política de valorização do café –

²⁸⁵ Ibidem, p. 100.

²⁸⁶ Ibidem, p. 105-107.

face à queda nas exportações – e a adoção de uma postura de ação governamental pautada na contenção de despesas.²⁸⁷

Em seu bojo, a política de valorização do café, a partir de 1920, prenunciou uma crise de grandes proporções que atingiria seu auge em 1929, devido ao declínio do preço do café no mercado internacional e à super safra de 1920-1921, que chegou a 16,2 milhões de sacas, 14,5 milhões acima da média da produção do quinquênio anterior.²⁸⁸ Mas é no campo político que a eleição de Epitácio Pessoa deve ser compreendida, dados os objetivos do nosso trabalho. Como já foi dito, a eleição de Epitácio foi um consenso político no interior dos jogos do poder, que objetivou a manutenção da política do café-com-leite, combinada, na sua extensão pela,

predominância da burguesia cafeeira e os sintomas de sua crise de hegemonia, [assim], de 1920 a 1924 se caracteriza, no plano político, pelas fricções entre o eixo São Paulo-Minas e as oligarquias de segunda grandeza; no terreno econômico, toma impulso o plantio dos cafezais, enquanto o programa de valorização vai assumindo, gradativamente, nova forma.²⁸⁹

Sendo assim, se o nome de Epitácio à presidência procurou manter a ordem política do café-com-leite, era de se compreender que sua atuação no governo fosse de convivência com tais interesses, e foi. Contudo, a presidência de Epitácio abriu espaço para um projeto particular que não estava nos planos das elites políticas dos grandes estados: o restabelecimento da Agência Nacional de Combate às Secas, rebatizada de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).

Até então, a ação do Estado, frente aos problemas das secas, havia sido esporádica e localizada; desde o início do século XX, o Brasil enfrentou as secas de 1915 e 1919, ambas com poucas ações do governo federal. Para Epitácio:

A assistência do Estado, por muitos anos, manifestou-se esporadicamente, em medidas de socorro pessoal, ordinariamente tardias, e que se confundiam, não raro, com as iniciativas de caridade pública. Por essa forma, atendia-se, e isso mesmo parcialmente, apenas a um dos aspectos do problema.²⁹⁰

Já para a população nordestina, sobretudo, a Paraíba, a ascensão de Epitácio Pessoa à presidência significou a possibilidade de serem atendidas as suas reivindicações mais urgentes. Até então, nenhum nordestino havia ocupado a presidência, e esse fato, por

²⁸⁷ Sobre a eleição de Epitácio Pessoa para a presidência da República, Cf. LEWIN, Linda, 1993. Op. Cit., pp. 281-292. e GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Epitácio Pessoa** (1869-1945). 1º vol. São Paulo: José Olympio. 1951, pp. 321-338.

²⁸⁸ Cf. FAUSTO, Boris (org), **História Geral da Civilização Brasileira – III o Brasil republicano: estrutura de poder e economia** (1889-1930), 1985. Op. Cit., pp. 230.

²⁸⁹ Ibidem, p. 232.

²⁹⁰ Cf. PESSOA, Epitácio. **Pela verdade**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. (obras completas de Epitácio Pessoa, vol. XXI.), p. 267.

si só, acalentava os desejos de progresso do povo nordestino e alimentava as esperanças de grandes investimentos nessa região.

Nesse sentido, a organização da IFOCS procuraria resolver o problema das secas no Nordeste. No seu plano de trabalho, a IFOCS trataria de dispender recursos para a elaboração de uma grandiosa e incisiva ação governamental nas regiões atingidas pelas secas, constituindo-se, pois, como a “salvadora” das populações flageladas, empreendendo grandes obras de controle da estiagem. Segundo Eptácio Pessoa, as ações da IFOCS deveriam concretizar o que estava proposto no decreto nº 13.600, de 1909, referente à primeira organização da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que propunha:

Estudos das condições meteorológicas, geológicas, hidrométricas e topográficas da região onde se manifestam as secas; cultura de essências florestais e plantas forrageiras em terras de açudes públicos; estradas de rodagens; perfurações de poços; estudos de construção de açudes; barragens submersíveis; piscicultura; levantamento cartográfico das regiões assoladas pelas secas; conservação e exploração das obras que ficaram a cargo do governo federal; fiscalização de obras; celebração de contratos e acordos.²⁹¹

Por essas linhas gerais, a IFOCS deveria orientar sua ação com uma ampla atuação na região atingida pela seca. Da parte do Estado, os recursos destinados a realização das obras de combate a seca obedecia a uma legislação própria, que previa a criação da “Caixa das Secas” – dotada de vultosos recursos, operações de crédito em favor das obras de combate a estiagem e desapropriação de terras. Esses pontos nortearam a Lei 3.965, de 25 de dezembro de 1919 – a chamada Lei de Eptácio Pessoa, cujo trechos apresentamos abaixo:

- 1º autorização ao Governo para fazer operações de crédito, internas e externas, não excedentes de quarenta mil contos por ano;
- 2º criação de uma caixa de recursos a partir de:
 - a) dois por cento da receita geral da república pelo prazo necessário à construção das obras;
 - b) de dois a cinco por cento da receita ordinária dos estados, pelo mesmo prazo;
 - c) produto da venda das terras cedidas pelos estados e das que foram desapropriadas;
 - d) rendas provenientes das obras de irrigação;
 - e) contribuições de donativos de qualquer procedência;
- 3º desapropriação de terras necessárias à construção das obras. [...] ²⁹²

Entretanto, o plano de intervenção federal na região das secas não ultrapassou o ordenamento político da Primeira República. É certo que a organização da IFOCS e o dispêndio de recursos para os seus fins foram feitos, assim como a sua concreta intervenção na região seca do Nordeste. Porém, havemos de considerar que essa intervenção não foi isenta de acordos políticos e de favorecimentos.

²⁹¹ Ibidem, p. 270.

²⁹² Ibidem, pp. 275-276.

Ainda que o plano de intervenção do Estado fosse algo significativo e tivesse uma proposta concreta de ação, as realizações da IFOCS favoreceram muito mais as elites políticas, sem que trouxessem uma solução durável para o problema das secas do Nordeste. O clientelismo e a patronagem²⁹³ foram os grandes feitos da política de combate às secas promovida pelo Governo Federal. Entre os anos 1919 e 1922, período da presidência de Epitácio Pessoa, a intervenção federal no combate às secas alinhou toda a estrutura política da região Nordeste à continuidade do já frágil jogo político do café-com-leite e alimentou a antiga Indústria das Secas.

Através da IFOCS, Epitácio pôde conduzir sua política de favorecimento aos grupos locais, com a injeção de vultosos recursos nas localidades atingidas pela seca. Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas e Pernambuco foram agraciados com vultosas somas em dinheiro e uma completa frente de ação no combate ao flagelo da seca. Obras de irrigação, construção de açudes e abertura e conservação de estradas transformaram o Nordeste em um celeiro de grandes empreendimentos, todos inseridos no jogo político de favorecimento.

Não tardou que uma asfixiante burocracia de injunções de caráter eleitoral exercesse as suas nocivas influências sobre as atividades da Repartição, concorrendo acentuadamente no sentido de restringir as suas operações reduzidas quase somente à construção de açudes públicos ou particulares [...] com a maior interferência dos chefes políticos, cada vez mais profunda nos trabalhos, serviços e deliberações.²⁹⁴

Mesmo que o plano de combate às secas elaboradas por Epitácio expressasse uma grandiosidade orçamentária e objetivasse atingir um conjunto maior de soluções, a quase totalidade desse plano foi limitada à açudagem e à irrigação. Na maior parte, os recursos a ele destinados satisfizeram os acordos e a consolidação das bases de dominação nos estados.

Após o período presidencial de Epitácio Pessoa, as obras de combate às secas do Nordeste foram abruptamente interrompidas por seus sucessores. Artur Bernardes (1923-1926) e Washington Luiz (1927-1930) não tiveram a mesma preocupação com o combate às secas dessa região, como apresenta o quadro VIII; estes dois governos tiveram as questões políticas como principal norteador de suas ações.

²⁹³ Ver nota 14 do capítulo I sobre a patronagem.

²⁹⁴ Cf. POMPEU SOBRINHO, 1982. Op. Cit., p. 84.

QUADRO VIII – ORÇAMENTO E DESPESA DA IOCS/IFOCs (1909-1930)

GOVERNOS	VALORES EM CONTOS DE REIS (valores nominais)	
	ORÇAMENTO	DESPESAS
1909-1914 Nilo Peçanha Hermes da Fonseca	23.736:000\$000	19.517:738\$802
1915-1918 Venceslau Brás	19.992:960\$000	19.112:027\$303
1919-1922 Delfim Moreira Epitácio Pessoa	325.210:653\$043	316.507:785\$899
1923-1926 Artur Bernardes	105.757:003\$547	87.056:275\$526
1927-1930 Washington Luiz	64.954:057\$000	35.644:119\$847

FONTE: **Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas**. Vol. 12, nº1, jul/set. Rio de Janeiro: IFOCS. 1939.

A partir de 1922, a política brasileira foi palco de uma crise crescente no ordenamento político-estrutural. As forças políticas já se encontravam saturadas da constante valorização do café empreendida pelo Estado e, conseqüentemente, do afastamento de outros setores produtivos dos incentivos estatais. Como respaldo a esses questionamentos, a oposição, configurada principalmente pelo Rio Grande do Sul, questionava a valorização de um produto em crescente desvalorização no mercado internacional e se posicionava por maior participação política.²⁹⁵ E ainda ocorreu que, ao término do governo de Epitácio Pessoa, o Nordeste voltou a ter regularidade de chuvas. Portanto, nada justificava a continuidade das obras contra as secas, porquanto, para o novo presidente, Artur Bernardes, não existia seca no Nordeste.

O discurso presidencial elegeu um conjunto de justificativas contra as obras de combate às secas e o objetivo de todas elas foi a subtração dos interesses nordestinos em favor do sudeste. Através do Decreto nº 16.769, de 7 de janeiro de 1925, Artur Bernardes alegou a contenção de gastos e o rigor na política econômica pela diminuição das despesas ordinárias como principal motivo para a suspensão das referidas obras.

O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:
Considerando a situação do thesouro, com cujas dificuldades vem o actual Governo lutando, desde os primeiros dias de sua existência, obriga a extremo rigor na política de economia que tem adoptado e, por conseguinte, a não somente reduzir ao mínimo as despesas ordinárias, mas também a adiar todas as obras e serviços extraordinários, decreta:

Art. 1º - ficam suspensas durante o exercício financeiro de 1925, todas as obras públicas, que estão sendo executadas por diversos ministérios.

Art. 2º - para aquellas que são objectos de contractos serão celebrados accordos que prorroguem os prazos de sua execução, de modo a evitar previsões onerosas.

Art. 3º - revogam-se as disposições em contrário.²⁹⁶

²⁹⁵ Cf. FAUSTO, Boris (org), **História geral da civilização brasileira – III O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**, 1985. Op. Cit., pp. 403-426.

²⁹⁶ Cf. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 3.

Mesmo com a publicação do decreto acima, o que se pôde observar não foi a contenção de gastos, mas a recondução dos mesmos gastos para outros objetivos de interesse do então presidente, Artur Bernardes, como noticiou O Jornal:

Não atino bem com a razão por que uma lei que, apesar da nossa pobreza de recursos e crédito, concedeu só para obras novas do Ministério da Viação, 83.000 contos, e só para as das Estradas Central e Oeste de Minas mais de 23 mil [...] sob o pretexto de falta de recursos nega verbas para obras mais produtivas e mais urgentes reclamadas a dezenas de anos por oito estados da República.²⁹⁷

Assim, o auge da política de combate a seca se deu no governo de Epitácio Pessoa. Toda estrutura montada para esse fim perdeu impulso no período compreendido entre 1923 e 1929, para ser retomada depois de 1930. Essa abrupta interrupção teve seus reflexos em toda região beneficiada com as obras de combate as secas, principalmente na Paraíba, berço de Epitácio Pessoa.

A Paraíba está localizada no meio da região seca do Nordeste e se constitui como um dos estados nordestinos que têm a maior frequência de secas. Segundo a classificação do IBGE, o estado está dividido em nove zonas fisiográficas: Litoral e Mata; Agreste e Caatinga litorânea; Brejo; Borborema Oriental; Borborema Central; Alto Sertão; Sertão de Piranhas; Sertão Oeste e Seridó.²⁹⁸ De todas essas zonas, aquelas localizadas depois do Planalto da Borborema são as que mais sofrem com a escassez de chuvas e, nos períodos de estiagem, são as mais castigadas.

Ao longo de sua história, a Paraíba acumulou uma bagagem extensa de lutas contra o flagelo das secas. De longa data, a economia e toda a estrutura organizacional do Estado procuraram se refazer a cada período de estiagem. Ao se referir ao constante reinício das atividades produtivas e sociais do Estado, José Américo afirmou:

As secas têm sido, precipuamente, responsáveis, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de nossa organização social e econômica. Ajudada, vantajosamente, de recursos naturais que, nos anos regulares, lhe asseguram a expansão da riqueza, a Paraíba tem sido a obra relutante de seu progresso, realizado sem nenhum acoroçoamento dos poderes centrais, periodicamente aniquilada por essa fatalidade. A força destruidora do flagelo, em suas invasões paralelas, através dos séculos, não tinha sido oposta senão a resistência da raça blindada por um longo sofrimento para todas as reservas do instinto de conservação. Esta capacidade reconstrutora merece ser estudada, à parte, como expressão singular de energia inelutável e de apego ao solo – duas virtudes de alcance moral e patriótico.²⁹⁹

²⁹⁷ Cf. O JORNAL de, 15 de março de 1925. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, sem número de páginas. Também não conseguimos identificar onde foi publicado esse periódico.

²⁹⁸ Cf. dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, referente às zonas climáticas da Paraíba. 2007.

²⁹⁹ Cf. ALMEIDA, 1994, p. 157.

Portanto, a história da Paraíba não pode ser contada sem que se considerem os momentos de seca. E mais que isso, sem que se analisem as intervenções do Estado nesse contexto.

Como vimos acima, as realizações do Estado, na região seca do Nordeste, foram intensificadas e melhor estruturadas com a ascensão de Epitácio Pessoa à Presidência da República em 1919. Até então, as ações de socorro aos flagelados haviam sido esporádicas, sem grandes realizações. É, também, José Américo quem nos dá uma idéia de como era feita essa assistência. Segundo o autor, “Até 1845, a assistência oficial consistia na distribuição de esmolas. Esperava-se que a população sertaneja se deslocasse de seus lares, abandonando o resto dos haveres, para intervir como socorro insuficiente.”³⁰⁰ E assim permaneceu até a ascensão de Epitácio Pessoa à presidência. Poucas iniciativas e poucos empreendimentos contribuíram para que a seca na Paraíba fosse amenizada.

Com a posse de Epitácio na presidência da República se instaurou um momento de euforia; pela imprensa eram noticiadas as constantes transformações promovidas pela intervenção do Governo Federal e a ampla atuação da IFOCS em todos os setores estruturais, executando obras e criados ou ampliados serviços. De 1919 a 1922, a Paraíba viu estruturada uma ampla rede de serviços que, em última análise, pretendia combater a seca e garantir para a população melhores condições de superação da ação do flagelo. Uma nova fase para o Nordeste, como asseverou o Jornal A União:

Agora, com a ascendência de Epitácio a Chefia do paiz, foi um dos seus primeiros cuidados olhar com interesse e carinho pela sorte da infortunada gente do nordeste. É notório o soffrimento desolador de toda essa região, que, quase annualmente, faz agitar todos os bons corações sem que, entretanto, mereça as vivas atenções dos poderes competentes.³⁰¹

A alusão feita pelo referido jornal, não estava restrita á macro região nordestina, mas, principalmente, à Paraíba. Entretanto, a maioria das obras e das modificações promovidas pelo governo de Epitácio, com avultada soma de recursos, não chegou a ser concluída. Os projetos da IFOCS para a Paraíba, que previam: a construção de três grandes açudes públicos (São Gonçalo, Coremas e Piranhas), concluídos depois de 1930; 14 açudes médios e pequenos, também públicos (D. Inês, Fragoso, Lajeto Preto, Tatajuba, Ingá, Tanque de Pia, Taperoá, Macapá, Ibiapina, Açude de Soledade, O Velho, O Cedro, o açude de Campina Grande e o de Serraria), dos quais, apenas cinco foram concluídos, e quatro reconstruídos – ficaram inconclusos.³⁰²

³⁰⁰ Ibidem, p. 300.

³⁰¹ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 03 de fevereiro de 1920. p. 1.

³⁰² Cf. DIAS, Cléris Oliveira. **A política das secas na Paraíba (1900/1934)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1988. (mimeo). pp. 137-138.

Só por esses dados, podemos constatar que a ação de Epitácio Pessoa, junto à Paraíba, com vista ao combate à seca, não alcançou a amplitude colocada no discurso. O que ocorreu foi muito mais uma ação estatal de reforço da base política epitacista, do que propriamente uma intensa ação de combate à seca. Para ilustrarmos essa assertiva basta dizer que os 32 açudes particulares feitos em parceria com o governo federal foram concluídos. Assim, podemos constatar que o Estado, inegavelmente, esteve presente, só que atuando de modo a favorecer a sua base política.

Assim, podemos dizer que a ação estatal no combate às secas foi, para a Paraíba, um reforço da política da base oligárquica do então presidente. A política das secas estruturou uma rede de favores e compromissos mútuos, favorecedores dos jogos políticos e dos interesses eleitoreiros e econômicos de um pequeno grupo, razão pela qual, o contexto das transformações urbanas, econômicas e sociais da década de vinte, em meio aos períodos de intensas obras de combate às secas, favoreceu, substancialmente, a ampliação dessa rede de compromissos, particularmente, como afirma Lúcia Guerra, por três fatores estruturais:

A crise da economia nordestina, agravada pelas estiagens prolongadas; a organização política de um estado voltado para atender aos interesses privados de determinado segmento da sociedade em detrimento dos demais; e a articulação de um **lobby**, sempre apostos para carrear recursos para região nordeste.³⁰³

Um bom exemplo desse favorecimento diz respeito à abertura, construção ou manutenção de estradas. Durante o governo de Epitácio Pessoa, os coronéis do interior do estado foram largamente favorecidos pela concessão de licenças para a realização de tais obras. Junto ao Governo do estado, esses chefes locais concorriam como particulares, eram favorecidos, e executavam as obras sem orçamento prévio. E o Estado pagava 10% de tudo quanto se gastasse, ou seja, ao final das obras, frequentemente super valorizadas, o Estado pagava o dobro do que realmente havia sido gasto na obra, dada a super valorização do empreendimento.³⁰⁴ Nesse sentido Osvaldo Trigueiro assevera:

Não admira que todos os políticos de prestígio – médicos, bacharéis, fazendeiros – tivessem sido contemplados, nessa espécie de loteria de bilhetes premiados, com um trecho de obras, maior ou menor, para fazer jus ao prêmio certo. Numerosos parentes do Presidente da República, do Presidente do Estado, dos senadores, dos deputados e os chefes políticos de maior prestígio, foram convocados para os benefícios dessa cornucópia: a uns tocaram trechos de estradas de ferro, que eram os mais rendosos; a outros cabiam o fornecimento de dormentes ou de pedras para as obras do porto. De um extremo a outro do estado, os contratantes, os

³⁰³ Cf. FERREIRA, 1993. Op. Cit., pp. 72-73.

³⁰⁴ Por esse fato é que, após o movimento de 1930, a interventoria de Anthenor Navarro teve que estabelecer novas regras para a construção, abertura e manutenção de estradas. Não se pagou 10% sobre tudo que se gastava, mas sobre a quilometragem construída. Assim, para cada quilômetro construído, foi estabelecido um valor; no prazo de três anos. As empresas contratadas receberam 100\$000 por quilômetro, no primeiro mês, e 25\$000 nos 35 meses restantes. Cf. **Relatórios do primeiro ano de administração**, 1932, Op. Cit., p. 5.

fornecedores, os empregados, eram todos indicados pela política dominante, como não podia deixar de ser, muita gente melhorou de vida e algumas fortunas, ainda hoje florescentes, na indústria ou no comércio, tiveram origem nas Obras Contra as Secas.³⁰⁵

Muito mais que combatente das secas, o Estado foi articulador da manutenção da dominação oligárquica da Paraíba. A base epitacista foi, assim, largamente favorecida e consolidada. O período que compreende a presidência de Epitácio Pessoa reforçou essa dominação de modo a estender os domínios do epitacismo até 1930; na política das secas, a IFOCS foi a responsável pela consolidação do PRCP (Partido Republicano Conservador Paraibano) e pela ampliação da sua influência sobre o estado, com os grupos familiares da Paraíba fazendo dele o provedor de seus anseios e de suas necessidades por meio do clientelismo exagerado.

Naquele momento, na presidência da Paraíba, Sólon de Lucena (1921-1924)³⁰⁶ foi um mero reprodutor dessa ação favorecedora do epitacismo. Sua ação no comando da Paraíba pouco foi percebida diante das grandiosas intervenções do governo Federal. Porém, em nenhum momento, o comando e as determinações que colocaram o combate às secas na Paraíba como reforço da base oligárquica de Epitácio Pessoa foram questionados. A Paraíba se viu inserida num jogo de realinhamento e consolidação das bases epitacistas pelas obras de combate às secas. Os recursos e as ações do Estado e da União foram todos direcionados a esse fim.

Não se tratou, portanto, de uma política efetiva de combate às secas e, tampouco, de uma ação incisiva do Estado com vista a sanear o problema das secas. A política de combate a esse flagelo foi meramente ilustrativa e serviu como desculpa para o carreamento de recursos que fortaleceram os acordos políticos. Não houve interesse da União nem dos estados nordestinos em resolver tal problema, o que houve foi a tentativa de favorecimento político pelas volumosas somas de recursos cedidas pela IFOCS.

3.2 – O CICLO REVOLUCIONÁRIO

Depois de 1930, a política brasileira tomou novos contornos que destacaram, como princípio de atuação do Estado, novos eixos norteadores de ação. Entre os anos de 1931-1934, a moralização do poder e das ações do Estado foi o tom dos discursos e, nessa perspectiva, muitos dos atos do Estado pós-30 foram conduzidos por essa ideologia, pelo menos em tese. Devido a isso, não poderia ser diferente a ação do Estado frente ao

³⁰⁵ Cf. MELLO, 1982. Op. Cit., p. 70.

³⁰⁶ Sólon de Lucena nasceu em Bananeiras, foi professor (até 1912), quando foi eleito para a Assembléia Estadual; foi ainda secretário geral, deputado federal e presidente do PRCP, quando assumiu a presidência da Paraíba, em 1921. Esteve sempre como aliado de Epitácio Pessoa. Cf. MELLO, 1982. Op. Cit., p. 64.

problema das secas no Nordeste, uma vez que, depois do governo de Epitácio Pessoa, não houve uma ação significativa do Estado canalizada para tal problemática.

Após o movimento de 1930, uma nova seca se anunciava, e o Estado, completando sua escalada centralizadora, também esteve presente com ações e recursos. A nova política de secas, empreendida pelo governo provisório foi, sem dúvida, não muito intensa e também não muito incisiva quanto aquela realizada no governo de Epitácio Pessoa. Entretanto, pode-se dizer que a ação estatal no combate à seca de 1932 foi bem mais coordenada e com resultados mais articulados.

O combate a essa seca foi, em vários aspectos, diferente dos anteriores. As mudanças institucionais do pós-30 e a ascensão de interventores tenentes trouxeram para o Norte e Nordeste uma nova dinâmica administrativa sem que, necessariamente, estivesse de acordo com os grupos oligárquicos dos estados. Assim, nesse momento, a centralização do aparato estatal nas mãos dos interventores favoreceu a uma ação coordenada sem que houvesse, obrigatoriamente, uma consulta aos grupos locais.

Desse modo, a centralização do Estado permitiu a Inspetoria das Secas melhor condições de êxito técnico, para conduzir o programa de combate à estiagem de 1932 com regularidade e operosidade. O Estado se colocou como centro das ações coordenadas e deu à assistência aos flagelados um caráter paternal, cuja via de socorro à região atingida se deu através do Ministério da Viação e Obras Públicas e interventoria, sem mais atravessadores (particulares).³⁰⁷

Para o Ministério de Viação e Obras Públicas, foi nomeado José Américo de Almeida, paraibano, político e articulador do movimento de 30 na Paraíba; logo após o 3 de outubro de 1930, assumiu a interventoria desse estado por pouco mais de quinze dias, até ter sua nomeação confirmada para o cargo de ministro. À frente do Ministério da Viação, José Américo imprimiu uma conduta de reorganização institucional em todos os setores submetidos àquele Ministério: refez contratos, deu continuidade às obras paralisadas, concluiu e estruturou boa parte das ferrovias iniciadas, reordenou as tarifas dos portos de navegação, das companhias ferroviárias e ampliou as vias de comunicação telegráficas.

José Américo procurou, ainda, corrigir “o regime de irresponsabilidade dos poderes discricionários,”³⁰⁸ empreendendo o combate constante aos interesses particulares e, sobretudo, à reprodução de vícios antigos, quando se tratou de verbas destinadas ao problema das secas. No contexto em que se inseriu a ação do Estado no combate à seca, o Ministério da Viação atuou energicamente de modo a tomar para si toda a responsabilidade pelos efeitos da estiagem. Os desastres humanos e as medidas de socorro foram colocados

³⁰⁷ ALMEIDA, José Américo de. **O Ministério da Viação no Governo Provisório**. Rio de Janeiro: Officina dos Correios e Telegraphos, 1933, pp. 222-223.

³⁰⁸ ALMEIDA, José Américo de. **O ciclo revolucionário do Ministério da Viação**. 2 ed. João Pessoa/Natal: Fundação Guimarães Duque/fundação Casa de José Américo. 1982, p. 3.

como responsabilidade única do Estado, cabendo ao então ministro assumir o papel de agente participante das diligências de fiscalização e constatação das reais situações em que se encontrava a região atingida pela estiagem de 1932.³⁰⁹

Com essa postura, podemos constatar um novo tipo de ação do Estado frente à problemática da seca: o Estado não agiu de forma fragmentada por via indireta de ação, mas com uma presença direta e pessoal, como provedor das necessidades daqueles que eram atingidos pela estiagem. A partir da seca de 1932, a presença do Estado foi sentida como responsabilidade constitucionalizada, ou seja, ao Estado caberia – uma vez que, nesse momento a centralização político-administrativa se constituía como uma realidade – todo o empenho no sentido de combater e promover uma assistência direta sem os percalços políticos e eleitoreiros.

Essa não é, no entanto, uma afirmativa unilateral, no sentido de considerar absoluta a ação estatal no combate à seca, mas se trata de uma constatação por força das circunstâncias do momento. Nos primeiros anos do governo provisório de Vargas, havia a necessidade de construir uma postura enérgica e atuante do Estado, para que esse pudesse consolidar sua proposta renovadora, calçada na moralidade e no ordenamento estatal, e essa postura foi claramente demonstrada por José Américo:

Há um lugar comum que deve ser repetido como uma lição: o problema brasileiro é simplesmente de administração. Confie-se a homens de experimentada reputação moral e técnica a direção dos nossos serviços públicos, isentando-os de qualquer influência perturbadora da política, que tudo será restaurado.³¹⁰

Assim, consideramos que a ação estatal no combate às secas, depois de 1930 foi melhor administrada e melhor executada. Açudes foram construídos, e barragens ampliadas; também foram concluídos todos os açudes do plano de Eptácio Pessoa, os quais haviam sido abandonados quando ele deixou a presidência e, a partir de 1931, a IFOCS inaugurou os serviços complementares, cuja função foi a de

Colaborar nos trabalhos de irrigação, na estrutura dos cadastros de terras e exames, nestas, na formação de florestas protetoras e nas de rendimento de madeira e rama, na arborização marginal dos canais e regimen para explorar os terrenos, fazendo não só a divulgação dos processos de conserva de forragens, fenação, etc, como os ensaios culturais apropriados a investigações da flora regional, introdução das plantas exóticas [...] e, ao mesmo tempo que realizando a campanha educativa da providência e preocupação contra os efeitos das secas.³¹¹

³⁰⁹ Cf. DIAS, 1988. Op. Cit., pp. 220-221.

³¹⁰ Cf. ALMEIDA, 1982. Op. Cit., pp. 6-7.

³¹¹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. **O DNOCS e o novo nordeste: uma perspectiva histórica (1909-1984)**. Fortaleza: DNOCS. 1985, p. 60.

A partir de então, a montagem da estrutura de socorro aos flagelados da seca foi orientada por uma base de socorro imediato e pela reorganização da IFOCS; ambas imbricadas em um conjunto de ações que priorizaram a açudagem e a irrigação como pontos norteadores da ação estatal, de acordo com o Decreto nº 19. 687, de 11 de fevereiro de 1931, como noticiou o jornal A União:

Na organização ora proposta, o plano dominante, é consequentemente a disseminação de obras de açudagem e irrigação. Fica, assim, eliminada a complexidade da Inspetoria que a tornava uma obra dispersiva e de difícil e onerosa execução. [...] Dessa organização cogita o novo regulamento com a instalação de hospedarias de retirantes durante as sêccas prolongadas.³¹²

Com essa nova reorganização da IFOCS, o Ministério de Viação e Obras Públicas colocou toda a estrutura da inspetoria voltada para a construção e conclusão de açudes, e isso se deveu, entre outros fatores, aos constantes apelos da opinião pública em favor da conclusão do plano de obras do governo de Epitácio Pessoa.

A salvação do nordeste está na construção de grandes barragens na retenção dos cursos d'água que correm para o mar. [...] Cumpre indagar se o Governo Provisório está no firme propósito de gastar ao menos o que o sr. Artur Bernardes desperdiçou para arrasar a capital de São Paulo, em julho de 1925, e na perseguição da Coluna Prestes, quantia tais fabulosas que ainda hoje não se sabe quanto atingiu, por nunca ter sido publicada [...] É preciso o emprego de bastante dinheiro, seja para construção das barragens, seja unicamente para alimentar os famintos.³¹³

Dadas as condições, o que se observou foi uma política cautelosa de empreendimentos quando se tratou de dispendar recursos com a seca do Nordeste. Depois do movimento de outubro, o Estado procurou se colocar com responsabilidade frente a essa questão. Nesse momento, a moralidade do Estado estava sendo posta a prova em todos os sentidos e, particularmente, no combate à seca; a ação estatal deveria agir com certa imparcialidade ou, pelo menos, de modo a mostrar serviço.

Contudo, não podemos constatar uma substancial mudança na atuação da IFOCS, tampouco uma reorientação nas bases de intervenção do Estado no combate às secas, mas uma ação com vistas a resultados imediatos, ou seja, mesmo havendo uma reestruturação da IFOCS, tais mudanças não significaram uma mudança de estratégia no combate a estiagem, o ciclo revolucionário de ação estatal de combate a seca, limitou a atuação da IFOCS na busca de uma solução hidráulica, sem observar o contexto econômico-social da população nordestina.

³¹² Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 25 de fevereiro de 1931, p. 5

³¹³ Cf. Jornal O POVO. Fortaleza, 17 de maio de 1932. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, sem número de páginas.

Face essa constatação, o que mudou no pós-30 foi a ampliação do intervencionismo estatal, ou seja, o ciclo revolucionário de combate às secas ultrapassou o pacto oligárquico da Primeira República e ampliou a intervenção do Estado com uma ação centralizada e acordada com as interventorias estaduais, reconduzindo o centro das decisões para a esfera estatal. Nesse momento, o Ministério de Viação e Obras Públicas conduziu a intervenção estatal no Nordeste junto com o plano de combate às secas, como forma de construir uma imagem próxima e atuante do Estado interventor. Mas o que parece organizado e operoso revelou também contradições. No discurso da IFOCS, a intervenção do Estado foi conduzida de modo imparcial, sobre todas as classes e exercendo sua função pública. A Inspetoria procurou “vender” uma ideologia de Estado que estivesse diretamente envolvida com as questões nordestinas através do socorro aos flagelados e de uma assistência direta e precisa de combate às secas.

O Ministério da Viação e Obras Públicas, nesse momento, procurou fazer da IFOCS a porta-voz direta do Estado na região, com a divulgação dos feitos da inspetoria e, consequentemente, do Estado. Assim, os contornos do programa de intervenção e combate às secas nos levam a dois pontos importantes: primeiro, que a ação da IFOCS, na região seca do Nordeste, foi extremamente tendenciosa quanto ao seu raio de atuação; e segundo, as concessões favoreceram a acomodação das forças políticas nesses estados.

De toda a região atingida pela seca de 1932, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará foram os estados mais beneficiados com as obras e a atuação incisiva da IFOCS, e foi para esses estados que o Ministério da Viação e Obras Públicas canalizou a maior soma de recursos.

Para justificar essa predominância, o discurso oficial argumentou que os referidos estados eram os mais populosos, tinham condições topográficas e mesológicas próprias para a construção de açudes e eram os mais atingidos pelas estiagens.³¹⁴

Na verdade, todos esses argumentos têm seus fundamentos na permanência de uma intervenção estatal pautada numa política emergencialista de combate às secas. Os avanços estruturais e operacionais alcançados pela política estatal de combate às secas, no pós-30, ainda trouxeram, em seu bojo ideológico, os estratos do assistencialismo emergencial da Primeira República. Para comprovar isso, basta consultar a proposta de combate às secas formulada pelo Ministério da Viação, que esteve voltada para a construção de obras hidráulicas. Os aspectos econômicos e sociais da região não se configuraram como responsabilidade do órgão executor dos serviços de combate à seca, a IFOCS. Nas palavras do Ministro José Américo,

³¹⁴ Cf. BATISTA NETO, José. **Como uma luneta invertida**: intervenção do estado no semi-árido nordestino através do discurso ideológico da IOCS/IFOCS – 1909-1934. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1986. (mimeo) p. 247.

O que convém, precipuamente, como correção da natureza semi-árida do Nordeste, é armazenar a água copiosa [...]
Esta a sua função limitada [da IFOCS], propriamente, ao problema da água, que é o problema do Nordeste. O desenvolvimento econômico da região, sob os demais aspectos, será encargo de outros serviços públicos.³¹⁵

Então, tem-se novamente uma política assistencialista, em que a questão social não se configurou como prioridade na atuação do Ministério, a não ser pela assistência prestada aos flagelados nos campos de concentração, para onde eram mandados os retirantes. Esses campos funcionavam como ajuntamento de retirantes, amontoados em barracas de lona ou de palha sem qualquer estrutura, os quais eram sustentados pelos governos estaduais, com verba do Ministério da Viação, e serviam como recrutamentos de trabalhadores para a execução das obras. O crescente número de flagelados em condições precárias facilitou a proliferação de doenças, razão por que o Ministério

Tratou de racionalizar a ação benéfica dos socorros profiláticos, em todos os setores onde se desenvolviam as infecções entéricas [...]
Iniciou-se, assim, um intenso policiamento de focos de moscas e mosquitos, reclamando-se urgência para remessa de vacinas anti-tifo-disentéricas, que tiveram aplicação imediata em proporções ainda não verificadas no Brasil.³¹⁶

Nesse limite é que podemos dizer que a assistência aos flagelados teve seu aspecto social. Através dos campos de concentração e em decorrência das condições desumanas em que viviam os flagelados, o Estado pôde exercer seu controle social, com subempregos, subsalários, submoradia e subassistência, que favoreceram a submissão dos retirantes.

Outro aspecto emerge ainda desse privilégio concedido a esses três estados. No contexto dos anos de 1930-1932, a política brasileira ainda estava sendo ajustada à nova proposta intervencionista do Governo Provisório, e os contornos da intervenção estatal procuram estruturar uma conduta de ação que, nesse momento, privilegiasse todas as forças políticas que fizeram o movimento de 1930, inclusive, os tenentes.

Assim, com o apoio total do Norte e Nordeste, o Ceará tinha o Tenente Juarez Távora como filho mais ilustre; o Rio Grande do Norte tinha como interventor o paraibano Irineo Joffily e a Paraíba se configurava como a terra do ministro José Américo; nesse momento, tanto Juarez Távora quanto Irineo Joffily tinham relações próximas com o então ministro, sendo assim, nada mais justo que, em se tratando de combate às secas, houvesse concessão de privilégios àqueles estados, a partir da qual, podemos auferir o segundo ponto da ação do Estado frente ao combate à seca: as concessões favoreceram a reacomodação das forças políticas nesses estados.

³¹⁵ Cf. ALMEIDA, 1982. Op. Cit., pp. 379-380.

³¹⁶ Cf. BARBOSA, Orris. **Secca de 32**: impressões sobre a crise nordestina. 2ª ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado. 1998, p. 70.

A análise da documentação sobre a seca de 1932 nos revela muitos indícios de que houve uma reacomodação política pela concessão de vantagens. No relatório do Ministro José Américo, há todo um esforço em demonstrar isenção política na execução das obras de combate às secas no Nordeste. A todo instante, seu autor apela para a preservação da moralidade dos recursos públicos e sua boa aplicação. É certo que houve realmente cautela quanto à execução das obras, mas, ao mesmo tempo, faltou uma severa isenção de interesses.

Partindo das realizações macro – construção de açudes públicos e particulares – observamos a existência de um balanceamento de tais obras, ou seja, à proporção que se construíram açudes públicos, também foram construídos açudes particulares. No contexto da calamidade nordestina, a justificativa se processou pela representatividade de tais iniciativas constituídas como necessárias.³¹⁷ A Inspetoria, em nenhum momento, descartou a possibilidade de subsidiar a construção de açudes particulares, ao contrário, regulamentou essa possibilidade como parte do plano de obras da IFOCS, como assinalou Orris Barbosa:

O atual plano de obras contra as secas pode ser expresso do seguinte modo:

a) açudagem pública, construída diretamente pela União, desdobrada em quatro sistemas fundamentais: Acaraú e Jaguaribe, no Ceará; Alto Piranhas, na Paraíba e Baixo Assu, no Rio Grande do Norte.

b) açudagem pública, empreendida pelo estado ou município interessado, com o auxílio federal;

c) açudagem particular, com um prêmio pago pela União ao construtor;

A açudagem (grande, média e pequena), tem sempre uma função irrigatória, que é objetivo técnico da água armazenada para corrigir os efeitos do clima. A sua utilização pelas massas é a finalidade social dessas obras.³¹⁸

Observe-se que, pela regulamentação proposta, o Ministério incentivou os particulares a construírem açudes. Os grandes proprietários da região, onde as obras de combate às secas foram intensificadas, foram convidados a construir, em suas terras, açudes com recursos do governo. O período compreendido entre 1930 e 1934 não avançou significativamente a ponto de estabelecer uma moral administrativa consistente e efetiva.

Nos estados, o público e o privado estiveram imbricados quanto aos objetivos públicos das obras de combate às secas, e o financiamento público satisfazia aos interesses particulares, uma vez que os candidatos aos “prêmios” oferecidos pela Inspetoria, com a cumplicidade da fiscalização dos técnicos da IFOCS, extrapolavam os prazos, e o Ministério acabava por pagar a totalidade da obra.³¹⁹ Entre 1931 a 1933, 61 açudes estavam em andamento nesse regime de cooperação nos estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

³¹⁷ Cf. ALMEIDA, 1982. Op. Cit., p. 167.

³¹⁸ Cf. BARBOSA, 1998. Op. Cit., pp. 75-76.

³¹⁹ Cf. BATISTA NETO, 1986. Op. Cit., p. 208. Pelo Artigo 36 do Regulamento da IFOCS, de 1926, ficou definido que, para a construção dos açudes particulares, o Ministério da Viação financeira 50% do valor total da construção, e o prazo total para conclusão da mesma era de 18 meses.

Por esses dados, é possível afirmar que, ao mesmo tempo em que o Estado interventor se constituía como articulador de toda a máquina estatal, redefiniu, através das obras de combate às secas, os interesses dos grandes proprietários dessa região, utilizando-se da privatização do espaço político. No que diz respeito ao foco do nosso estudo, essa afirmação pode ser percebida com clareza.

Em nenhum momento as iniciativas do Ministério da Viação foram questionadas pela interventoria de Anthenor Navarro; pelo contrário, houve sempre uma continuidade e a aprovação da conduta ministerial. Se, de um lado, Anthenor Navarro colocou o estado acima de todos os interesses particulares, de outro, José Américo fez o papel de conciliador das divergências entre a interventoria e os grupos locais desprestigiados pelo intervencionismo exacerbado do interventor paraibano.

Em colaboração com o Governo Federal, agiam as interventorias dos estados atingidos pela calamidade [...]

Na Paraíba, Anthenor Navarro não parava, determinando medidas urgentes, que facilitavam a ação dos engenheiros encarregados das obras encetadas no sertão.³²⁰

Assim, a política da seca foi, para a Paraíba, um ponto de ajustamento entre a conduta administrativa de Anthenor Navarro com seus propósitos intervencionistas do Estado e a rearticulação oligárquica, promovida por José Américo. Em nenhum momento, a administração paraibana apresentou um projeto de combate às secas, cujas verbas fossem exclusivas do tesouro paraibano. Todos esses projetos foram feitos com a participação do Ministério da Viação. Em todos os recantos da Paraíba, o Ministério da Viação se fez presente, construindo, financiando e aprovando obras que agradavam aos chefes políticos, principalmente das cidades do interior.

Dessa forma, de nada valem os argumentos retóricos do Ministro José Américo, para quem o regime instalado pelo movimento de 30 inicia um novo tempo no qual as verbas e as obras deixam de estar “ao sabor dos interesses pessoais e regionais”. Na verdade, se essa é uma denúncia do Ministro contra o que se praticava no regime anterior, é, também, a entrega do regime por ele, ministro, representado.³²¹

Portanto, o que encontramos é a acomodação das forças políticas paraibanas através do Ministério da Viação e das verbas de combate à seca. A atuação particular foi, assim, a grande responsável por essa articulação. Em todas as grandes cidades da Paraíba houve a iniciativa do Ministério em financiar a construção de açudes junto a esses particulares: “o pequeno açude é o fixador providencial. Se o proprietário o obtém quase de graça, não acarreta despesas de desapropriação nem ônus da administração.”³²² Ou seja, na Paraíba, a

³²⁰ Cf. BARBOSA, 1998. Op. Cit., p. 54.

³²¹ Cf. BATISTA NETO, 1986. Op. Cit., p. 252.

³²² Cf. ALMEIDA, José Américo de. Como controlar as secas. IN: **jornal Correio do Ceará**. APUD: DIAS, 1988. Op. Cit., p. 213.

maior parte das ações da interventoria, no que concerne às obras de combate a seca, passou pela iniciativa do Ministério da Viação, e Anthenor Navarro não executou nenhuma delas sem que tivesse o intermédio de José Américo.

A todo o momento, a imprensa local colocou a interventoria como a executora de tais obras. Entretanto, após uma leitura cuidadosa das manchetes constatamos que o financiamento, as licitações e o pagamento aos trabalhadores foram feitos via Ministério da Viação, como atestou o Jornal A União:

Com a ascensão do Dr. José Américo de Almeida ao Ministério da Viação, iniciou-se, neste Estado, uma série de serviços públicos cujos resultados se vêm fazendo uma maneira proveitosa para as nossas populações [...] dadas as ocupações que vem tendo grande parte dos flagellados nos açudes, nas rodovias e noutros trabalhos. [...] Ao senhor interventor federal, ao julgar pelas cartas e telegrammas que lhe chegam as mãos, há se attribuido a iniciativa dos referidos melhoramentos. Entretanto, é necessário reiterarmos que os devemos a iniciativa patriótica do nosso eminente conterrâneo que occupa hoje a pasta da Viação no governo provisório. [...] Assim, os serviços de estrada e açudagem da Parayba se inauguram devidos tão somente a benemerência do preclaro titular da Viação, e a sua exc. devem nessa hora endereçar os beneficiados os seus justos agradecimentos.³²³

Assim, o período que compreende a interventoria de Anthenor Navarro foi, no que se refere ao combate às secas, um momento de reprodução das iniciativas do Ministério da Viação e, por que não dizer, do próprio José Américo. Isso não quer dizer que não houve ações diretas da interventoria no combate ao flagelo de 1932; contudo, tais iniciativas, diante das poucas reservas do tesouro estadual, limitaram-se a dar operacionalidade ao plano de obras instituído por José Américo. Em entrevista concedida ao Jornal A União, Janduhy Carneiro, prefeito de Pombal, descreve os limites da ação da interventoria e a urgência do socorro por parte do governo federal:

Até hoje, [...] ao que sei, somente o Estado tem se esforçado para amenizar as penúrias dessa gente. O nosso interventor federal, dr. Anthenor Navarro, compreendendo a gravidade do caso, tomou medidas para que as prefeituras municipais dentro de suas restritas possibilidades, fizessem ligeiros trabalhos de socorro público. Mas, isso não basta! O que urge é que o governo federal inicie, com a maior brevidade, os trabalhos de grande vulto, que dêem auxílio duradouro aquelles desprotegidos da natureza, como medidas de salvação pública.³²⁴

Com esse limite de atuação, a interventoria, portanto, realizou uma obra política no que se refere ao combate à seca de 1932. Nas entrelinhas das visitas do interventor, como fiscalizador das obras de açudagem ou de construção de estradas nos diversos municípios da Paraíba, a interventoria atuou como articuladora dos objetivos do Ministro da Viação, José Américo de Almeida.

É certo que as contradições políticas do então Ministro da Viação dificultam a percepção dos seus verdadeiros objetivos para com a política paraibana. Em um momento

³²³ Cf. jornal A UNIÃO, João Pessoa, 20 de janeiro de 1931. p. 1.

³²⁴ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 27 de novembro de 1931, p. 8.

em que o Estado caminhava para uma efetiva centralização burocrática e, ao mesmo tempo, necessitava conquistar apoio, o discurso deveria aludir à moralidade e à responsabilidade do Estado frente ao flagelo da seca. Mas não é difícil compreender o porquê de as realizações do Ministério da Viação no combate à seca de 32 terem assumido um caráter personalístico: “O salvador do norte”, “O Ministro do norte”, “a política de responsabilidade moral e administrativa empreendida por José Américo” e tantos outros títulos atribuídos à atuação do então ministro construíram uma visão operosa e responsável, cujos fins consolidaram as bases de sua carreira política no estado.

Para José Américo, o momento político dos anos de 1930 a 1932 se constituía como um período provisório; não havia base sólida que pudesse prever a durabilidade de um regime de exceção. Então, gradativamente, por sua atuação no Ministério da Viação, ele ampliou sua base de influência na Paraíba. Tanto que, em 1933, o jornal Brasil Novo publicou a seguinte matéria:

A PARENTELA DO MINISTRO

[...] seria interessantíssimo abrir-se um concurso para saber-se o número exato de parentes do sr. José Américo que estão ocupando cargos públicos na Paraíba, tenham ou não competência.

Examine-se a situação de cada um dos municípios paraibanos que há de ver-se que em quase todos lá estão os parentes do ministro da Viação e do interventor [Gratuliano de Brito] exercendo cargos remunerados ou influindo e fazendo baixa politicagem de aldeia [...]

Por ora o ministro “Deus pequeno” tem apenas setenta parentes em empregos municipais, estaduais e federais.³²⁵

Veja-se que, segundo o jornal, a parentela do ministro da Viação aparece em todas as esferas da administração. Ainda nessa mesma matéria, o jornal acusa José Américo de falso moralismo, uma vez que o discurso do Ministério havia sido de moralidade política e administrativa, sem compromissos ou interesses.

De forma mais emblemática, temos os preparativos para a visita do Ministro, em outubro de 1931, com vistas à inauguração de obras realizadas em conjunto com a interventoria:

A notícia da vinda do grande brasileiro a sua terra, ainda este mês, está despertando o maior entusiasmo no seio de todas as classes, pelo excepcional relevo de sua actuação em defesa da Parayba [...]

A Parayba, que tanto lhe deve, prepara-se para recebê-lo.³²⁶

A partir do anúncio da visita de José Américo, em meio as providências de combate ao flagelo da seca, muitas manifestações cívicas foram planejadas para exaltar a atuação do “ministro do norte,” como benevolente na obra de restauração da dignidade do povo

³²⁵ Cf. jornal BRASIL NOVO, João Pessoa, 19 de outubro de 1933. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, sem número de páginas.

³²⁶ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 9 de outubro de 1931, p. 1.

paraibano. Mais uma vez, foi preparada uma grande festa, nos moldes daquela que comemorou o primeiro ano do assassinato de João Pessoa. Não teve a duração de uma semana, mas foi uma manifestação que colocou todos os segmentos da sociedade paraibana juntos, frente ao grande benfeitor do Norte-Nordeste. O pretexto foi a inauguração da ampliação do Quartel do Regimento Policial da Capital e de obras de combate às secas no estado.³²⁷

No jornal *A União*, de 10 de outubro de 1931, encontramos uma extensa lista de todas as organizações e segmentos sociais da Paraíba responsáveis pela recepção ao Ministro José Américo. O curioso é que nela estão presentes todas as representatividades do estado, desde as lideranças políticas até as classes populares, e o tom, mais uma vez, foi a significativa presença do Estado, representado pelo Ministro da Viação, pela interventoria e pela atmosfera mítica de exaltação a João Pessoa.

Quanto às realizações de combate às secas, as comemorações deram especial ênfase ao que o Ministério da Viação havia feito: construção de pontes, estradas, poços e frentes de trabalho por todos os recantos da Paraíba. No seu lugar, a interventoria aparecia apenas como facilitadora do conjunto das obras empreendidas. Contudo, isso não implica dizer que a interventoria foi uma mera representação no conjunto das ações de combate à seca de 1932. É certo que todas as iniciativas partiram do Ministério da Viação, mas a presença da interventoria foi consolidada como a parte centralizadora e moralizadora do Estado frente a essas obras e, portanto, como o Estado organizador.

3.3 – A ASSISTÊNCIA ESTATAL

Com todos os recursos originados do Ministério da Viação e Obras Públicas, o combate à seca de 1932, na Paraíba, foi supervisionado pela interventoria de modo incisivo. Anthonor Navarro atuou em todos os recantos do estado como articulador e facilitador dos empreendimentos do Ministério da Viação e, por todos os lados, foram vistas obras ou alguma iniciativa que remetesse às ações de combate àquela seca.

Naquele momento, as proporções do flagelo haviam adquirido dimensões colossais; por todos os recantos viam-se retirantes e andarilhos em busca de ajuda e comida. O quadro desolador engrossava as fileiras de famintos, principalmente na capital do estado, para onde seguiam os sertanejos que fugiam da calamidade no sertão. Segundo os documentos analisados, que remetem à atmosfera de 1932, a seca daquele ano foi ampliada em suas conseqüências pela quantidade crescente da população atingida, se comparada às

³²⁷ Cf. *Jornal A UNIÃO*, João Pessoa, 12, 13 e 14 de outubro de 1931, pp. 1 e 3.

anteriores. Em muitos municípios, o número de habitantes havia aumentado significativamente, sem que houvesse um planejamento preventivo de combate ao flagelo; além disso, as prefeituras não dispunham de recursos que pudessem fazer frente às consequências da estiagem.

Esse planejamento jamais foi prioridade dos governos estaduais. Todas as medidas adotadas se caracterizaram por serem emergenciais e executadas no calor da hora. Mesmo as obras do governo Epitácio Pessoa, ampliadas significativamente no período em que ele ocupou a presidência da República, não conseguiram implementar na Paraíba uma estrutura que pudesse suavizar os efeitos dessa seca, gerando condições subumanas, como a que foi encontrada em São João do Cariri:

Acabo de percorrer todo município encontrando a população em estado latimável, parte recorrendo a alimentação de chique-chique. Peço vossencia mitigar a situação, ordenar algum trabalho, viação ou outro qualquer de modo a interromper o êxodo. – Ignácio Britto, prefeito.³²⁸

Assim, o quadro desenhado na Paraíba foi o mesmo de antes de 1930. Contudo, havia um diferencial: o socorro estava centralizado, partindo do Estado, com fiscalização e operosidade. É certo que essa afirmativa não se efetiva absolutamente como foi colocada no discurso, como pudemos ver acima, mas o que fez da seca de 1932 diferente das anteriores, em termos da ação do estado, foi a operosidade deste frente à questão. O poder institucionalizado agiu com a função de promover as medidas necessárias à assistência dos flagelados sem que houvesse uma fragmentação administrativa. Nesse sentido, a prática operacional dos serviços realizados pelo Ministério da Viação via Inspetoria de Obras Públicas, que consistia na delegacia da IFOCS nos estados, deu-se pela interventoria.

Os trabalhos da Inspetoria de Obras Públicas, na Paraíba, foram organizados de modo a pôr em prática todas as obras financiadas pelo Ministério da Viação. O Distrito de Secas, como ficou conhecido, foi responsável pelos estudos e projetos de construção de açudes, estradas, repasse de verbas e pagamento de funcionários. Constantemente levadas ao conhecimento do interventor, as obras que estavam sendo executadas por esse distrito encontraram em Anthenor Navarro a aprovação necessária para um significativo resultado. O Estado paraibano não foi omissor, mas dinâmico e, à proporção que os recursos foram liberados, a interventoria iniciou sua peregrinação fiscalizadora das realizações empreendidas pelo Estado. Nesse sentido o jornal A União noticiou:

No intuito de inspeccionar **de visu** as obras públicas em construção no estado, esteve hontem em Itabayana e em Ingá, o dr. Anthenor Navarro, interventor federal. Na primeira dessas localidades o chefe de governo ordenou um aterro na estrada que vae dalli a Pilar.

³²⁸ Cf. jornal A UNIÃO, João Pessoa, 06 de dezembro de 1931, p. 8.

Em Mogeiro determinou o ataque de serviços necessários ao açude local.
 Em Ingá visitou os açudes Novo Zabelê e a estrada que liga a villa a Alagoa Grande.
 Nesses trabalhos actualmente estão sendo empregados mais de 2.000 homens.
 O dr. Anthenor Navarro fez-se acompanhar na excursão de hontem do dr. Ávila Lins,
 engenheiro chefe das Obras das Seccas, neste estado.³²⁹

Convém observar que Anthenor Navarro tomou todas as providências para que fossem executadas as obras de socorro aos flagelados das secas, estabelecendo, a partir do eixo definidor de José Américo, as prioridades e determinando os locais onde as mesmas seriam realizadas. Com isso, podemos presumir que a iniciativa foi da interventoria, e não, do ministério. Contudo, toda essa execução e operacionalização da interventoria foram feitas em comum acordo com o Ministério da Viação, e o que se viu realizado na Paraíba foi proveniente das dotações do Ministério da Viação, por intermédio de José Américo, e em acordo com a interventoria da Paraíba.

Como resultado dessa “cumplicidade” administrativa, as obras de combate à seca de 1932 assumiram grandes proporções por toda a Paraíba. O estado interventor se colocou como o grande operacionalizador dessas ações, executando e orientando a concretização dos serviços; Anthenor Navarro foi o agente representativo do Estado para os fins de efetivação das obras de combate às secas e, já nos primeiros meses de 1931, a interventoria iniciou sua movimentação com vistas a amenizar os efeitos do flagelo que se prenunciava.

A partir da liberação dos recursos, pelo Ministério da Viação, a interventoria colocou em prática a proposta de José Américo de construção das grandes barragens. Essa proposta passou, então, a se constituir como o sistema geral das obras da IFOCS, ou seja, para o Ministro da Viação, as obras de açudagem deveriam ser o eixo norteador dos trabalhos da IFOCS no combate à estiagem. Para isso, o Ministério da Viação colocou toda a estrutura da Inspetoria voltada para a construção do que foi chamado de “Sistemas Gerais de Obras.”³³⁰

No caso da Paraíba, o Sistema do Alto Piranhas foi o complexo planejado pelo Ministério, com a finalidade de executar as obras de açudagem. Açudes públicos e particulares, em toda a extensão do estado, construídos, restaurados e reconstruídos, caracterizaram as obras de açudagem da Paraíba como mostra o quadro abaixo.

³²⁹ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 03 de janeiro de 1931, p. 1.

³³⁰ Os sistemas gerais a que me refiro são: I – Sistema de Acaraú, no Ceará; II – Sistema de Jaguaribe, no Ceará; III – Sistema do Alto Piranhas, na Paraíba e IV – Sistema do Baixo-Assú, no Rio Grande do Norte. Todos estabelecidos pela IFOCS. Cf. ALMEIDA, 1982. Op. Cit., p. 380.

Quadro XI – AÇUDES CONSTRUÍDOS NA PARAÍBA (1930-1936)

AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	CAPACIDADE (1.000m ³)	ALTURA	CONSTRUÇÃO Início / término	
Barra do Xandu	Cabaceiras	Piranhas	928	12,00m	1930	1932
Pilões	S. João do Rio do Peixe	Piranhas	13.000	14,00m	1932	1933
Riacho dos Cavalos	Catolé do Rocha	Piranhas	17.690	13,50m	1932	1933
Santa Luzia*	Santa Luzia do Sabugi	Piranhas	11.960	19,00m	1932	1933
Soledade**	Soledade	Piranhas	27.058	19,50m	1912	1933
Eng ^o Arcoverde	Condado	Piranhas	35.000	23,00m	1932	1936
Eng ^o Ávidos	Cajazeiras	Piranhas	255.000	45,00m	1932	1936
São Gonçalo	Souza	Piranhas	44.600	44,00m	1932	1936

FONTE: DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil**: relatório. João Pessoa: DNOCS, 1935.

* açudes reconstruídos; ** açude restaurado

Em ação conjunta, a interventoria e a Delegacia das Secas da Paraíba percorreram as construções, despachando e colocando em andamento as obras de açudagem. Anthenor Navarro, frequentemente, viajou ao interior do estado, instalando as frentes de trabalho que construíam os açudes e tomando providências complementares de combate ao flagelo; no jornal A União, eram freqüentes as notas que noticiavam o desenvolvimento das obras e a quantidade de flagelados empregados. Essas notas tiveram a finalidade de promover a ação estatal constituindo-se como verdadeiros discursos de moralidade e ação responsável por parte do Estado.

O governo do estado e a chefia do Districto da Inspetoria das Secas estão encarando a situação com patriotismo e dedicação [...]

Por toda parte, não só neste como nos estados vizinhos, o sr. dr. José D'avila Lins tem mandado dar salários aos famintos, empregando-os, homens, mulheres e crianças na construção e reconstrução de rodovias, desobstrução de açudes, perfuração de poços e serviços outros, considerados de utilidade e impostos como solução de emergência.

[...] a frente da administração do Estado e dos serviços da Inspetoria, na Pararyba se acham so drs. Anthenor Navarro e o dr. D'avila Lins, cujos metodos de trabalho e preocupações com o bem colectivo dispensam commentários ecomiasticos.³³¹

Por essas iniciativas, justificou-se a ação do Estado em relação ao problema. Os serviços de emergência foram conceituados como imperativos, frente às condições desoladoras em que se encontravam as populações rurais e citadinas do sertão paraibano. Em nenhum momento foi colocada a necessidade de soluções duradouras, mas, a efetivação de ações que pudessem dar conta da condição de miséria em que se encontrava a população flagelada.

Assim, a interventoria seguiu por todas as localidades da Paraíba, dando andamento às obras de combate ao flagelo de 1932. Em meados de janeiro de 1931, Anthenor Navarro partiu da capital, com destino às cidades de Sapé, Gurinhém, Guarabira e Itabayana, onde foram inauguradas obras de açudagem e reconstrução de estradas corroçáveis, expedidas novas ordens de serviços e alocados homens e mulheres que pudessem construir novos

³³¹ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 27 de janeiro de 1931, p. 1.

pequenos açudes.³³² Nessa região, as obras de açudagem foram concretizadas pela colaboração do Ministério da Viação com particulares.

Para a cidade de Patos, enviaram-se efetivos do corpo de engenharia militar, com a função de ajudar no combate à seca, e cuja instalação, naquela cidade, teve como objetivo ampliar a quantidade de engenheiros envolvidos no planejamento e na construção de estradas e açudes daquela região sertaneja. Aquartelados no alto sertão, os referidos engenheiros iniciaram a construção da estrada que liga aquela cidade a Pombal e outras ramificações vicinais.³³³

Essas obras, assim como outras de pequeno porte, não estavam alocadas no grande eixo norteador do plano executado pelo Ministro José Américo. Entretanto, elas seriam a solução imediata de socorro aos flagelados; muitas delas não se apresentavam, naquele momento, como uma prioridade ou uma necessidade estrutural, pois haviam sido feitas apenas com a finalidade de promover trabalho e ocupação aos flagelados, que almejavam por alguma renda que pudesse lhes propiciar a aquisição de mantimentos.

Essas pequenas obras serviram, sobretudo, para socorrer as prefeituras que, a todo momento, enviavam ao interventor pedidos de socorro e ajuda financeira. Era freqüente um prefeito enviar telegramas ao interventor Anthenor Navarro, relatando as condições do município, como mostra o exemplo abaixo:

Interventor Federal – Cuité, 29 – comunicamos vossencia que nesta data telegraphamos ao ministro da viação solicitando providencias urgentes socorros grande número de flagellados dessa localidade. Respeitosos cumprimentos – (as) Pedro Vianna, Geremia Venancio, Ulysses Vianna.
Umbuzeiro, 30 – Município de Umbuzeiro gente morta de fome. Socorro – Tertuliano Guedes, secretário da Prefeitura.³³⁴

Assim, diante das situações relatadas, a interventoria coordenava a constituição de frentes de trabalho que pudessem suavizar os efeitos da estiagem em algumas localidades. Tais obras, em todos os casos, foram realizadas com a anuência dos prefeitos, pois todos se fizeram colaboradores da interventoria no combate ao flagelo, que se anunciava, e todos aspiravam, para seus municípios, às realizações da IFOCS.

Não foi por acaso que muitas prefeituras se colocaram, naquele momento, em estado de calamidade, pelos crescentes prejuízos causados pela estiagem. O “estado de emergência” significava ajuda do Ministério da Viação e, conseqüentemente, verbas.

Assim, o que nos ocorre é que houve um amalgamento, da parte de José Américo, junto às prefeituras e a políticos da Paraíba. Os efeitos devastadores da seca que se prenunciava favoreceram o estreitamento das relações do então Ministro, José Américo, com

³³² Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 25 de janeiro de 1931. p. 1.

³³³ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 18 de janeiro de 1931. p. 1.

³³⁴ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 01 de fevereiro de 1931. p. 8.

os prefeitos e políticos locais e, conseqüentemente, a montagem das bases do americanismo³³⁵, uma vez que a ação intervencionista de Anthenor Navarro havia desgastado a relação política do Estado com a política local. Em muitas situações, as ações do Ministro José Américo foram enaltecidas como um grande feito para toda a Paraíba, conquistando a afeição de todos e a simpatia daqueles que, por razões diversas, haviam se desentendido com a interventoria. Sendo assim, a pequena açudagem se constituiu como o ponto marcante desse amalgamento.

Com o prolongamento da estiagem e seu clímax em 1932, o Ministério da Viação intensificou a construção de pequenos açudes com a concessão de prêmios aos proprietários que estivessem dispostos a construí-los em suas propriedades, o que favoreceu largamente a influência política de José Américo. Contudo, o acirramento da seca inviabilizou qualquer proposta que pudesse ser executada com o exclusivo financiamento dos proprietários paraibanos. Isso porque,

Quem conhece o nosso meio, sabe perfeitamente que são raros os fazendeiros que podem dispender com a construção de um açude determinada importância na esperança de receber um prêmio, que sempre demora em chegar[...]³³⁶

[assim] presentemente não é possível levar avante esse systema, á falta de recursos com que luctam os nossos fazendeiros.³³⁷

O impasse conseqüente da falta de recursos dos proprietários paraibanos implicou na busca de soluções que pudessem viabilizar a construção de pequenos açudes, como medida de socorro imediato, uma vez que as obras da grande açudagem não conseguiram absorver toda a massa flagelada. A questão foi bem mais complexa do que parece. Solucionar, mesmo que emergencialmente, os efeitos da seca com a construção de pequenos açudes dependiam de vontade política dos proprietários rurais, que jamais construiriam açudes em suas propriedades privadas com fins públicos se não obtivessem concessões ou vantagens. Daí o impasse para cuja solução foi colocada a intervenção direta do Estado como agenciador e financiador.

O sr. interventor resolveu então que o Estado cooperasse com seus próprios recursos para financiamento da pequena açudagem.

Para isso receberá a percentagem de recursos que o governo federal lhe concede em empreendimentos desse gênero, construído as barragens, sem que o particular entre inicialmente com a mínima despesa.

Terminada a construção o dono da propriedade onde foi construído o açude estará obrigado a indenização de apenas 20% sobre o custo da obra.³³⁸

³³⁵ Denominação utilizada pela historiografia paraibana para caracterizar a base política que teve José Américo como chefe.

³³⁶ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 18 de fevereiro de 1932, p. 1.

³³⁷ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 15 de março de 1932, p. 1.

³³⁸ Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 12 de outubro de 1931, p. 1.

Com essa proposta, o Estado se colocou entre o governo federal e o particular, financiando a construção do público no particular. Tal medida se, por um lado, propiciou a ampliação do número de açudes na Paraíba, por outro, privatizou o plano de combate ao flagelo no estado. Os açudes construídos não deixaram, pois, de ser privados, e os particulares não arcaram com a indenização de 20% sobre o valor da obra.

Considerando todas as medidas adotadas pela interventoria de Anthenor Navarro com vistas à moralização do Estado e ao saneamento dos costumes políticos da Paraíba, essa iniciativa colocou por terra todo o discurso até então alardeado pela interventoria. Contudo, não foi sobre a ação da interventoria que se sentiram os efeitos dessa medida, uma vez que o combate ao flagelo da seca tornou imperativa a ação do Estado, mas, sobre a atuação de José Américo. Isso significa que a concretização da apropriação privada das verbas públicas para a construção de pequenos açudes na Paraíba deu a José Américo a ampliação do seu prestígio junto aos proprietários e políticos.

Por sua atuação no combate à seca de 1932, o então Ministro da Viação viu sua influência política ser consideravelmente ampliada e consolidada. Para a Paraíba, José Américo representou o melhor espírito comunitário e se apresentou como o substituto de João Pessoa. Em relação às iniciativas de promoção do bem-estar da população paraibana, sua popularidade galgou a simpatia de todos.

Era de se esperar que uma medida bem articulada, como a da pequena açudagem, propiciasse ao então Ministro representatividade junto à elite paraibana. Tendo a interventoria como aliada, gradativamente, ele construiu uma ampla base de persuasão política. O contexto das secas favoreceu sobremaneira a ascensão de José Américo junto àqueles cidadãos paraibanos de maior influência política, e à interventoria de Anthenor Navarro coube o papel de articulador dessa escalada prestigiosa de consolidação do americismo.

A ampliação do prestígio de José Américo na Paraíba pode ser percebida por um conjunto de ações que tentaram, no momento de calamidade pública, promover uma possível perspectiva de superação da situação subumana e subeconômica pela qual passava a Paraíba em 1932. Nesse conjunto, somam-se também as obras iniciais da construção do porto de Cabedelo.

O porto da capital paraibana sempre foi motivo de discussões. Desde longa data, as questões em volta da localização do porto haviam se tornado tema de inúmeros debates e questionamentos. Em 1908, houve a primeira tentativa de se construir um porto na Paraíba, mas essa primeira tentativa não foi projetada nem estudada. Os primeiros cais, acostados

em Cabedelo, foram logo abandonados, e seu projeto consistiu em um estaqueamento de madeira, partindo do Forte de Santa Catarina.³³⁹

Entre 1921 e 1924, cogitou-se sua construção no Porto do Capim, localizado nas proximidades do bairro do Varadouro, na capital paraibana e às margens do rio Sanhauá, ligado ao mar por um canal de 18 quilômetros de extensão, em cuja construção foram gastos grandes somas de dinheiro para poucos resultados. Em 1924, o contrato foi rescindido, e as obras abandonadas, restando apenas armações de concreto.³⁴⁰

Só depois de 1930, foram feitos novos estudos que recomendavam a construção em Cabedelo, com a vantagem de que o local escolhido estava próximo ao mar. A iniciativa para a construção do referido porto partiu da interventoria, e a ela foi sagrada a iniciativa do empreendimento.

Attendendo a um dos maiores desejos do povo paraybano, qual seja o da construção do porto de Cabedello, o sr. Anthenor Navarro, contractou-a com a empresa "Geobra" tendo conseguido antes a concessão do governo federal para a mesma, e sua conseqüente exploração.
O valor dessa grande obra representará o maior esforço de sua administração em benefício da economia do Estado.³⁴¹

É certo que houve grande empenho da interventoria de Anthenor Navarro em conseguir do governo provisório a concessão necessária à exploração e construção do porto da capital paraibana. Sua execução foi fruto do empenho pessoal do interventor, sobretudo, pelo fato de a interventoria continuar as ações do governo de João Pessoa e, a todo instante, a imprensa noticiar a magnificência desse empreendimento para a Paraíba. Entretanto foi também a imprensa local que colocou a construção do porto da Paraíba como um ato de humanidade para com os paraibanos, cujos esforços conjuntos são, sobremaneira, atribuídos à profícua ação de José Américo junto ao governo provisório de Vargas. Como noticiou o Jornal A União, "tanto o ministro José Américo quanto o interventor Anthenor Navarro se empenharam resolutamente para que se tornasse realidade concreta... esse que brevemente tanto concorrerá para elevar o nível da prosperidade econômica da Parayba."³⁴²

No momento em que foram dados os primeiros passos para a construção do porto da Paraíba, foi também o momento em que a Paraíba viveu os contratempos da seca. Então, a concretização de um empreendimento dessa natureza foi bastante comemorada, com vistas à possibilidade de emprego para os flagelados e ao soerguimento da economia paraibana. Politicamente, a ação empreendedora do Estado deu à interventoria grande prestígio e a José Américo uma crescente adesão política por toda Paraíba.

³³⁹ Cf. **Almanach do Estado da Parayba**. Ano 15. João Pessoa: Imprensa Oficial. 1932, p. 77.

³⁴⁰ Ibidem, pp. 77-78.

³⁴¹ Ibidem, p. 8.

³⁴² Cf. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 24 de junho de 1931, p. 1.

Assim, o combate à seca de 1932 foi um empreendimento do Estado, com recursos e assistência a partir de uma política de Estado. A política de seca, desse momento, consolidou a dominação do Estado com a ascensão de José Américo ao patamar de político de prestígio. Embora ele tenha se colocado como neutro e imparcial, o que se viu nas entrelinhas da sua atuação, junto ao Ministério da Viação, foi a ampliação da sua base política na Paraíba. Em nenhum momento, a interventoria teve projetos próprios de combate à seca, partindo todos do Ministério da Viação. Desse modo, a política de combate à seca de 1932, na Paraíba, propiciou, agora sob a liderança de José Américo, a reacomodação das antigas bases políticas.

Por meio dessa reacomodação, considerando a postura “revolucionária” de Anthenor Navarro, não houve a instauração de um conflito entre a ação intervencionista de Anthenor Navarro e a conduta político-assistencialista do Ministério da Viação, sob as ordens de José Américo. As questões ideológicas que em um primeiro instante, haviam colocado Anthenor Navarro e José Américo em campos opostos de atuação – o primeiro como “revolucionário” e adepto dos ideais tenentistas, com propósitos centralistas e moralizadores da política paraibana; e o segundo, como moderador e cauteloso, adeptos da política conciliadora de Getúlio Vargas – não se efetivaram nas ações de combate ao flagelo da seca.

Isso porque, não houve tempo para que ambos aprofundassem as diferenças ideológicas. O que de fato ocorreu foi a união entre as ações do Ministério da Viação e a interventoria de Anthenor Navarro, com a real possibilidade de ajustamento das forças políticas sob a influência de José Américo. Os recursos e a assistência aos flagelados, intensamente centralizados, via Ministério da Viação, e por fora da ação político-institucional da interventoria, propiciaram a rearticulação política com os redutos oligárquicos, que até então, se encontravam a margem da máquina estatal.

Qualquer divergência que, a médio prazo pudesse assumir grandes proporções entre Anthenor Navarro e José Américo, fica em aberto, pois, a administração de Anthenor Navarro foi abruptamente interrompida em 26 de abril de 1932, quando, a bordo do avião Savóia Marchetti da marinha brasileira, o então interventor, que viajava na companhia de José Américo com destino ao Rio de Janeiro, morreu depois que o mono avião caiu na Baía de todos os Santos na cidade de Salvador, Bahia.³⁴³

Com esse desfecho da administração de Anthenor Navarro, José Américo emergiu como liderança política na Paraíba a partir das relações estatais, ou seja, com a conformação centralizadora do Estado e a submissão das oligarquias ao domínio estatal, José Américo colocou os grupos oligárquicos da Paraíba como subserviente das determinações do Estado. Sendo assim, o período compreendido entre 1930 e 1932 se

³⁴³ Cf. o jornal A AUNIÃO, de 27, 28 e 29 de abril de 1932, pp. 1 e 3.

construiu, paralela a reestruturação do aparato estatal paraibano, com um novo modelo de liderança oligárquica, cujo princípio estava alicerçado na submissão dos interesses do poder local ao Estado centralizado.

Á GUIA DE CONCLUSÃO. A interventoria de Anthenor Navarro e o poder

Em linhas gerais, o contexto político-social da Paraíba depois de 1930 foi emblemático rumo a estruturação do centralismo do aparelho do Estado. Sob a administração de Anthenor Navarro, a Paraíba viveu momentos de grandes transformações estruturais, com vistas a um processo de recondução das relações de poder para as hostes do Estado.

Nesse momento, a Paraíba pós-30, pela ação centralizadora de Anthenor Navarro, foi reconduzida a uma nova dinâmica organizativa, sem os arranjos políticos da Primeira República, ou seja, depois de 1930, as relações de poder foram conduzidas para o Estado, e a partir dele foram institucionalizadas de modo a estruturar um poder estatizado, cujo fim foi a consolidação da burocratização estatal e o esvaziamento dos redutos oligárquicos até então organizados na Paraíba, com isso, entre os anos de 1930 e 1932, podemos falar em um momento de recondução das relações de poder para as determinações do Estado.

Nesse sentido, se verificou, na Paraíba, duas linhas de ação empreendidas por Anthenor Navarro com vistas a consolidação do centralismo estatal e das relações de poder: o soerguimento das finanças a partir da conduta estatal e a fiscalização econômica, política e institucional das municipalidades. A primeira, caracterizada em seu propósito de reconduzir a arrecadação das divisas da Paraíba para a capitalização do Estado e não dos redutos do poder local; e a segunda, entendida como a tentativa de subordinar as municipalidades e, conseqüentemente, o poder local aos ditames do Estado.

Por essas linhas de ação, a interventoria de Anthenor Navarro procurou conduzir e estruturar uma rede de relações voltadas para o Estado, sem a fragmentação existente até então. Desse modo, a ação intervencionista de Anthenor removeu, exonerou, desarticulou e reconduziu as lideranças políticas da Paraíba, atingindo o complexo arranjo clientelista que fazia da estrutura estatal, provedora de interesses particulares, com uma relação

institucionalizada por uma via de mão única, de cima para baixo e no sentido Estado ➡ município.

Assim, nos anos que compreenderam a interventoria de Anthenor Navarro, o poder foi colocado por dentro do Estado sem hegemonia oligárquica, nesse momento, o que emergiu como poder capaz de se impor e reprimir estiveram configurados nos ditames político-institucionais do Estado centralizado. Uma vez que, a interventoria de Anthenor Navarro tomou para si não só a condução das relações de poder, mas também o funcionamento estrutural da Paraíba, atingindo a educação, as finanças, a justiça estadual, a segurança pública e a saúde.

Foi, portanto, pela crescente centralização estatal que Anthenor Navarro procurou esvaziar a influência política dos grupos oligárquicos locais. A cada decreto reestruturador da burocracia estatal paraibana ou dos setores funcionais, foi um passo à frente na tentativa desse esvaziamento, assim, pelo menos, temporariamente, entre os anos de 1930 e 1932, a articulação dos grupos oligárquicos foi colocada à margem do aparato de estado.

Quando se verificou, nesse momento, a tentativa da interventoria em colocar as relações de poder pela via estatal, foi identificada também o propósito ordenador da Paraíba, no contexto de um processo de desmonte da estrutura oligárquica. Pois, foi pela via estatal que a interventoria conseguiu se fazer presente e promover um *looby* de moralidade administrativa, com vistas a legitimar sua ação e arregimentar apoio popular.

A dinâmica intervencionista de Anthenor Navarro procurou, assim, construir e promover o *status* moralizador da intervenção centralista do Estado como necessária, nesse sentido, o período que compreendeu a administração de Anthenor Navarro foi também o momento da construção mitificadora das ações administrativas de João Pessoa.

Quando nesse momento, identificamos tal processo, percebemos que ele não se colocou sozinho ou como consequência do movimento de 1930. A mitificação das ações administrativas de João Pessoa foi a proposta necessária, encampada pela interventoria, na tentativa de fundamentar sua ação desarticuladora dos redutos clientelistas de poder.

A herança política de João Pessoa se configurou, portanto, como catalizador de uma justificativa de ordem e idoneidade política, requerida por todos os grupos políticos da Paraíba nesse momento, inclusive pelo Estado interventor; nessa disputa ideologia, o Estado saiu vencedor.

Desse modo, a ação intervencionista de Anthenor Navarro também se configurou como mítica, nos limites da construção de um ordenamento político-social, longe do clientelismo oligárquico da Paraíba, pois, tanto o centralismo estatal quanto as medidas de desarticulação dos grupos oligárquicos foram remetidas, a todo instante, ao exemplo patriótico e moralizador de João Pessoa.

Na medida em que a interventoria conseguiu se consolidar enquanto herdeira política de João Pessoa, a sua empreitada centralista foi justificada e colocada como necessária. Isso não significa dizer que houve a construção de um mito alicerçado na ação intervencionista de Anthenor Navarro, pelo contrário, não foi a administração de intervencionista de Anthenor que se sobressaiu, mas, a presença do Estado forte e provedor de um ordenamento político e social. Foi a elevação da conformação autoritária do Estado que foi construída com vistas, a eliminar o “velho”, configurado nas práticas clientelistas de poder.

Em síntese, Anthenor Navarro governou para o Estado, de modo a estruturá-lo e colocá-lo como tutor de todo o ordenamento político, social e econômico da Paraíba, subordinando as relações de poder aos direcionamentos do Estado centralizado.

Assim sendo, tais relações estabeleceram uma subserviência ao Estado, a qualquer nova conformação de poder que pudesse surgir. Uma vez centralizado e institucionalizado como tutor das relações de poder, o Estado foi também a via de acesso para a reacomodação de uma nova hegemonia oligárquica na Paraíba.

Sendo assim, a interventoria de Anthenor Navarro, no seu afã centralizador, esvaziou as antigas relações de poder para, posteriormente, sob a influência de José Américo, rearticulá-las em novas bases. Se constituindo como tutor e provedor das necessidades do meio social, o Estado centralizado exerceu o seu papel social junto as conseqüência da seca de 1932 e, por meio dela rearticulou uma nova acomodação de poder.

A partir da obras de combate a seca de 1932, via Ministério da Viação e Obras Públicas, cujo ministro foi José Américo, a Paraíba viu-se frente à emergência de uma nova hegemonia de poder, o americanismo. A construção dessa hegemonia passou, necessariamente, pelo dispêndio das verbas de combate a estiagem via poder estatal. A seca de 1932, na medida em que propiciou uma ação do Estado frente ao combate à seca na Paraíba, também propiciou a José Américo a concretização de sua base de poder.

Pela via estatal, os recursos dispêndios com a finalidade de se efetivar ações de combate a seca serviram também para amalgamar as relações entre, o então Ministro da Viação José Américo e as lideranças locais, face a possibilidade do envio de recursos as lideranças políticas nos municípios, uma vez que, as ações intervencionistas de Anthenor Navarro haviam desgastado a relação política do Estado com a política local.

O prolongamento da estiagem de 1932, iniciada já no início de 1930, só veio a favorecer a ampliação da base americanista, pois, diante da calamidade, o Ministério da Viação adotou uma política de construção de pequenos açudes, por fora das grandes obras de açudagem. Tal iniciativa, só veio a favorecer o estreitamento das relações entre as lideranças locais e José Américo, isso porque, pela pequena açudagem, os recursos públicos foram parar nas propriedades particulares das lideranças locais.

Se por um lado, a política de combate a seca de 1932 foi um empreendimento do Estado, via Ministério da Viação, por outro, foi o momento catalizador da rearticulação oligárquica na Paraíba, sob a liderança de José Américo. Por meio dessa reacomodação, considerando a postura “revolucionária” de Anthenor Navarro, não se pode identificar a instauração de um conflito entre a conduta centralizadora e intervencionista de Anthenor Navarro e a conduta político-assistencialista do Ministério da Viação sob as ordens de José Américo.

Isso porque, para que se pudesse empreender uma nova rearticulação oligárquica foi preciso desarticular a conformação hegemônica advinda de antes de 1930, e isso implica dizer que, fazia-se necessário aniquilar os resquícios políticos da Primeira República pela centralização do aparato estatal em toda sua extensão, para só assim, fazer emergir uma nova conformação hegemônica de poder a partir de novas bases institucionais – o Estado.

Outro ponto a ser considerado, é a morte abrupta de Anthenor Navarro. Qualquer divergência que, supostamente pudesse vir a se concretizar, ficou em aberto. O que se tem de concreto é, portanto, a emergência do americismo como reacomodação das bases oligárquicas na Paraíba, a partir das relações estatais.

REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2006.
- ALBUQUERQUE, João Pessoa Cavalcanti de. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa, na abertura da 2ª reunião da 10ª legislatura**. Parahyba, 1929.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª ed. Senado Federal. Brasília, 1994.
- _____, José Américo de. **O Ministério da Viação no Governo Provisório**. Rio de Janeiro: Oficina dos Correios e Telegrafos, 1933.
- _____, José Américo de. **O ciclo revolucionário do Ministério da Viação**. 2 ed. João Pessoa/Natal: Fundação Guimarães Duque/fundação Casa de José Américo. 1982.
- AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **O comércio paraibano no processo de formação do mercado nacional (1930-1939)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1987. (mimeo).
- AVELAR JUNIOR, Odilardo Viana de. **A política de combate a seca no Nordeste: uma ideologia para o planejamento regional**. Tese (Doutorado em história Econômica). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. 1994. (mimeo).
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília. 1982.
- BARBOSA, Orris. **Seca de 32: impressões sobre a crise nordestina**. 2ª ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado. 1998.
- BARATA, Agildo. **Vida de um Revolucionário (memórias)**. Rio de Janeiro: Melso. s/d.
- BURITY, Glauce Mª Navarro. **Antenor Navarro**. João Pessoa: A União, 2000.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo: 1930-1970**. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDIN, Fernão. **Tratado de terra e gente do Brasil**. 3 ed. São Paulo: companhia editora Nacional/MEC, 1978. (Coleção Brasileira, nº 168).
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. IN: **História geral da civilização brasileira – III o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1985.

CARONE, Edgard. **O tenentismo**: acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: Difel, 1975.

CARR, Eduard H. **Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da revolução**: 72 dias na presidência do estado da Paraíba - memórias. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. **A construção do mito do “meu filho doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. João Pessoa: UFPB/Universitária, 2005.

CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba**: flagrantes de sua evolução. João Pessoa: União, 1945.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEBES, Célio. **Campos Salles**: perfil de um estadista. Vol. II. São Paulo: IHGSP, 1977.

DIAS, Cléris Oliveira. **A política das secas na Paraíba (1900/1934)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1988. (mimeo).

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira – III o Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). 1ª vol. São Paulo: Difel, 1985.

_____. (org) **História geral da civilização brasileira – O Brasil republicano**: sociedade e instituições (1889-1930). 2ª vol. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

_____. **A revolução de 1930**: historiografia e história. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FÁVERO, Osmar. (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. 2 ed. Campinas: autores Associados, 2001.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação**: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria das secas**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Universitária/UFPB. 1993.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org). **Os militares e a revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

FINKELMAN, Jacobo (org). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Epitácio Pessoa** (1869-1945). 1º vol. São Paulo: José Olympio. 1951.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro (org). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Osias. **Baruque**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da Cultura**. 9 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução: cinquenta anos depois**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1975.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas: Ed. Da Unicamp. 1996.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: União. 1978.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada: um estudo da formação do centralismo em 30**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

MENDONÇA, Delosmar. **Historia dos hospitais da capital paraibana**. João Pessoa: Sal da terra, 2004.

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BATISTA NETO, José. **Como uma luneta invertida**: intervenção do estado no semi-árido nordestino através do discurso ideológico da IOCS/IFOCs – 1909-1934. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1986. (mimeo).

PAIM, Antonio. **A querela do estatismo**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1978.

PESSOA, Epitácio. **Revolução de Outubro de 1930 e República Nova**. Rio de Janeiro: INL, 1985.

_____. **Pela verdade**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. (obras completas de Epitácio Pessoa, vol. XXI.).

_____. **Na política da Paraíba**: (2ª fase 1912/1915). Rio de Janeiro: INL, 1962.

PINHEIRO, Antonio Carlos. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

POMPEU SOBRINHO, Tomaz. **História das secas (século XX)**. 2ª ed. Mossoró: fundação Guimarães Duque, 1982.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRESTES, Anita Leocádia. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Anthenor Navarro e a Revolução de 30**. João Pessoa: Sec. de Educação e Cultura, 1981.

RODIN, Régine. **História e lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**: uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: Sec. de educação e Cultura e A União, 1978.

_____. **A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1989.

_____. **A Revolta de Princesa**: poder privado x poder instituído. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios, o serviço de higiene pública – 1895-1918. Tese (Doutorado em Saúde pública). Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem/USP, 1999.

SAES, Décio. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação**: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930 – 1937. Salvador: Assembléia Legislativa – Assessoria de Comunicação Social, 1992.

SANGLARD, Gisele Porto. **Entre os salões e o laboratório**: Filantropia, mecenato e práticas científicas. Rio de Janeiro, 1920-1940. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

SANTANA, Martha M^a Falcão de C. e Moraes. **Nordeste, açúcar e poder**: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba, 1920-1962. João Pessoa, CNPq/UFPB. 1990.

_____, Martha M^a Falcão de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB. 1999.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Anthenor Navarro e a administração estadual na Paraíba (1930 – 1932)**. 2004. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: Difel. 1975.

_____, Simon. **As bases do autoritarismo brasileiro**. vol. 12. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília (Coleção: Temas brasileiros). 1982.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanismo e Federalismo (1889-1902)**: um estudo da implantação da república no Brasil. Brasília: Senado Federal/Ed. Universitária - UFPB. 1978.

SODRÉ, Nelson Verneck. **Tenentismo**. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1985.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**: da aliança Liberal às realizações do 1º ano de governo. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.

VIDAL, Ademar. **1930: história da revolução na Paraíba**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1933.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório**: educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais. Bragança Paulista: IFAN/CDPH/EDUSF, 1999.

ARTIGOS CONSULTADOS

AGUIAR, Wellington. 70 anos da Revolução de 30. IN: Jornal **A UNIÃO** – Caderno Especial, de 9 de maio de 2004.

ALMEIDA, Elpídio de. “Como melhorar o nosso serviço de saúde pública.” IN: Jornal **A UNIÃO**, de 14 de novembro de 1930.

BARACUHY, Brás. Carta Aberta. À magistratura paraybana. IN: Jornal **A UNIÃO**, de 09 de maio de 1931.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados. Revista de Ciências Sociais** Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em:< <http://www.scielo.br>> Acesso em: 03 de julho de 2006.

DINIZ, Eli. Estado Novo: Estrutura de poder, relações de classes. IN: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira – III o Brasil republicano**: Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1985.

LEWIN, Linda. Algumas implicações históricas da organização de parentesco para a política baseada na família no nordeste brasileiro. IN: **Estudos comparativos em sociologia e história**. Cambridge Press, v. 21, nº 2, 1979.

MELLO, José Baptista de. Problemas do ensino. IN: **Revista do ensino**. Ano III. Nº 11. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934.

_____. A instrução pública na Paraíba. IN: **Revista do ensino**. Ano II. Nº 6/7. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1933.

NEIVA, Artur e PENA, Belisário. Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. IN: **Memórias do Instituto Oswaldo. Cruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Nº 8, 1916.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Vários autores. <www.escolanova.net/pages/manifesto.htm> acessado em 12 de agosto de 2006.

RANGEL, F. Caixas Escolares. IN: **Revista do Ensino**. Ano IV. Nº 12. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, 1985.

FONTES CONSULTADAS

Fontes Oficiais:

Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil**: relatório. João Pessoa: DNOCS, 1935.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **O DNOCS e o novo nordeste**: uma perspectiva histórica (1909-1984). Fortaleza: DNOCS. 1985.

PARAHYBA (Estado). **Almanach do Estado da Parayba**. Ano 15. João Pessoa: Imprensa Oficial. 1932.

GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DA PARAYBA. **Relatórios do primeiro anno de administração**. João Pessoa: Imprensa Oficial, Nº 275, 1932.

PARAHYBA (Estado). **Actos dos poderes executivo e legislativo:** leis e decretos de 1927. Cidade da Parahyba: Imprensa Oficial, 1928.

PARAHYBA (Estado). **Actos dos poderes legislativo e executivo:** collecção de leis e decretos de 1917. Cidade da Parahyba: Imprensa Oficial, 1917.

PARAHYBA (Estado). **Anuário demográfico:** secção de estatística demographo-sanitária. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial. Ver os anuários referentes aos anos de 1915, 1921, 1922 e 1923. Também as mensagens apresentadas a Assembléia Legislativa pelos presidentes sólon de Lucena (1924), João Suassuna (1927) e João Pessoa (1928).

PARAHYBA (Estado). **Coleção dos actos dos poderes Legislativo e Executico:** Leis e decretos de 1892. Parahyba: Imprensa Oficial, 1913.

PARAHYBA (Estado). **Colleção dos actos dos poderes legislativo e executivo.** Parahyba: Imprensa Oficial, MCMXII. (1895).

PARAHYBA (Estado). **Colleção dos actos dos poderes legislativo e executivo.** Parahyba: Imprensa Oficial, 1916.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado da Parahyba, Álvaro Lopes Machado, pelo Inspetor de Higyene Dr. Antônio da Cruz Cordeiro,** em junho de 1893. Parahyba, 1983. FUNESC - Arquivo histórico, Presidente Álvaro Lopes Machado (1892-1896). Cx. 002 (manuscrito). s.p.

PARAHYBA, Governo Revolucionário da. **Problemas e necessidades da Parayba:** sugestões apresentadas pela comissão que o governo revolucionário designou para estudal-os. Nº 279. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1931.

PARAÍBA, Governo Provisório da. Administração do Interventor Gratuliano de Brito. **Exposição dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da República.** Referente ao período administrativo, decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1935.

PARAYBA (Estado). **Actos do Interventor Federal:** DECRETOS, de 1930. Nº 160. João Pessoa. Imprensa oficial, 1931.

PARAYBA (Estado). **Actos do Interventor Federal:** DECRETOS, de 1931. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1932.

PARAYBA (Estado). **Actos do Interventor Federal:** DECRETOS, de 1932, Nº 1.132. João Pessoa: Imprensa Oficial. 1932.

Jornais:

JORNAL A IMPRENSA. João Pessoa, 1932. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL A UNIÃO. Cidade da Parayba, 1929. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL A UNIÃO. Cidade da Parayba, 1926. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, 1930. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, 1931. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, 1932. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL BRASIL NOVO. João Pessoa, 1931. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL BRASIL NOVO. João Pessoa, 08 de setembro de 1933. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. João Pessoa, 1931. Biblioteca Maurílio de Almeida.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 07 de Julho de 1931. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida

JORNAL DE RECIFE. Recife, 05 de julho de 1931. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida.

JORNAL LIBERDADE. João Pessoa, 16 de janeiro de 1932. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida.

Revistas:

Revista Nova Era, nº 6, anno I. Parayba, junho de 1921.

Revista Nova Era. nº 3, anno I. Parayba, maio de 1921.

Endereços eletrônicos:

www.navarros.hpg.ig.com.br , acessado em 05/08/2006.

www.rio.rj.gov.br , acessado em 04/06/2006.

www.escolanova.net/pages/manifesto.htm. acessado em 12 de agosto de 2006. v